



Thamires da Silva Ribeiro

**Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado:
Estudo sobre trabalho de cuidado e
doméstico não remunerado**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da
PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro
Maio de 2023



Thamires da Silva Ribeiro

**Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado:
Estudo sobre trabalho de cuidado e
doméstico não remunerado**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Valéria Pereira Bastos

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Magali da Silva Almeida

UFBA

Profa. Ana Amelia Camarano

IPEA

Profa. Jordana Cristina de Jesus

UFRN

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Thamires da Silva Ribeiro

Graduou-se em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2009. Especializou-se em Políticas de Cuidado com perspectiva de gênero (CLACSO) em 2021. Mestre em Serviço Social (PUC-Rio) em 2016. Experiência no trabalho de pesquisa, docência e gestão de projetos sociais. Assistente de pesquisa do IPEA (desde 2022) e docente na universidade UNISUAM (desde 2020) e UNIASSELVI (desde 2020). Membro do Grupo de Pesquisa “Famílias, Violência e Políticas Públicas”.

Ficha Catalográfica

Ribeiro, Thamires da Silva

Mulheres negras na encruzilhada do cuidado: estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado / Thamires da Silva Ribeiro; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2023.

366 f.: il. color.; 30 cm.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Cuidado. 3. Mulheres negras. 4. Trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. 5. Organização social e política do cuidado. 6. Direito ao cuidado. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Às mulheres negras que através do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, ou melhor, de remuneração desviada, sustentam o sistema de cuidados brasileiro e viabilizam o funcionamento da vida.

Agradecimentos

Esta tese é uma oferenda que faço a Exu e aos Orixás em homenagem a minha ancestralidade e agradecimento pela minha vida, minha família, orientações, proteção e pela concretização de um sonho.

À minha avó/mãe/madrinha Dafine Ramos da Silva (*in memorian*), pelo seu amor e axé, por me olhar e benzer os meus caminhos. Estarei sempre contigo!

Ao meu amor, companheiro e amigo Gabriel Pereira pelo seu amor e dedicação, por me presentear com a definição deste objeto de estudo, todas as orientações, sugestões de leituras e livros, pelas conversas, paciência e confiança, por nossa família. Minha vida é mais feliz contigo. Amo você!

À minha filha Flora Ribeiro Pereira por transformar minha vida no início de um novo ciclo com novos sentidos e significados, sua tranquilidade e doçura me possibilitaram finalizar esta tese. Amo você!

À minha mãe Mônica Ramos da Silva, a meu irmão Igor da Silva Ribeiro e toda nossa família pelo amor e confiança, por vibrarem a cada vitória e acolhimento nas dificuldades.

À minha sogra Ideildes Avelino por todo cuidado, atenção, presença, torcida e suporte que viabilizou momentos de escrita e finalização deste trabalho.

Ao Professor Antonio Carlos de Oliveira, pela confiança, parceria, paciência, apoio, amizade e orientações.

Aos demais docentes do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pela partilha dos saberes e experiências.

Aos funcionários e funcionárias do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pela disponibilidade e orientações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio pela oportunidade e confiança em me aceitar no seu quadro de doutorado e a CAPES por fomentar minha bolsa de estudo e possibilitar maior dedicação a pesquisa.

Às professoras Karina Batthyány, Magali Almeida, Thula Pires pelas diversas contribuições no exame de qualificação, que foi fundamental para meu processo de produção do conhecimento.

À Ana Amélia Camarano, Magali Almeida, Jordana de Jesus e Valéria Bastos por aceitar participar da banca examinadora com suas apreciações.

À todas as minhas alunas da UNISUAM, UNIASSELVI, NEZO, INOVE Saber pelo incentivo, aprendizados e torcida.

À equipe do IPEA pelos ensinamentos, incentivo e suporte, sendo um diferencial na pesquisa.

À Cássia Silva, Jéssica Almeida, Maria Beatriz da Silva, Gisele Almeida, Danielle Silva, Angélica da Silva, Luanda Rosa, Cláudia Paula, Alice dos Santos, Cátia Rufino, Márcia da Costa, Ana dos Santos e Maria Cícera da Conceição (Cissa) pela

confiança, atenção, escuta e disponibilidade, por permitir que conhecesse suas histórias que deram sentido a pesquisa.

À Joyce Guimarães pela disponibilidade e auxílio na revisão textual e de formatação desta tese.

Ao Jun Shimada pela disponibilidade, auxílio, indicações de leituras, torcida e incentivo.

Aos meus amigos por toda a compreensão de minhas ausências, por conta dos inúmeros afazeres, pelo carinho e torcida que fizeram na conquista de um sonho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Ribeiro, Thamires da Silva; Oliveira, Antonio Carlos de. **Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado: estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado**. Rio de Janeiro, 2023. 366 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese busca compreender a estratificação da organização social e política dos cuidados no Brasil a partir da intersecção de raça, gênero e classe na sua provisão, distribuição e usufruto/acesso, com foco na centralidade de mulheres cis negras na provisão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. E reflete sobre a racialização, familiarização, feminização e mercantilização do cuidado. Pensar o cuidado pelo viés interseccional e como um trabalho constitutivo da sustentabilidade humana possibilita enxergar disparidades complexas que dinamizam esta organização. Nesse percurso, parte-se do campo das ciências sociais, econômicas e do direito, a fim de analisar o cuidado no centro da agenda pública e acadêmica, o concebendo como uma encruzilhada. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória do tipo descritiva, com abordagem qualiquantitativa a partir da realização de testes de hipótese articulado à execução de entrevistas semiestruturadas com treze mulheres cis negras anônimas, na faixa etária de 30 a 65 anos, residentes no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. A triangulação de métodos tem a finalidade de analisar como a provisão, distribuição, usufruto/acesso fortalece as assimetrias de raça, gênero e classe, em um sistema interligado de opressão que produz as desigualdades do cuidado. A pesquisa estrutura seu quadro teórico na epistemologia negra feminista em diálogo com autoras do campo de produção sobre cuidados, privilegiando a interlocução com autoras ladino-amefricanas e afirma a necessidade de enegrecer o cuidado. Os resultados atestam uma lacuna racial nas pesquisas de cuidado e que mulheres negras sustentam o funcionamento do sistema de cuidados no Brasil, sendo protagonistas em sua provisão ao mesmo tempo em que se encontram à margem do usufruto, incidindo em sua permanência na base da pirâmide social. Tais resultados fundamentam a conclusão de que a pauta do cuidado como direito na agenda pública deve considerar prioritariamente a experiência e a condição de

mulheres negras, a fim de viabilizar uma reparação histórica, fortalecendo ciclos geracionais de libertação e colaborando para a superação de desigualdades sociais.

Palavras-chave

Cuidado; mulheres negras; trabalho de cuidado e doméstico não remunerado; organização social e política do cuidado; direito ao cuidado.

Abstract

Ribeiro, Thamires da Silva; Oliveira, Antonio Carlos de (Advisor). **Black Women at the Crossroads of Care: a study on unpaid care and domestic work**. Rio de Janeiro, 2023. 366 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The thesis seeks to understand the stratification of the social and political organization of care in Brazil from the intersection of race, gender and class in its provision, distribution and usufruct/access, focusing on the centrality of cis black women in the provision of care work and unpaid household work. It reflects on the racialization, familiarization, feminization and commodification of care. Pondering about care from an intersectional angle and as a constitutive work of human sustainability makes it possible to see the complex disparities that make this organization dynamic. Accordingly, we depart from the field of social, economic and legal sciences, in order to analyze care at the center of the public and academic agenda, conceiving it as a crossroads. This is an exploratory research of the descriptive type, with a quantitative and qualitative approach based on the performance of hypothesis tests articulated with the execution of semi-structured interviews with 13 anonymous black cis women, aged between 30 and 65 years, residing in the city of Rio de Janeiro and Metropolitan Region. The triangulation of methods aims to analyze how the provision, distribution, usufruct/access strengthen imbalances of race, gender and class, in an interconnected system of oppression that produces inequalities in care. The research structures its theoretical framework in black feminist epistemology in dialogue with authors from the field of production on care, privileging the interlocation with Ladino-Amefrican authors and affirms the need to blacken care. The results attest to a racial gap in care research and that black women support the functioning of the care system in Brazil, being protagonists in its provision while at the same time being on the margins of attainment, focusing on their permanence at the base of the social pyramid. Such results support the conclusion that the agenda of care as a right on the public agenda should consider the experience and condition of black women as a priority, in order to enable historical reparation, strengthening generational cycles of liberation and collaborating to overcome social inequalities.

Keywords

Care, black women, unpaid care and domestic work, social organization and care policy; care rights.

Sumário

Introdução	23
1. A Cor do Cuidado	37
1.1. Enegrecer o Cuidado: mulheres negras anônimas na encruzilhada	44
1.1.1. Mulheres Negras Anônimas no entrecruzamento de raça, gênero e classe	53
1.2. Está cansada de quê? Provisão e distribuição dos cuidados	60
1.3. E da mulher negra anônima.... quem cuida? Acesso ao cuidado	74
2. Cuidado na encruzilhada	88
2.1. E eu não trabalho? Trabalho de cuidado e doméstico não remunerado	96
2.2. Cuidado na via do direito: é possível?	120
2.3. A conta nunca fecha! Cuidados em Tempos de Pandemia	148
3. Agenda Pública de cuidados no Brasil	164
3.1. Cuidado na encruzilhada da familiarização, feminização, mercantilização e racialização	170
3.2. Nós seguramos a barra toda! Construção da agenda pública de cuidados no Brasil	182
4. Encruzilhada do cuidado: oferta às mulheres negras	197
4.1. Caminho Metodológico	199

4.2. Escolha do Campo e Identificação das Mulheres Negras	202
4.3. Característica da Pesquisa e Instrumento	203
4.4. Análise de dados	207
4.5. Procedimentos Éticos	211
4.6. Teste de Hipóteses	212
4.7. Mulheres Cis Negras Anônimas	243
4.8. Cuidado Pensado & Cuidado Vivido & Cuidado Sentido	266
4.9. Reconhecer, Reduzir e Redistribuir os cuidados	289
4.10. Tempo – Dinheiro -Serviços	297
4.11. Qualidade de Vida: é ter acesso?	309
4.12. Pandemia do Covid-19: “um divisor de águas”	312
4.13. Racismo	313
4.14. Caracterização da encruzilhada do cuidado	315
5. Considerações Finais	318
6. Referências	332
7. Anexos	358
7.1. Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio	358
8. Apêndices	359
8.1. Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	359
8.2. Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	361
8.3. Apêndice 3 – Teste Estatístico de Hipótese	364

Lista de figuras

Figura 1 - Representação da dupla privatização do cuidado	130
Figura 2 - Cuidado como 4º Pilar da Seguridade Social	138
Figura 3 - Diamante de Cuidado	140
Figura 4 - Interação dos elementos que atravessam a encruzilhada do cuidado	172
Figura 5 - Encruzilhada do cuidado	197
Figura 6 - Resultados do Teste de Hipóteses 1 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação	221
Figura 7 - Resultados do Teste de Hipóteses 2 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação	223
Figura 8 - Resultados do Teste de Hipóteses 3 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação	225
Figura 9 - Resultados do Teste de Hipóteses 4 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação	226
Figura 10 - Resultados do Teste de Hipóteses 7 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação	228
Figura 11 - Resultados do Teste de Hipóteses 6 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação	229
Figura 12 - Resultados do Teste de Hipóteses 7 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação	231
Figura 13 - Resultados do Teste de Hipóteses 1 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação	232
Figura 14 - Resultados do Teste de Hipóteses 2 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação	234
Figura 15 - Resultados do Teste de Hipóteses 3 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação	235
Figura 16 - Resultados do Teste de Hipóteses 4 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação	236
Figura 17 - Resultados do Teste de Hipóteses 5 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação	238

Figura 18 - Resultados do Teste de Hipóteses 6 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação	239
Figura 19 - Resultados do Teste de Hipóteses 7 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação	241
Figura 20 - Círculo vicioso da desigualdade	296

Lista de quadros

Quadro 1 - Seleção das variáveis do teste de hipótese	208
Quadro 2 - Quantitativo da população de estudo e das populações comparativas (em mil pessoas)	218
Quadro 3 - Hipótese 1 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação (em mil pessoas)	220
Quadro 4 - Hipótese 2 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação (em mil pessoas)	222
Quadro 5 - Hipótese 3 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação (em mil pessoas)	224
Quadro 6 - Hipótese 4 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação	226
Quadro 7 - Hipótese 5 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação	227
Quadro 8 - Hipótese 6 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação	229
Quadro 9 - Hipótese 7 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação	230
Quadro 10 - Hipótese 1 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação (em mil pessoas)	232
Quadro 11 - Hipótese 2 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação	233
Quadro 12 - Hipótese 3 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação	235
Quadro 13 - Hipótese 4 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação	236
Quadro 14 - Hipótese 5 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação	237
Quadro 15 - Hipótese 6 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação	239
Quadro 16 - Hipótese 7 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação	240
Quadro 17- Resultado do Teste Estatístico de Hipóteses	242

Lista de tabelas

Tabela 1 - Proporção de realização de horas dedicadas a tarefas domésticas e de cuidado por sexo e raça Brasil, 2019 - microdados IBGE/PNADC Anual 2019	159
Tabela 2 - População, por unidade de federação no período (em mil pessoas)	214
Tabela 3 - População, por sexo no período (em mil pessoas)	214
Tabela 4 - População, por faixa de idade no período (em mil pessoas)	215
Tabela 5 - População, por raça no período (em mil pessoas)	215
Tabela 6 - População, por sexo e raça (em mil pessoas)	215
Tabela 7 - População acima de 14 anos, por sexo e raça (em mil pessoas)	215
Tabela 8 - População, por sexo e raça no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)	215
Tabela 9 - População acima de 14 anos, por sexo e raça no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)	216
Tabela 10 - Mulheres pretas e pardas, acima de 14 anos, no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)	216
Tabela 11 - Mulheres pretas e pardas, acima de 14 anos, que realizaram alguma atividade de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)	217
Tabela 12 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 1 (em mil pessoas)	220
Tabela 13 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 2 (em mil pessoas)	222

Tabela 14 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 3 (em mil pessoas)	224
Tabela 15 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 4	225
Tabela 16 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 5	227
Tabela 17 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 6	228
Tabela 18 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 7	230
Tabela 19 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 1 (em mil pessoas)	232
Tabela 20 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 2	233
Tabela 21 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 3	234
Tabela 22 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 4	236
Tabela 23 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 5	237
Tabela 24 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 6	238
Tabela 25 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 7	240

Lista de siglas

CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDOSO	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMULHER	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
COE-NCOV	Centros de Operações de Emergências em Saúde Pública
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTASP	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de importância Nacional
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPT	Ministério Público do Trabalho
NINSOC	Núcleo de Informações Sociais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OXFAM	Oxford Committee for Famine Reliefe
PC DO B	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SPMPR	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência
e a Cultura
UNIFEM Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Mama África
A minha mãe
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira
 Todo dia
 Além de trabalhar
 Como empacotadeira
 Nas Casas Bahia
Mama África tem
 Tanto o que fazer
 Além de cuidar neném
 Além de fazer denguin'
Filhinho tem que entender
Mama África vai e vem
Mas não se afasta de você
Mama África
A minha mãe
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira
 Todo dia
 Além de trabalhar
 Como empacotadeira
 Nas Casas Bahia
Quando Mama sai de casa
Seus filhos se olodumzam
 Rola o maior jazz
Mama tem calo nos pés
Mama precisa de paz
Mama não quer brincar mais
Filhinho dá um tempo

É tanto contratempo
No ritmo de vida de mama
Mama África
A minha mãe
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira
Todo dia
Além de trabalhar
Como empacotadeira
Nas Casas Bahia
Mama África
A minha mãe
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira
Todo dia
Além de trabalhar
Como empacotadeira
Nas Casas Bahia
Deve ser legal
Ser negão no Senegal
Deve ser legal
Ser negão no Senegal
Deve ser legal
Ser negão no Senegal
Deve ser legal
Ser negão no Senegal
Mama África
A minha mãe
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira
Todo dia
Além de trabalhar
Como empacotadeira
Nas Casas Bahia
Mama África
A minha mãe
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira
Todo dia
Além de trabalhar
Como empacotadeira
Nas Casas Bahia
Mama África
A minha mãe
Mama África
A minha mãe
Mama África

Mama África
Chico César

Introdução

Este estudo consiste numa oferta que faço às mulheres negras, à nossa ancestralidade e espiritualidade em agradecimento e reconhecimento por todo o trabalho de cuidado e doméstico realizado que me possibilitou cursar uma graduação e estar no doutorado.

Todo o processo de doutoramento e a tese ora apresentada estão vinculados à linha de pesquisa: Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersectoriais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e situado no âmbito do Grupo de Pesquisa “Famílias, Violência e Políticas Públicas”.

Esta pesquisa foi construída num período marcado pela pandemia e atravessada pela descoberta e vivência da maternidade no último ano do doutorado, assim, a escrita desta tese foi realizada entre as demandas do trabalho remunerado e do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado em que pude contar com uma rede de apoio para conseguir finalizar o trabalho.

Como uma mulher negra pesquisadora de cuidados exercito nesta tese o enegrecimento do cuidado afirmando um compromisso teórico-metodológico, ético-político e com a minha ancestralidade. Pesquisar a forma que o cuidado é organizado social e politicamente no Brasil a partir da noção de encruzilhada, demarcando o racismo em seu fundamento e estrutura, consiste num posicionamento político com tomada de decisões em que destaco: (i) utilização da linguagem em primeira pessoa e no feminino; (ii) priorização de autoras latino-amefricanas¹ para pensar o cuidado na realidade brasileira; (iii) visibilização da produção de intelectuais mulheres, sobretudo negras, motivo pelo qual somente as autoras serão referenciadas pelo primeiro nome e último sobrenome, a fim de demarcar sua importância para a pesquisa; (iv) reconhecimento da importância da categoria gênero, contudo insuficiente para compreender e retratar a realidade de mulheres negras. Por isso investigo o cuidado sob a ótica racial, com recorte nas mulheres cis negras, tema ainda escasso na literatura de cuidado a fim de

¹ Amefricanidade e latinoameficanidade, categorias elaboradas por Lélia Gonzalez, em 1980, a fim de demarcar, em uma perspectiva de autoenunciação das mulheres negras dispersas pela diáspora decorrente da escravização, um contraponto à designação consagrada no âmbito acadêmico e em documentos oficiais, que colabora para a invisibilização da dimensão racial.

provocar outras formas de pensá-lo para adensar o debate. E chamo a atenção do Serviço Social para a necessidade de pesquisar esta temática na profissão; (v) realização de uma reflexão em contraponto à hegemonia eurocêntrica e anglo-saxônica de modo a avançar na compreensão dos cuidados na realidade brasileira. Portanto, o cuidado é analisado a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

Além disso esta pesquisa se refere às mulheres negras, no plural, em demarcação da multiplicidade e diversidade de interseções que atravessam a especificidade que se une através da condição de Ser negra. Conforme Lélia Gonzalez (1981), Sueli Carneiro (2020), Audre Lorde (2020), e Patricia Collins (2016) propõem, nós, mulheres negras, somos permeadas pelo entrecruzamento de diversos marcadores sociais que precisam ser nomeados e reconhecidos a fim de visibilizar os diferentes conjuntos de opressões que vivenciamos em nosso cotidiano.

A pesquisa é estruturada com base na epistemologia negra feminista, pois viabiliza a produção de um conhecimento situado², afirmando a especificidade e incorporando uma diversidade de narrativas e interpretações, desconstruindo as noções de universalidade e neutralidade do saber. “[...] o feminismo implica num posicionamento interessado, comprometido e político [...]” (Guacira Louro, 1997, p. 142).

A epistemologia negra feminista me possibilita enxergar e me reconhecer enquanto pesquisadora negra que situa o posicionamento político no processo de investigação científica. Incluo a palavra negra em epistemologia feminista por minha perspectiva de mulher negra, por utilizar a produção de autoras negras, por reconhecer a multiplicidade de saberes e pesquisar mulheres negras, para colaborar com a desuniversalização da categoria mulher e visibilizar as experiências e saberes de mulheres negras, reconhecendo assim seu valor.

A motivação de pesquisar mulheres negras na encruzilhada do cuidado tem origem nas minhas vivências, como mulher negra, nascida e criada em território de favela, na execução desde a infância no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Em minha trajetória de vida encontrei na academia,

² Grada Kilomba (2020) propõe uma descolonização do conhecimento e indaga a universalidade da ciência, denunciando uma dominação epistêmica e pautando a necessidade de desconstrução da epistemologia considerada universal.

Através da agenda de pesquisa de cuidado, uma caminho para romper com silêncios. Compartilho da escrevivência de bell hooks (2017, p. 59) “Eu vi, na teoria, um local para cura.”

Conceição Evaristo (2020, sem paginação) em “Escrevivência: a escrita de nós”, afirma que

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertence também.

Nesta pesquisa minha escrevivência como mulher negra se integra ao “nós” de outras mulheres negras, esta conexão não ocorre somente em nível de Ser, mas também de Existir, Resistir e Re-existir ao longo de gerações num processo de libertação. Essas gerações de mulheres negras que me antecederam possibilitaram o meu acesso à universidade através do seu trabalho de cuidado e doméstico. Sou a primeira na família a ocupar este espaço, meu doutorado só pôde se concretizar diante de minha ancestralidade. Conforme Nilma Gomes (2003) este “nós” carrega história e ancestralidade.

Ser a única em minha família a conquistar estas titulações é motivo de alegria e também de indignação em enxergar o racismo estruturado pela violação de direitos de forma geracional. Diante desta realidade faço uma relação do trabalho de cuidado e doméstico com racismo e violação de direitos na reprodução das desigualdades sociais.

A escolha da temática mulheres negras na encruzilhada do cuidado foi realizada num processo em que destaco alguns momentos, primeiro na qualificação do mestrado que me chamou a atenção a afirmação “Cuidado é trabalho”, e no momento da defesa a identificação da ausência da dimensão racial na dissertação. Esses dois sinalizadores geraram um estranhamento deflagrado no doutorado quando aprofundi as reflexões sobre sistemas de cuidado e em conversas com meu companheiro, Gabriel Pereira, escutei dele a seguinte afirmação: “a mulher negra é o próprio sistema de cuidado”, percebi que no Brasil, pesquisar cuidado, implica estudar mulheres negras. A percepção desta lacuna racial ocorreu no segundo ano do doutorado e me fez modificar o objeto de estudo a partir da inclusão de mulheres negras, o que demandou a necessidade de ler autoras negras para a reestruturação da pesquisa. Neste processo perguntas

estremeceram meus pensamentos como pesquisadora negra: por que é tão difícil ter acesso à produção de autores e autoras negras no espaço acadêmico? Por que há uma lacuna racial na produção de pesquisas sobre cuidado? Existe alguma relação entre esses porquês?

Pesquisar cuidado na forma que é organizado socialmente, concebendo-o como trabalho e direito humano, advém de indagações suscitadas no final da dissertação de Mestrado, concluída em 2016. Buscou-se identificar e analisar, a partir das categorias de famílias, cuidado e cuidado familiar, como as famílias entrevistadas percebem, a partir de suas histórias e vivências cotidianas, os significados e práticas de cuidados. A partir desta foi possível identificar a existência de um cuidado pensado e cuidado vivido (Thamires Ribeiro, 2016). Em caráter complementar, ao final da pesquisa, houve a descoberta e contato com o conceito de economia do cuidado, que acendeu o interesse acadêmico acerca da análise do cuidado na esfera econômica e social, a fim de garanti-lo como um direito e estudar sua implementação no âmbito das políticas públicas.

Realizei o acesso a base de dados nas fontes: (i) sistema de buscas SciELO e Google Acadêmico; (ii) periódicos nacionais e latino americanos; (iii) Banco de Teses e Dissertações da Capes; (iv) anais de Congressos) usando num primeiro momento os seguintes descritores: (i) cuidado; (ii) trabalho de cuidado e doméstico não remunerado; (iii) organização social e política de cuidado; (iv) direito ao cuidado. Além disso, em 2020 iniciei um curso de especialização em políticas de cuidado com perspectiva de gênero do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, onde tive acesso a diversas autoras dos demais países da América Latina³ e Caribe que estão discutindo cuidado. Após a inserção da dimensão racial realizei um segundo levantamento bibliográfico com a inclusão da categoria mulheres negras. As referências encontradas que possibilitam lançar luzes sobre a análise do objeto de estudo dessa tese serão acionadas ao longo do trabalho, não tendo sido considerada prioridade seu detalhamento nessa seção, a fim de evitar desnecessárias repetições.

Ler intelectuais negras inaugurou uma nova fase na pesquisa, pois me identifiquei na forma de escrita e nas reflexões propostas, impulsionando minhas reflexões para analisar a realidade de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Ao mesmo tempo que aprofundava a leitura e

³ Conceito elaborado por Lélia Gonzalez (1988) que se refere a povos indígenas que habitam nas terras denominadas pelos europeus de América, antes e depois de sua chegada. Utilizado na tese quando for fazer menção à chamada América Latina.

ampliava o conhecimento nos estudos do cuidado, me deparava com o hiato racial, havia estudos que sinalizavam a questão racial, mas não encontrei nada que utilizasse a dimensão racial como categoria de análise do cuidado e elemento estruturante para tratar do tema. Parecia que a categoria gênero era totalizadora na abordagem dos cuidados, esta invisibilização da questão racial gerou inquietudes e indagações.

Concomitante a isso percebi um aumento da discussão do trabalho de cuidado doméstico não remunerado e da economia do cuidado nos meios de comunicação e redes sociais. Neste debate, em 2016, o IPEA publicou o relatório intitulado “Economia do Cuidado: marco teórico-conceitual”. Em 2017, houve a apresentação do Projeto de Lei 7.815/2017, acerca da inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais no Brasil, arquivado em 2019. Entre 2017 e 2018 este tema esteve presente nos meios de comunicação, como, por exemplo, Carta Capital e Jornal Nacional, que expuseram matérias sobre a pesquisa de Hildete Melo e a proposta do Projeto de Lei 7.815/2017. Em 2019, houve a apresentação de um novo Projeto de Lei 638/2019, idêntico ao que foi arquivado sobre a economia dos cuidados. Neste ano a OXFAM afirmou que o trabalho de cuidado não remunerado e realizado por mulheres gera pelo menos US\$ 10,8 trilhões de dólares por ano à economia global, mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo, no relatório “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”. Em janeiro de 2020, a revista Carta Capital publicou uma reportagem acerca deste relatório e acrescentou:

Só no Brasil, cerca de 77 milhões de pessoas dependerão de cuidado em 2050, diz o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ignorar o trabalho não pago das mulheres, porém, pode ser uma prática agravada com o envelhecimento da população e com as mudanças climáticas, que afetarão a lógica de vida de milhões de pessoas. [...] Para Katia Maia, diretora da Oxfam Brasil, **pensar o Brasil nesse contexto deve considerar o recorte racial, que coloca as mulheres negras na base da pirâmide do trabalho doméstico não pago**. Com o conservadorismo moral forte no governo Bolsonaro, Maia teme uma imobilidade social para quem, há inúmeras gerações, cuida de homens e mulheres que prosperam economicamente. “Se a gente está com governos com uma mensagem ultraconservadora, temos mais dificuldade pra fazer a mudança cultural necessária. As pessoas passaram séculos vendo a “mulher do lar”. Esse cuidado invisível do trabalho doméstico e do cuidado, que é não remunerado ou mal pago, tem um valor econômico que não é repassado”, analisa Maia. “Esse tema é invisível. A crise da prestação de cuidados é eminente”, diz (Carta Capital, 2020, sem paginação, grifo nosso).

A pandemia do Covid-19 fortaleceu a discussão do cuidado como constitutivo da vida humana evidenciando a reprodução social como a estrutura dorsal no funcionamento do sistema capitalista. Também foi possível enxergar a

centralidade de mulheres, sobretudo negras, na provisão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Esta realidade ocorreu num contexto de ultraconservadorismo e familismo do governo federal brasileiro (2019-2022) que negava a existência do racismo e pautava o cuidado como um problema privado de responsabilidade familiar e feminizado.

A pesquisa ganhava cada vez mais sentido, ao decidir estudar o cuidado com o recorte do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado a partir da dimensão racial, me deparei com o desafio de lidar com a escassez de produções acadêmicas sobre o tema, ao mesmo tempo que me instigava a avançar na delimitação do objeto de investigação.

Desse modo, era cada vez mais perceptível o objeto de estudo que, a partir de sua delimitação, correspondeu à seguinte questão: como a organização social e política do cuidado no Brasil fortalece desigualdades na provisão, distribuição e usufruto do cuidado a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe?

Diante da definição do objeto realizei a escolha de categorias de análise, conceitos e das áreas do conhecimento para a fundamentação teórica. Por conta do caráter polissêmico do cuidado, delimitei a reflexão no campo das Ciências Sociais e Econômicas, Direito e Serviço Social, neste conceito de cuidado como elemento constitutivo da vida e um direito humano que ao longo do ciclo da vida possuímos necessidades e acessos aos cuidados de forma variada. Parto da premissa que no Brasil a variação do acesso está condicionada aos marcadores sociais de raça, gênero e classe. E a relação entre a forma que o cuidado é organizado e a perpetuação das desigualdades e pobreza.

Os conceitos que estruturam a tese são: cuidado social (Mary Daly & Jane Lewis, 2011), organização social e política do cuidado (Faur, 2014), mulher negra anônima (Lélia Gonzalez, 1980), direito ao cuidado (Laura Pautassi, 2007), cuidado pensado e cuidado vivido (Thamires Ribeiro, 2016), a noção de encruzilhada (Rufino, 2019) e a noção de acesso e não acesso a cuidados, construída, em nível operacional, nesta tese.

Além disso, utilizo interseccionalidade, colonialidade e racismo como categorias analíticas constituintes do quadro teórico da pesquisa, pois interseccionalidade possibilita a nomeação e revelação do sistema interligado de opressão que opera sobre os marcadores sociais de raça, gênero e classe. A colonialidade do poder, ser e saber subsidia a apreensão da lógica colonial

implementada para dominação⁴ que se estrutura a partir de raça e gênero para classificação, destituição e distinção da Zona do Ser e não Ser⁵, utilizando do discurso de um sistema-mundo⁶ racista, cisheteropatriarcal, capitalista, colonial, cristão, moderno, dito universal que padroniza e hierarquiza as relações sociais. Isto é fundante para a compreensão de como é realizada a demarcação dos lugares e sujeitos de provisão e usufruto do cuidado. E racismo estrutural, como fundamento da forma que o cuidado é organizado no Brasil, com suas tipificações e manifestações, para análise da indissociabilidade de mulheres negras e cuidado. Presumo que a articulação dessas três categorias analíticas auxilia na demarcação do *modus operandi* que estrutura a organização social e política do cuidado no Brasil e identifica mulheres negras no centro da encruzilhada do cuidado.

Saliento que a interseccionalidade possibilitaria o aprofundamento de outros marcadores sociais como: orientação sexual, deficiência, etnicidade, regionalidade, religião entre outros que se aproximariam ainda mais da realidade social. Contudo, por conta de limites que precisam ser estabelecidos para viabilizar a análise proposta na pesquisa, neste estudo o recorte se circunscreve aos marcadores sociais de raça, gênero e classe. O parâmetro de escolha desses marcadores sociais deriva de onde meu conhecimento está situado, enquanto mulher negra nascida e criada em favela, e se fundamenta em intelectuais negras e nos dados das pesquisas citadas ao longo desta tese.

Para isto no quadro teórico que emoldura a pesquisa privilegio o diálogo com autoras latino-americanas e outras autoras eurocêntricas e anglo-saxônicas, com destaque para: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, Audre Lorde, Patricia Collins, Jurema Werneck, bell hooks, Carla Akotirene, Carolina Maria de Jesus, Angela Davis, Valéria Esquivel, Karina Batthyány, Natalia Genta, Rosario

⁴ Ao longo do trabalho a dominação mencionada entende-se na esfera individual, estética, no imaginário, nos corpos e mentes, mas também na esfera macroeconômica, estatal, política e social.

⁵ Zona do não ser é trabalhada por Fanon (2008) “Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos” (p. 26).

⁶ Grosfoguel [...] denomina este sistema-mundo patriarcal, capitalista, colonial, moderno como “ponto zero”, sendo aquele que se esconde e, escondendo-se, se coloca para lá de qualquer ponto de vista que se representa como não tendo o ponto de vista” (2008). De acordo com Quijano (1993), na colonialidade do poder, raça e gênero tornam-se princípios organizadores que estruturam todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo.

Aguirre, Eleonor Faur, Bila Sorj, Cristina Carrasco, Amaia Orozco, Joan Tronto, Regina Miotto, Flavia Biroli, Hildete Melo e Lucilene Morandi.

A pesquisa pretende compreender a organização social e política de cuidado por meio da centralidade de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de analisar como tal organização, no Brasil, fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Nessa direção o estudo estruturou-se em quatro objetivos específicos correlacionados com suas respectivas hipóteses que foram confirmadas ou refutadas ao longo da pesquisa.

Primeiro caracterizar a organização social e política de cuidado no Brasil e a centralidade das mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Hipótese 1: no Brasil, o cuidado situa-se no entrecruzamento da familiarização, feminização, mercantilização e racialização, no qual racismo estrutural, patriarcado, capitalismo e colonialidade constituem princípios reguladores que regem a partir dos eixos articuladores raça, gênero e classe a organização social e política do cuidado no Brasil.

Segundo, mapear, quantitativamente e qualitativamente, raça, gênero e classe na operação da provisão, distribuição e usufruto dos cuidados. Hipótese 2: mulheres negras que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem menor qualidade de vida.

Terceiro, conhecer experiências e estratégias de mulheres negras que executam trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Hipótese 3: mulheres negras se encontram à margem do usufruto do cuidado, ao mesmo tempo em que são as protagonistas na provisão dos cuidados, extremos que incidem em sua manutenção na base da pirâmide social.

E quarto, elencar princípios reguladores que desafiam a construção de uma agenda pública de cuidados no Brasil. Hipótese 4: a encruzilhada do cuidado, no Brasil, ancora-se na exploração de mulheres, sobretudo, de mulheres negras e pobres, resultando numa estratificação social na provisão, distribuição e usufruto dos cuidados.

A partir da definição do objetivo geral, específicos e hipóteses iniciei a construção do percurso metodológico, por ser um objeto ainda pouco investigado, a pesquisa foi de natureza exploratória de abordagem quali-quantitativa do tipo

descritiva (Gil, 2019). A triangulação de métodos (Maria Minayo, et al., 2005) consiste na técnica de produção de dados escolhida para a realização de uma análise qualitativa dos dados quantitativos de forma transdisciplinar a fim de viabilizar uma aproximação da complexa realidade que envolve a organização social e política dos cuidados.

No âmbito quantitativo utilizei o teste estatístico de hipóteses (Assis, 2020) que foi complementado e qualificado com dados primários produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas (Maria Minayo, 2006). Contratei uma consultoria estatística para verificar a viabilidade de mapear variáveis para caracterizar a provisão, distribuição e acesso/usufruto do cuidado, através de um levantamento bibliográfico e documental integrado a uma consulta na base de dados macrossociais foi constatado a inviabilidade de fazer o cruzamento das informações para realizar uma análise em sua integralidade, e concluiu que não havia possibilidade de caracterizar o acesso/usufruto dos cuidados. Desse modo, quantitativamente foi possível caracterizar a estratificação dos cuidados em sua provisão e distribuição, contudo diante da insuficiência de dados, o mapeamento do acesso/usufruto dos cuidados foi realizado por meio da construção da noção de acesso e não acesso e realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres cis negras que executam o trabalho remunerado e de cuidados e doméstico não remunerado. Suas narrativas possibilitaram a caracterização qualitativa da organização social e política dos cuidados e o mapeamento de raça, gênero e classe no acesso/usufruto dos cuidados, além de explicitar experiências e estratégias de mulheres cis negras que executam trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

O teste foi composto por 7 hipóteses com suas respectivas variáveis realizado através da consulta da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) ano de referência 2019, processo devidamente detalhado durante a análise e na seção Apêndices. Esta base foi escolhida por ser a única que possui dados referente ao trabalho não remunerado, e este ser o último ano de disponibilização desses dados. A construção e definição das variáveis foi realizada a partir da escolha dos Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nos elementos considerados como políticas de tempo, políticas de serviço, políticas de dinheiro. Sendo distribuídos entre Estado, Trabalho, Família e Comunidade nos grupos temáticos compostos por educação, assistência social, trabalho remunerado, renda, trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e trabalho voluntário. Esses formam os parâmetros de referência

para verificar se há uma estratificação na provisão e distribuição dos cuidados, além de constatar se mulheres negras que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem menor qualidade de vida.

O teste estatístico de hipóteses comparou mulheres negras (Grupo de estudo) com mulheres brancas (Grupo1 de comparação). E o grupo de estudo com homens e mulheres brancas, amarelas e indígenas (Grupo 2 de comparação) no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro com mais de 14 anos.

Na pesquisa foram utilizadas as seguintes variáveis, cada qual compondo um dos testes de hipóteses: (i) Proporção grupo com ensino médio ou inferior; (ii) Proporção grupo que recebem algum programa de transferência de renda; (iii) Proporção grupo que estão desempregadas; (iv) Renda média familiar de grupo no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado; (v) Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por grupo; (vi) Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por grupo; (vii) Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário por grupo.

Na abordagem qualitativa, a técnica escolhida para a seleção das sujeitas da pesquisa foi a saturação teórica não havendo delimitação quantitativa e seu encerramento ocorre quando há repetições das informações coletadas (Fontanella et al., 2008). A aproximação destas ocorreu através de articulação com lideranças comunitárias e redes de contatos oriundas da minha atuação profissional.

Foram entrevistadas 13 mulheres cis negras na faixa etária entre 30 e 65 anos que realizam trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, inseridas no mercado de trabalho com e/ou sem vínculo empregatício, residindo na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, provedoras de cuidados a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, a fim de conhecer como acessam ou não os cuidados, de forma exploratória, para identificar seu usufruto e conhecer experiências e estratégias utilizadas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Para a realização da entrevista semiestruturada houve a elaboração de uma definição operacional de acesso e não acesso aos cuidados para estruturação de um roteiro (Apêndice B) composto por duas partes: a primeira caracteriza o perfil das participantes; a segunda com perguntas abertas e fechadas sobre o acesso/usufruto do cuidado, sendo classificadas em três eixos: (i) experiências e estratégias no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, (ii)

reconhecimento, redistribuição, redução e dimensão emocional e (iii) tempo, serviços, dinheiro e qualidade de vida.

Lembrando que foi realizado um levantamento bibliográfico, em que encontrei inúmeras publicações sobre cuidados, contudo em relação ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, mulheres negras, direito ao cuidado e organização social e políticas de cuidados as produções foram escassas. No campo do Serviço Social destaco as autoras: Cássia Carloto (2021), Regina Miotto (2015) e Rachel Passos (2018). No campo dos cuidados foi utilizada uma literatura em língua espanhola e inglesa, assim, consegui traduzir alguns textos utilizados em citações diretas, os que senti dificuldade em traduzir mantive na língua de origem.

O recurso metodológico utilizado para analisar os dados produzidos na pesquisa consistiu na técnica análise de conteúdo na modalidade temática e a sistematização ocorreu em forma de encruzilhada, cruzando as informações através da resposta às seguintes questões: (i) onde se cuida? (público ou privado), (ii) quem cuida? (raça, gênero e classe), (iii) quem paga os custos do cuidado? (Estado, Família, Mercado, Comunidade), (iv) quem recebe cuidados?

A referida tese é estruturada em quatro capítulos, alguns mais extensos diante do exercício de entrelaçar os conceitos à dimensão racial, tecendo uma análise racializada da pesquisa. Os títulos e subtítulos utilizam termos que escutei durante a produção do estudo e, de forma propositiva, buscam trazer elementos-chave discutidos em cada seção.

O primeiro capítulo intitulado “a cor do cuidado” propõe uma reflexão do cuidado a partir da dimensão racial, partindo da premissa de que a forma que o cuidado é organizado no Brasil consiste na própria manifestação do racismo, se estrutura na exploração e expropriação do trabalho de cuidado e doméstico. Neste utilizo Lélia Gonzalez (1979) em seu conceito de mulher negra anônima e resistência passiva⁷ discutindo a necessidade de enegrecer o cuidado mostrando a centralidade de mulheres negras na provisão e distribuição dos cuidados e problematizando seu lugar a margem do acesso aos cuidados. Utilizo a noção de resistência passiva para demonstrar que as custas do trabalho de cuidado e doméstico realizado por mulheres negras seja remunerado ou não houve a

⁷ Lélia Gonzalez (1981) ao refletir sobre a mulher negra refuta a ideia de submissão destas ao longo da história e apresenta a figura da “mãe preta” como exemplo de resistência passiva sendo responsável por africanizar a cultura brasileiro no cuidado com crianças brancas.

libertação de outras mulheres seja em sua família ou das famílias para o qual prestavam este serviço. Este processo de emancipação das futuras gerações na própria família denomino de ciclos geracionais de libertação. Aponto que neste campo é possível enxergar a dominação intragênero diante do racismo que estrutura as relações sociais. Reconhecer esta realidade configura num exercício de restituição da humanidade visibilizando a potência destas mulheres e ao mesmo tempo a violação de direitos que estão submetidas.

No segundo capítulo denominado “cuidado na encruzilhada” realizei uma discussão conceitual do cuidado pela ótica racial dividida em três seções, primeiro refletindo sobre cuidado como trabalho mediada pela categoria analítica trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, neste aponto a existência de uma divisão racial, sexual e social do cuidado diante da centralidade de mulheres negras em sua provisão. Utilizo a economia do cuidado para compreender que a não remuneração deste trabalho configura numa expropriação de 100% do valor gerado caracterizada por uma mais valia do cuidado, sendo assim entendo como trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada. Discuto que este trabalho é invisibilizado, e não invisível, a fim de evidenciar que existe uma intencionalidade na subtração do valor produzido e na invisibilidade gerada.

Segundo, faço uma reflexão referente o direito ao cuidado propondo sua inserção como 4º pilar da seguridade social e a criação de um sistema integrado interseccional de cuidados que articule as políticas de tempo, serviços, dinheiro, regulação e transformação cultural. E no terceiro problematizo o cuidado em tempos de pandemia apresentando suas especificações no período de crise sanitária com diferentes experiências na provisão, distribuição e acesso demarcados por raça, gênero e classe.

No terceiro capítulo “agenda pública de cuidados no Brasil” apresento a organização social e política do cuidado caracterizada pela familiarização, feminização e mercantilização do cuidado propondo a inserção da racialização, nesta encruzilhada discuto o ciclo vicioso do cuidado na reprodução das desigualdades e pobreza. E aponto a necessidade do reconhecimento do cuidado como direito a fim de democratizar seu acesso numa perspectiva desfamiliarizadora e desmercantilizadora. Explicito que a agenda pública do cuidado consiste num campo de disputa e tensionamentos de projetos societários caracterizados a depender do regime político em vigor. Apesar de a agenda pública de cuidados ser recente no Brasil, em comparações com demais países

na América Latina, a consolidação de nosso sistema de proteção social pode ser uma potencialidade no avanço da elaboração de um plano nacional de cuidados. Neste cenário ressalto a criação, em 2023, da Secretaria Nacional de Cuidados e Família que empenhada em elaborar a Política Nacional de Cuidados, e sinalizo a importância da interseccionalidade, sobretudo em considerar a dimensão racial nesta discussão.

Nesta reflexão chamo a atenção para a urgência de o Serviço Social entrar neste debate e se apropriar deste campo de estudo, principalmente pelo fato desta secretaria ter sido criada dentro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

E por último, no quarto capítulo, faço a análise de dados dos resultados da pesquisa, com a descrição do percurso metodológico, a exposição do campo e das sujeitas entrevistadas, o detalhamento do roteiro da entrevista semiestruturada e do teste estatístico de hipóteses, seguido do trabalho analítico da narrativa das mulheres cis negras anônimas entrevistadas. Esta reflexão foi dividida em seções que são: (i) cuidado pensado⁸, cuidado vivido⁹ e cuidado sentido; (ii) Reconhecer, Reduzir e Redistribuir os cuidados; (iii) Tempo, Dinheiro e Serviços; (iv) Qualidade de Vida (v) Pandemia do Covid-19 (vi) Racismo e (vii) Caracterização da encruzilhada do cuidado. Correlaciono os núcleos de sentido identificados nas narrativas das entrevistadas com os conceitos e problematizações trabalhados nos capítulos I, II e III.

Ressalto algumas chaves analíticas da tese que não utilizo em toda escrita do texto dado sua extensão e facilitação da leitura e compreensão: no decorrer da tese quando menciono “mulher negra”, estou tratando da mulher negra anônima, trabalho de cuidado e doméstico não remunerado me refiro ao trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada.

Diante do fato de o tema ser ainda uma área inexplorada, o referido trabalho é *njila*¹⁰, como na encruzilhada, abre caminhos e um campo de possibilidades. Através deste estudo pude perceber como mulheres negras abrem caminhos para outras mulheres, assim espero que esta tese abra caminhos para ampliação de pesquisas com compromisso de enegrecer o cuidado. Portanto desejo que este

⁸ Cuidado pensado é constituído por um movimento relacional de significar e ser significado nas relações que estabelece com o mundo que interage.

⁹ Cuidado vivido concretiza a realidade que interage com o pensado seja em tensionamentos ou em similaridades com as significações.

¹⁰ *Njila*, ou *gira* – no idioma kimbundu, *njila* significa abertura, caminho.

estudo provoque o campo do cuidado a reconhecer a dimensão racial como estruturante em suas investigações e contribua com seus resultados para esta discussão.

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça seguirão glorificando ao caçador.” Provérbio Africano

A imersão nos estudos de cuidado me provoca uma inquietude envolvendo as seguintes indagações: (i) quem pensa o cuidado? (raça, gênero, território, sexualidade, cosmopercepção¹¹...) De quem é este conhecimento? (ii) quem pensa... pensa o quê? E a partir de que ponto? Qual o conhecimento de cuidado tem sido conhecido e reconhecido por parte das agendas acadêmicas? (iii) e pensa sobre quem? Quem está no centro? Quem está nas margens? (iv) onde a mulher negra se encontra nesses estudos e questionamentos? O desenvolvimento deste capítulo estrutura-se a partir das reflexões acerca destes questionamentos.

Intelectuais Negras como: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Winnie Bueno, bell hooks, Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Audre Lorde e Grada Kilomba mostram a necessidade de nomear e especificar para ver a complexidade da realidade social e reconhecer as intersecções de raça, gênero, classe, sexualidade, território, religião etc., no permanente exercício de rompimento com o paradigma da universalização.

Estas indagações sinalizam pontos importantes para discussão do objeto de estudo que consiste em compreender como a organização social e políticas de cuidados (OSPC) fortalece desigualdades na provisão, distribuição e usufruto do cuidado a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

Na cor do cuidado parto da premissa que a forma de organização do cuidado no Brasil é a própria manifestação do racismo e se encontra ancorada na exploração de mulheres negras, fruto de uma herança colonial e escravocrata,

¹¹ O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. (OyèrónkẹOyèwùmí) Wanderson Flor do Nascimento “Traduzo aqui a expressão “world-sense” por “cosmopercepção” por entender que a palavra “sense”, indica tanto os sentidos físicos, quanto a capacidade de percepção que informa o corpo e o pensamento. A palavra “percepção” pode indicar tanto um aspecto cognitivo, quanto sensorial. E o uso da palavra “cosmopercepção” também busca seguir uma diferenciação – proposta por Oyèwùmí – com a palavra “worldview”, que é, usualmente, traduzida para o português como “cosmovisão” e não como “visão do mundo” (N. da T.).”

resultando na estratificação geracional que produz e reproduz assimetrias na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Concomitante ao uso desta premissa, utilizo o conceito de mulheres negras anônimas e resistência passiva de Lélia Gonzalez (1979) para considerar a existência de uma revolução silenciada em que as mesmas foram e são protagonistas de forma imediata e geracional ao longo da formação sócio-histórica do Brasil. Seja pelo trabalho de cuidado e doméstico remunerado que possibilita a “libertação da mulher branca [que] se tem feito às custas da exploração da mulher negra” (Lélia Gonzalez, 1979, p. 73), e por meio do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no qual mulher negra anônima em sua dupla jornada promove a emancipação das futuras gerações em suas famílias que denomino de ciclos geracionais de libertação. Como diz Lélia Gonzalez (1979, p. 51) “é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder”.

Mulher negra anônima é compreendida por Lélia Gonzalez (1979, p. 51) como:

[...] mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo.

Esta é a sujeita da pesquisa da referida tese e construo minha análise ao longo do trabalho afirmando a necessidade de partir de suas experiências e realidade para conceber cuidados no Brasil, de modo a pensar no direito ao cuidado. Sueli Carneiro faz um breve retrato da realidade de mulheres negras anônimas.

Fomos educadas para cuidar dos outros, de nossos companheiros, de nossos filhos, de nossos pais. Durante muitos séculos a obrigatoriedade desses cuidados foram fatores de opressão. [...] fomos privatizadas por longos tempos, confinadas ao espaço feminino, da cozinha, do lar, dos haréns. [...] fomos escravizadas, discriminadas e inferiorizadas racialmente. Arrancaram os nossos filhos de nossos seios. Nos obrigaram a amamentar e criar filhos que não eram nossos. Essa experiência brutal nos obrigou a conhecer profundamente o outro, o branco (Sueli Carneiro, 2020, p. 115).

Este conhecimento do outro, o branco, permite posicionar a mulher negra anônima no status denominado por Patricia Hill Collins (2016) de *outsider within*¹², com traduções de “forasteira de dentro” ou “estrangeiras de dentro”, que

¹² O termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português [...]. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro”. (n. da t.) (PATRICIA HILL COLLINS, 2016, p. 99).

proporciona as mulheres negras uma visão diferenciada diante do deslocamento entre os espaços dos brancos e não brancos, essa apropriação possibilita estar numa zona de fronteira. Segundo Djamila Ribeiro (2018, p. 139) este “não lugar” pode ser doloroso, mas também um lugar de potência.” No Brasil, o trabalho de cuidado e doméstico é um lugar de reflexão para este status de forasteira de dentro, no qual historicamente mulheres negras através deste trabalho ocuparam posições marginalizadas em ambientes marcados por grupos dominantes brancos. Segundo bell hooks (2015), esse ponto de vista único permite compreender a realidade a partir do olhar de dentro para fora, quanto de fora para dentro. Considero que este olhar diferenciado sobre a realidade contribuiu para que mulheres negras anônimas pudessem construir estratégias de resistência passiva e ativa no enfrentamento diário de sua realidade marcada por desigualdades e opressões, mas também por potência e transformação.

Reconhecer a experiência, visão única e realidade da mulher negra anônima no trabalho de cuidado e doméstico no Brasil, é um exercício de restituição de humanidades que foram negadas através da objetificação, invisibilização, do silenciamento, da superexploração engendrada por estruturas da colonialidade e do racismo.

Para Quijano (2005) colonialidade advém do colonialismo, pois alude a dominação a nível da identidade, valores, costumes, conhecimento e na intersubjetividade de um povo. Colonialismo e Colonialidade estão intrinsicamente interligadas, sendo a colonialidade advinda e ao mesmo tempo independente do colonialismo, ou seja, apesar do processo de descolonização a colonialidade sobrevive se mantendo de forma enraizada e duradoura nas estruturas subjetivas, no imaginário, nas formas de “ser” e “fazer”, no senso comum, na cultura e na epistemologia do povo que foi colonizado.

Para compreensão do racismo parto da definição de raça. Jurema Werneck e Fernanda Lopes (2006, p. 15) afirmam que “o conceito de raça operacionaliza a vigência do racismo permitindo sua naturalização, manutenção e disseminação” apesar de cientificamente já ser comprovada a inexistência de raça. Munanga (2003, p. 5) justifica “o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão.” E se raça operacionaliza o racismo, esta dinâmica estrutura as diversas instâncias da sociedade brasileira por meio das dimensões

ideológica, política, econômica e jurídica para manutenção de privilégios dos brancos a partir da opressão dos não brancos.

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. [...] A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material é afetado (Almeida, 2019, p. 22-23).

Almeida (2019) aborda o racismo como elemento constitutivo das relações sociais que faz parte da forma que a sociedade se organiza, não sendo uma criação, mas que se reproduz sistematicamente na estrutura jurídica, econômica, político e ideológico. Sendo concebido em três dimensões: (i) individualista, (ii) institucional e (iii) estrutural.

Para Grada Kilomba (2019) o racismo é um fenômeno estrutural, ideológico, institucionalizado e cotidiano, que por sua vez, “inclui a dimensão de poder revelado através das diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como: representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, etc.” (p. 76). Nesta realidade há uma violação de direitos em que pessoas negras não enxergam seus interesses, experiências e demandas seja individual, político e social fazendo parte da agenda pública comum.

Quando analiso o debate do direito ao cuidado, abordado no próximo capítulo, e as proposições de políticas de cuidados, discutidas no terceiro capítulo, fica evidente que as demandas, interesses e experiências de mulheres negras não fazem parte desta agenda e reflexão. Isso reforça a premissa de que no Brasil, cuidado é a manifestação do racismo. Françoise Vergès (2020) aponta a necessidade de haver atenção para a insistência “em não se admitir que estamos falando de estruturas, que o capitalismo racial desmorona sem o racismo, e com ele um mundo inteiro construído sobre a invisibilização, a exploração e a expropriação” (p. 92).

Grada Kilomba (2019) conclui que o reconhecimento da realidade de mulheres negras deriva da distinção dos entrelaçamentos “de raça e gênero em estruturas de identificação” (p. 101), e acrescento Djamila Ribeiro (2017, p. 41) “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que se é invisível”.

Mignon Duffy (2007) parte de autoras negras para enfatizar que quando a categoria gênero é considerada isoladamente de forma universal há um ocultamento dos impactos da raça e classe e outros aspectos das desigualdades.

Anna Araújo (2018, p. 65-66) afirma que

[...] a adoção de visões mais plurais, empiricamente significativas e críticas sobre o tema, o que implica rejeitar um suposto ponto de vista, epistemológico das mulheres – ou de algumas mulheres – como ponto de partida. [...] Reconhecer as pluralidades, tensões e contradições do cuidado oferecerá um terreno mais firme para reivindicar políticas sociais e direitos para os que cuidam e os que são cuidados.

E isto diz respeito a reprodução geracional de desigualdades e pobreza no qual a forma que o cuidado se organiza está no centro desta realidade, não se restringindo a um debate identitário. Como nos lembra Sueli Carneiro (2011): no Brasil a pobreza tem cor e é negra.

A questão racial é retratada nos estudos de cuidado quando são apresentados dados estatísticos que se preocupam em fazer a desagregação dos dados por raça/cor, neste momento fica evidente a manifestação do racismo, pois no âmbito da provisão do trabalho de cuidados e domésticos remunerados ou não, mulheres negras ocupam quantitativamente em números e horas superiores a mulheres brancas, e mesmo sendo pago, são as mais desvalorizadas no salário, no acesso a direitos como previdência social e vínculo empregatício, em comparação às mulheres brancas. Para bell hooks (2019, p. 60) “racismo dá poder às mulheres brancas para agirem como exploradoras e opressoras”. O que também se expressa na proposição de Sueli Carneiro:

[...] no sentido explícito que: a liberdade pleiteada pela mulher branca implica visceralmente na exclusão da mulher negra, já que esta não está identificada com a outra pelo sistema valorativo racista-etnocêntrico que delega à mulher negra as tarefas mais ínfimas da sociedade brasileira (Sueli Carneiro, 2020, p. 51).

Portanto a universalização e o uso da categoria gênero como totalizadora para analisar o cuidado são desafios a serem superados no campo da pesquisa acadêmica, pois são reprodutores do racismo na perpetuação da colonialidade. Conforme nos lembra Almeida (2019, p. 15) “a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo”. Igualmente, Lélia González (1985), quando afirma que raça, sexo e classe constituem os princípios organizativos da estrutura social brasileira. E Grada Kilomba (2019), na defesa de que o universalismo entre mulheres situa o gênero como foco primário e único de atenção por meio do ocultamento, exclusão e/ou contemplação periférica de raça e racismo que relega as mulheres negras à invisibilidade.

Sueli Carneiro (2011) aponta a necessidade de haver o reconhecimento da dimensão racial no uso universalizante da categoria gênero, pois esta determina desvantagens e privilégios entre as mulheres.

Kimberlé Crenshaw (2002) aborda a invisibilidade interseccional para pensar as diferenças intragrupo de gênero, a partir da identificação do problema de superinclusão e subinclusão nas análises de gênero e raça. A superinclusão consiste na universalização da categoria mulher e acontece na medida “que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância” (Kimberlé Crenshaw, 2002, p. 174).

Uma questão paralela à superinclusão é a subinclusão. Uma análise de gênero pode ser subinclusiva quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes (Kimberlé Crenshaw, 2002, p. 175).

Identifico que o cuidado se situa no entrecruzamento destas duas abordagens, sendo superinclusivo quando a própria diferença racial é invisibilizada e subinclusivo quando somente menciona uma diferença racial sem visibilizar seu conjunto de problemas e inseri-la de fato em sua análise.

Portanto, a interseccionalidade constitui numa chave analítica e ferramenta metodológica para o aprofundamento da reflexão, pois

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. [...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas de desempoderamento se movem. (Kimberlé Crenshaw, 2002, p. 177).

Os sistemas de opressão interagem através de intersecções complexas em que dois ou mais eixos (raça, gênero, classe) se entrecruzam num intenso fluxo de tráfego das avenidas do racismo, cisheteropatriarcado, capitalismo, colonialidade, entre outros. Carla Akotirene (2019)¹³ denomina de “encruzilhada”

¹³ Ver em Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade... Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/ferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-anos-de-interseccionalidade/>.

ao retratar os eixos como lugares multideterminados e posicioná-los nas avenidas da diferença, interdependência e interações estruturais.

Para Mignon Duffy (2007, p. 314) “uma abordagem interseccional trata a raça, gênero, classe, e outros sistemas de opressão como processos históricos e interdependentes [...] tornando-se central para o projeto de compreensão das desigualdades”.

Inspirada em Lélia Gonzalez, escolho por amefricanizar a reflexão do cuidado na encruzilhada, a partir da questão racial, no intuito de compreender a posição da mulher negra anônima na organização social e política do cuidado, com ênfase no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Utilizo como arcabouço teórico a epistemologia negra, priorizando análises de intelectuais negras amefricanas e fazendo o diálogo com a literatura de cuidado.

Percebo que no Brasil, a cor do cuidado é majoritariamente negra, o seu gênero é feminino e a classe posiciona os níveis de acesso que as sujeitas mercantilizam e/ou executam gratuitamente o trabalho de cuidado e doméstico.

Françoise Vergès (2020) afirma que o trabalho invisível [invisibilizado] executado predominantemente por mulheres racializadas [negras] sustentam a organização do mundo capitalista e o modelo de vida considerada saudável e civilizada do homem branco patriarcal e sua mulher branca. Portanto, mulheres negras tornam possível o funcionamento da sociedade heteropatriarcal, capitalista e neoliberal, e a existência deste modo de produção é viabilizada através do seu trabalho de cuidado e doméstico.

A cor do cuidado aponta a necessidade de haver o pensamento de mulheres negras a partir e sobre experiências amefricanas que reconheça o cuidado como uma questão racial a ser pautado na agenda acadêmica, já que ocupamos a centralidade na provisão do trabalho de cuidado e doméstico remunerado ou não, sendo este considerado o sustento da vida. Para isso é necessário enegrecer o cuidado!

1.1.

Enegrecer o Cuidado: mulheres negras anônimas na encruzilhada

“Quando a mulher negra se movimenta toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo.”

Angela Davis¹⁴

Enegrecer o cuidado é formulado a partir da reflexão de Sueli Carneiro (2003) acerca da situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, nesta a autora expressa a necessidade de enegrecer o feminismo.

[...] segundo Lélia Gonzalez, apresentam dois tipos de dificuldades para as mulheres negras: por um lado, a inclinação eurocentrista do feminismo brasileiro constitui um eixo articulador a mais da democracia racial e do ideal de branqueamento, ao omitir o caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem mediá-los na base da interação entre brancos e não brancos; por outro lado, revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar “toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo)” (Sueli Carneiro, 2020, p.137).

Construo a concepção de ‘enegrecer o cuidado’ para expressar a necessidade de partir e demarcar raça e racismo nas discussões, análises e proposições acerca do cuidado na academia, na agenda pública, na sociedade civil, nos diversos movimentos, no cotidiano e demais espaços, a fim de visibilizar como a intersecção dos marcadores sociais de raça, gênero e classe operam na produção de desigualdades instituindo diferentes ocupações e acessos na organização social e política de cuidados no Brasil.

Delimito a concepção de enegrecer o cuidado partindo de duas ferramentas analíticas: a encruzilhada e o pensamento oxunista. A primeira discutida no próximo capítulo, a segunda consiste num ativismo e movimento que opera numa lógica expansiva e inclusiva, não binária, para Oyèrónkẹ Oyěwùmí Oxum “é o signo da diferença. [...] é a mãe da humanidade” (2016^a, p. 53) Considero que o pensamento oxunista contribui para “ruptura epistêmica e linguística com as

¹⁴ Afirmação da filósofa Angela Davis em entrevista para El País sobre a visita ao Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>.

heranças coloniais” (Flor Nascimento, 2021, p. 389) capaz de ler experiências de mulheres negras anônimas.

Um pensamento oxunista percebe os riscos que o cercam, sobretudo os riscos coloniais, que são sedutores, e se afirma com a sagacidade de Oxum, que, entre o poder e o conhecimento, se recusa a ser subjugada. [...] Oxum aparece como um importante signo descolonizador, nos convocando a nos posicionarmos como herdeiras de sua progenitura, aprendendo com o passado, para transformar o presente. Não se trata de uma idealização do passado, mas de, estrategicamente, assumirmos nossa ancestralidade como presente em nós, apesar de todas as tentativas coloniais de borrá-la. Nesse contexto, o pensamento oxunista é, sempre, uma reivindicação ancestral (Flor Nascimento, 2021, p. 390-394).

Pensar na trajetória de mulheres negras anônimas e suas inúmeras estratégias e formas de resistência passiva e ativa nos coloca no centro da investigação e não na periferia do feminismo civilizatório. Pensar a partir da episteme de Oxum em sua força, potência e autocuidado é referendar a história das mulheres negras desde o processo diaspórico forçado de sua escravização, que apesar de inúmeros processos de dominação de mentes, corpos, saberes e subjetividades, seguem resistindo na força de Oxum.

A necessidade de enegrecer o cuidado parte dos estudos a respeito de suas produções teóricas ladino-amefricanas. Nesta identifiquei que os pilares da literatura de cuidados partem das bases eurocêtricas e anglo-saxônicas com algumas especificações para a realidade da América Ladina. Ao analisar a realidade brasileira a partir dessas bases percebo a invisibilidade da questão racial como um obstáculo para a compreensão da forma que o cuidado se organiza no Brasil.

Conceber o cuidado a partir da dimensão racial é um exercício de romper com a centralidade eurocentrada e anglo-saxônica para compreender a sua forma de organização na realidade brasileira, através de um movimento endógeno instrumentalizado por ferramentas de análise decoloniais e interseccionais. Assim, o cuidado é analisado na encruzilhada engendrada pelo sistema interligado de opressão de raça, gênero e classe interseccionada pelos fluxos das avenidas do racismo, colonialidade, cisheteropatriarcado, capitalismo.

Diante da polissemia do termo “cuidado”, compreendo-o numa encruzilhada composta por aspectos que o constitui e atravessa, cabendo destacar: (i) o cuidado como uma necessidade ontológica do Ser Social (Rachel Passos, 2018); (ii) seu aspecto relacional e interdependente sendo imprescindível para o funcionamento e sustento da vida (Joan Tronto & Berenice Fisher, 1990); (iii)

constituído simultaneamente por duas facetas: cuidado pensado¹⁵ (faceta de idealização fundada no eurocentrismo e perpetuada pela colonialidade) e cuidado vivido (aquele realizado em seu cotidiano) (Thamires Ribeiro, 2016); (iv) sua dimensão material enquanto um trabalho, de custos no aspecto econômico de produção de valor e psicológica que implica algum nível emocional (Karina Batthyány, 2020) que inclui a dimensão tempo; (v) expresso em sociedade de forma feminizada (Helena Hirata, 2009), que no Brasil é demarcada e estruturada pela racialização (Thamires Ribeiro & Pereira, 2022).

Enegrecer o cuidado reconhece a forma que se constitui na formação sócio-histórica brasileira, especificando a partir da colonização os diferentes grupos que protagonizam sua provisão, distribuição e acesso. Visibilizando sua herança escravocrata alicerçada pelo racismo estrutural engendrada por estruturas de colonialidade que confinaram a população negra na provisão deste trabalho de cuidado e doméstico desde a diáspora forçada africana. Demarcando sua raiz histórica perpetuada na reprodução geracional da desigualdade racial instituída pela estratificação na forma que o cuidado se organiza estruturada em sua distribuição por assimetrias dos lugares multideterminados de raça, gênero e classe. Expressa na realidade por meio dos grupos e da qualidade de acesso aos cuidados, no qual é nítido o segmento populacional branco majoritariamente com poder aquisitivo usufruindo dos cuidados no Brasil.

A formação sócio-histórica evidencia que segundo a UNESCO (2005, p. 9) “O Brasil, país com a segunda maior população negra do mundo – atrás apenas da Nigéria –, conseguiu ao longo de sua história produzir um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais negro e branco” O Brasil é marcado pelo racismo estrutural herdado do processo de colonização que dizimou, aproximadamente, 90% da população indígena¹⁶, traficou aproximadamente 4,9 milhões de africanos para escravização ao longo de 353 anos, onde a população negra conquistou sua “liberdade” em 1888, mas foram negados direitos básicos que garantissem a sua subsistência. As consequências desse processo se perpetuam atualmente, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os índices de desigualdade tiveram um aumento exponencial e persistente no segundo semestre de 2019, superando o pico histórico em 1989. A Pesquisa Nacional por

¹⁵ [...] o cuidado pensado representa o imaginário que estrutura os discursos de cuidado alicerçados na cosmopercepção de si, dos outros e do meio de cada povo e sociedade (Thamires Ribeiro, 2021, p. 20).

¹⁶ Ver Viezzer e Grodin (2018) “O maior genocídio da história da humanidade”.

Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada no primeiro trimestre de 2020, constata que a população negra corresponde a 56% da população brasileira. Outro estudo divulgado pelo IPEA, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), indica que negros/as são ainda hoje profunda e diretamente afetados pela desigualdade social. Esta desigualdade social tem cor no Brasil. Sueli Carneiro (2011) afirma a existência da apartação racial e revela que a raiz da desigualdade dita social é racial.

Temos uma desigualdade racial historicamente construída por processos que naturalizaram a exclusão social dos negros. Além dessa naturalização, que reserva para os negros um lugar de subalternidade na sociedade, a longa persistência dessa desigualdade revela um acordo oculto, uma cumplicidade ou indiferença em relação a tais assimetrias sociais (Sueli Carneiro, 2006, p. 31).

Diferente de outros países que instituíram explicitamente a segregação racial como parte do ordenamento jurídico-legal, no Brasil o mito da democracia racial alicerçada na miscigenação como mecanismo de uma apartação racial disfarçada omitiu as relações de dominação, exploração, opressão e violência, como, por exemplo, o estupro colonial e outras formas de embranquecimento da população negra e ameríndia. Lélia Gonzalez (1981) afirma que a eficácia deste mito decorre da dominação ideológica através da crença na inexistência do racismo e na crença da existência de uma harmonia racial graças à miscigenação. Este processo de negação da existência do racismo é denominado pela autora de “racismo por denegação”. Em sua análise os mecanismos de exploração, dominação e opressão colonial realizados na América Latina ocorreu não somente pelos corpos, mas no imaginário de cada povo dominado, num duplo mecanismo de internalização e afirmação da superioridade do colonizador e alienação dos colonizados. Neste processo atribuiu-se valor e naturalizou o lugar de dominação do colonizador branco europeu, a partir da destituição e anulação do valor de todo não branco.

Fanon (2008), em *Pele negra, máscaras brancas*, e Césaire (1978), em *Discurso sobre o colonialismo*, refletem sobre este processo de internalização da dominação a partir da construção de uma autoimagem inferior, da autonegação negra ao se ver inferior porque atribui e reconhece o branco como superior por meio da incorporação do eurocentrismo¹⁷. Neste processo, para Quijano (2005) a

¹⁷ Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes sejam, sem dúvida, mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua

ideia de raça foi fundante para legitimar a naturalização das formas de dominação, pois viabilizou uma hierarquização e classificação binária entre humanos e não humanos, civilizados e não civilizados, sujeitos e objetos, certo e errado. Audre Lorde (2019, p. 50) descreve que “grande parte da história ocidental europeia nos condiciona a ver as diferenças humanas como oposições simplistas de bom/mau, dominante/subordinado, superior/inferior”. Lélia Gonzalez (1988) exemplifica essa dominação racial a partir da fala do humorista brasileiro Millôr Fernandes, “quando disse: ‘No Brasil não há racismo porque os negros reconhecem o seu lugar’” (p. 313).

Essa visão binária e eurocêntrica é fundamentada pelo cristianismo na emolduração dos papéis sociais femininos e masculinos, sendo a mulher enquadrada no lugar de subordinação a dominação masculina cisheteronormativa. Isso irá conformar o cuidado em sua concepção e vivência pautado na colonialidade. Entretanto quando observamos a realidade de mulheres negras anônimas conseguimos perceber traços desta colonialidade atravessados por elementos constitutivos que rompem com esta subordinação imediata, cujo esta mulher não necessariamente adere a hierarquização em relação ao masculino cisheteronormativo, sobretudo, quando são de religiões com matrizes africanas, no qual há diferenças que são construídas a partir da complementação e não necessariamente da dominação e subordinação. Neste o cuidado possui um papel essencial, não sendo desvalorizado.

Para além da ideia de raça, cuidado também foi utilizado como forma de dominação. Uma Narayan (1995) reflete acerca de como o colonialismo instituiu um tipo de discurso do cuidado denominado de cuidado colonial para instauração de um projeto dito protetor e civilizatório¹⁸ que funcionou ideologicamente para justificar, permitir e ocultar as relações de poder, controle e dominação reproduzindo as hierarquias raciais e de gênero que coloca o homem/branco/heterossexual/patriarcal/cristão/europeu/capitalista em posição de total superioridade em relação aos povos colonizados, ao mesmo tempo que

contribuição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 126).

¹⁸ A autora denomina este projeto como “fardo do homem branco”, esta noção colonial incluía tanto um senso de obrigação de conferir o benefício da civilização ocidental para os colonizados e uma sensação de estar sobrecarregado com a responsabilidade de cumprir uma obrigação e a carga enraizada no sentido de serem agentes que tiveram a missão histórica mundial de trazer a luz da civilização e do progresso para os outros que habitam nas “áreas de escuridão”. E que permitiu aos colonizadores se definirem em relação aos sujeitos colonizados “inferiores” (Uma Narayan, 1995, p. 4).

desumaniza e infantiliza estes povos. Este projeto dito protetor e civilizatório se perpetuou por meio da ideologia do branqueamento¹⁹ que produziu, conforme Lélia Gonzalez, “o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura” (p. 326). Fanon (2008, p. 57) afirma que “Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar ‘a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram’, mas para assegurar sua brancura”. Assim o racismo, sobretudo o racismo latino-americano²⁰, tem sua eficácia sofisticada, pois articula diversas dimensões de dominação colonial de corpos e mentes, em que não foi necessária a nomeação de Apartheid, ou a explicitação de uma segregação racial no ordenamento jurídico para implementação da segregação entre brancos e não brancos.

O racismo é um dos princípios reguladores do sistema interligado de opressão e dominação de corpos e mentes que se perpetua há cinco séculos. Grada Kilomba (2019, p. 76) afirma que o “racismo é a supremacia branca” formada pela combinação do preconceito e poder e estruturado em três pilares: (i) construção de/da diferença; (ii) diferenças construídas inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos; (iii) formação do preconceito. E constrói a noção de racismo cotidiano para descortinar a constelação de experiências e episódios que reproduzem e presentificam a memória do cenário colonial (escravização e colonialismo) gerando “trauma colonial”, que nos aprisiona em imagens fixas e estereotipadas, nos colonizando novamente e reestabelecendo a ordem colonial, como dizem “colocando tudo nos seus devidos lugares”.

A identificação e nomeação destes lugares auxiliam na compreensão da organização social e política do cuidado na sociedade brasileira e a centralidade de mulheres negras anônimas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

O Racismo também estrutura as relações sociais na sociedade brasileira. Sueli Carneiro (2005) trabalha a noção de dispositivo de racialidade como ferramenta teórica para analisar o imbricamento das relações raciais e das relações de poder no Brasil, que produzem os processos de marginalização da racialidade negra em nosso país, a fim de desmistificar a democracia racial. Este

¹⁹ “A ideologia do branqueamento constitui-se como pano de fundo daqueles discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa “*democracia racial*” (Lélia Gonzalez, 1979, p. 63).

²⁰ Lélia Gonzalez (1988).

dispositivo de racialidade constitui historicamente um elemento que estrutura e opera nas relações raciais no Brasil. O dispositivo de racialidade ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura irá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizar-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão (Sueli Carneiro, 2005, p. 43).

Tanto racismo estrutural²¹ como dispositivo de racialidade possibilita compreender o paradoxo do duplo mecanismo (margem e centro) em que os negros foram posicionados em contraposição à visão de excluídos da sociedade brasileira. Os negros estão situados no centro do funcionamento desta estrutura social, no qual a exploração, expropriação, dominação e marginalização de sua força de trabalho constituem a engrenagem fundante, ao mesmo tempo em que o lugar por eles ocupado, na margem dos direitos e privilégios desta sociedade, mantém o centro de acumulação do capital ocupado pelos brancos. Desse modo, a naturalização da margem como única possibilidade é fundamental para o seu funcionamento. Retomando Almeida (2019), a normalidade da sociedade contemporânea se estrutura a partir do racismo, por isso que este é estrutural e estruturante.

Tomar conhecimento deste processo ideológico/psicológico e concreto/socioeconômico revela os mecanismos que levam pessoas negras a se enxergarem como objetos e tentarem se embranquecer na ilusão de alcançar o estatuto de sujeito como também explica esta sensação de “estar fora do lugar” (Grada Kilomba, 2019), de não pertencer, pois foram expropriados do direito de Ser.

Há esta anedota: uma mulher Negra diz que ela é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa. Branquitude, como outras identidades no poder, permanecem sem nome. É um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. Em geral, pessoas brancas não se veem como brancas, mas sim como pessoas. A branquitude é sentida como a condição humana. No entanto, é justamente esta equação que assegura que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras, permanecendo não marcada. E acreditem em mim, não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade (Grada Kilomba, 2018, p. 8).

Esta norma expressa apenas um único ponto de vista construído pelo eurocentrismo como um padrão cultural e imaginário de sobreposição a qualquer

²¹ Tenho conhecimento sobre a existência do debate sobre a substituição do conceito de racismo estrutural para racismo sistêmico. Sodré entende o racismo como institucional e intersubjetivo e contesta o termo racismo estrutural.

outra forma de ver o mundo. Para Grosfoguel (2008), este ponto de vista caracterizado como universal, neutro e objetivo reflete o sistema-mundo moderno colonial, que utilizou de sua dominação para incutir seu padrão de Ser, Sentir, Pensar e Fazer a fim de perpetuar a exploração e opressão após o processo de colonização perpetrada pela colonialidade²². Especificar possibilita sair da homogeneidade para heterogeneidade revelando as relações de opressões contidas neste dito universal.

Este processo de nomeação para os negros também é um processo de auto definição²³ de vir a Ser. Como dizem as intelectuais negras, “não nascemos negras, nos tornamos negras”, e isso é um processo de libertação dessa asfixia colonial. Destaco Neusa Souza que, em 1983 no seu livro *Tornar-se negro*, diz:

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. [...] A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitiram ter um rosto próprio (p. 77).

Descortinar os mecanismos de dominação também possibilita compreender como as instâncias políticas, econômicas, jurídicas e sociais se articulam e concretizam ações de manutenção do direito do grupo social branco a partir da negação de direitos aos não brancos. A partir da minha vivência, enquanto mulher negra, compreendi que quando nascemos a inferioridade é introjetada a partir dos processos de socialização e na observação do mundo e dos sujeitos/grupos sociais que ocupam os lugares aos quais são atribuídos valor e desvalor socialmente, e que grupos têm direitos e que grupos sofrem com a negação dos direitos. E por esta negação, quando crescem não conseguem acessar lugares de ascensão social confirmando exteriormente e interiormente a inferioridade introjetada/interiorizada. Conforme propõe Patrícia Collins (2016, p. 109) “atribui-se a um grupo status de inferioridade e depois usa esse status inferior como prova da inferioridade do grupo”, em uma espécie de profecia autorrealizadora.

²² Importante ressaltar que a colonialidade não é um elemento cuja gênese se dá ao término do colonialismo. Mignolo (2004) propõe uma reflexão em que, desde o século XII, a colonialidade tem sido gestada enquanto projeto civilizatório, desdobrando-se nos colonialismos históricos e, mais recentemente, nas heterarquias do sistema-mundo capitalista moderno/colonial.

²³ Auto definição é uma noção “trabalhada” por Patrícia Hill Collins (2016).

Saliento que isto não quer dizer passividade histórica dos negros no Brasil, mas sim evidenciar os processos de silenciamento que este sistema racista munido da ideologia do branqueamento, do mito da democracia racial, da colonialidade e do dispositivo de racialidade, entre outros, operou para a dominação de corpos e mentes dos negros no Brasil. Grada Kilomba (2018, p. 2) nos lembra “Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes têm sido constantemente silenciadas através de um sistema racista.” Apesar deste processo histórico de dominação, opressão e silenciamento, houve concomitantemente resistências, lutas e o que eu denomino de ciclos geracionais de libertação²⁴, nos quais as mulheres negras foram e são protagonistas.

Esta reflexão possibilita enxergar raça/racismo como elemento estruturante para análise sobre os lugares socialmente demarcados de provisão e usufruto do cuidado, alicerçado nesta lógica colonial do pertencimento de certos corpos a determinados lugares e seu processo de prestígio e ocultação, em que os considerados superiores com poder econômico possuem um consentimento social de usufruírem do trabalho de cuidado e doméstico, “de serem servidos e enaltecidos”, e aos considerados inferiores sem poder aquisitivo é incumbido o dever de servir, de prover o trabalho de cuidados e domésticos, sendo invisibilizados. Esta sombra da servidão do negro não está condicionada somente ao critério de classe, pois mesmo com ascensão social espera-se que corpos e mentes negros estejam à disposição para servir.

A relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre neoliberalismos, raça, gênero e heteropatriarcado. O proprietário do corpo eficiente, que tem como medida o corpo branco e masculino, deve demonstrar sua disposição de passar longas horas na academia ou no escritório, de trabalhar até tarde da noite e no fim de semana, pois essa capacidade é o sinal do seu sucesso e da sua adesão à ordem dominante; seu esgotamento é a prova do seu triunfo sobre as necessidades básicas dos simples mortais. “O” proprietário do corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência da lógica histórica do extrativismo que construiu a acumulação primitiva do capital – extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas. Essa economia do esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravidão, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social (como mostram tantas feministas negras), foi transformado em capital (Françoise Vergès, 2020, p. 19).

²⁴ Compreendo ciclos geracionais de libertação como ciclos de vida de mulheres negras que dedicam sua vida ao trabalho de cuidado e doméstico a fim de que as próximas gerações consigam acessar a educação e sair do confinamento deste trabalho de modo a acessarem os direitos e terem condições de vida melhores. Isso pode ser identificado em falas de negros e negras quando dizem que, graças ao trabalho de suas avós e mães, conseguiram ter condições melhores e acessar a universidade. A quebra do ciclo do trabalho doméstico e de cuidado ocorre de forma geracional.

Desse modo, o racismo é uma categoria de análise fundamental para a pesquisa, nesta reflexão a interseção dos marcadores sociais de raça, gênero e classe auxiliam na compreensão da estrutura de dominação que articula o sistema interligado de opressão na operacionalização da organização social e política de cuidados no Brasil e a centralidade nas mulheres negras anônimas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

1.1.1.

Mulheres Negras Anônimas no entrecruzamento de raça, gênero e classe

Gênero é uma categoria analítica, não é uma questão biológica. É uma construção social, cultural e histórica que determina e define responsabilidades para pessoas, expectativas sobre pessoas, papéis, proibições, recompensas, direitos, obrigações, que são diferentes para homens e mulheres. [...] Gênero é sempre relacional e está institucionalmente estruturado e hierarquizado por níveis que se diferenciam entre homens e mulheres. [...] Gênero responde a um contexto e se define num tempo e espaço determinado (Lucia Scuro, 2017, p. 21-22).

Corina Enríquez (2012) aponta as relações de gênero como um jogo entre práticas históricas que se diferencia de acordo com os papéis sociais de feminino e masculino (teorias, ideologias, crenças religiosas), as práticas institucionais (como o Estado e mercado) e condições materiais. Assim, não há como abordar gênero sem mencionar a construção histórica colonial dos papéis sociais de homem e mulher, imbuídos de expectativas que aprisionam mulheres e homens na reprodução de discursos e estereótipos demarcados, aparentemente, como inquestionáveis.

De acordo com Rita Freitas (2013), o conceito de gênero surge provocando críticas pela utilização, muitas vezes, de forma vulgarizada e indiscriminada como sinônimo da categoria mulher²⁵. Não se pode negar o seu valor na desconstrução das relações de dominação e papéis cristalizados, naturalizados entre homens e mulheres. O aspecto relacional constitutivo da categoria gênero possibilita reavaliar a construção social destes lugares masculinos e femininos, como também a ideia de uma mulher essencializada, unificada e representativa das demandas de todas as mulheres.

²⁵ A mulher cis negra é parte do objeto de estudo da referida tese por isso a reflexão é estruturada com este foco. Mas reconheço a necessidade de haver mais pesquisas que façam a investigação que contemple as múltiplas identidades e expressões de gênero.

A universalização da categoria mulher decorre das lógicas coloniais de dominação que oprimiram e subalternizaram o lugar da mulher na sociedade, situando-a no lugar de inferioridade social em relação ao homem branco, alicerçada pelo patriarcado (Heleieth Saffioti, 2004) que naturaliza a dominação-exploração das mulheres pelos homens, justificada pelo mito da fragilidade feminina. Este lugar de subordinação também é oriundo da visão eurocêntrica judaico-cristã deste sistema mundo moderno/colonial perpetuado pela colonialidade. Conforme Oyèronkè Oyèwúmi (2004), em algumas das sociedades africanas, em especial a Iorubá, antes da colonização, a função social das mulheres era considerada tão importante quanto os papéis sociais desempenhados pelos homens, numa concepção de complementaridade e não de hierarquização.

Destaco parte da fala de Sojourner Truth, em seu memorável discurso na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos em 1851 “Não sou eu uma mulher?”

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? [...] E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer (Sojourner Truth, 1851 apud Djamila Ribeiro, 2017, p. 22).

Sojourner Truth rompe com o discurso de “sexo frágil” a partir dos marcadores sociais de raça e classe e corrobora para a diluição da universalidade da categoria mulher, mostrando para mulheres e homens brancos as violências e opressões racistas sofridas por ser mulher negra, sua fala fundamenta o debate das mulheres brancas pelo direito ao voto, e também é njila, abre caminho para mulheres negras na reivindicação por direitos iguais aos das mulheres brancas.

Cabendo o seguinte questionamento: até que ponto a análise centrada somente em gênero como princípio organizador revela ou oculta outras formas de opressão?

Ficam evidentes os marcadores de raça e classe entre mulheres a partir da visibilidade das violências e opressões do sistema racista. Retomo a citação de Audre Lorde (2019, p. 150) “como mulheres, compartilhamos alguns problemas; outros, não”. Sueli Carneiro (2011), ao questionar a universalidade e singularidade da categoria mulher, reforça a necessidade de reconhecer a heterogeneidade e pluralidade desta através das especificidades imbricadas na experiência de Tornar-se Mulher, que se adensa e complexifica quando incluirmos os marcadores sociais de raça e classe. Portanto, a demarcação decorre da reivindicação de mulheres negras pela não homogeneização de gênero, conforme nos lembra Lélia Gonzalez (1980) “enquanto mulher[es] negra[s], sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais.” Mas de que mulheres estou falando?

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. [...] Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Sueli Carneiro, 2011, sem paginação).

Esta reflexão rompe com a falsa universalidade abstrata de Tornar-se Mulher revelando realidades vividas através das experiências diferenciadas existentes a partir de raça e classe que se entrecruzam quando falo de mulheres negras. Se para Simone Beauvoir a mulher é o outro, pois “não nasce mulher, tornar-se mulher” (1967, p. 9), para Grada Kilomba (2019) tornar-se mulher negra é “a *Outra* dos outros”, o que representa uma dupla ausência na antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade. “Mulheres negras, por não serem brancas nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca. [...] representamos uma Outridade dupla” (Grada Kilomba, 2019, p.190). Este posicionamento quebra com a invisibilidade a que as mulheres negras foram submetidas, a partir do movimento de nomeação que diferencia a experiência de ser mulher branca e ser mulher negra. Assim, mulher

é uma categoria que deve ser conjugada no plural e analisada de acordo com sua especificidade. De que mulheres estamos falando? Nesta pesquisa falo de nós, mulheres negras.

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão [...] Enquanto empregada doméstica, sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da 'inferioridade' que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada, que ela, mais do que ninguém, tem que enfrentar (Lélia Gonzalez, 1979, p. 44).

Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro destacam que o racismo constrói uma hierarquia de gênero que posiciona as mulheres negras na base da dominação, em maior situação de vulnerabilidade social.

Portanto, desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil que estão intimamente articulados a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros, e portanto aceita-se complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (Sueli Carneiro, 2020, p.165).

Lélia Gonzalez (1981) nos provoca com a indagação: ser mulher negra ou negra e mulher? Ao refletir sobre o duplo efeito da desigualdade articulada e manipulada pelo sistema racista e capitalista.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A "herança escravocrata" sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos [...] estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (Beatriz Nascimento, 1976, p. 82-83).

Este questionamento de Lélia Gonzalez e reflexão de Beatriz Nascimento me inquieta e faz pensar no uso de 'negra mulher' a partir do exercício de enegrecer o cuidado, ao analisar a organização social e política de cuidado no Brasil.

Grada Kilomba (2019), a partir da análise de Philomena Essed (1991) e bell hooks (1989), aborda esta dupla opressão a partir da interação que o racismo faz com outras estruturas de dominação como o sexismo e refere como racismo genderizado aquele que intersecciona raça e gênero, tornando-as indissociáveis

e que permite visualizar as mulheres negras no centro da opressão: “[...] o impacto simultâneo da opressão “racial” e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres negras e outras mulheres racializadas” (Grada Kilomba, 2019, p. 99).

Apesar de a análise de Grada Kilomba avançar na visibilidade das mulheres negras, considero como um ponto de partida na superação dessa imagem de controle²⁶ em que mulheres negras foram aprisionadas. Assim entendo a necessidade de especificar para visibilizar como njila, abertura de caminho para progredir no adensamento das reflexões e romper com a universalidade eurocêntrica hegemônica. “Por fim, negar à mulher negra agência enquanto sujeito e tratá-la como o ‘outro’ objetificado representa ainda uma singular dimensão do poder que constructos de oposição dicotômicos salvaguardam para a manutenção do sistema de dominação” (Patricia Collins, 2016, p. 109).

Ao analisar as mulheres negras brasileiras, destaco os estudos de Lélia Gonzalez que mostraram as representações sociais de “Mãe preta”, “Mucama” e “Mulata” em que as mulheres negras foram objetificadas e enquadradas, numa dupla imagem doméstica e/ou mulata/sexualizada, pela ideologia do branqueamento e a herança escravocrata. Articulada a essas figuras, a definição de mulher negra anônima expressa em sua análise mulheres negras enquanto sujeitas protagonistas do processo de africanização da cultura brasileira, da manutenção das famílias negras e dos ciclos geracionais de libertação numa emancipação geracional de mulheres negras e mulheres brancas, pois o trabalho de cuidado e doméstico realizado por mulheres negras nas casas das famílias brancas viabilizou a luta das mulheres brancas. No qual considero ter sido um processo interdependente, dado que é “ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa, de acordo com o sistema de dupla jornada [...]” (Lélia Gonzalez, 1979, p. 73).

Portanto, é necessário sim reconhecer e denunciar a superexploração, violência e invisibilidade em que o racismo genderizado posiciona e objetiva as mulheres negras na formação sócio-histórica brasileira, sobretudo, na forma que o cuidado se organiza no Brasil. Entretanto, é fundante evidenciar o papel de sujeita que as mulheres negras assumem e transformam esse “não lugar” doloroso em potência, provocando uma revolução silenciada ao longo da história.

²⁶ Conceito trabalhado por Patricia Collins (2016) para designar os estereótipos a que a mulher negra foi aprisionada.

Enquanto mulher negra pesquisadora, realizo uma pesquisa, que transita por esses dois polos a fim de comprovar que o confinamento de mulheres negras ao longo da história no trabalho de cuidado e doméstico também foi utilizado como instrumento para libertação geracional de mulheres negras e mulheres brancas no Brasil.

Mulheres negras encontram-se no centro da dominação e exploração, o posicionamento das mesmas na base da pirâmide econômica e social²⁷ e sua predominância no trabalho de cuidado e doméstico reproduzem uma “herança escravocrata/um destino histórico”²⁸ que sustenta o engendramento do racismo e a manutenção da ordem colonial, por meio da ocultação da centralidade da dominação de mulheres negras para o funcionamento do modo de produção capitalista. Isto deflagra uma divisão racial, sexual e social do trabalho que viabiliza o acúmulo do capital através do racismo estrutural e estruturante da produção e reprodução do sistema de estratificação social, que provoca sobre mulheres negras o que Sueli Carneiro denomina de “asfixia social”.

[...] As mulheres negras brasileiras compõem em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas de vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (Sueli Carneiro, 2011, p.129).

Diante disso me pergunto: e as mulheres brancas pobres? Estas compartilham do que Lélia Gonzalez chama de privilégio racial.

A opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isto significa, em outros termos, que se as pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), executando sua filiação racial, entram no campo da competição o resultado desta última será desfavorável aos não brancos (Lélia Gonzalez, 1980, p. 98-99).

Apesar de mulheres brancas serem oprimidas por serem mulheres e pobres, estas não sofrem das mazelas do racismo e desfrutam das vantagens da branquitude “como este sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora não sejam signatários” (Sueli Carneiro,

²⁷ De acordo com o IBGE e o IPEA as mulheres negras permanecem na base da pirâmide econômica e social no Brasil, que revela a mulher negra como a maior vítima da desigualdade social. Ver em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

²⁸ Termos utilizados por Beatriz Nascimento (1976) ao analisar as opressões sofridas por mulheres negras na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho.

2011, p. 91). Além disso, quando mulheres brancas e mulheres negras ascendem economicamente, as mulheres negras ainda ficam confinadas na imagem de controle da doméstica ou mulata em estereótipos de servidão, no qual esperam dela, independente do espaço que ocupa, a disponibilidade de servir, como já mencionado, diferente das mulheres brancas.

Assim penso e percebo que historicamente a afirmação de acesso a direitos e emancipação da mulher branca aconteceu através da exploração e negação de direitos das mulheres negras, haja vista o recente reconhecimento do serviço doméstico enquanto um emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentado pela Lei complementar 150, de junho de 2015. E a ausência de normatização e regulamentação do trabalho de cuidado enquanto emprego. Isto denuncia o cuidado enquanto a própria manifestação do racismo e o quanto a lógica colonial ainda se faz presente e deflagra a responsabilidade também de mulheres brancas nesse papel de exploração e hierarquização racial e de gênero.

A recusa em reconhecer a diferença torna impossível enxergar os diversos problemas e armadilhas que encaramos enquanto mulheres. [...] no sistema de poder patriarcal em que o privilégio da pele branca é um dos principais pilares, as arapucas usadas para neutralizar as mulheres negras e as mulheres brancas não são as mesmas. [...] mulheres brancas encaram a armadilha de serem seduzidas a se unir ao opressor sob o pretexto de compartilharem o poder. Para mulheres brancas, existe uma ampla gama de pretensas escolhas e recompensas em troca de se identificarem com o poder patriarcal e suas ferramentas (Audre Lorde, 2019, p.148-149).

Enquanto para nós, mulheres negras, a luta é pela sobrevivência nossa e dos nossos. O racismo estrutural confere poder às mulheres brancas de reproduzirem a exploração e opressão nas mulheres negras, sendo o trabalho de cuidado e doméstico remunerado e não remunerado um campo que explicita paradigmaticamente a exploração e opressão intragênero. Evelyn Glenn (2010) denomina como Servidão Racializada de Gênero, na medida que “mulheres perpetuaram a ideologia dominante de obrigação das mulheres no cuidado, simultaneamente reforçando a desigualdade de raça, classe e gênero” (p. 87).

Deve-se assegurar à mulher branca que ela encontrará tudo limpo, mas sem nunca ser confrontada com a realidade da limpeza e, portanto, com a presença daquelas e daqueles que a realizam. Este é um dos princípios fundamentais da limpeza: ela deve permanecer invisível. Para que essa invisibilização seja possível, não só se faz o responsável pela limpeza desaparecer da tela social, como a violência e desprezo pelo seu trabalho são legitimados. [...] A limpeza se baseia na violência e na arbitrariedade. Mas a mulher branca rica, que segue adiante em um universo limpo e protegido graças às mulheres racializadas (e aos homens, no caso da segurança), não deve enxergar nem essas mulheres nem essa violência (Françoise Vergès, 2020, p. 132).

A título de exemplificação, menciono o caso Miguel²⁹, criança negra com cinco anos de idade, morta em 2 de junho de 2020, após a queda do 9º andar de um edifício, no centro de Recife/PE. Sua mãe, Mirtes Souza, mulher negra e empregada doméstica, que foi obrigada a trabalhar mesmo durante a pandemia de Covid-19. Sua patroa, Sari Corte Real, mulher branca e esposa de Sergio Hacker, prefeito da cidade de Tamandaré/PE, ficou cuidando de Miguel enquanto Mirtes levava a cadela dos patrões para passear. Sari Corte Real foi atuada em flagrante por homicídio culposo, quando não há intenção de matar, e solta após pagar fiança de R\$ 20 mil reais. Seu nome e registro fotográfico foram ocultados, só revelados após pressões populares. Mirtes disse “Se fosse eu, meu rosto estaria estampado e não teria direito a fiança”, deflagrando o racismo da sociedade brasileira. O racismo que estrutura um aparato político, jurídico e estatal que outorga a realização do trabalho doméstico na justificativa de ser considerado um serviço essencial num contexto de pandemia da Covid-19, é o mesmo que evoca o lugar de servidão de mulheres negras para conformação social, mobiliza mecanismos de proteção à patroa (mulher branca), ataques virtuais à família de Miguel e reifica a memória colonial. Após pressões por justiça, advindas de movimentos sociais e militantes em conjunto com Mirtes, o caso está em andamento.

Mulheres negras possuem um papel central para o funcionamento desta sociedade, esta estrutura social não funcionaria sem a sustentação que desempenham através do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e mal remunerado.

1.2.

Está cansada de quê? Provisão e distribuição dos cuidados

“Somente quem carrega sua própria água sabe o valor de cada gota derramada no chão.” Autoria desconhecida

Esta indagação é presente na vida de mulheres que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Os inúmeros afazeres cotidianos consomem, em média 21 horas semanais para viabilizar a manutenção do bem-

²⁹ <<https://www.geledes.org.br/caso-miguel-sari-corte-real-e-indiciada-por-abandono-de-incapaz-que-resultou-em-morte/>>.

estar, o funcionamento da vida e cuidado das pessoas, conhecidas também como tarefas de cuidado e domésticas são desvalorizadas e invisibilizadas socialmente.

Angela Davis (2016) afirma que este infinito esforço constituído por tarefas intermináveis e indefinidas são aceitos como naturais a mulher e reconhecidas enquanto uma obrigação, sendo praticamente invisíveis, repetitivas e exaustivas, notadas somente quando não são realizadas.

Os dados produzidos pelo teste de hipóteses com base na PNADc demonstram uma diferença entre o grupo de estudo composto por mulheres negras e o grupo 1 formado por mulheres brancas na dedicação de horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro. Mulheres negras dedicam em média 21 horas ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e mulheres brancas destinam 20 horas. Apesar da diferença ser considerada pequena, o contexto de racismo que estrutura a realidade brasileira e as diversas expressões da questão social que a população negra enfrenta complexifica este cenário.

Essa complexidade pode ser visualizada ao analisar a média de renda familiar mensal, mulheres negras possuem R\$3.465,00 e mulheres brancas tem R\$6.385,00. Assim, mulheres negras precisam criar inúmeras estratégias para conseguir suprir as demandas da reprodução social diante da redução monetária, já mulheres brancas possuem maiores condições de mercantilizar as demandas de cuidados e domésticas.

Compreendo que a provisão e seus custos do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é invisibilizada, diante da forma que se organiza e é distribuída socialmente. Há uma intencionalidade na permanência desta invisibilização, pois é um dos pilares de sustentação do modo de produção capitalista, do sistema de proteção social e da sociedade capitalista neoliberal.

Como a sociedade funcionaria se não tivéssemos quem fosse realizar as compras dos alimentos, a preparação da comida, a manutenção da casa (lavar, enxugar, estender, varrer, passar, arrumar, higienizar, limpar, retirar o lixo...), cuidar das crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e/ou em estado de adoecimento (responsável por acompanhar no deslocamento para os equipamentos de educação, saúde, assistência social, previdência social, esporte, lazer, etc.) e (dar banho, alimento, atenção, escuta, etc.)? É um trabalho interminável que gera: (i) consumo excessivo físico, mental, emocional, temporal e financeiro; (ii) sobrecarga mental e desgaste emocional tendo consequências

para a saúde mental; (iii) pobreza de tempo; (iv) produção de desigualdade social; (v) chegando ao esgotamento e exaustão.

Essa provisão é realizada nos domicílios em dois formatos de trabalho: (i) remunerado via contratação de serviços, mercantilizados de forma mal paga e majoritariamente ofertada por mulheres negras, denominada por Evelyn Glenn (2010) de servidão racializada de gênero e (ii) não remunerado via a execução feminizada deste trabalho de forma gratuita conhecida pela mesma autora como cuidado forçado por uma obrigação de parentesco. Este segundo, compreendo como trabalho que possui seu valor econômico desviado, pois quando não é pago a quem o faz há um outro que se apropria deste valor através da expropriação alicerçada por um imaginário social de naturalização feminina que foi socialmente construído.

A análise do trabalho doméstico no âmbito da família deveria ser um ponto de partida para “revelar a extensão e a invisibilidade do trabalho reprodutivo privado e público na terra, sua gratuidade e o lucro que a economia do capitalismo obtém dele. Em suma, é ele que revela a face oculta da sociedade salarial” (Louise Toupin, 2014 apud, Françoise Vergès, 2020, p. 123).

Não pago ou não remunerado contribui para uma noção de inexistência reforçando sua invisibilidade, porém o termo de ‘remuneração desviada’ expõe a realidade deste valor a ser pago, mas que não é recebido por quem o realizou, não sendo repassado, produzindo uma mais valia doméstica de 100% de expropriação, isto é um ponto de atenção. E mesmo que seja trabalho necessário para a manutenção da vida e da sociedade, não há reconhecimento, visibilidade, valorização, sendo silenciado socialmente. Considero que a utilização da noção de trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada contribui para o rompimento desta chave de alienação, pois evidencia que gera lucro e obriga a demarcação e nomeação de quem se apropria e de quem é explorada.

As definições dos papéis de gênero na provisão do trabalho de cuidado e doméstico parte de uma construção histórica e colonizada. A existência da divisão racial, sexual e social deste trabalho deriva do advento da propriedade privada. Segundo Angela Davis (2016, p. 238) “Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica.” Mas a ideologia burguesa hierarquizou esses papéis cujo “A origem da noção burguesa de que a mulher é a eterna serva do homem carrega em si um enredo revelador” (p. 239).

Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) chama atenção para a universalização ocidocêntrica e eurocêntrica que homogeneíza gênero descaracterizando sua construção sócio-histórica e temporal o demarcando como princípio organizador em todas as sociedades. Através de suas pesquisas afirma que em Nigéria nas sociedades iorubás o trabalho de mulheres torna-se invisível a partir do processo de colonização, pois antes estes eram realizados de forma complementar e não hierarquizados. Situa a senhoria como princípio organizador desta sociedade antes da colonização dos territórios iorubás. E enfatiza que “[...] os relacionamentos são fluídos e os papéis sociais são situacionais colocando continuamente os indivíduos em funções variáveis, hierárquicas e não hierárquicas, a depender do contexto” (Oyèrónkẹ Oyěwùmí, 2020, p. 177).

No Brasil, partindo do processo de colonização, temos uma hierarquização pautada na raça e gênero, no qual, desde a diáspora forçada africana foi designado pelos colonizadores, a população negra, sobretudo mulheres negras, a provisão do trabalho de cuidado e doméstico, entrelaçados nas tramas da colonialidade do Ser, Saber, Fazer e de Gênero. A colonialidade, pautada nas lógicas eurocênicas, racistas e cisheteronormativas engendra no imaginário social as idealizações, inapropriadamente universalizadas, em formato de modelos padronizados com funções determinadas a serem seguidos e enquadrados de família, mulher, homem...

Para Angela Davis (2016) a criação da figura “dona de casa” e “mãe” subordinada ao homem e restringida ao espaço privado e doméstico foram modelos universais de caracterização do feminino e subproduto ideológico de radical transformação econômica que emergiu como “uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas” (p. 242). Em países que tiveram em seu processo histórico a colonização e escravização, mulheres negras não puderam se restringir somente ao espaço doméstico de suas famílias, porém tiveram que se tornar fortes a todo custo, sendo o pilar de sustento de sua família e força para sua comunidade na luta diária pela sobrevivência.

No Brasil, dentre várias mulheres negras, destaco a reflexão de Carolina Maria de Jesus em *Diário de Bitita* (1986, p. 32-33) sobre favelização e trabalho doméstico.

As mulheres pobres [negras] não tinham tempo disponível para cuidar dos seus lares. Às seis da manhã, deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. As empregadas eram obrigadas a cozinhar, lavar e passar. Deixavam o trabalho às onze da noite. [...] Quantas louça e talheres e

panelas para serem lavadas! E tinha que arear os talheres. Lavar os ladrilhos, enxugá-los com panos. Deixavam o trabalho às onze da noite. Trabalhavam exclusivamente na cozinha. Era comum ouvir as pretas dizerem: — Meu Deus! Estou tão cansada! [...] A comida que sobrava, elas podiam levar para suas casas. E nas suas casas, os seus filhos, que elas chamavam de negrinhos, ficavam acordados esperando mamãe chegar com a comida gostosa das casas ricas. [...] “Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira e outros porqueiras que vieram do além-mar. [...] No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato. [...] Que luta para aquela mãe criar aquele filho!”.

É evidente a divisão racial, sexual e social do trabalho. Mulheres negras através do trabalho de cuidado e doméstico remunerado e de remuneração desviada conseguiram ao longo de décadas num contexto de pobreza, esgotamento e violências prover o sustento e o alicerce de suas famílias e por vezes comunidade. Sua realidade explicita o rompimento da associação exclusiva e vinculada de feminino restrito ao espaço privado e doméstico, abrindo caminhos para discutir seu valor, a partir da visualização da contradição entre sua remuneração quando mercantilizado e a necessidade de mensuração do valor da remuneração desviada quando não é remunerado.

Para Evelyn Glenn (1992) a divisão racial do trabalho reprodutivo³⁰ é o elemento chave utilizado para exploração de mulheres étnico-raciais, assim é essencial que raça e gênero sejam compreendidos pela interseccionalidade como um sistema interligado, em vez de aditivos. E aponta que à medida que a provisão deste trabalho avança no mercado em ocupações variadas, afastando-se do ambiente doméstico e desempenhadas em diversas instituições, há uma hierarquização no preenchimento das funções, em que mulheres étnico-raciais permanecem na retaguarda como serventes, merendeiras, auxiliar de serviços gerais, camareiras, auxiliar de enfermagem... em que intitula de “trabalho sujo”. Enquanto mulheres brancas executam papéis de supervisão como enfermeiras, médicas, coordenadoras...

Mignon Duffy (2007) parte da autora acima citada, utilizando da lente interseccional para progredir na compreensão das desigualdades de raça e gênero no mercado de trabalho, e argumenta que quando cuidar entra na economia formal emerge uma cisão marcada por etnia, raça e classe que divide e hierarquiza as ocupações desempenhadas pelas mulheres, designando mulheres brancas de classes médias a profissões de cuidado como: enfermeiras, assistente

³⁰ O que Evelyn Glenn denomina de trabalho reprodutivo é tratado nesta tese como trabalho de cuidado e doméstico. Para a autora, o trabalho reprodutivo diz respeito ao trabalho que mantém a vida diária e que reproduz a próxima geração.

social, professoras, médicas, etc. e a mulheres étnico-raciais aos serviços de: limpeza, preparação de alimentos e serviços, operadoras de lavanderias, trabalhadoras domésticas, numa associação direta de serviços de cozinha & limpeza. Para isto atribuí uma nomenclatura que subdivide e categoriza estes trabalhos em “*nurturant*” (nutritivo) e “*nonnurturant*” (não nutritivo), a partir da análise da ocupação dos postos de trabalhos nos Estados Unidos, com ênfase na abordagem do trabalho não nutritivo nota-se “à criação e manutenção da segregação e desvalorização ocupacional” (Mignon Duffy, 2007, p. 330), afirmando que:

[...] o trabalho que é mais visível – mais público – tende a ser mais dominado pelos brancos, enquanto que os trabalhadores étnico-raciais estão por vezes representados entre os trabalhadores que permanecem mais invisíveis. [...] e leva a compreensão de como certos empregos se tornam guetos ocultos ocupacionais para os membros mais marginalizados da sociedade (Mignon Duffy, 2007, p. 331, tradução nossa).

As autoras acima citadas reforçam a necessidade de interseccionar, de forma interligada, raça, gênero e classe no desenvolvimento de análises da provisão do trabalho de cuidado e doméstico constatando que sua interseção mostra as distinções intragênero e as diferentes realidades e opressões vivenciadas por mulheres brancas e não brancas.

No Brasil, Hildete Melo (2020, p. 1) informa que mulheres “estão mais concentradas nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos remunerados, alojamentos, alimentação, atividades que estão diretamente relacionadas à reprodução da vida” Estas ocupações possuem menor remuneração e piores coberturas sociais. Quando se realiza uma análise interseccionando raça e gênero, a situação de mulheres negras é desvelada de forma crítica e profunda.

[...] é preciso notar que há diferenças de gênero/raça substanciais em outras dimensões do mercado de trabalho, tais como na participação da força de trabalho, taxa de desemprego, ocupações, características do trabalho e mobilidade profissional que, de certa forma, estão bastante correlacionadas [...] verifica-se o quanto a distribuição do rendimento do trabalho por grupos de raça/gênero é desproporcional (FGV, 2021, sem paginação).

No Brasil, é possível identificar as categorizações propostas por Evelyn Glenn e Mignon Duffy, em que mulheres brancas concentram ocupações de postos de trabalhos mais visíveis, com maiores rendimentos e proteção social do que mulheres negras, estas ainda possuem predominância no trabalho doméstico e na informalidade sob a roupagem do empreendedorismo. Esta última está

presente em diversas ocupações sob o discurso entusiasta do capitalismo de “seja seu próprio chefe”, que oculta a flexibilização, desmonte dos direitos trabalhistas e da proteção social. A título de exemplificação:

Na realidade, a crise econômica brasileira tem possibilitado um deslocamento do trabalho formal (com carteira de trabalho) para o informal e, de forma perversa, 82% destes novos postos de trabalho foram ocupados por mulheres negras, grande parte delas no emprego doméstico, sendo 71,2% destes postos de trabalho informais, e as demais são trabalhadoras por conta própria (ambulantes e cuidadoras) (Hildete Melo, 2020, p. 1).

Na ocupação do trabalho doméstico nota-se a disparidade entre mulheres brancas e negras, que executando o mesmo serviço no mercado, as mulheres brancas têm rendimentos maiores e mais cobertura social em comparação a mulheres negras. Luana Pinheiro et al. (2019, p. 27) “evidencia a heterogeneidade da categoria de trabalhadoras domésticas e o fato de que coexistem, em um mesmo momento, populações sujeitas a diferentes níveis de vulnerabilidade e desproteção social.” Essa realidade retrata o privilégio racial existente na sociedade brasileira estruturada pelo racismo.

Isto reforça a concepção de Juliana Teixeira (2021) acerca do trabalho doméstico em que define como uma versão atualizada da relação de trabalho escravocrata, que se “intercruza nas avenidas entre racismo, cisheteropatriarcado e classismo, em função dos lugares estruturais ocupados pelas trabalhadoras ou por seus núcleos familiares” (p. 138).

As famílias com poder aquisitivo no Brasil ancoram sua necessidade de cuidado na mercantilização através da contratação de serviços domésticos precarizados escancarando suas raízes escravocratas.

As trabalhadoras domésticas representam o segundo maior grupamento ocupacional de mulheres no Brasil, ficando atrás apenas do comércio, categoria que, na PNAD, engloba um conjunto de atividades muito mais heterogêneas que o emprego doméstico (Luana Pinheiro et al. 2019, p. 40).

Utilizo Françoise Vergès (2020) para lembrar a indispensabilidade da provisão do trabalho de cuidado e limpeza para o funcionamento da sociedade capitalista neoliberal que se estrutura na intersecção do racismo com o patriarcado, mantendo a invisibilização deste trabalho marcado pela racialização, generificação, mal remuneração, desvalorização e subqualificação, operada pela distinção dos corpos, através da designação de que corpos brancos são para serem cuidados e idealizados num modelo de vida saudável sustentado pelo esgotamento e exaustão de corpos racializados considerados descartáveis.

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas, faz com que ela se volte para prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica, tem sofrido um processo de reforço quando à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa, de acordo com o sistema de dupla jornada (Lélia Gonzalez, 1979, p. 73).

A realidade cotidiana vivenciada por mulheres negras anônimas entrecruza estas avenidas que sustentam e perpetuam a produção de assimetrias e desigualdades raciais, de gênero (intra e inter) e sociais. A provisão do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada em seu formato não remunerado, feminizado e realizado nos domicílios, em sua maioria, pela obrigação de parentesco, se encontra no centro da estratificação social produtora de assimetrias, conformando num círculo vicioso. Karina Batthyány et al. (2020, p. 2) partem do contexto latino-americano para a seguinte descrição:

[...] las desigualdades sociales están estrechamente vinculadas con la provisión desigual de cuidado familiar y social conformando un verdadero círculo vicioso: quienes tienen más recursos disponen de un mayor acceso a cuidados de calidad, en circunstancias que tienen menos miembros del hogar que cuidar. Aquellos que disponen de menores recursos para acceder a los cuidados mercantiles y que tienen más cargas de cuidado acumulan desventajas por el mayor peso del trabajo doméstico familiar, por las dificultades en el acceso a los servicios públicos y la necesidad de recurrir a cuidadoras en situación de informalidad.

Joan Tronto (2013) em contexto estadunidense tem uma reflexão similar, porém enfatiza a responsabilidade pública na provisão de cuidados, definindo como cuidado neoliberal a geração de cuidados desiguais na medida em que tenta negar qualquer responsabilidade pública pelos cuidados, assim famílias desprovidas de recursos financeiros não conseguem contratar serviços de cuidados, que gera um ciclo de desigualdades. E irresponsabilidade privilegiada que consiste na vinculação do poder econômico ao nível de poder de delegar as responsabilidades de provisão de cuidados.

Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) partem do contexto francês para descreverem de forma similar a provisão de cuidados, propondo a existência de um modelo de delegação e conciliação. Na delegação há incumbência de principalmente outra mulher a execução do trabalho de cuidados e doméstico. Já a conciliação cabe, majoritariamente, as mulheres conciliarem vida familiar na provisão do trabalho de cuidados e domésticos a vida profissional.

A abordagem de círculo vicioso, cuidado neoliberal, irresponsabilidade privilegiada e modelo de delegação e conciliação descrevem a partir da categoria gênero a forma de organização da provisão do trabalho de cuidado e doméstico

mencionando a questão étnico-racial de forma pontual. Entretanto, não utilizam a raça como elemento chave na distinção intragênero que demarcam a hierarquização da ocupação do lugar de delegação e contratação desses serviços de cuidado, e da conciliação acumulando desvantagens e sobrecarga na execução deste trabalho de forma não remunerada.

Esta acumulação de desvantagens agudiza pelo regime familista que o Brasil é constituído integrado a recente conjuntura do governo (2018-2022) marcada pela junção do ultraconservadorismo com o ultraneoliberalismo. Neste há uma defesa pelo modelo eurocêntrico patriarcal cristão cisheteronormativo de família sob a ideologia burguesa responsável pela carga, quase que exclusiva, de provisão dos cuidados, ocultando seus custos no trabalho de cuidados e doméstico não remunerado, legitimando a retração desmedida da atuação do Estado, a ponto de, por vezes, isentá-lo do compartilhamento desta responsabilidade.

Neste cenário visualizamos o círculo vicioso marcado pela seguinte dinâmica: a família outorga por meio da obrigação de parentesco, num cuidado forçado a mulher, que dependendo do poder econômico mercantiliza, compartilha e/ou executa de forma integral, parcial ou pontual o trabalho de cuidado e doméstico, tendo como atores o mercado, familiares e/ou a rede de apoio, sendo na modalidade mal paga, gratuita, ajuda.

Mal paga ocorre via formalidade e informalidade mercantilizada através da contratação majoritária de mulheres negras para a provisão deste trabalho nas casas das famílias brancas com poder aquisitivo. Estas que ofertam seus serviços via mercado acabam na informalidade pagando com valores ainda menores a outras meninas, adolescentes e mulheres de suas famílias ou do território para “tomarem conta” de seus filhos, sem nenhuma regulação e mediação do governo ou mercado. Esta é uma das acrobacias utilizadas para viabilizar a reprodução social. Nota-se uma pirâmide de subvalorização, subremuneração e precarização.

Nadya Guimarães (2019) descreve a “ajuda”, como uma rede de solidariedade tecida em redes que ampliam a mobilização do grupo familiar aos circuitos de amizades locais e/ou comunitários.

Uma terceira configuração do trabalho de cuidar, igualmente relevante para definirmos a especificidade do contexto brasileiro, diz respeito àquelas formas que, além de não serem classificadas dentre as chamadas “ocupações de cuidado” (porque não são social e institucionalmente reconhecidas enquanto tal), tampouco são significadas pelos que as desempenham como trabalho de cuidado,

e nem mesmo como trabalho. São socialmente codificadas pelos próprios atores como “ajudas” (Nadya Guimarães, 2019, p. 24).

Suponho que esta forma de compartilhamento do cuidado decorre também de uma memória³¹ ancestral e anticolonial do modo em que este era pensado e vivido em coletividade. Beatriz Nascimento (1976) entende o quilombo como o próprio corpo negro que carrega em si uma memória ancestral e em suas práticas e vivências de aquilombamento. O corpo negro também é um espaço de memória.

Essas modalidades configuram a estratificação da provisão do trabalho de cuidados e doméstico, que dinamizam a organização social e política do cuidado por meio do sistema interligado de opressão, neste mulheres negras e pobres estão na encruzilhada de avenidas acumulativas de desvantagens e opressões que exaurem seus corpos, mentes e emoções na tentativa acrobática de equilibrar a necessidade de prover sustento financeiro e de cuidados e domésticos a sua família.

No aspecto financeiro percebe-se a encruzilhada econômica estruturada pelo racismo, cujo Almeida (2019) traz um dado essencial a reflexão a partir da afirmação que mulheres negras são as que mais sofrem com o impacto da carga tributária.

O racismo se manifesta no campo econômico de forma objetiva, como quando as políticas econômicas estabelecem privilégios para o grupo racial dominante ou prejudicam as minorias. Um exemplo disso é a tributação. Em países como o Brasil, em que a tributação é feita primordialmente sobre salário e consumo – que pesa principalmente sobre os mais pobres e os assalariados –, em detrimento da tributação sobre patrimônio e renda, que incidiria sobre os mais ricos –, a carga tributária torna-se um fator de empobrecimento da população negra, especialmente das mulheres, visto que estas são as que recebem os menores salários. Segundo o relatório da pesquisa “As implicações do sistema tributário na desigualdade de renda”, sendo a carga tributária brasileira regressiva, [...] pois mais da metade dela incide e sobre o consumo, isto é, está embutida nos preços dos bens e serviços, a consequência é que as pessoas com menor renda (por exemplo, as mulheres negras) pagam proporcionalmente mais tributos do que aquelas com renda mais elevada. Com isso, pode-se concluir que a regressividade do sistema tributário, ou seja, o financiamento das políticas públicas brasileiras **quanto ao peso dos tributos, recai sobre as mulheres e os/as negros/as. Os dados indicam que as mulheres negras pagam proporcionalmente, em relação aos seus rendimentos, muito mais tributos do que os homens brancos.** Com isso, qualquer política econômica, fiscal e orçamentária que mereça ser levada a sério precisa incorporar o debate da desigualdade racial [...] (Almeida, 2019, p.105, grifo nosso).

³¹ Para Lélia Gonzalez (1980) “[...] a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.”

Nesta realidade brasileira, há uma conjunção entre a centralidade da mulher negra na provisão do trabalho de cuidado e doméstico e sua precariedade na inserção ocupacional integrada maior dedicação de horas na execução deste trabalho de forma não remunerada, condicionadas a superexploração e expropriação sob a lógica colonialista e da colonialidade. Segundo Luana Pinheiro et al. (2019, p. 11) o “[...] racismo estrutural, em alguma medida, aprisiona os corpos de mulheres negras nas mesmas atividades realizadas na cozinha da casa grande durante o período de escravização”. Isto tem implicações diretas na vida de mulheres negras, pois são as que possuem mais horas na carga global de trabalho, recebendo as menores remunerações ao mesmo tempo que pagam mais tributos, ocupando a base dos piores indicadores sociais e vivenciando intensamente as expressões da questão social, com seus direitos básicos violados.

Nestas implicações que asfixiam socialmente mulheres negras pobres, identifico a existência de um triplo desvio/expropriação e invisibilização na provisão do trabalho de cuidado e doméstico, primeiro ligado a baixa remuneração do valor quando pago via mercantilização, segundo vinculado a espoliação do valor econômico gerado na esfera não remunerada e o terceiro consiste na desvinculação entre quem paga e acessa os direitos viabilizados pelo recolhimento dos tributos.

Portanto, estas implicações formam uma encruzilhada de opressões e desvantagens que perpetuam a ocupação de mulheres negras na provisão dos trabalhos de cuidado e doméstico. Meninas, adolescentes e mulheres negras desde a faixa etária infantil, em sua maioria, precisam executar as tarefas de cuidados e domésticas com dedicações de horas desproporcional a conciliação do seu desenvolvimento educacional, tendo seus custos ocultos e desviados. Neste contexto de vulnerabilização não desfrutam o direito de serem crianças, adolescentes e jovens.

As horas dedicadas desde sua infância e adolescência ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado mostra o impacto na encruzilhada do cuidado que incide nas possibilidades de emancipação destas, seja no âmbito de escolarização, profissionalização, autonomia econômica, participação política, entre outros. Por conta da carga de trabalho que constitui a provisão de cuidado e doméstico em seu formato “não remunerado” dentre outras opressões geradas por esta sobrecarga, mulheres negras acabam sendo empurradas para a

informalidade e no empreendedorismo forçado, quando não identificam outra opção de sustento. As baixas remunerações tendem a gerar a não contribuição mensal para a previdência social impactando na sua proteção social futura, sobretudo, no acesso a licença maternidade, auxílio doença e aposentadoria.

Ao mesmo tempo que é se apropriando desta centralidade que as mulheres negras encantam e resistem transformando dores em potências de libertação, quebrando ciclos de aprisionamento geracionais de mulheres numa revolução por vezes silenciosa e silenciada. Concomitantemente a este processo de superexploração e expropriação na travessia da encruzilhada, mulheres negras construíram estratégias de sobrevivência e resistência ativa, haja vista, seu protagonismo na história de lutas e conquistas pela concretização de direitos em territórios de favela, como por exemplo: a formação do sindicato das trabalhadoras domésticas.

Considero que mulheres negras ao longo da história atuaram através do trabalho de cuidado e doméstico para a libertação geracional do confinamento neste trabalho, numa resistência passiva em que nomeio de ciclos geracionais de libertação.

Utilizo como exemplificação um fenômeno com uma discussão consolidada na literatura de cuidado, denominada de crise dos cuidados, também conhecida como crise da reprodução social, datada a partir da década de 1990, caracterizada pela redução da disponibilidade de mulheres na provisão do trabalho de cuidado e doméstico diante do aumento de sua inserção no mercado de trabalho articulada ao crescimento da demanda de cuidados oriunda da queda de natalidade e aumento do envelhecimento. Nesta tese trataremos como crise da provisão do trabalho de cuidado e doméstico.

Ao enegrecer o cuidado utilizando a dimensão racial como elemento chave para esta análise parto da indagação: crise para quem?

Identifico que a crise da provisão do trabalho de cuidado e doméstico deriva da queda na oferta de mão de obra negra para a execução deste trabalho. Maria Guerra e Simone Wajnman (2017) afirmam que “o trabalho doméstico remunerado no Brasil é e sempre foi uma ocupação feminina e negra” isto pode ser visualizado nos dados do IBGE e PNAD, “[...] a proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico remunerado vem se reduzindo desde meados do século passado, com quedas intensas registradas nas décadas de 1970 e 2000 [...] haveria uma espécie de ‘crescimento abaixo do nível de reposição’” (p. 1).

[...] há um claro e sistemático padrão de redução da participação das mulheres na atividade até os 29 anos e um ligeiro, mas também sistemático, aumento aproximadamente após os 50 anos. Esse padrão se repete a cada nova coorte de trabalhadoras e se mantém sem alterações significativas até os tempos atuais, ao contrário das variações observadas no padrão etário de período. Ele parece indicar que o ofício é uma opção de emprego provisório para mulheres de baixa renda, que elas buscam no início da vida laboral, enquanto estudam ou aguardam oportunidades melhores, ou para a qual elas voltam nas etapas finais da vida ativa, como forma de complementação de renda após a aposentadoria ou mesmo em função do desemprego. [...] Considerando-se todo o período de vinte anos, entre 1992 e 2012, percebe-se que esse decréscimo entre cortes ocorreu em todas as idades abaixo de 34 anos, mas de forma bem mais acentuada na faixa dos 15 aos 24 anos, onde a concentração de trabalhadoras sempre foi mais elevada (Maria Guerra & Simone Wajnman, 2017, p. 8, grifo nosso).

A ampliação da escolaridade foi identificada como o fator determinante para esta redução, isto pode ser articulado ao avanço das pautas e reivindicações do movimento negro integrado aos ciclos geracionais de libertação promovidos por mulheres negras. A partir desses dados e análises pode-se afirmar que, no Brasil, a crise da provisão do trabalho de cuidado e doméstico representou para mulheres negras em oportunidade. E me faz pensar que este fenômeno representa a crise do pacto da branquitude³² e não a crise dos cuidados.

O fenômeno considerado como a crise da provisão do trabalho de cuidado e doméstico mostra que cuidado, no Brasil, é a manifestação do racismo. E quando o pacto da branquitude começa a entrar em crise sua estrutura, tudo que depende do racismo tende a entrar em colapso, isto se reflete nos cuidados.

Segundo Luana Pinheiro et al. (2019, p. 40) essa redução da oferta identificada em faixas etárias mais jovens “pode representar, no futuro, uma redução na oferta deste tipo de trabalho sem que, necessariamente, haja uma redução na demanda por parte das famílias”.

A literatura de cuidados permanece na discussão acerca do avanço e agudização da crise da provisão do trabalho de cuidado e doméstico devido ao aumento da demanda por parte das famílias por estes serviços, nesta considero imprescindível partir da análise acerca da crise do pacto da branquitude.

Para isto é necessário que haja produção de dados que retratem a realidade a partir da desagregação por raça, gênero e classe, entre outros marcadores sociais como idade, territorialidade... No campo da provisão do trabalho de

³² Cida Bento (2022) compreende como uma herança escravocrata em que a branquitude afirma seus privilégios formado pelas relações de dominação na raça, gênero, classe, território e outros marcadores sociais denominado de pacto narcísico da branquitude.

cuidado e doméstico, os estudos do uso do tempo são essenciais para viabilizar o conhecimento desta realidade.

Esta reflexão provoca e convoca a exercitar a análise por meio da encruzilhada interseccionando raça, gênero e classe a partir do enegrecimento do cuidado. Constata-se que mulheres negras pobres são protagonistas na provisão do trabalho de cuidados e domésticos no Brasil, sendo expropriadas do valor gerado no âmbito não remunerado, ao mesmo tempo que sustentam a forma que o cuidado se organiza e o sistema tributário.

Para Angela Davis “[...] as mulheres negras há muito, muito tempo precisam ser aliviadas dessa situação opressiva” (2016, p. 245), entretanto, isto ainda parece estar distante de acontecer.

E reforço que a forma como o cuidado se organiza na sociedade brasileira é permeada pela herança escravocrata, em uma engrenagem articulada pelo racismo, pela colonialidade e pelo cisheteropatriarcado que forjam novos arranjos de produção e reprodução de desigualdades na provisão do trabalho de cuidado e doméstico.

Coloco a seguinte questão para quem lê esta tese: caso haja a mercantilização da provisão do trabalho de cuidado e doméstico em seu domicílio. Quanto é pago, valorizado e reconhecido os direitos dos serviços prestados pela trabalhadora de cuidados e doméstica? Outro ponto: quanto a empresa que te contrata ou que está na sua gestão, valoriza e reconhece os direitos dos serviços prestados pelas pessoas que trabalham na limpeza, serviços gerais, alimentação?

A reflexão realizada nesta seção me direciona a afirmar que no Brasil cuidado é sinônimo de mulheres negras. Mulheres negras anônimas na história brasileira constituem a base de cuidados tanto das famílias brancas, quanto das famílias negras desde o processo de escravização (Beatriz Nascimento, 1976). Apesar de o trabalho de cuidado e doméstico ser realizado em suma pelas mulheres, destaco as mulheres negras por serem a maioria em sua execução. A exploração, expropriação, desvalorização e invisibilização deste trabalho viabilizou a acumulação de riquezas do capital.

Isto não é um acidente. É causado por um modelo econômico patriarcal e extrativista que leva uma vasta acumulação de riqueza para as mãos dos 1% mais ricos, ao mesmo tempo em que impulsiona a marginalização das mulheres, com base na percepção de falta de valor e subinvestimento crônico no cuidado. Neste sistema econômico, os governos continuam subtaxando os ricos às custas dos pobres, particularmente as mulheres de grupos socialmente desfavorecidos, que continuam a sofrer com a redução da renda, maior pobreza de tempo e níveis pesados e

desiguais de trabalho invisível e não remunerado (OXFAM, 2020, p. 30, tradução nossa).

Lembrando que este modelo econômico é estruturado pelo racismo, assim, neste trabalho invisibilizado e de remuneração desviada, mulheres negras anônimas resistiram e construíram ciclos geracionais de libertação. Lélia Gonzalez dedicou sua trajetória acadêmica para compreender, qualificar e evidenciar o papel estruturante de mulheres negras na formação da sociedade brasileira, constatando a existência de uma divisão racial, sexual e social do trabalho denunciando a exploração e múltiplas violências a que mulheres negras foram submetidas, mas também exaltando a potência e resistência dessas mulheres negras no processo de formação sócio-histórica brasileiro.

As mulheres negras tem sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos. Como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro ou geral que luta por justiça social e inclusão social, sua atuação pode ser vista desde o regime escravocrata até hoje. De fato, as lutas das mulheres negras por equidade se desenvolvem ao longo dos séculos e devemos reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constroem cotidianamente o Brasil como nação. Ainda que violentamente invisibilizadas – pois atuam num contexto de racismo e sexismo – colocam a disposição da sociedade séculos de lutas, de pensamento a serviço da ação transformadora. Em seu horizonte, uma sociedade sem iniquidades, sem racismo, sexismo, sem as desigualdades de classe social, de orientação sexual, de geração ou de condição física e mental, entre muitas outras (Jurema Werneck, 2006, p. 3).

Tendo por base a literatura e os dados aqui apresentados, constato mulheres negras anônimas no centro e alicerce da provisão do trabalho de cuidado e doméstico. E suscita a indagação: será que mulheres negras pobres em sua realidade conseguem desfrutar do acesso aos cuidados?

1.3.

E da mulher negra anônima.... quem cuida? Acesso ao cuidado

“[...] fazer a transição do silêncio para a fala como um gesto revolucionário, é um gesto de desafio que cura. Erguer a voz é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito. A voz liberta” bell hooks

No processo de construção do projeto de qualificação realizada no primeiro trimestre de 2021 houve uma escuta breve a três mulheres negras na faixa etária entre 25 a 50 anos que estavam executando a limpeza de um *shopping* na Barra da Tijuca, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, me apresentei enquanto pesquisadora e fiz a seguinte pergunta: se ficar doente quem cuida de você? A

primeira resposta foi “só Deus”, a segunda “minha filha”, a terceira “minha filha e meu marido”. A primeira mulher a responder era a mais retinta, isso pode ser articulado ao processo de solidão das mulheres negras, segundo reportagem de Débora Stevaux “o último Censo realizado pelo IBGE, em 2010, comprovou que 52,52% das mulheres negras, principalmente aquelas de pele mais escura, ficavam sozinhas, como se fosse uma espécie de celibato definitivo.” A segunda resposta me chamou atenção, pois a filha que iria cuidá-la tinha idade abaixo dos 18 anos. Já a terceira menos retinta tinha pele mais clara. Após escutá-las falei sobre a minha temática de pesquisa e foi emocionante ver a fisionomia de surpresa delas, em especial da segunda mulher, que falou “nós seguramos toda a barra”. Esta escuta me fez refletir sobre a relevância desta pesquisa para nós mulheres negras e constatar a falta de cuidado em que estas trabalhadoras estão submetidas.

Em julho de 2021, o programa “Profissão Repórter” produzido pela emissora Globo³³ acompanhou a rotina de uma mulher negra anônima, mãe que divide sua rotina entre o trabalho de cuidado e doméstico não remunerada e o trabalho como assistente administrativo, com a carga horária fora de casa de 16 horas diárias entre deslocamento com as filhas, para o trabalho e retorno para a casa, além das horas em casa dedicadas ao trabalho de cuidado das filhas e do companheiro, afazeres domésticos, oferta de serviços culinários e de beleza para complementação da renda. Essa rotina só é possível diante do compartilhamento do cuidado diário provido por sua avó materna que cuida das filhas durante seu expediente de trabalho externo.

Neste episódio podemos identificar a importância da rede de apoio, a sobrecarga exaustiva que leva ao esgotamento, a diversidade de formas de geração de renda, a divisão racial, sexual e social do trabalho, a culpabilização que esta mulher sente por não se sentir presente com suas filhas, como se sempre estivesse devendo, a feminização do cuidado, a restrição de poder demonstrar seu esgotamento emocional, etc. Destaco três relatos emblemáticos para o repórter Pedro Borges que faz a entrevista, primeiro “eu estou tão acostumada com as coisas assim” e quando é questionada “Percebo que é você que cuida de todo mundo nesta casa? A resposta – “é” ; “Você sente que quem cuida de você?” a resposta imediata é “ninguém”.

³³ Ver em <<https://globoplay.globo.com/v/9685099/>>. Temporada 15, episódio 20. Transmitido em 13/07/2021 denominado “Mãe divide rotina entre cuidar das filhas, da casa e trabalhar”.

Diante deste cenário fica a seguinte indagação: e das mulheres negras anônimas... quem cuida? Isto contribuiu para a reflexão acerca do acesso e usufruto de cuidados por mulheres negras anônimas. Ao fazer uma breve pesquisa sobre esta temática utilizando a frase “mulheres negras no acesso e usufruto do cuidado” na plataforma do Google e Google Acadêmico não foram encontrados artigos que retratassem o acesso/usufruto destas aos cuidados. Somente dois artigos no Google Acadêmico publicados pela própria pesquisadora desta tese que discute a lacuna existente nesta discussão. Também houve a contratação de uma consultoria estatística para realização desta pesquisa, no âmbito da produção de dados estatísticos, para verificar a existência das bases que continham microdados nos bancos de dados nacionais e a viabilidade dos testes de hipóteses realizados na pesquisa. A partir desta identificou-se a inviabilidade do cruzamento de dados que demonstrassem estatisticamente o usufruto do cuidado (o acesso ou não aos cuidados).

Estas evidências ratificam a inexistência de uma definição teórica e de dados quantitativos que retratem o acesso/usufruto aos cuidados, assim houve a elaboração, para fins desta pesquisa, de uma definição operacional de acesso ao cuidado.

Desse modo, para efeitos desta pesquisa utilizo de uma definição operacional em que intitulo o acesso e não acesso ao cuidado. Sendo considerado acesso aquelas pessoas ou grupo que usufruem, apesar de ainda não legislado no Brasil, dos elementos constitutivos do direito ao cuidado. Segundo Laura Pautassi (2007) é composto pelo direito de cuidar, de ser cuidado e de cuidar-se (cuidar de si), todas as três vertentes são pautadas pela dimensão de toda cidadã e de todo cidadão da escolha, deslocando da obrigação familiar e feminina. Sendo assim, indivíduos ou grupos que usufruem dessas três possibilidades no campo da escolha e não da obrigação, compreendo que possuem acesso aos cuidados.

E considero este acesso a partir dos seguintes parâmetros: (i) perspectiva dos “três R” do trabalho de cuidados e doméstico não remunerado proposto por Diane Elson (2008) de Reconhecer, Reduzir e Redistribuir a carga de cuidados (ii) através da “lógica do cuidado” de Valeria Esquivel (2013) que cita as políticas de tempo para cuidar, dinheiro para cuidar e serviços de cuidado e (iii) indicadores de qualidade de vida do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Portanto, o acesso ao cuidado consiste no usufruto do direito de cuidar, de ser cuidado e de cuidar-se, que ocorre quando há tempo, recursos (dinheiro) e

serviços de cuidados disponíveis que proporcionam qualidade de vida interseccionado a existência do reconhecimento/valorização, redistribuição e redução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

E o não acesso ao cuidado corresponde a impossibilidade de indivíduos e/ou grupos desfrutarem do direito de cuidar e, sobretudo, de ser cuidado e de cuidar-se, sem ou de forma precarizada o acesso a tempo, recursos (dinheiro) e serviços de cuidado resultando em pouca ou nenhuma qualidade de vida alicerçada na sobrecarga exaustiva demarcada pela pobreza de tempo, proveniente da obrigação em realizar o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Esta definição operacional de acesso ao cuidado a partir da delimitação dos seus respectivos parâmetros viabilizam identificar as formas de acesso ao cuidado diante do modo que são organizados e distribuídos na correlação entre sua demanda, atendimento e oferta, sua relação direta na produção e reprodução de desigualdades, além de nomear os grupos através dos marcadores sociais de raça, gênero e classe que ocupam majoritariamente a provisão e o usufruto com qualidade deste cuidado.

A reflexão do acesso aos cuidados é condicionada a compreensão do conceito *Organização Social e Política dos Cuidados* de Eleonor Faur (2014), que em sua tese de doutorado na Argentina constata a necessidade de incluir a definição política nos estudos referentes a organização social do cuidado para demarcar a existência de distintos acessos aos cuidados na forma que se organiza e distribui, sendo caracterizados pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe. “[...] as desigualdades socioeconômicas e regionais incidem no acesso das casas aos diferentes recursos existentes (públicos, privados e comunitários) para enfrentar as suas necessidades de cuidados” (Eleonor Faur & Francisca Pereyra, 2018, p. 496-497, tradução nossa). Assim, reconhece que a existência de diferentes níveis socioeconômicos determina o nível de acesso e não acesso ao cuidado, apesar de citar poucas vezes a questão racial em sua análise.

No Brasil, a organização social e política do cuidado produz uma visão de mundo acabado naqueles, majoritariamente grupos raciais brancos partindo da classe média, que tem o privilégio de acessarem aos cuidados com qualidade. A visão de mundo acabado é oriunda da reflexão realizada por Dorothy Smith (1987) em *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology*, citada por Patricia Ketzer (2017), neste aponta que os homens experienciam o mundo e as relações

estabelecidas através do mundo manipulado, demonstrando a reprodução das diferenças de classe e gênero a partir da forma que o trabalho é organizado numa estrutura de relações de dominações sustentadas pela divisão de trabalho entre homens e mulheres.

O trabalho das mulheres possibilita que os homens experienciem o mundo de modo diferente, pois eles recebem um mundo já manipulado. Roupas lavadas, refeições prontas, e, nas pesquisas, dados ordenados e estatísticas sumariadas. Já às mulheres, é legado o papel de processar a matéria prima do mundo: comida, roupas sujas [...], e torná-los adequados ao consumo (Dorothy Smith, 1987 apud Patricia Ketzer, 2017, p. 102).

Considero que estar na vida através da experiência do mundo manipulado, por meio do recorte de classe e gênero, carece da inserção da questão racial como um demarcador estruturante do modo que as relações são estabelecidas, já que a sociedade brasileira e a forma que o cuidado é organizado tem sua base alicerçada no racismo estrutural, capitalismo, colonialidade e cisheteropatriarcado. Assim denomino de mundo acabado, a experiência de privilégio de acesso ao cuidado que produz forma de ser, estar e viver o mundo a partir da materialização de tudo pronto, dos resultados e não do processo, estabelecida por uma relação de servidão perpetuada pelo trabalho de cuidado e doméstico invisibilizado. Esta visão de mundo acabado é experienciada por meio do acesso pleno e permanente ao produto final gerado pelo trabalho de cuidado e doméstico invisibilizado, como, por exemplo, na dinâmica e rotina do dia a dia, não há a experiência de execução dos afazeres domésticos e de cuidados, pelo contrário, tendo a vivência da casa limpa, da comida que deseja pronta, da roupa limpa e organizada, o acesso a lugares organizados para servi-los, ou seja, tudo pronto para o consumo, o mundo está para servi-los, não havendo a necessidade nem a experimentação de nenhum processo do fazer este trabalho.

Percebo que a produção da sociabilidade é outro elemento a ser considerado na estruturação desta visão de mundo acabado no sistema capitalista. Para Almeida (2019) a sociabilidade é constituída pelas condições objetivas e subjetivas determinantes da relação social para a reprodução da existência do capitalismo.

Essa relação social que constitui a sociabilidade capitalista se manifesta através de quatro formas, que são fundamentais para que a sociedade capitalista possa ser reconhecida, enquanto uma sociedade que tem características específicas. [...] A primeira forma é o valor-mercadoria; a segunda é a forma dinheiro, que permite a equivalência entre as mercadorias produzidas a partir da lógica do capitalismo; a terceira forma social é a forma estado, ou seja, é a forma política, portanto, que vai permitir a manutenção da coesão social dentro das características que são básicas

da sociedade capitalista, que tem um conflito, um antagonismo, como um elemento estrutural; e a quarta forma social, a menos falada, mas que ao ler *O Capital*, sabemos que tem uma importância fundamental, que é a forma jurídica (Almeida, 2019, sem paginação).

Neste sentido a detenção de capital estabelece a transformação dos indivíduos em mercadorias e constitui um modelo de produção de sociabilidade, da construção no imaginário de um modo ideal de vida e da forma de se viver que são operacionalizadas por mecanismo de invisibilização, exploração e expropriação do trabalho de cuidado e doméstico na produção de distintos acessos aos cuidados. Para Françoise Vergés (2020, p. 25) “[...] o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e descartáveis”.

Apesar do trabalho de cuidado e doméstico serem indispensáveis ao funcionamento da vida, para a organização e manutenção do sistema capitalista, este precisa permanecer invisível e racializado, pois “não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas superexploradas e [superexpropriadas]” (Françoise Vergès, 2020, p. 24 [inclusão nossa]).

Esta invisibilidade e descartabilidade pode ser vista na representação da figura da mulher negra guerreira, naturalizada através da imagem de controle, utilizada em forma de elogio que legitima a sobrecarga, esgotamento e exaustão no trabalho de cuidado e doméstico de corpos feminizados negros e a negação de seu acesso aos cuidados.

As imagens são investidas intensamente da ideia de força, autossacrifício, dedicação e amor incondicional – atributos já associados ao arquétipo da maternidade, mas que desavisadamente negam o reconhecimento de verdadeiras experiências femininas negras. [...] de trabalhar duro, cuidar e nutrir famílias brancas, não tendo vida própria e existindo na pobreza. [...] é a capacidade de sobreviver sob as condições adversas do racismo genderizado que está sendo elogiado nessas imagens (Grada Kilomba, 2019, p. 193-195).

Ainda de acordo com a autora a mulher negra guerreira pode ser vista por uma dupla estratégia, por um lado uma tentativa política de superação de uma representação negativa das mulheres negras no universo branco, e outra de aprisionamento numa idealização imaginária da mulher negra que a impossibilita de manifestar as agonizantes feridas e marcas do racismo, num processo duplamente alienante que a inviabiliza tornar-se sujeito. “‘Não há nada gratificante em ser mais um estereótipo’ declara Kathleen [...] ‘Não desejo ser super-humana mais do que desejo não ser subumana’” (Grada Kilomba, 2019, p. 195).

Estereótipos racistas da supermulher negra forte são mitos que atuam nas mentes de muitas mulheres brancas, que lhes permitem ignorar até que ponto as mulheres negras têm probabilidades de ser vitimizadas nesta sociedade, e o papel que as brancas podem cumprir na manutenção e perpetuação dessa vitimização (bell hooks, 2015, p. 206).

A imagem de controle da mulher negra guerreira que “aguenta tudo por ser negra e já estar acostumada”, sinônimo de fortaleza além de desumanizar através do racismo acaba construindo no imaginário e na realidade um discurso que a destitui do acesso aos cuidados, legitimando a descartabilidade de sua vida, e negando a possibilidade de experimentar a visão de mundo acabado. Coloca-se o foco no enaltecimento desta figura de supermulher, a conferindo um título de orgulho para ocultar a dominação, exploração e expropriação da mesma, evitando o enfrentamento da contradição super-humana e subumana concentrada na execução do trabalho de cuidado e doméstico e na naturalização do não acesso aos cuidados, mantendo a ordem colonial do sistema capitalista.

Ao racializar a reflexão da visão de mundo acabado, constata-se os diferentes níveis de acesso ao cuidado como um elemento determinante para a operacionalização do sistema capitalista e sua perpetuação na reprodução da sociabilidade que institui lugares de privilégios. A supremacia branca garante historicamente a ocupação dos grupos raciais brancos em posições sociais onde desfrutam do acesso a recursos valorizados, como representação política, direitos e remunerações condicionantes a obtenção de uma qualidade de vida. Para bell hooks (2015, p. 208) “as mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras”. Conforme já debatido neste capítulo, existem diferenças dentro da população branca, marcada por gênero e classe, contudo, mesmo assim, estas ainda lhe conferem um privilégio racial para oprimir os demais grupos racializados, numa hierarquização que institui distintos níveis de acesso aos cuidados na produção de desigualdades.

A estratificação no acesso aos cuidados é estruturada pela formação sócio-histórica brasileira e desdobra-se em como é organizado e distribuído socialmente. Lembrando que a determinados grupos sociais, majoritariamente brancos, são conferidos a legitimação do acesso aos cuidados e a população racializada é destinada a função de servidão, tendo para os pobres a centralidade na provisão do trabalho de cuidado e doméstico.

Na formação sócio-histórica brasileira, Theodoro (2008, p. 15) identifica a existência consolidada de uma visão “de cunho racista, de que o progresso do

país só se daria com o 'branqueamento', suscitou a adoção de medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais". Esta visão de base eurocêntrica dita e considerada "modernizante", alicerçada na ideologia do embranquecimento que exclui e reserva aos negros uma posição marginalizada na sociedade, gerando para esta a perpetuação de pobreza e miséria.

As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial. Nesse novo contexto, entretanto, a valorização da miscigenação e do mulato continuaram propiciando a disseminação de um ideal de branqueamento como projeto pessoal e social. Sua crítica só ganhou repercussão nas últimas décadas do século XX, quando a denúncia da discriminação como prática social sistemática, denunciada pelo Movimento Negro, somou-se às análises sobre as desigualdades raciais entendidas não como simples produto de históricos acúmulos no campo da pobreza e da educação, mas como reflexos dos mecanismos discriminatórios (Luciana Jaccoud, 2008, p. 45).

As ideologias reificadas nesse cenário consolidaram a naturalização das desigualdades raciais, do não acesso aos cuidados a população negra e sua centralidade na posição de servir e prover o trabalho de cuidado e doméstico numa condição de subalternidade na sociedade brasileira.

Assim, apesar de ser frequentemente considerada como discriminação de classe, a discriminação racial é um fenômeno presente na dinâmica social brasileira. Operando na ordem da distribuição do prestígio e privilégios sociais, os mecanismos raciais de discriminação atuam mesmo nos espaços sociais e econômicos mais modernos da sociedade. Esses mecanismos não apenas influenciam na distribuição de lugares e oportunidades. Reforçados pela própria composição racial da pobreza, eles atuam naturalizando a surpreendente desigualdade social deste país. [...] Nesse sentido, o racismo, o preconceito e a discriminação operariam integrados a um importante processo de naturalização da pobreza. Ao mesmo tempo, a pobreza opera sobre a naturalização do racismo, exercendo uma importante influência no que tange à situação do negro no Brasil (Luciana Jaccoud, 2008, p. 55-56).

O mito da democracia racial tem seu destaque nesse processo, pois com base na miscigenação oculta a raça e o racismo como elemento organizador das relações sociais, políticas e econômicas, operacionalizado por um discurso de universalidade que por dizerem abranger todos, invisibiliza a prática de somente favorecerem historicamente a um único grupo, a população branca. Isto ainda é vivenciado no governo de (2018 - 2022) marcado pelo ultraconservadorismo e ultraneoliberalismo que se alicerça na crença da existência de uma democracia racial com uma visão de mundo acabado para negação desta realidade.

A crise sanitária oriunda da pandemia do Covid-19 também é um marco na discussão da forma que o cuidado é organizado socialmente diante dos seus

impactos, escancara as desigualdades sociais com evidente demarcação de raça, classe e gênero. Nesta situação, emerge para parte da classe privilegiada a problemática da provisão do trabalho de cuidado e doméstico como um fenômeno essencial para o funcionamento da vida cotidiana, fragilizando sua experiência e visão de mundo acabado que se contrasta com uma realidade frente a necessidade de atuar em diferentes níveis na sua provisão deste trabalho na esfera não remunerada, sendo deslocado parcialmente do lugar exclusivo de usufruto dos cuidados. A estes o acesso aos cuidados adquire novos formatos e dinâmicas, mas com a permanência majoritária da população branca usufruindo dos cuidados, como, por exemplo, na aquisição de equipamentos e utensílios domésticos que reduzem a carga e o tempo no trabalho de cuidado e doméstico, no uso dos aplicativos de entregas (hortifruti, mercado, refeições prontas, mercadorias em geral), nas aulas/atendimentos remotos tanto educacional quanto no campo da saúde, saúde mental, esporte, lazer, cultura, desfrutando de um domicílio minimamente confortável e digno de moradia com acesso a serviços básicos como: saneamento, água potável, energia elétrica, *internet...*, ao trabalho na modalidade remota tendo seus direitos garantidos.

Ao mesmo tempo que para a população negra agudiza as condições de provisão do trabalho de cuidado e doméstico remunerado e não remunerado, sendo acentuadas pela questão econômica de desemprego, gerando insegurança alimentar e endividamento, aumentando as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado diante ao fechamento dos serviços públicos, principalmente nas áreas de educação e assistência, abrindo novos espaços ocupacionais ainda mais precarizados em condições altamente vulnerabilizadas, como, por exemplo, os entregadores por aplicativo, entre outros desafios. Considero que para a população negra há um esgotamento das condições de viabilizar a reprodução social, que antes já era precarizada, da impossibilidade de fazer o isolamento, piorando, ou até mesmo inviabilizando as condições de acesso aos cuidados. Além da mobilização comunitária promovida, principalmente, por mulheres negras anônimas em seus territórios no enfrentamento a contaminação do vírus e na arrecadação de materiais de subsistência e higienização da população. Demonstrando que parte do escasso acesso ao cuidado ocorreu a base de mobilização e reivindicação da própria população negra.

Mesmo em contexto de crise pandêmica global, no Brasil, a população branca permanece no usufruto e a população negra na provisão dos cuidados. Isto demonstra que a forma que o cuidado é organizado, mantém suas raízes na

ordem colonial oriunda do processo de colonização deste território e perpetua a naturalização da desigualdade racial marcada pelo não direcionamento do acesso aos cuidados à população negra, sobretudo, as mulheres negras anônimas, impactando de forma direta e geracional a vida e as condições de superação da pobreza.

Para exemplificar parte das consequências da negação do acesso aos cuidados na perpetuação das condições de pobreza, destaco Carolina Jesus (2001) em seu relato “Não sei como havemos de fazer. Se a gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome” datado de 31 de outubro de 1955 (p. 114) e “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (p. 27). Nota-se que a vivência de uma mulher negra anônima pobre na década de 1950 no Brasil, permanece atualizada em experiências de mulheres negras anônimas pobres em 2022 que enfrentam a insegurança alimentar diária. E me faz conjecturar que o discurso universalizante que privilegia a um só grupo consiste num mecanismo de escravatura atual constituída pela negação do acesso ao cuidado, a desproteção social e as expressões da questão social vivenciadas pela população negra, sobretudo, mulheres negras anônimas.

E acrescento mais um relato em 16 de julho de 1955 feito por Carolina de Jesus “Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (2001, p. 9), este testemunho me faz pensar sobre esta percepção de estar sempre em falta que adensa o sentimento de culpa expresso recorrentemente no relato³⁴ de mulheres negras anônimas, e associá-las a uma das consequências da negação do acesso aos cuidados que estão submetidas e são invisibilizadas.

A negação do acesso ao cuidado corresponde a um elemento determinante para a reprodução das desigualdades e perpetuação da condição de miséria e pobreza ceifando o usufruto da cidadania a partir dos distintos acessos a direitos e bens sociais.

Esta reflexão reforça a necessidade de enegrecer o cuidado pautando a centralidade do racismo nos estudos dessa temática. Segundo Bruna Pereira (2016, p. 21) “Enquanto os estudos sobre os cuidados têm se centrado nas

³⁴ Relatos retratados na dissertação de Mestrado intitulada “Cuidar em Família: Uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto (CCHC)/Rio de Janeiro” concluída em 2016. Na dissertação buscou-se identificar e analisar a partir das categorias de famílias, cuidado e cuidado familiar, como as famílias entrevistadas percebem, a partir de suas histórias e vivências cotidianas, os significados e práticas de cuidados. A partir desta foi possível identificar a existência de um cuidado pensado e cuidado vivido.

desigualdades entre homens e mulheres, a exploração de outras estruturas de desigualdade que configuram seu arranjo tem sido menos frequente.” Considero que no Brasil, sobretudo na temática de cuidados, raça e racismo não podem ser abordados como ‘outras’ ferramentas analíticas, deve ser utilizada como o elemento organizador e estruturante da sociedade, haja vista sua formação sócio-histórica. Utilizo bell hooks (2015, p. 207) na potente afirmação “Elas³⁵ refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher. Certamente, tem sido mais fácil para as mulheres que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrar exclusivamente no gênero.” Concentrar a análise do cuidado na divisão sexual do trabalho é um equívoco embranquecedor que nega a existência e função da divisão racial, sexual e social do trabalho. Conforme já discutido não é possível homogeneizar o debate a partir da categoria gênero, nem reconhecer raça e racismo como importante, desconsiderando-os de forma efetiva nas análises realizadas relegando somente ao caráter menção, pois esta invisibiliza a experiência de mulheres negras retratando de modo superficial e excludente a realidade.

Portanto, desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros, e portanto aceita-se complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (Sueli Carneiro, 2020, p. 165).

Esta reflexão evidencia que a tríplice conjunção de raça, gênero e classe instituem distintos níveis de acesso e não acesso ao cuidado na organização social e política do cuidado brasileiro, nesta mulheres negras se encontram a margem do usufruto do cuidado experienciando cotidianamente as violações de direitos, sendo asfixiada socialmente desde a violência obstétrica³⁶ no ato de parir e nascer, sendo sufocada e subjugada com estereótipos racistas e representações midiáticas brancas, enfrentando o racismo em diversos espaços, sobretudo, no ambiente educacional, no mercado de trabalho e por vezes no

³⁵ Ela diz respeito as feministas privilegiadas. “Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar com diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. [...] Embora se concentrem em classe e gênero, as feministas socialistas **tendem a negar a raça ou fazem questão de reconhecer que a raça é importante e, em seguida, continuam apresentando uma análise em que a raça não é considerada** (bell hooks, 2015, p. 207).

³⁶ Ver pesquisas de Jussara de Assis (2018).

próprio espaço familiar. Sendo as que concentram menor remuneração no mercado de trabalho, independentemente de sua escolaridade, ocupam a maior parte dos trabalhos informais, ao mesmo tempo que pagam a maior quantidade de carga tributária e dedicam mais horas ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. E também vivenciando nos territórios a violência de diversas formas, com destaque para o genocídio da população negra com a perda de seus filhos.

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão racista, machista e classista. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir. (As crianças não representam um outro institucionalizado, embora possam ser oprimidas pelos pais.) As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos (bell hooks, 2015, p. 207).

Neste cenário também vimos mulheres negras anônimas enfrentando esta realidade de diversas formas, seja construindo estratégias individuais e coletivas de cuidado e autocuidado manifestadas nas celebrações, encontros, festas, espaços religiosos... e/ou através de organização comunitária, social e política na reivindicação e conquista por direitos.

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizam; por uma real inserção social; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero (Sueli Carneiro, 2020, p. 167).

A título de exemplificação temos a organização de mulheres negras anônimas na construção do sindicato das domésticas em prol da garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas, os movimentos populares de base comunitária nos territórios de favela na conquista por água potável encanada, luz, asfalto, saneamento básico, construção de creches, escolas, postos de saúde, espaços de esporte, cultura e lazer, na luta por moradia digna, entre outros. Na organização e promoção de festas e eventos para mobilização de recursos voltado para o enfrentamento a insegurança alimentar e melhoria dos territórios, nas organizações da sociedade civil atuando com projetos sociais e ações comunitárias.

As mulheres negras anônimas foram negadas o acesso ao cuidado por meio de um processo historicamente construído sob uma roupagem naturalizada

perpetuada pela colonialidade, racismo estrutural e pelo cisheteropatriarcado neste sistema capitalista. Nota-se que este cenário também foi marcado por lutas destas, seja de forma passiva ou ativa para o mínimo acesso mesmo que de forma precarizada.

Isto demonstra a sobrecarga, esgotamento e exaustão em que mulheres negras anônimas estão submetidas e o abandono e solidão que atravessam em sua trajetória por terem sido relegadas a margem do acesso ao cuidado. Faz-se necessário romper a condição de objeto nas amarras alienantes da colonialidade, do racismo e do cisheteropatriarcado, destituir a universalização e as imagens de controle da mulher guerreira e/ou da subumana, quebrando o silenciamento e asfixia social a que estão submetidas, a fim de serem reconhecidas enquanto sujeitas, numa exigência por reparação e transformação através da garantia de direitos e do acesso ao cuidado.

A partir da provocação feita pela indagação proposta nesta seção: “e da mulher negra anônima... quem cuida?” pôde-se observar tanto pelo relato das mulheres como pela argumentação teórica que estas encontram-se à margem do usufruto dos cuidados, apesar da constatação de sua centralidade na provisão do trabalho de cuidado e doméstico.

Portanto, é possível afirmar que mulheres negras se encontram à margem do usufruto do cuidado, ao mesmo tempo em que são protagonistas na provisão do trabalho de cuidado e doméstico, extremos que incidem em sua manutenção na base da pirâmide social.

A realidade das mulheres negras demonstra como raça, gênero e classe operam como eixos articuladores do sistema interligado de opressão da organização social e política de cuidado no Brasil na produção e reprodução de desigualdades na provisão, distribuição e acesso/usufruto dos cuidados. Isso reforça a premissa que no Brasil cuidado é a manifestação do racismo, portanto a perpetuação do racismo implica na permanência das desigualdades. Fazendo necessário enegrecer o cuidado.

Portanto, a construção da plena cidadania para as mulheres negras passa pela eliminação dos mecanismos de discriminação racial e pela aplicação efetiva dos dispositivos legais, nacionais e internacionais, que criminalizam a prática do racismo e da discriminação racial (Sueli Carneiro, 2020, p.170).

Desse modo, a viabilização do acesso aos cuidados por mulheres negras está condicionada a construção de uma agenda pública de cuidados

comprometida com a realidade destas, contendo em sua estrutura o enegrecimento do cuidado, incorporando raça, gênero e classe desde o ponto de partida até o produto final. Caso contrário está fadado a perpetuar o racismo e as desigualdades sociais por meio da legitimação de categorias universais que invisibilizam e negam a existência de diferentes realidades.

2

Cuidado na encruzilhada

A encruzilhada é a ferramenta analítica escolhida para compreender a mulher negra na provisão, distribuição e usufruto do cuidado no Brasil, e analisar como a organização social e política de cuidado fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão que institui acessos diferenciados ao cuidado.

Cuidado é uma categoria analítica central que estrutura a pesquisa, para tanto sua definição é um desafio dada a polissemia que a constitui. Conforme Regina Mito e Keli Dal Prá (2015), e Thamires Ribeiro (2016), o campo do cuidado necessita de muito estudo, pois não é óbvio e nem possui uma definição conceitual consolidada. Torralba (2009) aponta que cuidado é um termo polissêmico, em que necessita de uma demarcação do ponto que está sendo analisado. E afirma que “[...] a polissemia revela a riqueza conceitual de um termo, mas obriga o intérprete a demarcar os distintos sentidos do vocábulo” (Torralba, 2009, p. 119). De acordo com Bruna Pereira (2016, p. 12) “são múltiplas as possibilidades de sistematização da miríade de conceitos e definições que dizem respeito ao cuidado”. Isabel Georges (2017) compreende o cuidado como uma categoria emergente, multifacetada e heterogênea.

Este caráter polissêmico e multidimensional do cuidado atravessa os diversos campos da Ciência e exige um tratamento transdisciplinar, sendo bastante discutido na Saúde, Psicologia, Filosofia e, a partir da década de 1960, nas Ciências Sociais, Economia e no Direito.

Bruna Pereira (2016) também assinala a dificuldade em condensar tais conceitos numa única definição colaborando para a existência de diferenças de conteúdo a serem consideradas pertinentes ao seu significado e natureza. Considero que o caráter polissêmico e transdisciplinar do cuidado inviabiliza a construção de um único conceito, mas possibilita estabelecer consensos sobre alguns elementos constitutivos do cuidado, mesmo assim a definição destes ‘ainda está em construção’. Para Karina Batthyány (2020) o exercício de conceituação do cuidado se encontra num contínuo processo de construção teórica envolto de inúmeras questões em torno de sua delimitação.

Na filosofia há contribuição de Kierkegaard, Heidegger, Torralba, Mayeroff, Noddings, Boff. Na saúde saliento as autoras Elma Lourdes Zoboli, Vera Regina Waldow, Madeleine Leininger, Ingrid Elsen. De acordo com Karina Batthyány e Helena Hirata (2020), no campo das ciências sociais a produção teórica sobre o cuidado adquire centralidade na chamada América Latina³⁷ nos últimos vinte e dois anos resultando em produções específicas acerca de sua realidade, sendo constituída com base em duas literaturas, a literatura anglo-saxônica a partir da década de 1980 e na literatura francesa a retomada deste debate ocorreu na década de 2000.

Bruna Pereira (2016, p. 16) também aponta a recente produção teórica sobre o cuidado que utiliza o termo *care* ou *care work*, em que "o uso do termo em inglês se deve à influência anglo-saxã uma vez que a consolidação dos cuidados a outras pessoas como objeto de estudos ocorreu primeiro nos países de língua inglesa, de onde vem espalhando para outras regiões".

No campo do Serviço Social, Rachel Passos (2018) faz uma análise sobre teorias e filosofias do cuidado, o reconhecendo como uma necessidade ontológica do ser social e o diferenciando do *care*.

Em síntese, o *care* é aqui compreendido como relação direta de um indivíduo com outro, a fim de promover a manutenção e perpetuação da vida (amamentando, alimentando, dando banho, abrigando, etc.). Ele tem sido um trabalho executado por mulheres e que ainda se encontra vinculado à generificação de atributos considerados femininos, o que inviabiliza o seu reconhecimento como trabalho e consequentemente sua profissionalização. Já cuidado aqui, é identificado como uma necessidade ontológica do ser social e que vem sofrendo transformações de acordo com as mudanças nos modos de cooperação. Ele faz parte das necessidades universais do ser social e o *care* é a sua particularização no cenário do capitalismo contemporâneo (Rachel Passos, 2018, p. 99).

Identifico um consenso na literatura de cuidado no que diz respeito à sua feminização. Nesta tese a feminização do cuidado é compreendida como um fenômeno socialmente construído e determinado, os dados apresentados por esta pesquisa, revelam que no Brasil este cuidado é racializado e feminizado.

Reconheço a existência da lacuna de pensar o cuidado a partir de outros marcos filosóficos, sociológicos, econômicos e da saúde que transcendam a colonialidade do saber³⁸ presente na literatura eurocêntrica e na anglo-saxônica,

³⁷ Utilizo esta forma "Chamada América Latina" para demarcar que esta denominação foi realizada no processo de colonização, então é um termo colonial que encobriu a diversidade de povos que viviam nestas terras e a denominavam de formas diferentes. Lélia Gonzalez (1988) propõe a utilização do termo América Ladina, fazendo referência às raízes dos povos ameríndios e africanos.

³⁸ Ver Torres (2020).

a fim de trilhar a descolonização epistêmica pensando a partir da recusa da presunção de universalidade. Enquanto mulher negra, tive muita dificuldade de encontrar publicações sobre cuidado escritas por mulheres negras e fundamentadas por uma literatura que não fosse eurocêntrica e/ou anglo-saxônica.

O desafio de transcender a visão eurocêntrica e/ou anglo-saxônica de cuidado é exercitado nesta tese. Cuidado também é uma forma de falar e pensar o mundo. Falar de mulheres negras na encruzilhada do cuidado exige, partir de literaturas, que se entrecruzam e transcendam esta visão. Isto não quer dizer negar ou segregar toda a produção teórica sobre o cuidado ancorada nas literaturas eurocêntricas e/ou anglo-saxônicas, porém reconhecer que não são universais e demarcá-las na sua especificidade, a fim de abrir caminhos para enxergar a existência da diversidade de paradigmas.

Como mulher negra, nesta tese escolho por Amefricanizar a análise inserindo o conceito de encruzilhada na estrutura de pesquisa. Conforme Lélia Gonzalez (1988, p. 329) “a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada.” Já a encruzilhada é njila³⁹, abre caminhos para transgredir a lógica do conhecimento⁴⁰ eurocêntrico. “O conceito de encruzilhada combate qualquer forma de absolutismo, seja os ditos ocidentais, como também os ditos não ocidentais” (Rufino, 2019, p. 18). Desse modo, a encruzilhada centraliza e transversaliza as reflexões realizadas nesta pesquisa, portanto, inserir o cuidado na encruzilhada implica analisá-lo no entrecruzamento de matrizes teóricas que auxiliam na compreensão do objeto da pesquisa.

A encruzilhada é o principal conceito assente nas potências do orixá Exu, que transgride os limites de um balizado em dicotomias. A tara por uma composição binária, que ordena toda e qualquer forma de existência, não dá conta da problemática dos seres paridos no entre. A existência pendular, a condição vacilante do ser é, a princípio, o efeito daquilo que se expressa a partir do fenômeno *cruzo*. Assim, ato a provocação: aquilo que a agenda colonial buscou produzir com um sistema de controle da vida, a partir de uma ordem pautada nos binarismos, acarretando a redução das complexidades, é fragilmente salientado por uma leitura a partir da gramática poética das encruzilhadas (Rufino, 2019, p. 16-17).

A escolha pela encruzilhada emerge como uma lente para enxergar a organização social e política do cuidado em suas relações complexas e

³⁹ Njila, ou gira – no idioma kimbundu njila significa abertura, caminho.

⁴⁰ Ver em Flor Nascimento (2021).

contraditórias e conectadas com os elementos constituintes da ancestralidade de mulheres negras. Construir a análise através da encruzilhada possibilita descolonizar o conhecimento⁴¹ e viabiliza romper com uma visão binária marcada pela expressão “ou” para caminhar no entrecruzamento a fim de descobrir suas intersecções e atravessamentos a partir da integração utilizando a palavra “e”, num exercício transdisciplinar de transgressão das dimensões explicativas eurocentradas para uma perspectiva afrocentrada.

A encruzilhada emerge como horizonte para credibilizarmos as ambivalências, as imprevisibilidades, as contaminações, as dobras, atravessamentos, os não ditos, as múltiplas presenças, sabedorias e linguagens, ou seja, as possibilidades. Afinal, a encruza é o umbigo e também a boca do mundo, morada daquele que tudo come e nos devolve de maneira transformada. A encruzilhada não é aqui reivindicada para negar a presença da modernidade ocidental, mas para desencadeá-la do seu trono e desnudá-la, evidenciando o fato de que ela é tão parcial e contaminada quanto as outras formas que julga. [...] A potência da encruzilhada é o que chamo de *cruzo*, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O *cruzo* é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O *cruzo* versa-se como atravessamento, rasura, cissura, contaminação, catalisação, bricolagem, - efeitos exusíacos em suas faces de Elegbara e Enugbarijó. O *cruzo* é a rigor uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com que se joga, mas de engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital.

Assim, **a encruzilhada nos possibilita a transgressão dos regimes de verdade mantidos pelo colonialismo** (Rufino, 2019, p.18, grifo nosso).

Construo a minha análise nesta perspectiva, entrecruzando o cuidado num sistema interligado de opressão de raça, gênero e classe. Sendo raça devido ao racismo estrutural⁴² e à colonialidade⁴³ presente na formação sócio-histórica do Brasil, gênero pela naturalização da função de cuidar ao feminino que estrutura os papéis sociais nesta sociedade cisheteropatriarcal⁴⁴, e classe pela desigualdade na organização, distribuição, provisão e usufruto dos cuidados. Desse modo, podemos integrar a visão interseccional ao cuidado. Apesar das

⁴¹ Grada Kilomba (2020) propõe uma descolonização do conhecimento e indaga a universalidade da ciência, denunciando uma dominação epistêmica e pautando a necessidade de desconstrução da epistemologia considerada universal. “Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder” (sem paginação).

⁴² Ver Almeida (2019).

⁴³ Ver Torres (2020).

⁴⁴ Segundo Carla Akotirene (2018, p. 112) “O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas.”

críticas⁴⁵ inerentes ao conceito de interseccionalidade⁴⁶, este constitui numa categoria analítica que instrumentaliza a reflexão realizada nesta tese. Carla Akotirene (2019) compreende a interseccionalidade como uma oferta analítica, ferramenta ancestral e anticolonial poderosa nascida no coração da mulher negra para pensar a inseparabilidade do racismo, capitalismo, e o patriarcado cisheteronormativo. A autora opta em sua análise no contexto brasileiro por “amefricanizar” a partir da perspectiva da encruzilhada “como o lugar multideterminado dos trânsitos de raça, classe, gênero, sexualidade, fluxos e sobreposições de acidentes identitários”, com destaque para “As mulheres negras [que] são frequentemente vitimadas por estarem mais vezes posicionadas nas avenidas da diferença, interdependência e interação estruturais” (sem paginação). E segue:

Exu, voz ancestral da cultura yorubá, movimenta as avenidas e alimenta-se na encruzilhada, razão dele próprio preferir a oferta analítica interseccionalidade, essa demonstração cruzada preparada durante as dinâmicas das mulheres negras e na ética de cuidado com os Outros acidentados, também, no trânsito das avenidas e seus respectivos eixos de subordinação sexual, de classe, território, etc. [...] **Encruzilhada é lugar de decisão** (Carla Akotirene, 2019, sem paginação, grifo nosso).

Neste lugar de decisão, delimito o sentido e significado da polissemia constitutiva do termo cuidado o insiro na encruzilhada a partir do entrecruzamento das matrizes teóricas do campo das Ciências Sociais e Econômicas articuladas às experiências vividas por mulheres negras no cuidado como critério de significação. De acordo com Patricia Hill Collins (2020) a experiência vivida como critério de significação compõe a epistemologia feminista negra.

Em sua amplitude, cuidado, para Joan Tronto e Berenice Fisher (1990) é compreendido como o sustento da vida, elemento constitutivo da existência humana e da reprodução social que viabiliza o funcionamento da vida cotidiana. Já para Rachel Passos (2018) o cuidado é concebido como uma necessidade ontológica do ser social situada em seu tempo histórico. Ao inserir o cuidado na encruzilhada, parto de dois conceitos a fim de delimitar suas matrizes teóricas.

⁴⁵ Sueli Carneiro (2008) sinaliza que, a partir dos estudos de Lélia Gonzalez, a mesma já tinha uma concepção consolidada do feminismo negro quando Kimberlé Crenshaw chegou com o debate da interseccionalidade. Há também as críticas realizadas por Angela Davis e Patricia Hill Collins que podem ser compreendidas na produção de Carla Akotirene (2018). De acordo com a análise de Carla Akotirene (2018, p. 81), “a interseccionalidade nos coloca na encruzilhada do pensamento feminista negro.”

⁴⁶ Termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, ver o conceito em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>>.

O primeiro formulado por Rosario Aguirre, Karina Batthyány, et al. (2014) que conceituam o cuidado como o conjunto de bens e atividades que permitem às pessoas alimentarem-se, educarem-se, estarem sãs e viver em ambiente propício. O cuidado é compreendido em três dimensões, a material que implica trabalho, a econômica, que implica custos e a psicológica, que implica vínculo afetivo. Pode ser realizado de forma familiar, por uma integrante da família, ou não-familiar, por uma pessoa externa, na modalidade remunerado ou não remunerado. Tendo como principal elemento constitutivo seu caráter relacional que pressupõe interdependência e interação.

E cuidado social de Mary Daly e Jane Lewis (2011) que o concebe como pluridimensional, numa perspectiva social com ênfase na intersecção entre a dimensão pública e privada (na relação Estado/Família e Estado/Mercado), num marco normativo de obrigação e responsabilidades.

Cuidado social é um conceito multidimensional para nós. Entre suas diferentes dimensões, há três que merecem ser destacadas. O primeiro é o do cuidado como trabalho, que chama a atenção para a natureza do trabalho e também da atividade em geral. [...] A segunda dimensão do conceito localiza o cuidado dentro de um quadro normativo de obrigação e responsabilidade. [...] Em terceiro lugar, concebemos o cuidado como uma atividade com custos, tanto financeiros quanto emocionais, que ultrapassam as fronteiras entre o público e o privado. [...] Nossa abordagem tridimensional nos leva a definir o cuidado social como o conjunto de necessidades físicas e emocionais de adultos e crianças dependentes, e as estruturas normativas, econômicas e sociais nas quais essas necessidades são atribuídas e desenvolvidas (Mary Daly & Jane Lewis, 2011, p. 227-228, tradução nossa).

A diferença entre os dois conceitos está no marco normativo de obrigação e responsabilidade de cuidado social que incorpora de forma precisa o Estado na provisão dos cuidados inserindo a temática da agenda pública, articulando as esferas privada e pública.

Cuidado Social também focaliza às pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência) e, cabe acrescentar, que são para todas as pessoas que demandam níveis diferenciados de cuidados a depender da fase do ciclo de vida e da divisão sexual e racial do trabalho. E situa o cuidado como um problema coletivo que demanda obrigações públicas. Neste, a reflexão expande para a organização social e política do cuidado (Eleonor Faur, 2014) que debate a organização e distribuição dos cuidados entre as esferas pública (Estado e Comunidade) e privada (Mercado e Famílias) atravessada pelos distintos acessos nesta relação, de acordo com os marcadores sociais de raça, gênero e classe.

Há uma complementariedade entre os dois conceitos citados, sobretudo, nas suas três dimensões apontadas pelas autoras, em que insiro o tempo como uma quarta dimensão constituindo-se num elemento estruturante e articulador. Essas dimensões são interseccionadas por diversos marcadores sociais com destaque para raça, gênero, classe, sexualidade, geração, deficiência e território gerando níveis de consumo de tempo, dedicação a este trabalho, valor dos custos empregados e envolvimento psicológico/emocional/afetivo. Mesmo quem gerencia o cuidado contratando os serviços via mercado, emprega uma quantidade de tempo na conciliação com sua vida, sendo proporções diferentes de quem executa o cuidado. Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), ao analisarem os modelos de organização entre o campo doméstico e profissional, definem um novo modelo intitulado de delegação e conciliação. Aponto que na realidade de mulheres negras este dito “novo modelo” é experienciado de formas diferenciadas na divisão racial, sexual e social do trabalho.

Retornando, a encruzilhada do cuidado consiste no entrecruzamento de quatro dimensões constitutivas do cuidado, (i) material/trabalho, (ii) estrutura normativa de obrigação e responsabilidade, (iii) custo emocional e financeiro e (iv) tempo.

A delimitação conceitual do cuidado na encruzilhada o situa como um problema racial, feminizado, social, político e teórico que dialoga de forma transdisciplinar com distintas bases teóricas que no entrecruzamento se complementam. Karina Batthyány (2020) sinaliza quatro vertentes teóricas de análise do cuidado na América Latina, sendo elas: (i) própria da economia feminista, centrada na economia do cuidado, (ii) ligada à Sociologia que inclui o cuidado como um pilar do bem-estar social, aqui podemos inserir os estudos da sociologia do trabalho que compreende cuidado como trabalho, (iii) no diálogo entre a sociologia e o direito que enfatiza a concepção do cuidado como direito, (iv) na perspectiva da ética do cuidado que articula o campo da antropologia e psicologia social.

Diante da delimitação conceitual e de suas vertentes, analiso o cuidado a partir do entrecruzamento de quatro matrizes teóricas, mantendo as três primeiras sinalizadas por Karina Batthyány (2020), incluindo na segunda vertente a relação do bem-estar social, com o debate da proteção social no Brasil no campo do Serviço Social, e proponho a substituição da quarta (ética do cuidado⁴⁷) para a

⁴⁷ Joan Tronto (2013).

perspectiva do cuidado interseccional constituído pelas dimensões de raça, gênero e classe, demarcados por sistemas de opressão e dominação, pautada numa epistemologia feminista negra. Esta mudança ocorre pelo fato de a Ética do Cuidado trazer em sua análise uma carga demasiada do aspecto moral, que em concordância com Uma Narayan (1995) há uma função ideológica desempenhada por teorias morais e liberais que ocultam as desigualdades, hierarquizações e relações de dominação contidas no discurso contemporâneo do cuidado, no qual ainda se constata traços de colonialismo na Ética do Cuidado. Há outros fatores, como:

A ética do cuidado pouco ajuda a avançar o debate sobre as desigualdades no âmbito do cuidado e produz um panorama normativo e idealizado do mesmo. Ao tomar o cuidado como uma ética prática feminina, a ética do cuidado acaba por minimizar as hierarquias de classe e raça que se reproduzem e se atualizam nas práticas de cuidados. [...] a ética do cuidado por vezes obscurece as desigualdades sociais e (as desigualdades entre as mulheres) em nome de uma “ética feminina”, é preciso leva-las ao centro da análise. [...] a ética do cuidado oferece uma imagem normativa e abstrata do cuidado e que seu uso em pesquisas empíricas resulta em alguns problemas (Anna Araújo, 2018, p. 57-65).

Esta substituição não inviabiliza o uso de alguns conceitos formulados por Joan Tronto que serão empregados ao longo desta tese, cabendo enfatizar a importância de suas produções para os estudos de cuidado.

No entrecruzamento da delimitação conceitual de cuidado, nota-se em seus estudos que ainda não há um consenso na explicitação da forma que se expressa, sendo abordado como trabalho de cuidados (englobando os afazeres domésticos), trabalho reprodutivo remunerado ou não, trabalho não pago, trabalho de cuidados e doméstico. Neste texto, a fim de instrumentalizar a análise proposta, utilizo a categoria trabalho de cuidados e doméstico não remunerado realizado por mulheres negras.

Este capítulo exercita o entrecruzamento das matrizes teóricas já existentes com a proposição de conceber o cuidado a partir da questão racial, através de um movimento endógeno instrumentalizado pela leitura amefricana que prioriza a utilização de autoras negras para pensar a organização social e política de cuidado no Brasil.

Cuidado na encruzilhada é constituído por um texto que entrecruza idas e vindas de conteúdos consolidados nos estudos de cuidado com suas matrizes teóricas aqui delimitadas articuladas a permanentes provocações e proposições da lente racial, tendo a raça como princípio organizativo da sociedade, como já diziam Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

2.1.

E eu não trabalho? Trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Cuidado é trabalho? Cuidar dá trabalho? Conceber o cuidado como trabalho implica discutir o entrecruzamento das categorias de análise economia do cuidado, divisão racial, sexual e social do trabalho, relação social e reprodução social na formação capitalista, a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

Retomando a discussão da multidimensionalidade do cuidado, destaco que as dimensões material, normativa, econômica e de tempo configura uma mudança de paradigma que rompe com a exclusividade do caráter privado no debate do cuidado trazendo-o para o público, sobretudo como objeto de investigação científica das ciências sociais e econômicas.

Associar o termo cuidado com o conceito de economia significa focar naqueles aspectos deste espaço que geram, ou contribuem para gerar, valor econômico. Em outras palavras, o de particular interesse para a economia do cuidado é a relação entre a forma como as sociedades organizam o cuidado de seus membros, e o funcionamento do sistema econômico (Corina Enríquez, 2005, p. 2, tradução nossa).

A relação entre cuidado e economia é impulsionada a partir do reconhecimento do cuidado como trabalho, implicando numa ruptura epistemológica da definição de trabalho, a fim de reconceitualizá-lo de forma congruente à realidade e considerando todas as formas de trabalho, remuneradas ou não. Segundo Cristina Carrasco (2012) no final do século XX inicia um debate acerca da natureza do trabalho de cuidado e doméstico e sua relação com o modo de produção capitalista.

Segundo Helena Hirata (2009), o conceito de trabalho é questionado formalmente na década de 1970. A literatura francesa, através de pesquisas realizadas por Danièle Kergoat, reconstrói o significado de trabalho a partir da inclusão da dimensão da reprodução social e do trabalho doméstico.

Essa reconceituação abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis (Hirata, 2009, p. 254).

Considero que para mulheres negras, há uma consciência da indissociabilidade de cuidado e atividades domésticas e trabalho, pois fazem parte

da herança escravocrata alicerçada pelo racismo estrutural engendrada por estruturas de colonialidade⁴⁸ que na constituição sócio-histórica brasileira confinaram a população negra desde a diáspora forçada africana na provisão deste trabalho. Isso reforça a necessidade de racializar as relações sociais, caso contrário há o risco de cair na armadilha teórica da universalização e homogeneização de mulheres, que oculta demandas, experiências e relações de mulheres racializadas.

A reconceitualização de trabalho reconheceu cuidado e afazeres domésticos realizadas no âmbito reprodutivo como trabalho não remunerado, e contribuiu para visibilizar a divisão desigual de trabalho realizado na reprodução social entre os sexos masculino e feminino, por conta da constituição sócio-histórica dos papéis sociais de gênero e suas desigualdades no acesso, permanência e remuneração no mercado de trabalho.

É a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. [...] Tendo dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). [...] Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuais que remetem ao destino natural da espécie. [...] Porém isto não significa que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável, tendo inclusive, uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e espaço (Helena Hirata, 2007, p. 599-600).

Entretanto, a interseção entre racismo e sexismo aponta para uma desigualdade de papéis e funções diferenciadas no interior do gênero feminino e possibilita compreender assimetrias de raça, gênero e classe expressas na diferença de níveis de exploração e opressão. Segundo Sueli Carneiro (2020), isto configura uma divisão racial do trabalho e permite enxergar a realidade de mulheres negras em descortinar a teia de opressões a que estão submetidas. Constituindo na realidade brasileira a existência da divisão racial, sexual e social do trabalho.

⁴⁸ Para Quijano (2005) colonialidade advém do colonialismo, pois alude à dominação em nível de identidade, valores, costumes, conhecimento e na intersubjetividade de um povo. Colonialismo e Colonialidade estão intrinsecamente interligados, sendo a colonialidade advinda e ao mesmo tempo independente do colonialismo, ou seja, apesar do processo de descolonização, a colonialidade sobrevive mantendo-se de forma enraizada e duradoura nas estruturas subjetivas, no imaginário, nas formas de "ser" e "fazer", no senso comum, na cultura e na epistemologia do povo que foi colonizado.

No âmbito da produção e reprodução social, sua dissociação e hierarquização é fruto do advento do capitalismo que vincula valor/masculino/tecnificação/salário à produção social; e desvalor/gratuito/feminino/saber inato/naturalização/amor à reprodução social. As duas esferas são estruturadas por relações sociais operadas pela tríade opressão, dominação e exploração, sendo reificadas através do processo de socialização dos indivíduos na formação social do capitalismo e perpetuada em seu avanço e consolidação através do sistema neoliberal. Nancy Fraser (2016) situa historicamente este fenômeno no Século XIX, no primeiro regime do capitalismo competitivo liberal, sendo criado um novo imaginário burguês de domesticidade.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que trabalho doméstico não é trabalho [...] no entanto, não existe nada de natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida (Silvia Federici, 2019, p.42-43, grifo nosso).

Essa conformação dos papéis sociais de gênero na sociedade brasileira foi fundada no modelo capitalista/cisheteropatriarcal⁴⁹/cristão/eurocêntrico/racista, que por sua vez, estrutura a feminização do cuidado na reprodução social gerando assimetrias e hierarquias de gênero condicionadas à raça, classe, entre outros marcadores sociais, que viabilizam posições de vantagens, acessos, poder, restrições e desvantagens sociais.

O patriarcalismo e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em lugares como o Brasil e territórios colonizados. A consolidação do sistema capitalista no mundo está imbricada com a invasão e dominação dos territórios latino-americanos e a imposição ao mundo de um modelo de ser humano universal moderno que corresponde, na prática ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário. Um modelo que deixa de fora diversas faces e sujeitos, em especial as mulheres. [...] se o regime colonial foi rompido não houve a ruptura com as relações coloniais de poder. [...]

⁴⁹ O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, copórea e morfo-anatômicas instituídas (Carla Akotirene, 2018, p. 112).

precisa questionar fortemente a visão universalista de mulher. Para as mulheres negras e indígenas, a realidade brasileira e latino-americana em geral é de segregação e marginalização (Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya & Nancy Fraser, 2019, p. 16).

Portanto, a divisão sexual do trabalho é a base fundante onde se assentam hierarquias de gênero que se organizam em posições que variam segundo as relações de raça e classe (Flávia Biroli, 2018). Além de acrescentar à divisão sexual do trabalho a dimensão racial e social do mesmo, faço uma inversão ao considerar que esta divisão é racial, sexual e social do trabalho, caso contrário, corre risco de recair num “tipo de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco” (Lélia Gonzalez, 1988, p. 310).

Assim, a divisão racial, sexual e social do trabalho evidencia a hierarquização entre as próprias mulheres, no entrecruzamento do racismo, sexismo e patriarcado na conjugação dos marcadores sociais de raça, gênero e classe, resultando efeitos diferenciados nas relações de opressão e exploração dos sujeitos, pautado em três projetos existentes na sociedade brasileira capitalista, sendo eles: “o projeto da burguesia, que visa a dispor como lhe aprouver da classe trabalhadora; o projeto dos homens, cujo objetivo consiste em subordinar as mulheres; e o projeto dos brancos de manter sua supremacia, no caso do Brasil, face aos negros” (Heleieth Saffioti, 2003, p. 37).

A divisão racial, sexual e social do trabalho consiste num eixo estruturante para a acumulação de capital, sendo fundante na conformação do sistema capitalista. Para Silvia Federici (2019) um dos pilares da acumulação de capital e da exploração do trabalho de mulheres está na desvalorização sistemática do trabalho reprodutivo.

Para Nancy Fraser (2016, p. 114) “a atividade de reprodução social não assalariada é necessária para a existência do trabalho assalariado, para a acumulação de mais-valia e para o funcionamento do capitalismo como tal”. Considero o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado como forma de extração de 100% da riqueza produzida. Acerca do assalariamento da produção social, Silvia Federici (2018) a denomina como “Patriarcado de Salário” sendo uma ferramenta política para organizar a relação social e na criação de hierarquias laborais no qual o salário se torna um instrumento de hierarquização que divide de forma desigual as diferenças de poder. A função do salário delega aos homens o poder de controlar o trabalho e a vida de mulheres. O poder do salário atribuído ao homem viabiliza a dominação por meio da criação de uma dependência deste

salário masculino no qual a mulher fica subordinada na medida que o trabalho de reprodução social não é remunerado, sendo figurada “de maneira fraca como se fosse um apêndice do trabalho assalariado” (Flávia Biroli, 2018, p. 26).

Conforme defendi, a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos (Silvia Federici, 2017, p. 233-234).

Em consonância com esta reflexão Shahra Razavi atribui essa subordinação da mulher à “fortificação da família nuclear heterossexual masculina, sustentada por meios ideológicos, legais e econômicos à disposição do Estado. [...] A dependência financeira das mulheres em relação aos maridos era uma característica integral deste modelo” (2007, p. 14, tradução nossa).

Considero que a lente racial complexifica os impactos do patriarcado do salário, da produção e reprodução social, principalmente quando analisamos famílias negras que têm a predominância de mulheres negras como provedoras dos recursos financeiros. No Brasil, ao longo de sua história datada a partir do processo de colonização, mulheres negras eram concebidas como objetos/mercadoria de serviço doméstico e sexual, sendo utilizadas para reprodução da unidade de trabalho (escravizado) a serviço do capitalismo e por vezes partilhavam do mesmo trabalho que os homens negros escravizados, conforme fala de Sojourner Truth⁵⁰ “Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas!” (Sojourner Truth, 1851 apud Djamila Ribeiro, 2017, p. 22). Após o período de escravização, mulheres negras sustentavam – e grande parte ainda sustenta – suas famílias através do trabalho de cuidado e doméstico. Isso faz questionar a aplicabilidade do conceito patriarcado do salário para as mulheres negras e suas famílias no Brasil.

⁵⁰ Recorro à fala de uma mulher negra estadunidense para enfatizar as relações escravistas brasileiras sem, com isso, pretender reafirmar qualquer falsa e imediata transposição; senão, buscando salientar a dimensão racial em sua relevância para análise das relações sociais em sociedades distintas, guardando as devidas especificidades.

A constituição da família negra nos moldes da família nuclear burguesa ou monogâmica é fenômeno historicamente recente e não totalmente consolidado, expressando antes um ideal de padrão familiar a ser atingido naquilo que ele representa ideologicamente como indicador de integração social do que uma estrutura concretamente possível, dadas as precárias condições de existência da população negra. Portanto, as mulheres advêm de uma experiência histórica diferenciada, marcada pela perda do poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pela sujeição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto a relação convencional de dominação e subordinação social da mulher tem como complementariedade a eleição do homem como provedor, temos o homem negro castrado de tal poder enquanto escravo e posteriormente enquanto alijado do processo de industrialização nascente (Sueli Carneiro, 2020, p. 50).

Acrescento a esta reflexão, o projeto de maternidade/maternagem obrigatória incutido pelo Patriarcado como “destino biológico para todas as mulheres” (Carla Akotirene, 2018, p. 21), onde “somente em uma estrutura patriarcal é que a maternidade é o único poder social disponível para as mulheres” (Audre Lorde, 2020, p. 136). Ao inserir raça e classe percebe-se que os filhos de mulheres escravizadas eram vendidos como bens/produtos, ser mãe não era destino natural de mulheres negras e seus corpos eram vistos como unidade de produção, conforme Sojourner Truth “Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?” (Sojourner Truth, 1851 apud Djamila Ribeiro, 2017, p. 22). Essa diferença reflete a colonialidade de gênero⁵¹ e visibiliza a realidade vivenciada por mulheres negras. Segundo Sueli Carneiro (2020, p. 126), “quando a desigualdade de raça se alia com a de sexo, constrói-se um verdadeiro “matriarcado da miséria”, que é o que configura a experiência histórica de *ser mulher* negra na sociedade brasileira.”

A expressão “matriarcado da miséria” foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país (Sueli Carneiro, 2011, p. 130).

Ao olhar para a história de mulheres negras constata-se que a necessidade de prover a subsistência de sua família, em sua maioria sozinhas, devido a variadas situações de vulnerabilização, restringe seu tempo de maternar. Sendo retratado em “[...] Só porque a gente vive do trabalho da gente, sem homem para ajudar nem nada e tendo que sustentar mãe e três filhos” (Lélia Gonzalez, 1979, p. 33) e “[...] as mulheres pobres não tinham tempo disponível para cuidar dos

⁵¹ Conceito definido por Maria Lugones. “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero” (2014, p. 941).

seus lares. [...] Que luta para aquela mãe criar aquele filho!” (Carolina de Jesus, 1986, p. 32-33). Mulheres negras, desde a diáspora forçada africana, ocupam de forma simultânea e estratificada o campo da produção e reprodução social, revelando que a divisão entre a esfera pública na figura do homem e da esfera privada na figura da mulher representam experiências de um determinado grupo de mulheres.

Para Lélia Gonzalez (1979), no capitalismo brasileiro a população negra constituiu a massa marginal crescente (na fase monopolista) e o exército de reserva (na fase industrial competitiva), no qual mulheres negras foram em maioria as responsáveis pela renda familiar derivada da prestação de serviços domésticos e de cuidados. Isso demonstra a necessidade de nomear para complexificar a análise dos fenômenos sociais. A existência da divisão racial, sexual e social do trabalho possibilita enxergar as mulheres negras, seu lugar na força de trabalho, no processo de tríplice discriminação (raça, sexo e classe), de dupla jornada de trabalho e de superexploração a que ficam submetidas, contudo também viabiliza observar suas estratégias para a sobrevivência e resistência nessa sociedade capitalista, patriarcal e racista.

O Patriarcado estrutura os modos das relações sociais, em que mulheres têm sua força de trabalho expropriada pelo capital, no qual os homens se beneficiam coletivamente deste sistema (Flavia Biroli, 2018), mas este *modus operandi* se complexifica ao racializar suas relações e entrecruzá-la com classe, entre outros marcadores sociais que rompem com o discurso hegemônico de uma única história, revelando sua contradição a partir da vivência de mulheres negras que encontram-se na encruzilhada de múltiplas estruturas de opressão que são dinâmicas e estão em constante movimento.

A expropriação da força de trabalho de mulheres, realizada no campo da reprodução social, se baseia na opressão de gênero e estrutura sua assimetria no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, alicerce de sustentação do sistema capitalista. Neste, raça e classe operam na definição de quem gerencia este trabalho através da mercantilização, em quem contrata o serviço de forma remunerada e quem, desprovida de capital, vende sua força de trabalho além de executar este trabalho sem remuneração em suas casas.

[...] a sociedade capitalista é composta de dois imperativos inextricavelmente entrelaçados, mas mutuamente opostos – a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de *obtenção de lucro* contra a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos que chamamos de

produção de pessoas. "Reprodução Social" diz respeito ao segundo imperativo. Abrange atividades que sustentam seres humanos como *seres sociais corporificados* que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem seu futuro. (...) a divisão entre obtenção de lucros e produção de pessoas aponta para uma tensão arraigada no cerne da sociedade capitalista. (Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya & Nancy Fraser, 2019, p.106-108)

A esfera da reprodução social produz o que é mais essencial para o mercado capitalista: a força de trabalho, que produz mercadoria, cuja venda gera a mais-valia. Assim, de acordo com Carmem Gelinski e Rosângela Pereira (2005), Antonella Picchio (2003) e Lourdes Beneria (2003, p. 37), a reprodução social no âmbito do trabalho doméstico localiza-se "dentro do sistema econômico como fonte vital de manutenção e reprodução da força de trabalho, sobretudo, o trabalho doméstico não remunerado contribui para a manutenção e reprodução das gerações de trabalhadores".

É paradoxal o fato de o sistema capitalista depender da reprodução social para seu funcionamento e sustentação ao mesmo tempo em que oculta sua importância e custos, não reconhecendo como trabalho nem conferindo valor econômico, sendo colocada como uma atribuição inata feminina e quando mercantilizada é desvalorizada, mal paga e, em sua maioria, racializada.

A dissociação de produção e reprodução social produz um jogo de oposições binárias sobre cuidado versus trabalho e amor versus dinheiro, reificada por uma lógica colonial da figura da mulher ideal, sobretudo, brancas como "para casar", "dona de casa", "boa esposa" e "boa mãe" para a reprodução da força de trabalho. Além de construir uma hierarquia de valor econômico e social, desvalorizando o trabalho de cuidado e doméstico para subsidiar o acúmulo do capital. Desse modo, invisibilizar e desvalorizar são mecanismos da colonialidade utilizados para a manutenção do capitalismo.

O exercício de analisar na perspectiva da encruzilhada, transgride o binarismo e a dicotomia, numa gira que integra e pulsa pela transformação paradigmática, donde conceber o cuidado a partir da questão racial articulado ao reconhecimento do cuidado como trabalho pode configurar no rompimento de uma das chaves de alienação que o mistifica à essência feminina na reprodução social. Esta alienação ocultou que cuidado é trabalho e gera lucros. Conforme Silvia Federici (2019, p. 40) "Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado". Entendo este como trabalho de remuneração desviada, pois é expropriado das mulheres, sobretudo negras, para subsidiar a acumulação no sistema capitalista.

Apesar da dissociação discutida, há uma dependência inerente entre a produção e reprodução social, que são mutuamente constitutivas e se retroalimentam para o funcionamento do sistema capitalista. Os sujeitos dependem da esfera produtiva para viabilizar a subsistência, logo a reprodução social constitui numa dimensão ontológica inerente ao ser social que para garantir sua sobrevivência vende sua força de trabalho, a fim de obter dinheiro. Esta dependência gera uma contradição entre esses elementos constituintes da sociedade capitalista. Nancy Fraser (2016, p. 116) denomina de contradição silenciada, na qual a forma de funcionamento da acumulação do capital “muerde de hecho su própria cola”.

[...] a lógica da produção econômica precede a reprodução social, desestabilizando os próprios processos em que o capital, e pondo em perigo as capacidades sociais, tanto como um público, necessário para sustentar a acumulação de longo prazo. Destruindo as próprias condições de possibilidade, a dinâmica da acumulação do capital (Nancy Fraser, 2016, p. 116, tradução nossa).

O não reconhecimento das atividades de cuidados e dos afazeres domésticos como trabalho e sua não/má remuneração e desvalorização, interligadas a precarização do trabalho, ao desmonte dos direitos, ao aumento do custo de vida, esgarçam sistematicamente as condições de sobrevivência da população, sobretudo de as mulheres proverem a reprodução social, fragilizando cada vez mais suas capacidades. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE⁵² (2022), o salário mínimo necessário para atender às necessidades de uma família em fevereiro de 2022 deveria ser de R\$ 6.012,18; o valor corresponde a aproximadamente 5 vezes o salário mínimo nominal atual, de R\$1.212,00. Como diz Carolina de Jesus (2001, p. 9), “atualmente somos escravos do custo de vida”.

A estimativa do Dieese é realizada mensalmente e indica qual é o rendimento mínimo necessário para que um trabalhador e sua família possam suprir as despesas do mês com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. [...] Segundo o Dieese, considerando o preço da cesta básica, o trabalhador que recebe um salário mínimo comprometeu em média 55,20% do seu rendimento líquido de janeiro para adquirir os produtos alimentícios básicos, mesmo com o reajuste de 10,18% dado ao salário mínimo (EXAME⁵³, 2022).

Diante deste cenário, a população negra, sobretudo, mulheres negras são as mais impactadas, pois acumulam a combinação da tripla opressão de raça,

⁵² Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos realizada pelo DIEESE em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>.

⁵³ Publicação de matéria no site: <https://exame.com/economia/salario-minimo-ideal-deveria-ser-r-5-900-diz-dieese/> acesso em março de 2022.

gênero e classe desencadeada pela concentração de menores rendimentos, sendo a maioria na execução do trabalho de cuidados e domésticos, remunerado e não remunerado, que sustenta o modo de produção do capital, ainda assim com a acumulação de maior desigualdade identificada nos piores indicadores sociais e econômicos. Em 2019, a pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça” publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que as mulheres negras continuam na base da desigualdade de renda no Brasil.

No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. De acordo com o IBGE há mais de 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras. No caso daquelas chefiadas por mulheres brancas, o número absoluto é de 3,6 milhões. [...] Abaixo da linha da pobreza, estão 63% das casas comandadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos, com US\$ 5,5 per capita ao dia, cerca de R\$ 420 mensais. O índice representa mais que o dobro de pontos percentuais se comparado à média nacional igualmente alarmante: 25% de toda a população está abaixo da linha da pobreza. Para mulheres brancas e com filhos, a proporção de casas abaixo da linha da pobreza é de 39,6% (Carta Capital, 2021, sem paginação).

E mesmo mulheres negras que concluíram o ensino médio e superior ainda assim recebem menores salários no mercado de trabalho. A pesquisa “Diferenças salariais por raça e gênero para formados em escolas públicas e privadas” realizada pelo Instituto Insper, com base nos dados da PNAD, retrata que no Brasil, em 2020, o salário médio de um homem branco é 159% maior do que uma mulher negra. Esta realidade se agudiza ainda mais no contexto de crise econômica e pandêmica do Covid-19. E reforça a premissa de Lélia Gonzalez (1984) de que raça, sexo e classe constituem o princípio organizativo da estrutura social brasileira.

O sistema de exploração e expropriação do trabalho é reforçado principalmente para mulheres negras numa encruzilhada de opressões e endividamentos, proveniente de a remuneração ser insuficiente para o custeio de sua reprodução social.

[...] exigindo, ao mesmo tempo, um aumento na jornada de trabalho e a redução dos serviços públicos, o capitalismo exterioriza o trabalho de cuidado [e doméstico] sobre as famílias e comunidades enquanto reduz a capacidade de executá-lo (Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya & Nancy Fraser, 2019, p.106-108).

Mulheres negras representam 27,8% da população brasileira⁵⁴, compondo o maior grupo demográfico da população em geral, e tornam-se malabaristas⁵⁵

⁵⁴ OXFAM, 2020, ver em <<https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-na-politica/>>.

⁵⁵ Mulheres malabaristas em uma sociedade desigual, termo utilizado por Eleonor Faur (2014).

sob condições de vida difíceis e desiguais na construção cotidiana de estratégias para suprir à quantidade de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

As deteriorações das condições da reprodução social geram um conflito na estrutura dorsal do sistema capitalista, que configura uma crise estrutural, fruto de sua contradição. Para Nancy Fraser (2016, p. 263), “essa contradição sócio-reprodutiva do capitalismo está situada na base da chamada crise do cuidado.”

A crise do cuidado retrata o aumento da demanda de cuidado frente ao declínio na oferta da provisão de cuidado num cenário tanto privado quanto público. Amaia Orozco (2006) entende a crise dos cuidados como a crise da reprodução social marcada pela precarização da vida e caracterizada por um conjunto de transformações: (i) demográficas, (ii) no mercado de trabalho, (iii) no crescimento urbano, (iv) nas relações de gênero que impactam numa reorganização social dos cuidados. A autora questiona: quais são os trabalhos socialmente necessários para a sustentabilidade da vida? Para responder esta questão o cuidado é central e estrutura-se pela necessidade de reconhecê-lo enquanto trabalho que produz valor econômico.

A crise do cuidado não pode ser resolvida sem uma efetiva redefinição das cargas e responsabilidades relativas ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado e de cuidado, assim como da responsabilidade do Estado de prover o apoio necessário à reprodução social (Lais Abramo & María Valenzuela, 2016, p.114).

Nessa discussão, a economia do cuidado tem um papel fundamental. Segundo Cristina Carrasco (2012), a economia feminista pauta a incorporação de experiências de mulheres expressas na ampliação de suas reflexões possibilitando a reformulação de conceitos, desenvolvendo novos marcos investigativos a partir de rupturas teóricas e da inserção do cuidado como uma categoria analítica concebendo como pilar da sustentabilidade da vida que implica numa responsabilidade social e política a fim de romper com a exclusividade da responsabilidade privada, familiar e feminina.

No âmbito dos marcos internacionais, cuidados e afazeres domésticos entram na pauta de discussão como trabalho em 1995 na Plataforma de ação da IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), além de reforçar os debates, pesquisas e as reflexões sobre a carga total do trabalho⁵⁶, diferenças salariais e de posições no mercado

⁵⁶ Conceito que integra tanto os trabalhos remunerados como os não remunerados (Rosário Aguirre, 2008, p. 47).

de trabalho, e também enfatizar a recomendação do uso de contas satélites para tornar público o valor econômico do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Segundo Sueli Carneiro (2020, p. 176), nesta conferência também se destaca a apresentação do documento “Proposta das mulheres negras latino-americanas e caribenhas para Beijing, [...] produzido pelas mulheres negras representantes de 16 países da América Latina”, em que ressaltou as seguintes exigências:

3.Exigimos de nossos governos que sejam implementadas políticas de desenvolvimento para saldar a dívida histórica contraída com nossas populações, e que tenham mulheres negras como beneficiárias prioritárias. 4.Exigimos que sejam formuladas e implementadas estratégias apropriadas, que assegurem às mulheres negras o direito ao acesso à terra, ao trabalho, à saúde, à habitação, educação, meio ambiente saudável e garantindo-se o direito à identidade diferenciada. 5. Exigimos que sejam incorporados os itens etnia e gênero nos Censos Governamentais de nossos países, como forma de obtermos um conhecimento real em números, e situação socioeconômica e política da população negra (Sueli Carneiro, 2020, p. 177).

Isto possibilitou a ampliação da discussão racial em âmbito nacional e internacional, a fim de avançar na incorporação da pauta antirracista. Dentro da Organização das Nações Unidas destaco a participação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

A Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT realizada em 2013 reconheceu como trabalho não remunerado o conjunto de atividades executados na esfera reprodutiva. Em 2018 a OIT publicou um resumo executivo sobre o trabalho de cuidados reconhecendo este na modalidade remunerado e não remunerado de vital importância para um futuro de trabalho decente.

El trabajo de cuidados comprende dos tipos de actividades superpuestas: las actividades de cuidado directo, personal y relacional, como dar de comer a un bebé o cuidar de un cónyuge enfermo, y las actividades de cuidado indirecto, como cocinar y limpiar. El trabajo de cuidados no remunerado consiste en la prestación de cuidados por parte de cuidadoras y cuidadores no remunerados sin recibir una retribución económica a cambio. La prestación de cuidados no remunerada se considera un trabajo, por lo que es una dimensión fundamental del mundo del trabajo (OIT, 2018, p.1).

De acordo com Rosario Aguirre (2008) as similitudes entre trabalho remunerado e não remunerado são: implicam custo e tempo, há distribuição clara de tarefas neste trabalho e existe um produto independente de quem o realiza. Assim trabalho não remunerado abrange quatro modalidades: (i) subsistência, (ii) doméstica, (iii) cuidados e (iv) voluntário a serviço da comunidade.

As similitudes ratificam a consistência do reconhecimento das atividades de cuidado e afazeres domésticos como trabalho e amplia a compreensão acerca da categoria classe trabalhadora.

A análise do trabalho doméstico no âmbito da família deveria ser um ponto de partida para revelar a extensão e a invisibilidade do trabalho reprodutivo privado e público na terra, sua gratuidade e o lucro que a economia do capitalismo obtém dele. Em suma, é ele que revela a face oculta da sociedade salarial. [...] O antropólogo David Graeber falou da necessidade de reimaginar a classe trabalhadora com base no que ele chama de *classe cuidadora*, a classe social cujo “trabalho consiste em cuidar de outros seres humanos, plantas e animais.” Ele propõe a seguinte definição para trabalho de cuidado: um “trabalho cuja a finalidade é manter ou aumentar a liberdade de outra pessoa”. Contudo, “quanto mais o seu trabalho serve para ajudar os outros, menos você é pago para fazê-lo”. Portanto, diz ele, é necessário “repensar a classe trabalhadora colocando as mulheres em primeiro lugar, ao contrário da representação histórica que tem sido feita dos trabalhadores” (Françoise Vergès, 2020, p. 125).

De acordo com a OIT, em 2018, aproximadamente 42% das mulheres na faixa etária laboral na América Latina declararam sua indisponibilidade ao trabalho, apesar de desejarem trabalhar, diante da necessidade de suprirem o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, os homens representam 5% nesta condição. Na América Latina mulheres são responsáveis por 74% das horas de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Não identifiquei no relatório publicado pela OIT os dados com recorte racial, contudo estima-se ser uma realidade ainda mais densa. Em 2019, a OIT aponta que mundialmente há 647 milhões de mulheres que são trabalhadoras de cuidado e doméstico não remunerado, frente a 41 milhões de homens. Conforme análise de Nicoli (2020) este quantitativo corresponde a maior categoria de trabalhadoras no mundo do trabalho contemporâneo.

Portanto, do reconhecimento das atividades de cuidado e afazeres domésticos como trabalho emerge uma classe trabalhadora concebida por Maria Durán (2018) de Cuidatoriado, numa analogia ao termo proletariado, para referir-se à diversidade de pessoas que se dedicam ao cuidar em tempo integral ou parcial, divididos em duas subclasses: não remunerados e remunerados, em que expressa a precarização das, em suma, mulheres, como um problema estrutural, em condições exploratórias absurdas. Não se discute a jornada de trabalho de uma trabalhadora não remunerada, em que no âmbito do doméstico exerce a função do cuidado 24hs por dia com uma sobrecarga mental.

O cuidatoriado não tem a possibilidade de mobilidade geográfica para acessar melhores condições de vida porque estão atrelados à permanência de quem recebe seus cuidados para um lugar e uma residência administrativa. Tampouco tem possibilidades de avanço econômico ou social. Devido à falta de tempo para si, os

pertencentes ao cuidadoriado muitas vezes têm reduzidas possibilidades de acesso à vida de lazer, educação, cultura, sexualidade ou participação política. [...] A pequena parte desse grupo que realiza trabalho remunerado de cuidado tende a receber pouca remuneração e está localizada no setor mais desfavorecido do mercado de trabalho. Com alta frequência trata-se de imigrantes e mulheres (Maria Durán, 2018, p. 140-142, tradução nossa).

A classe cuidadoriado sofre com a carga mental silenciosa e silenciada que exige um esforço em planejar e decidir continuamente as atividades cotidianas em prol de suprir as necessidades de cuidado e doméstico familiar ou das pessoas cuidadas, isto ocorre de inúmeras formas: gerenciar a adequação do orçamento às necessidades, gostos, preferências e desejos da família, organização dos horários para conseguir realizar todas as tarefas de cuidado e domésticas, ir dormir planejando o dia seguinte, ser a primeira a levantar e última a dormir com uma lista permanente e infinita de tarefas a serem executadas, ter conhecimento de toda a dinâmica e rotina da casa e da família. As indispensáveis demandas e atividades cotidianas que exigem esforço físico do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado aliadas a carga mental invisibilizada exaurem e expropriam o tempo limitando a disponibilidade para outras esferas da vida gerando um déficit de tempo. O conceito pobreza do tempo auxilia nesta reflexão. Segundo a OXFAM (2020, p. 29), “a pobreza do tempo consiste quando os indivíduos não têm tempo suficiente para descanso e lazer devido a horas excessivamente longas de trabalho remunerado ou cuidados não remunerados e trabalho doméstico”.

Isto pode ser retratado nos dados que Clara Araújo e Andréa Gama (2017) apresentam, o casamento gera um aumento de 10 horas na carga horária semanal de mulheres no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, enquanto os homens diminuem sua carga horária ao casarem. Para Fátia Biroli (2018) o tipo de trabalho gratuito fornecido, em suma, por mulheres é definido pela relação: casamento, neste cita a afirmação de Christine Delphy “se um homem se casa com sua empregada doméstica ou com uma prostituta, o mesmo trabalho e a mesma mulher repentinamente se tornam não remunerados e ‘improdutivos’” (p. 29) Essa exploração sob a roupagem das “obrigações familiares” não se restringe ao casamento, mesmo mulheres que não se casaram independente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda são convocadas ao que Evelyn Glenn (2010) denomina de cuidado forçado. Essa responsabilização assimétrica e desigual que é operada segundo o sexo (homem ou mulher) e definida como produtivo/remunerado e reprodutivo/improdutivo/não remunerado considerado a base do sistema patriarcal capitalista. Para Maria Durán (2018, p. 12) [...] cuidado

“é uma formidável fonte de recursos invisíveis não incorporados à análise micro e macro econômica, que também deve ser visto como um custo para as casas e para as pessoas majoritariamente mulheres”.

Apesar de lançar as bases para uma sociedade próspera, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é praticamente invisível. Ele perpetua e, ao mesmo tempo, é perpetuado pela desigualdade econômica e de gênero. O trabalho de cuidado é extremamente subestimado e desvalorizado por governos e empresas, sendo muitas vezes considerado um “não trabalho”. Os gastos com esse tipo de trabalho são considerados custos e não investimentos e, conseqüentemente, os cuidados prestados se tornam invisíveis em indicadores de progresso econômico e agendas de políticas (OXFAM, 2019, p.13).

A visibilização do cuidado como trabalho implica em sua contabilização. A inclusão do trabalho não remunerado, nas suas distintas modalidades, à concepção de trabalho, demandou a utilização de novas ferramentas metodológicas que mensurassem e evidenciassem o trabalho não remunerado, para isto, utilizou-se os estudos do uso do tempo.

As pesquisas de uso do tempo são o principal instrumento para a mensuração do trabalho não pago realizado no interior das famílias, permitindo a estimação do valor dessa produção e os custos de reposição dessas atividades pelo mercado. Estas pesquisas utilizam perguntas para estimar o tempo dedicado a atividades específicas, como preparação de alimentos, limpeza e manutenção da residência e cuidados com as crianças (Hildete Melo & Luciane Morandi, 2021, p. 12).

Neste processo a economia do cuidado foi um conceito chave criado pelas economistas feministas. Como descreve Corina Enríquez (2012, p. 6), a economia do cuidado constitui-se num "conjunto de atividades, bens, serviços necessários para a reprodução social e diária de mulheres e homens, produzindo avanço especialmente ligando o desenvolvimento econômico a relações sociais de gênero". O conceito de economia do cuidado concebe que o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado produz valor e busca compreender as relações entre o capitalismo e a divisão racial, sexual e social do trabalho, na produção de assimetrias de poder nas relações⁵⁷ de gênero. Segundo Karina Batthyány (2020) a economia do cuidado desenvolve pesquisas voltadas para a mensuração de tempo de cuidado, através dos estudos do uso do tempo, mapeamento e quantificação da oferta e demanda de cuidado, construção de contas satélite “que permitem a identificação do percentual do produto nacional gerado por hora de cuidados não remunerados num país.” (Karina Batthyány, 2020, p. 18). Conforme Valéria Esquivel (2013, p.12) “La economía del cuidado insiste en el hecho de que

⁵⁷ Relações estas que constituem os eixos estruturantes das desigualdades sociais, enraizadas, historicamente, nas incorporações materiais e simbólicas de papéis sociais e raciais pré-definidos e naturalizados.

el cuidado se encuentra en la base del funcionamiento y la reproducción de la economía y la sociedad”.

[...] a economia feminista fez contribuições importantes para o estudo do trabalho não remunerado, destacando seus aspectos de gênero, sua invisibilidade e sua contribuição central para a reprodução social e o funcionamento da economia. Estudando o campo de economia do cuidado, comprovaram a invalidade de muitas das premissas dos modelos microeconômicos convencionais. Assim, eles indicaram que "em vez de desafiar a divisão tradicional do trabalho pela qual os homens "se especializam" no trabalho remunerado e mulheres no trabalho doméstico ou outras atividades não remuneradas, estes modelos assumem uma série de características de gênero (estáticas) – isto é, mulheres cozinham melhor do que os homens e são melhores do que eles para cuidar das crianças, enquanto os homens são melhores no trabalho de mercado – com o propósito de explicar e justificar a divisão tradicional do trabalho e suas desigualdades correspondentes dentro e fora de casa (Lourdes Benería, 2003, p. 41).

A economia feminista coloca em pauta que as economias com os orçamentos públicos não são neutras a gênero, pelo contrário, mostram as lógicas de gênero embutidas que permeiam a relação entre Estado e família na provisão de políticas públicas, e o mercado na promoção de serviços e remunerações via mercado de trabalho.

Segundo Helena Houfbauer e Claudia Vinay (2012, p. 28), "todo gasto público tem algum impacto, e este não é necessariamente igual para mulheres e homens". Ignorar este impacto diferenciado, assim como as implicações que derivam ter para o projeto das políticas públicas e a designação de recursos, não significa "neutralidade", mas desconhecimento das diferenças de gênero, em que inclui raça, ou sua proposital invisibilização.

Assim questiono: no Brasil, os orçamentos e políticas públicas expressam desigualdades sociais e produzem desigualdades de raça, gênero e classe? A reflexão desta questão colabora para compreensão da organização social e política do cuidado na sociedade brasileira e a centralidade de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de analisar como tal organização, no Brasil, fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Lembrando que minha pesquisa sobre a organização social e política do cuidado e mulheres negras delimita a investigação na categoria teórica trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Analisar o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado na sua dimensão econômica é propor um novo paradigma para as políticas macroeconômicas e demais políticas públicas.

A inclusão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado na abordagem econômica é revolucionária em muitos aspectos, contudo, "apesar de sua importância e do fato de se tornar "óbvio", há um obstáculo que é a falta de dados disponíveis, poucos países no mundo realizam estudos do uso do tempo, os quais através dele pode se produzir estimativas a serem convertidas em equivalentes monetários" (Debbie Budlender, 2012, p. 90).

Por isso é essencial a implementação contínua dos estudos do uso do tempo, pois viabilizam um sistema que transforma dados em informação, informação em conhecimento e conhecimento em decisão política. Também estimula a produção teórica a partir de elementos antes desconsiderados, contribui para medir de maneira extensa todas as formas de trabalho, calcula o valor monetário do trabalho não remunerado na economia, promove visibilidade dos seus custos econômicos, da quantidade de tempo de sua execução, subsidia análise da divisão racial, sexual e social do trabalho e as desigualdades de raça e gênero além de auxiliar a pensar no processo de formulação e proposição de políticas públicas e orçamentárias (Lucia Scuro & Vaca-Trigo, 2017).

A partir dos dados dos estudos do uso do tempo podemos identificar que

[...] na base da pirâmide econômica, mulheres e meninas, principalmente as que vivem em situação de pobreza e pertencem a grupos marginalizados, dedicam gratuitamente **12,5 bilhões de horas todos os dias** ao trabalho de cuidado e outras incontáveis horas recebendo uma baixíssima remuneração por essa atividade. [...] São responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado realizado no mundo, e representam dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas. Seu trabalho é essencial para nossas comunidades. Ele sustenta famílias prósperas e uma força de trabalho saudável e produtiva. A Oxfam calculou que esse trabalho agrega pelo menos **US\$ 10,8 trilhões à economia**. Mas essa cifra, ainda que enorme, é subestimada, e o número efetivo tende a ser ainda maior. No entanto, a maioria desses benefícios financeiros reverte para os mais ricos, que em grande parte são homens. Esse sistema injusto explora e marginaliza as mulheres e meninas mais afetadas pela pobreza, ao mesmo tempo em que aumenta a riqueza e o poder de uma elite rica (OXFAM, 2020, p. 6, grifo nosso).

Em 2015 a ONU adotou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) composto por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030, neste o objetivo 5 concerne no alcance a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, cuja meta 5.4 consiste em "reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família conforme os contextos nacionais", e seu indicador 5.4.1 refere-se a proporção de tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, desagregados por sexo, idade

e localização (IPEA, 2018, p. 143). No Brasil houve uma proposta de adaptação desta meta elaborada pela extinta Comissão Nacional do ODS para realidade nacional da seguinte forma:

Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias. Justificativa para adaptação: a redação original busca reconhecer e valorizar o trabalho não-remunerado, mas não preconiza a igualdade entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho e tampouco a promoção da autonomia econômica das mulheres, dois objetivos centrais neste tema, e já assinalados em acordos internacionais. Adotou-se o termo 'eliminar' porque ele está no espírito das outras metas do ODS 5, uma vez que deve ser este o objetivo das nações compromissadas com a igualdade de gênero. Buscou-se destacar o reconhecimento dos fenômenos interseccionados (IPEA, 2018, p. 143).

O IPEA também reconhece como conceitos importantes mencionados nessa meta a divisão sexual do trabalho e a autonomia, incluiu o componente racial e social devido a predominância de mulheres negras neste trabalho. A adaptação dessa meta à realidade brasileira evidencia a necessidade da realização de uma análise interseccional, para isso é fundamental a aplicação continuada das medições do uso do tempo e a desagregação dos dados. Entretanto, o governo vigente no período de sua elaboração não aprovou as metas nacionais elaborada pela extinta Comissão Nacional do ODS. No Brasil essa medição ocorre através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dentro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios a partir da inclusão de alguns elementos censitários sobre a realização do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado.

Assim, em 2008, foi criado o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, coordenado pela SPM/PR, tendo a participação do IBGE, IPEA, OIT e ONU. O objetivo era realizar estudos, pesquisas e elaborar indicadores sobre as relações e gênero e uso do tempo para servir de suporte aos organismos governamentais de políticas para as mulheres (Hany et alii, 2010; Santos e Simões, 2018). Como resultado preliminar, em 2009 o IBGE realizou uma pesquisa piloto sobre uso do tempo, que coletou dados em seis capitais brasileiras e que serviu de base metodológica para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), que substituiu a antiga PNAD Anual a partir de 2015 (Bandeira e Preturlan, 2016) (Hildete Melo & Lucilene Morandi, 2020, p. 12).

No Brasil, a PNAD utiliza parcialmente do método do uso do tempo, sendo a única fonte que possui alguns dados referentes ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Segundo Luana Pinheiro (2016, p. 69) “[...] ao procurar captar, de forma agregada, muitas tarefas distintas, oferece menos possibilidades analíticas e menos precisão nos dados reportados”. Ainda não há

uma destinação de recursos orçamentários para viabilizar a implementação de uma metodologia específica e detalhada dos estudos do uso do tempo. Em 2017 houve o Projeto de Lei (PL) 7815/2017, apresentado pela deputada Ana Perugini que dispôs sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país, bem como para a definição e implementação de políticas públicas. Com destaque para o art.4 que prevê a garantia da aplicação sistemática da pesquisa do uso do tempo.

Este PL foi aprovado por unanimidade em novembro de 2017, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) obtendo em 2018 aprovação pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e encaminhado em 2019 à mesa diretora da Câmara dos Deputados onde foi arquivado. Nota-se que o arquivamento do processo ocorre na vigência do governo conservador do presidente Jair Bolsonaro, esta rejeição ao Projeto de Lei deste teor aliado a não realização do censo do IBGE configura num retrocesso para compreensão da realidade brasileira, sobretudo, acerca do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Em 2019, foi apresentado um novo projeto de lei nº638/2019 praticamente igual ao que foi arquivado.

Em 2021 houve a proposição do Projeto de Lei n. 2757/2021 em alteração da Lei nº 8213/1991, de 24 de julho de 1991 para dispor sobre a aposentadoria por cuidados maternos. Considero um avanço desta proposta de lei no reconhecimento do Trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Brasil, ao propor a aposentadoria por cuidados maternos. Atualmente o projeto está em tramitação.

Os estudos do uso do tempo são fundamentais para produção de dados, além de possibilitar a contabilização do valor monetário do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de inseri-los nas contas nacionais, no Produto Interno Bruto - PIB, a partir do cálculo do que se chama conta satélite.

Assim, de acordo com o IBGE, o Sistema de Contas Nacionais apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. Já o PIB, consiste na medição sintética da produção de riqueza de um país numa sociedade. E as Contas Satélites são a extensão do Sistema de Contas Nacionais. Elas permitem

que se façam análises sobre o perfil e a evolução de um setor de forma comparável ao total da economia, medido pelas Contas Nacionais. (IBGE⁵⁸)

A conta satélite constitui-se numa proposta metodológica defendida pela economia feminista, que busca estabelecer relações entre a conta macroeconômica nacional e um sistema de informação que reflete as atividades cotidianas nas famílias e domicílios com a finalidade de visibilizar os impactos socioeconômicos gerados por este tipo de trabalho na sociedade. Hildete Melo publicou sua pesquisa realizada a partir da análise dos dados da PNAD, constatando que os afazeres domésticos “corresponderam, em média, a 11,2% dos PIBs brasileiros do período 2001-2005.”

[...] conclui-se que essas atividades valem cerca de 11,2% do PIB brasileiro e que corresponderam no ano de 2006 a R\$ 260,2 bilhões. Ou seja, o PIB nacional aumentaria nesse valor caso a sociedade contabilizasse essas tarefas ligadas à reprodução da vida. Além do mais, 82% desse trabalho ou, pelo ângulo monetário, daquele valor, cerca de R\$ 213 bilhões foram gerados pelas mulheres. [...], é importante chamar a atenção para o fato de que o percentual do PIB gerado pelos afazeres domésticos é próximo ao PIB do Estado do Rio de Janeiro, que vem a ser segundo estado com o maior PIB do país (Hildete Melo, et al. 2007, p. 451).

Essa constatação me traz a indagação: no Brasil, quais mulheres mais executam este trabalho de cuidado e doméstico não remunerado? Com base nas análises de Hildete Melo e Luciane Morandi (2020, p. 8):

Quando se analisam os dados segundo cor/raça, o resultado é que entre as mulheres, as mulheres negras (pretas e pardas) dedicaram mais horas às tarefas de cuidados que as mulheres brancas. Essa análise para o conjunto dos homens mostra que a questão da cor/raça tem menos significância (IBGE, 2017, p. 6; IBGE, 2018, p. 38).

Nota-se a importância da desagregação dos dados para identificar a especificidade das mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que, contabilizado, gera a riqueza nacional, sendo elas as que dedicam mais tempo na realização deste trabalho. De acordo com Juliana Teixeira (2021), em 2019, aproximadamente 20% das mulheres ocupavam a função de trabalhadoras domésticas remuneradas. O IPEA em 2018 sinaliza que o Brasil contabilizava 6,2 milhões de trabalhadoras domésticas, ao todo, 5,7 milhões eram mulheres, das quais 3,9 milhões eram negras. Segundo a OIT (2009, p. 5), o trabalho doméstico, “nas suas manifestações contemporâneas, é um fenômeno

⁵⁸ <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>.

mundial que perpetua as hierarquias baseadas em raça, na origem étnica, em pertencer a um grupo autóctone, em casta e na nacionalidade”.

Luana Pinheiro (2019), ao analisar os dados da PNAD de 2018, aponta que em todas as regiões do país, mulheres brancas trabalhadoras domésticas recebem mais do que mulheres negras trabalhadoras domésticas, num cenário em que a remuneração ficava na média de 92% do salário mínimo, em sua maioria diarista, sem proteção nem acesso a direitos trabalhistas, sendo apenas 28,6% das trabalhadoras domésticas com sua carteira assinada.

O trabalho doméstico segue, em pleno século XXI, como uma das ocupações mais vulneráveis à disposição de trabalhadoras que são, em geral, mulheres, negras, com pouca escolaridade e oriundas das camadas de mais baixa renda. É, portanto, uma ocupação que se constitui historicamente na intersecção de três grandes pilares produtores de desigualdade: o racismo – dadas suas origens escravocratas; o patriarcado – que assume que o trabalho doméstico é naturalmente uma habilidade feminina; e a distribuição de renda, que, no caso brasileiro, é tão desigual que possibilita que um trabalhador assalariado utilize seu próprio salário para pagar outro trabalhador assalariado (Luana Pinheiro, Carolina Tokarski & Anne Posthuma, 2021, p. 8).

Essas mulheres, principalmente negras, acumulam duplas jornadas do mesmo trabalho, sendo em uma jornada mal remunerada pelos patrões e outra, não remunerada na provisão de cuidados de si e dos seus familiares, com uma intensa e repetitiva sobrecarga de trabalho físico, emocional e mental exaurindo mulheres negras ao longo de sua vida. Para Françoise Vergès (2020), mulheres negras viabilizam o funcionamento da sociedade burguesa, branca e cisheteropatriarcal do capitalismo neoliberal, através do esgotamento de seus corpos, no qual nomeia de economia do desgaste dos corpos racializados. Esta economia da exaustão possibilita o modo e padrão de consumo, bem-estar e vida saudável, preconizados pelo modelo burguês do sistema capitalista neoliberal, no qual vidas têm valor diferenciado de acordo com a raça,

Numa economia que divide os corpos que têm direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não têm direito ao descanso. A economia do esgotamento, do cansaço, do desgaste dos corpos racializados e generificados é uma constante (Françoise Vergès, 2020, p. 126).

Corpos de mulheres brancas com capital para estarem inseridas no mercado de trabalho, exercendo sua profissão, e/ou se qualificando, exercitando, alimentando, autocuidando, gozando do ócio e descanso, tendo tempo livre entre outras atividades previstas no padrão de vida saudável da sociedade neoliberal, gerenciam o cuidado, através do trabalho doméstico mal pago, que em sua maioria não provê amparo social para as trabalhadoras que o executam.

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilham com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. No momento em que a cidade “abre”, nas grandes metrópoles do mundo mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem um suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora que mulheres negras e racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que se sentam, seu cansaço é visível para aquelas que querem vê-lo (Françoise Vergès, 2020, p. 19).

Há uma relação dialética entre corpos eficientes da burguesia neoliberal considerados saudáveis e valorizados numa padronização estética e de vida naturalizada e idealizada como sinônimo de sucesso e qualidade pautado no corpo branco, sobretudo, masculino, heterossexual, cristão que se mantém a partir da exploração dos corpos exaustos de mulheres negras, tratados de forma descartável e desimportante com suas raízes historicamente fundadas na escravidão e na colonialidade sendo indissociável a reprodução social (Françoise Vergès, 2020). Para retratar esta realidade similar ao Brasil, dentre várias mulheres negras, destaco a reflexão de Carolina de Jesus (2001, p. 10), “Mas, o pobre não repousa. Não tem privilégio de gosar descanso”.

Diante deste cenário nota-se que o modo de produção capitalista produz tanto a invisibilização do trabalho de cuidado e doméstico e sua superexploração quanto a descartabilidade de vidas e corpos racializados sob a égide da necropolítica do Estado⁵⁹. Nesta, a questão racial é profunda, sob a qual estabeleço a premissa confirmada no estudo: o trabalho de cuidado e doméstico, seja remunerado ou não, é o sustento da vida, sendo as mulheres negras que têm predominância na ocupação das duas interfaces desse trabalho. E quando mercantilizado, mesmo que mal remunerado, ainda sim a raça estabelece a diferença salarial intragênero. Logo, mulheres negras estão na base da dominação ao mesmo tempo em que são o pilar que estrutura o funcionamento do capitalismo, produzindo em riqueza e sendo expropriadas do recebimento por esta produção.

⁵⁹ Conceito de Necropolítica do Estado de Mbembe (2016).

O que me leva a indagar: Mas quem se apropria desta riqueza produzida? Será que mulheres negras sustentam a organização social de cuidados no Brasil? Será que mulheres negras são o próprio sistema de cuidados no Brasil? As reflexões geradas por estas problematizações são centrais para compreensão da organização social e política do cuidado na sociedade brasileira e a centralidade de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, contribuindo na análise de como tal organização, no Brasil, fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Mulheres negras encontram-se na base invisível e injustamente repartida do cuidado. Para Amaia Orozco (2007), quem mais cuida, menos recebe, de modo que quanto maior o tempo gasto com as atividades de cuidado, maior a posição de invisibilidade socioeconômica. E quem recebe mais cuidado, menos cuidado dá. Neste ciclo de invisibilidade e desvalorização do cuidado, mulheres negras são as mais impactadas e utilizam-se de estratégias de conciliar o inconciliável, num contexto em que as condições e o custo de vida cotidiana são cada vez mais altos e duros, redistribuindo cuidados de forma desigual entre si.

Quando o cuidado não é assumido como uma responsabilidade coletiva, incluída na agenda pública com destinação orçamentária, os seus custos ficam ocultados no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, que desencadeia o aprofundamento da desigualdade entre provisão, distribuição e usufruto dos cuidados. Nesta realidade, pode-se identificar as mulheres negras como protagonistas da provisão do trabalho de cuidado remunerado e não remunerado, e às margens no usufruto dos cuidados. Assim, quem arca com esses custos no final são as próprias mulheres negras.

As reflexões realizadas nesta seção auxiliam na compreensão das seguintes indagações: quais elementos constituem o processo de desvalorização e invisibilidade do trabalho de cuidado e doméstico remunerado e não remunerado? Por que quem mais exerce o trabalho de cuidado é quem menos recebe cuidados? Por que quanto maior tempo gasto com trabalho de cuidado e doméstico maior a posição de invisibilidade socioeconômica?

Racismo estrutural, cisheteropatriarcado, capitalismo, colonialidade, interseccionalidade no entrecruzamento dos estudos do cuidado, articuladas à formação sócio-histórica brasileira contribuem para a produção de respostas a essas questões.

Diante deste cenário, a pesquisa faz a análise da organização social e política do cuidado e a centralidade de mulheres negras que executam o trabalho de cuidados e doméstico não remunerado, denominada por Lélia Gonzalez de “Mulher Negra Anônima”.

Mas é justamente aquela *negra anônima*, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objetos de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “*mãos brancas*” estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país.) (Lélia Gonzalez, 1980, p. 199).

A escolha pela mulher negra anônima decorreu de considerar que esta vivencia os principais rebatimentos das expressões sociais do cuidado, geradas pela opressão milenar que o trabalho de cuidado e doméstico representa. E contribuir para visibilidade dessas mulheres fazendo “ressurgir do silêncio as vidas das mulheres “anônimas”” (Françoise Vergès, 2020, p. 119), restituindo seu direito à existência e reconhecendo suas estratégias de resistência e de libertação das gerações subsequentes. Tornando visível a exploração e expropriação da força de trabalho, do tempo, da vida destas mulheres.

No que tange ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado utilizo a seguinte concepção:

O trabalho de cuidado e doméstico e não remunerado sustenta nosso padrão de vida (os alimentos que comemos, as casas limpas em que vivemos, os cuidados que recebemos), bem como o tecido de relações familiares e comunitárias. Seu volume total indica que não pode ser substituído - pelo menos nunca completamente - pelo mercado ou pelos serviços de atendimento do estado. Os benefícios que o cuidado traz para as famílias e comunidades podem ser vistos como renda “em espécie” que produz bem-estar (Folbre 2009). Entretanto, a prestação de cuidados domésticos e não remunerados é gratuita, mas mesmo assim cara. Nem sempre é agradável, mesmo quando realizado “por amor” (Elson 2005). De fato, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado pode envolver trabalho pesado. O fato é que o número de horas dedicadas a ele é excessivo e pode não ser o resultado de escolhas individuais autônomas, mas de pressões sociais, que agem especialmente sobre mulheres e meninas (Valeria Esquivel, 2013, p. 6, tradução nossa).

Parto desta reflexão para apontar a necessidade de discutir a inserção do cuidado na agenda pública com responsabilidades atribuídas ao Estado, ao Mercado, à Família e à Comunidade, sobretudo o Estado na regulação, provisão e distribuição deste cuidado e das formas com as quais é realizado e recebido mediante a intersecção de raça, gênero e classe.

De facto, os cuidados já não podem ser considerados como uma responsabilidade privada, nem como a responsabilidade exclusiva das mulheres. Os cuidados não

devem permanecer invisíveis nas práticas dos atores do desenvolvimento e na concepção das políticas. O trabalho de cuidados, os serviços de cuidados e o impacto das políticas de cuidados podem e devem ser medidos a fim de provocar mudanças. Tem-se concentrado particularmente no papel dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico, o que tanto apoia o bem-estar dos beneficiários de cuidados - como a sociedade no seu conjunto - como exacerba as desigualdades de gênero e de rendimento experimentadas pelos prestadores de cuidados. Ao salientar a importância do trabalho doméstico não remunerado e do trabalho de assistência para o bem-estar social, também defendemos a necessidade de tratar a assistência como uma responsabilidade coletiva (Valeria Esquivel, 2013, p. 21, tradução nossa).

Compreender o cuidado como uma responsabilidade coletiva implica pautá-lo no centro das investigações científicas, enxergá-lo como direito, inseri-lo na agenda pública como um pilar da proteção social, integrá-lo ao debate racial, garanti-lo no ordenamento constitucional para formulação e implementação de um sistema de cuidado. Isto requer estabelecer eixos estruturantes que segundo Valeria Esquivel (2013) são: (i) reconhecer, (ii) reduzir e (iii) redistribuir⁶⁰ o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado nas famílias (mulheres, homens, crianças e adolescentes), nas comunidades e nas ONGs, nos Estados (nacional, regional e local) e nos mercados (empregadores e provedores de serviços de cuidado), a ser aprofundado na pesquisa. A ONU Mulheres sugere que o sistema de cuidados se baseie em 4 pilares, sendo: (i) direitos; (ii) igualdade de gênero, (iv) econômico; (v) sustentabilidade e desenvolvimento, fundamentais para a recuperação socioeconômica na América Latina e Caribe. Além disso, a reflexão acerca da desfamiliarização e desmercantilização são centrais para a proposição e efetivação do cuidado como um direito.

Mas isso é possível?

2.2.

Cuidado na via do direito: é possível?

Pensar o cuidado pela via do direito implica reconhecer o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado como pilar fundamental de estruturação do processo de produção e reprodução social, e alicerce invisibilizado das políticas sociais e do sistema de proteção social. Conforme Cássia Carloto e Nayara Bueno (2021) “a política social em seu escopo institucional se apropria desse trabalho

⁶⁰ Os “três R” do trabalho de cuidados e doméstico não remunerado é proposto por Diane Elson (2008) ‘The Three R’s of Unpaid Work: Recognition, Reduction and Redistribution’, apresentado em “Expert Group Meeting on Unpaid Work, Economic Development and Human Well-Being”, UNDP, New York, Noviembre.

não remunerado das mulheres, para atender os objetivos de privatização dos cuidados, em tempos neoliberais” (sem paginação)

Nesse sentido, o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é indispensável para a sociedade na sustentabilidade da vida, sendo também estrutura central para que o capitalismo consiga alcançar a máxima da exploração. Para Nancy Fraser (2016) sem este não haveria cultura, economia, organização política, nada. E alerta para sistemática debilitação das condições de reprodução social realizada pela sociedade capitalista que desdobra em sua própria deterioração, pois não há como persistirem por muito tempo. Constata-se a existência de um nó ontológico e crítico expresso na contradição socioreprodutiva do capitalismo conjugado pela faceta do ultraneoliberalismo e ultraneoconservadorismo.

[...] no país a implementação de um projeto ultraneoliberal, que tem como sua contraface um projeto ultraneoconservador. Especialmente no Brasil, neste ciclo de liberalismo ultra-acirrado (ultraneoliberalismo), as práticas vêm sendo reorientadas por um conservadorismo de direita, também exacerbado (que denominamos ultraneoconservadorismo), uma vez que recorre ao fascismo (Maria Borges & Matos, 2020, p. 80).

Nesse cenário o capitalismo agrega novas formas e facetas pautadas no liberalismo, que preconiza a retração do Estado em prol do avanço do mercado, ancorado no conceito de “mão invisível” de Adam Smith na perspectiva de autorregulação livre do mercado, numa suposta lei invisível que rege a sociedade. A economista feminista Nancy Folbre (2001) faz uma crítica a este pensamento a partir do conceito de “coração invisível” da economia correspondente ao trabalho de cuidado e doméstico executados por mulheres no cerne das famílias. Portanto, a existência da mão invisível do mercado ocorre a partir da sustentação do coração invisível do cuidado. Esta noção de coração invisível ressalta o ocultamento da centralidade do cuidado no funcionamento da vida e da sociedade que ocorre a partir da exploração de mulheres no trabalho de cuidado e doméstico mal pago e/ou não pago.

Essa indispensabilidade do cuidado pode ser articulada à noção cunhada por Rachel Passos (2018, p. 65) em que cuidado é concebido como uma necessidade ontológica do ser social no qual “resulta da cooperação entre indivíduos, tendo como objetivo a perpetuação da espécie e a reprodução de um determinado modo de produção e de sua sociabilidade”.

Na realidade pode-se observar que viver implica cuidado, não há como sobreviver sem cuidado, desde quando nascemos até a nossa morte

necessitamos de cuidados em intensidades e níveis diferentes a depender da fase do ciclo de vida, podendo haver uma intensidade permanente ou temporária de acordo com a especificidade de uma deficiência ou em decorrência de uma crise de saúde ou momentos distintos do ciclo vital. Cuidado é relacional, pois acontece através da relação entre quem provê e quem recebe cuidados, constituído por uma interdependência. Considero que quando ampliamos a reflexão para a esfera macrossocial e pública essa relação de interdependência assume também as dimensões social, econômica e política. Assim, a forma com que a sociedade organiza o cuidado pode produzir e reproduzir uma distribuição desigual entre os sujeitos na provisão e usufruto do cuidado.

Como a sociedade aborda o cuidado tem um significado social substantivo - para as relações de gênero e desigualdades, assim como para outras estruturas de poder e desigualdade. [...] A forma como os problemas de cuidado é tratada pela sociedade tem implicações importantes para a realização da igualdade de gênero, seja ampliando as capacidades e escolhas de mulheres e homens, seja confinando as mulheres aos papéis tradicionais associados à feminilidade e maternidade. Como o cuidado é tratado é ao mesmo tempo indissociável de outras estruturas de desigualdade, especialmente a raça e a classe social. Historicamente e em diversos países, as mulheres de grupos raciais e étnicos desfavorecidos tendem a fornecer serviços de cuidado para atender às necessidades dos grupos sociais mais poderosos, enquanto suas próprias necessidades de cuidado têm sido minimizadas e negligenciadas. Análises de cuidados que falsamente homogeneizam os interesses das mulheres são, portanto, profundamente problemáticas (Shahra Razavi, 2007, p. 6, tradução nossa).

Para Joan Tronto (2013) cada sociedade com seu regime político⁶¹ possui um discurso de cuidado que reflete nas práticas de cuidados cotidianas. O cuidado pensado e o cuidado vivido (Thamires Ribeiro, 2016) variam de acordo com a forma e o modo de produção que estruturam a sociedade.

A sociedade brasileira capitalista é estruturada pelo racismo (Almeida, 2019) e pelo patriarcado (Heleieth Saffioti, 2004), que se manifestam através da divisão racial, sexual e social do trabalho para acumulação do capital. Nesta divisão a função do cuidado, como produção e reprodução da força de trabalho, é delegada à esfera familiar, mistificada em amor⁶², romantizada, essencializada e transfigurada no feminino, desencadeando numa hierarquização do cuidado em

⁶¹ De acordo com Silva (2013, p. 55-57) "Dominar o conceito de regime político é de grande importância, já que tal conceito envolve assuntos como: forma de Estado, forma de governo, regime de governo, Estado de direito, princípios da legalidade e da legitimidade, soberania popular, garantias constitucionais etc. [...] Regime político é um conjunto de normas, princípios e ideias que, unidos, criam um sistema coerente a respeito da vida política da sociedade. Por conta disso, o conceito de regime político não se restringe apenas a definir uma forma de governo ou de Estado, é algo bem mais amplo."

⁶² Silvia Federici (2019) reflete sobre a mistificação do cuidado em amor no modo de produção capitalista.

que uma cuida para que o/a outro/a produza valor, classificando quem tem valor socialmente. Conforme Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), a colonização gerou uma mudança na concepção e forma de trabalho de homens e mulheres em que por meio do assalariamento de homens desencadeou na percepção “de homens como trabalhadores e mulheres como não trabalhadoras e, portanto, apêndices dos homens. O trabalho das mulheres tornou-se invisível” (p. 223). Para Nancy Fraser (2016) o obscurecimento da importância e valor da reprodução social associado a mulheres é proveniente em geral de sociedades capitalistas que separam esta da produção econômica.

Para Almeida (2020) no capitalismo são geradas formas de sociabilidades e subjetividades baseadas em condições objetivas para o desenvolvimento das relações sociais capitalistas e subjetivas para “reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil”⁶³ a fim de possibilitar o controle, dominação e opressão, tendo o racismo e o patriarcado como uma das formas de estabelecer o controle da sociedade num arranjo estrutural de suas determinações materiais. A OXFAM (2020, p. 30) afirma que “Na raiz do sistema econômico neoliberal está uma estrutura econômica e social patriarcal que espalha atitudes e crenças sexistas e racistas que impulsionam a marginalização das mulheres e a subvalorização do cuidado.”

Considero que este modo de sociabilidade e subjetividades encontram-se no cuidado pensado e vivido, sendo expressos na racialização e feminização do mesmo, alicerçada pela divisão racial, sexual e social do trabalho que hierarquiza os papéis sociais a partir da promoção de um discurso naturalizante da função do cuidar à figura feminina.

[...] a distribuição injusta das responsabilidades de cuidados está ligada à naturalização da capacidade das mulheres para cuidar. Tal como em tantos outros aspectos das relações de gênero, neste campo foi construída uma ideia social com base nas características biológicas dos sexos. Em particular, este é o caso quando a capacidade biológica exclusiva das mulheres para dar à luz e amamentar é vista como dotando-as de capacidades superiores para outros aspectos de cuidados (tais como limpeza de crianças, preparação de refeições, limpeza da casa, organização de várias atividades, etc.). Longe de ser uma capacidade natural, é uma construção social sustentada por relações patriarcais de gênero, sustentada por valores culturais e reproduzida por vários mecanismos como a educação, os cuidados de saúde e a família (Corina Enríquez, 2014, p. 12, tradução nossa).

Ao incluir a lente da colonialidade percebo que a feminização do cuidado restrita ao campo da reprodução social, particularizada numa unicidade do

⁶³ Sem paginação.

feminino subalternizada e hierarquizada de forma inferior e privatizada a esfera das casas é uma configuração colonial da formação da família nuclear burguesa. Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021, p. 125) afirma que o cuidado, na cosmo percepção Yourubá antes da colonização, era dividido entre as pessoas residentes da casa e “tanto as mães como os pais tinham obrigações do “ganha-pão” para com as crianças” e a estrutura de poder ocorria por relações de senhoridade na contramão da hierarquização por sexo. Essa realidade pode ser vista em famílias negras, na centralidade da mulher na produção e reprodução social e no poder dos “mais velhos”.

O modelo de família nuclear burguesa colonial, articulado à divisão sexual do trabalho, é utilizado pelo modo de produção capitalista para invisibilizar o cuidado e apagar sua construção sócio-histórica a partir do discurso naturalizante que associa a mulher ao cuidado. Entretanto a categoria analítica de gênero constitui-se numa variável que precisa de outros marcadores sociais para se aproximar da realidade complexa sobre os cuidados. Nesse aspecto, a colonialidade de gênero (María Lugones, 2008) se torna uma chave analítica que possibilita enxergar camadas complexas que são mascaradas quando se analisa somente pelo viés do gênero. Na realidade brasileira o cuidado precisa ser analisado pela lente racial a fim de se enxergar a existência de uma divisão racial, sexual e social do trabalho.

Então as posições relativas das mulheres, suas alternativas e o próprio sentido do feminino nas suas experiências não se constitui apenas pela clivagem de gênero e, portanto, não é tratável e abordável somente pela desconstrução de sexo e posição social é preciso avançar além disso e considerar as outras clivagens como raça, classe, sexualidade [...] (Flávia Biroli, 2007, sem paginação).

A intersecção dos marcadores sociais de raça e classe revelam o posicionamento desigual e distinto entre as mulheres, na execução e gerenciamento do trabalho de cuidado e doméstico. bell hooks (2019) nos chama a atenção para necessidade de reconhecer a indissociabilidade de raça, sexo e classe, pois a interconexão destes, “e não somente sexo, determinam a natureza da identidade, do status e da circunstância de qualquer mulher, mas também o grau em que ela será ou não dominada, o quanto ela terá ou não poder para dominar” (p. 63). Isso revela a opressão existente entre mulheres, na qual raça, classe e o trabalho de cuidado e doméstico constituem-se eixos articuladores e hierarquizados dentro do mesmo gênero.

Dialogando com Heleieth Saffioti (1969) e Flavia Biroli (2018) acerca da opressão e hierarquização de gênero, mulheres predominantemente brancas da classe dominante dispõem de forma livre e concreta da força de trabalho de homens e mulheres predominantemente negras/os da classe dominada. Isto me leva a pensar que, por mais que o cuidado seja associado ao feminino, os elementos raça e classe posicionam quem gerencia e quem executa as atividades de cuidado corroborando para confirmação de minha hipótese de que, o cuidado é racializado e feminizado desdobrando numa hierarquização de gênero em que acrescento a hierarquização do cuidado.

Então, na sociedade brasileira quem são as principais atrizes/sujeitas que proveem o trabalho de cuidado e doméstico que podemos observar cotidianamente? No Brasil, em 2019⁶⁴ o IBGE sinaliza que mulheres negras têm maior participação na execução do trabalho de cuidado e doméstico remunerado e não remunerado do que mulheres brancas, isto posiciona as mulheres negras no centro da provisão do cuidado. Ao analisar dados acerca do vínculo trabalhista e do acesso a cobertura previdenciária no âmbito remunerado, nota-se que em 2019, apesar das mulheres negras corresponderem a 66% e mulheres brancas em 34% na execução deste trabalho, mulheres negras possuem menor acesso a carteira assinada e cobertura previdenciária em comparação a mulheres brancas⁶⁵. Considero essa realidade a expressão materializada do racismo na sociedade brasileira. Como afirma Lélia Gonzalez (1982, p. 127) “a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira”, ao mesmo tempo que é o sustentáculo de sua família e desta sociedade.

Assim, se a divisão sexual do trabalho configurou papéis à mulher que o movimento feminista busca questionar e redefinir, a divisão racial do trabalho instaura papéis e funções diferenciadas no interior do grupo feminino onde a avaliação dos custos e benefícios auferidos expressa os níveis diferenciados de exploração e opressão que cabe a mulheres dos diferentes grupos raciais (Sueli Carneiro, 2020, p. 52).

Assim, a vivência das opressões e das desigualdades decorre do cruzamento de marcadores sociais que em sua interação a determinado fenômeno e realidade social expressam posições estratificadas de mulheres na sociedade em que afeta materialmente e também na forma que experimentam o mundo. Essa reflexão reforça a necessidade de avançar na desconstrução da relação de sexo e posição social e ampliar para uma visão abrangente e complexa

⁶⁴ <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>.

⁶⁵ Dados do IBGE/PNADc. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - c.

que reconheça e considere como ponto de partida o marcador social de raça e sua intersecção com gênero, classe, sexualidade e religião para análise do cuidado na realidade social brasileira. A premissa de se cruzar raça, sexo e classe nas análises sociais foi apontada e defendida por Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, entre outras pensadoras.

A intersecção dos marcadores sociais na análise do cuidado contribui para evidenciar que historicamente distintos acessos a recursos materiais e tecnológicos incidem na produção e reprodução das desigualdades do cuidado. Analisar o trabalho de cuidado e doméstico a partir da interseccionalidade numa perspectiva de encruzilhada implica demarcar a herança escravocrata que este adquire no Brasil a partir do processo de colonização e da diáspora forçada africana para reconhecer seus impactos geracionais na redução do acesso a recursos econômicos, dada a desvalorização e gratuidade deste trabalho na sociedade capitalista.

Essa desigualdade se agudiza com a forma que o cuidado se organiza na sociedade de acordo com os distintos momentos históricos e as facetas adquiridas pelo modo de produção capitalista. Segundo Nancy Fraser (2016) apesar de a reprodução social ser uma das condições de sustentação do capital, com destaque para o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, o processo de acumulação ilimitado, desenfreado e perverso do capitalismo tende a fragilizar e desestabilizar o desenvolvimento da reprodução social sobre os quais este se assenta, isto expressa uma contradição silenciada que permanece ocultada pela aparência de autosuficiência que esse sistema alimenta. A forma de transformação do sistema capitalista molda a sua relação com a reprodução social assumindo formas distintas e específicas a cada momento histórico próprio da sociedade capitalista que pode ser expresso em três regimes.

O primeiro ocorre no século XIX marcado pelo capitalismo competitivo liberal que combina duas facetas de exploração, a industrial europeia com a colonial dos países colonizados, além da investida no imaginário burguês de domesticidade em que articulo as noções de cuidado pensado (Thamires Ribeiro, 2016) e família pensada (Heloísa Szymanski, 2003) de base eurocêntrica, que restringe a reprodução social à família e divide as esferas de público e privado com seus respectivos papéis de gêneros introduzidos e perpetuados pelo processo de socialização, concomitante com a privação das condições necessárias para sua execução.

A segunda acontece no século XX através do capitalismo sendo gerenciado pelo Estado marcada pelo avanço da proteção social nos países colonizadores sustentados pela permanência da exploração colonial e pós colonial dos territórios colonizados, neste a organização da reprodução social era provida pelo Estado e corporativa na perspectiva de bem-estar social, “promovendo o ideal aparentemente mais moderno do ‘salário familiar’ apesar de que, de novo, relativamente poucas famílias conseguiram alcançá-lo.” (Nancy Fraser, 2016, p.117). No Brasil este momento histórico pode ser notado na Era Vargas e analisado a partir do conceito de cidadania regulada (Santos, 1979) que retrata o acesso restrito, em que a cidadania está condicionada a um sistema de estratificação ocupacional definido por uma normatização legal.

O terceiro está em vigência por meio do capitalismo financeirizado e globalizado que perpetua a exploração da força de trabalho de países que foram colonizados, retroage a atuação do Estado em bem-estar social, transferindo o trabalho de cuidado às famílias e comunidades concomitantemente a redução da capacidade de execução de ambos para isso. Isto resulta no crescimento das desigualdades e numa dualização da reprodução social, sendo privatizada a nível mercantil (paga) para quem possui capital de custeio e não paga para aqueles que não tem condições, tudo isso sob a roupagem do ideal moderno de família com dois provedores num fetichismo da manutenção dos papéis de gênero.

Situo mulheres negras e suas famílias à margem nesses três regimes, sendo o primeiro marcado pela separação de esferas que não retrata a realidade de mulheres negras que estavam presentes tanto na esfera produtiva como na reprodutiva desde o processo de colonização do Brasil; depois o salário família com acesso a políticas sociais, aliado à valorização do modelo heteronormativo de família sexista, constituída pelo homem provedor e a mulher dona de casa que era uma realidade restrita a poucas famílias. No caso das mulheres negras, há uma perpetuação de sua ocupação no trabalho de cuidados e domésticos sem formalização de vínculo trabalhista, e de acordo com Lélia Gonzalez (1979) a população negra em sua maioria se constitui como massa marginal crescente e exército industrial de reserva. E, por último, a família com dois provedores não retrata a predominância dos arranjos familiares negros.

Diante da vigência do cenário de capitalismo financeirizado e globalizado, marcado pelo ultraneoliberalismo, a centralidade no endividamento é um instrumento potente utilizado por instituições financeiras globais que pressionam

os Estados a diminuir gastos sociais e micro regionais com a imposição de políticas de austeridade.

[...] el régimen actual autoriza al capital financiero a imponer disciplina a los Estados y a los ciudadanos en favor de los intereses inmediatos de inversores privados, en buena medida exigiendo la desinversión pública en reproducción social. Y mientras que el régimen anterior alió la mercantilización y la protección social contra la emancipación, este genera una configuración aún más perversa, en la que la emancipación se une a la mercantilización para debilitar la protección social [...] De la colisión de estos dos conjuntos de luchas emergió un resultado sorprendente: un neoliberalismo «progresista», que celebra la «diversidad», la meritocracia y la «emancipación» al tiempo que dismantela las protecciones sociales y vuelve a externalizar la reproducción social.. (Nancy Fraser, 2016, p. 127).

No Brasil esse contexto concretiza-se com um Estado caracterizado como cada vez mais mínimo para o social e máximo para o capital, pautado num regime familista marcado pelo que Regina Mioto e Keli Prá (2015) denominam de neoliberalismo familiarista.

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”; nas palavras de Przeworsky, constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia” (Netto, 2012, p. 214).

Esse processo se aprofunda em consonância aos interesses do capital que de forma financiarizada avança na efetivação da agenda neoliberal em sua versão perversa entendida por Elaine Behring, Juliana Cislighi e Giselle Souza (2020) como ultraneoliberalismo, este por sua vez, engendra a asfixia e interdição do Estado para o social e o público atrelado ao ultraneoliberalismo que responsabiliza a família pela principal provisão de cuidados. Concomitantemente as famílias pobres possuem cada vez menos recursos para viabilizar a reprodução social. Questiono quando famílias pobres, em sua maioria negras, tiveram condições dignas de cuidar dos seus?

O Estado tende a se desobrigar da reprodução social, persiste a tendência de transferir quase que exclusivamente para a família responsabilidades que, em nome da solidariedade, da descentralização ou parceria, a sobrecarregam. Todavia é importante considerar que, se no Brasil a família sempre funcionou como anteparo social, diante do vazio institucional de políticas públicas que assegurassem a reprodução social, as mudanças sociais nas últimas décadas, e em particular na última década, modificaram profundamente o cenário social no qual se movem as famílias. Cumpre, pois, refletir se a família, no atual contexto da sociedade brasileira, tem condições efetivas para funcionar como anteparo social (Monica Alencar, 2009, p. 64).

Regina Mioto e Keli Prá (2015) analisam o Estado brasileiro Familista a partir da noção de "neoliberalismo familiarista", que responsabiliza as famílias na

centralidade do cuidado. Sob esta égide, se articulam diferentes estratégias de imposição ou transferências dos custos financeiros, emocionais e de trabalho sobre as famílias, alicerçadas no trabalho de cuidado e doméstico remunerado e não remunerado.

Karina Batthyány (2015) afirma que a América Latina é constituída por variações de regimes familiaristas. E Cassia Carloto (2015, p. 164) ressalta que “Com o desenvolvimento de medidas neoliberais, a partir da década de 1970 acirra-se a perspectiva familista nos modelos de proteção social na América Latina e dentro desta destaca-se o Brasil”. Esse modelo ancora a proteção social na centralidade da família que invisibiliza a feminização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado como base para a sustentação do funcionamento das políticas sociais.

A responsabilização das famílias tem sido realizada, essencialmente, através de um nebuloso campo de indefinições e negociações que podemos denominar de “campo do cuidado”. É justamente nesse campo que ocorre, no cotidiano dos serviços, os deslizamentos em torno de atribuições de responsabilidades na provisão de bem-estar. Sob a égide do cuidado se articulam diferentes estratégias de imposição ou transferência dos custos do cuidado para as famílias. Tais custos situam-se tanto no arco dos custos financeiros, como emocionais e de trabalho (Regina Miotto & Keli Prá, 2015, p. 150).

Este contexto pode ser observado na proteção social brasileira que possui a centralidade na família constituída pela faceta familista e maternalista e alicerçada no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado para provisão de cuidados a seus membros, nos distintos níveis de dependência. Para Cassia Carloto (2015, p. 179) “o modo como o estado se apropria desse trabalho não pago das mulheres na esfera dos cuidados servindo como importante pilar dos sistemas de proteção social com maior ou menor intensidade”

Na sociedade brasileira o cuidado é organizado socialmente pelo cruzamento das vias da familiarização, feminização e mercantilização através da responsabilização de mulheres, sobretudo negras, no trabalho de cuidado e doméstico mal remunerado e não remunerado, em que a família centraliza a responsabilidade desta provisão e o mercado oferece serviços de cuidados. Nesta dupla privatização produtora de desigualdades, cuidado se transforma em negócio para o mercado que o oferece em forma de produto/serviço. Assim, famílias que possuem recursos financeiros contratam os serviços de trabalho de cuidado e doméstico e as famílias pobres o executam de forma não remunerada em suas casas, além de prestarem serviços de cuidado e doméstico às famílias com capital. Pode-se observar que a ausência de regulação do Estado implica no

ocultamento dos custos do cuidado, seja no trabalho de cuidados e doméstico remunerado e não remunerado. Cabe registrar que o Brasil, através da Lei Complementar 150, de 2015, regulamentou os direitos trabalhistas do serviço doméstico remunerado. Contudo ainda não houve aprovação da regulamentação da profissão de cuidador. E sobre o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado não há regulações.

Assim, além da familiarização, mercantilização e feminização do cuidado inclui a racialização para se pensar a organização social e política do cuidado no Brasil. Esta inserção visibiliza a diferença de posição observada entre as mulheres e evidencia a divisão racial, sexual e social do trabalho que permite enxergar a realidade de mulheres negras e contribui para descortinar a teia de opressões a que estão submetidas.



Figura 1 - Representação da dupla privatização do cuidado.
Fonte: Thamires Ribeiro; Pereira (2022).

A mercantilização do cuidado explora mulheres pobres, em sua maioria negras, através do trabalho de cuidado e doméstico mal remunerado. Estas mulheres fornecem estes serviços para sobreviverem e manterem suas famílias. Sem recursos para contratação de serviços de cuidados, estas famílias pobres executam em suas casas o trabalho de cuidado e doméstico de forma não remunerada, com duplas jornadas de trabalho, coletivizando e compartilhando de modo intergeracional, intrageracional e comunitário.

Em todo o mundo, o trabalho não remunerado e mal remunerado é desproporcionalmente realizado por mulheres e meninas, especialmente aquelas

que vivem na pobreza e de grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem discriminação baseada em raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta (OXFAM, 2020, p. 28, tradução nossa).

Evelyn Glenn (2010) trabalha com a ideia de que determinadas pessoas são forçadas a concederem cuidados. Analisando as formas engendradas de uma pessoa fornecê-los, aponta duas maneiras de coerção, a primeira através da obrigação por parentesco, na qual supõe-se que a mulher – seja mãe, filha, esposa, ou qualquer outra relação de parentesco – se encarregue pela execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. A segunda, consiste via servidão racializada de gênero na qual uma parte tem o poder de comandar os serviços do outro, em decorrência de uma desigualdade econômica, física ou social. Esta noção corrobora para análise de mulheres negras na encruzilhada do cuidado, pois explicita a interseção de raça, gênero e classe no trabalho de cuidado e doméstico.

Para Joan Tronto (2013) o neoliberalismo instituiu o Cuidado Neoliberal, que consiste na geração de cuidados desiguais na medida em que tenta negar qualquer responsabilidade pública pelos cuidados, assim famílias desprovidas de recursos financeiros não conseguem contratar serviços de cuidados, que gera um ciclo vicioso de cuidado desigual. Neste o mercado é o distribuidor dos recursos de cuidado. A autora denomina este processo de “Irresponsabilidade Privilegiada”, ou seja, quanto maior o poder maior a possibilidade de eleger que responsabilidades serão executadas por si e quais delegarão aos outros, tendo maior poder de escolha. Danièle Kergoat e Helena Hirata (2007) trabalham com a noção de modelo de delegação e modelo de conciliação, sendo o primeiro quando há a delegação do trabalho de cuidado e doméstico à outras mulheres e o segundo ocorre quando as mulheres conciliam a vida profissional e familiar.

Para exemplificar o modelo de delegação e a irresponsabilidade privilegiada no Brasil, as pesquisas realizadas pelo IPEA e Bila Sorj (2013) apontam que o trabalho de cuidado e doméstico mal remunerado é realizado por mulheres, sobretudo negras, com baixo nível sócio econômico nas funções de babás, empregadas domésticas, configurando no que Evelyn Glenn (2010) denomina de servidão racializada de gênero. Conforme já abordado, no Brasil, segundo Luana Pinheiro (2019) ainda que mal remunerado ainda existe a diferença salarial entre mulheres brancas e negras. Isto retrata o racismo estrutural que perpassa a servidão racializada de gênero.

Para Joan Tronto (2013) a irresponsabilidade privilegiada se estrutura em ideologias que naturalizam o cuidado, em que denomino de cuidado pensado (Thamires Ribeiro, 2016), dificultando assim enxergar os desequilíbrios de poder. Este conceito também se amplia à esfera transnacional quando países legitimam a contratação de imigrantes de forma precária para desligar-se da responsabilidade de enfrentamento da crise do cuidado. Em contrapartida a autora sugere pensar numa democracia do cuidado, no qual cuidado torna-se a estrutura central que organiza a gestão econômica e política.

Entendo que os conceitos de irresponsabilidade privilegiada e cuidado neoliberal (Joan Tronto) e modelo de delegação e conciliação (Danièle Kergoat & Helena Hirata) têm como base dois pilares: a mercantilização e a familiarização do cuidado. E os conceitos de cuidado forçado e servidão racializada de gênero (Evelyn Glenn) se estruturam a partir de dois pilares: a feminização e racialização do cuidado. Identifico que estes 4 pilares estruturam a forma como o cuidado se organiza no Brasil.

Esta forma produz desigualdade na provisão e distribuição dos cuidados que adensa e intensifica no cruzamento dos marcadores sociais de raça, gênero e classe. A forma em que Estado, Mercado, Família e Comunidade participam e interagem nesta organização impactam na reprodução e configuração de injustiças e desigualdades sociais. Para isso, o conceito de organização social e política do cuidado de Eleonor Faur (2014) é uma chave analítica para refletir a relação entre Estado, Mercado, Família e Comunidade na provisão e distribuição de serviços de cuidado, bem como na produção de desigualdades estratificadas nas assimetrias de raça, gênero e classe, e o modo que os sujeitos com seus distintos níveis socioeconômicos usufruem ou não deste cuidado. Isto é um ponto central para análise do referido objeto de estudo.

De acordo com Bruna Pereira (2016, p. 16), "o acesso de distintos grupos sociais às 'arenas de cuidados' é diferenciado, seja no que diz respeito à possibilidade de usufruir de cuidados, seja no que tange à sua qualidade".

A distribuição dos cuidados, no que tange à sua execução ou acesso, não ocorre aleatoriamente: ela obedece a "princípios reguladores" (SORJ e FONTES, 2012, p. 105). Esses princípios são construídos e recriados com base em lógicas sociais que se perpetuam através da história como eixos articuladores de desigualdades, a despeito de algumas mudanças na forma com que se expressam. Assim como em outros âmbitos da vida social, gênero, raça e classe operam na distribuição dos diversos grupos sociais quanto à provisão ou não do care, bem como quanto à possibilidade de seu usufruto com maior ou menor quantidade e qualidade. Essa organização contribui ainda para o aumento de desigualdades no acesso desses

distintos segmentos populacionais a direitos e bens sociais. Dizem respeito, portanto, ao status desigual com que esses segmentos experimentam a cidadania e afetam assim a qualidade da democracia (Bruna Pereira, 2016, p. 21).

Torna-se perceptível como a forma que o cuidado se organiza na distribuição e provisão produz desigualdades em relação ao seu acesso e usufruto. E demonstra a necessidade de incluir a organização social e política do cuidado nas análises sobre produção e reprodução de desigualdades. Por mais que a relação do cuidado implica numa interdependência a forma como é distribuído em sua provisão e usufruto revela a situação de desigualdades e posições sociais entre indivíduos e grupos em decorrência dos marcadores sociais de raça, gênero e classe, operacionalizada pela contradição silenciada do capitalismo pautada num patriarcalismo, numa cisheteronormatividade, colonialidade e racismo estrutural.

A insuficiência de serviços públicos na esfera dos cuidados penaliza mais as mulheres de famílias mais empobrecidas, à medida que “atrapalha” a inserção delas no mercado de trabalho, e aumenta o tempo de trabalho (não remunerado), na reprodução dos membros da família e ainda limita a cidadania feminina, à medida que inviabiliza sua inserção e permanência qualitativa no mercado de trabalho e na participação de decisões coletivas. Se associarmos a pobreza à condição de raça-etnia, no caso das mulheres negras aumenta as dificuldades de inserção no mundo do trabalho (Cássia Carloto, 2015, p. 186).

A desigualdade na provisão, distribuição, organização e usufruto do cuidado me provoca as indagações: Como raça, gênero e classe operam na organização social e política do cuidado? Quem é responsável por prover e a quem é outorgado o usufruto dos cuidados? Quem cuida e quem é cuidado nessa equação? Quem cuida das mulheres negras que não tem como contratar serviços de cuidado?

Os sistemas de provisão e regulamentação social, assim, moldam formas particulares de organização e valorização dos cuidados. Embora uma preocupação genérica com o bem-estar das famílias e das crianças possa ser o objetivo declarado de muitas dessas disposições, o que os Estados fazem e as condições nas quais os benefícios e serviços são disponibilizados (ou retidos) trazem objetivos implícitos e consequências significativas, apoiando modelos particulares de família e de relações de gênero (enquanto deslegitimam ou prejudicam outros), apoiando a reprodução e a fertilidade de grupos sociais particulares e “investindo” nas crianças de grupos sociais particulares (Shahra Razavi, 2007, p. 16, tradução nossa).

Portanto, o cenário vigente ultraneoliberal e ultraneoconservador é marcado pelo cruzamento do cuidado forçado e da servidão racializada de gênero (Evelyn Glenn), por um neoliberalismo familiarista (Regina Mito & Keli Prá), pelo cuidado neoliberal (Joan Tronto), que avança na debilitação das condições que permitem o desenvolvimento da reprodução social e assume uma nova intensidade da

contradição silenciada do capitalismo (Nancy Fraser) que se expressa em duas formas de esgotamento.

A primeira constituída na economia da exaustão (Françoise Vergès, 2020) numa relação dialética entre corpos eficientes e corpos exaustos que se ancora numa economia do esgotamento dos corpos definida no paradoxo aparente de vidas necessárias (visibilizadas) e descartáveis (invisibilizadas) sob a égide de um Estado que se organiza numa necropolítica.

[...] numa economia que divide os corpos que têm direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não tem direito ao descanso. A economia do esgotamento, do cansaço, do desgaste dos corpos racializados e generificados é uma constante (Françoise Vergès, 2020, p.126).

E a segunda consiste numa contradição silenciada elucidada por Nancy Fraser (2016) em que retrata o esgotamento das condições e possibilidades de subsistência da reprodução social (exemplo: aumento do custo da alimentação, congelamento de gastos públicos com políticas sociais, desvalorização do salário mínimo, empobrecimento e endividamento das famílias, etc.), e evidencia que ao mesmo tempo a reprodução social é o elemento condicionante para a existência e funcionamento do sistema capitalista.

Denomino de expressões dos cuidados na encruzilhada a relação entre capital versus cuidados no campo da reprodução social que tensiona e sustenta o capitalismo num ciclo de esgotamento que se manifesta a depender do nível de dependência, da vivência das expressões da questão social, da fase de cuidado sendo operacionalizada pelo sistema de opressões através dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

A população negra, sobretudo a mulher negra, se encontra no epicentro dessas formas de esgotamento vivenciando diretamente as expressões da questão social⁶⁶. Segundo Marilda Iamamoto (2001), a questão social consiste na sua indissociabilidade ao processo de acumulação e seus impactos sobre as classes trabalhadoras, havendo “uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (p.14-15). Conforme Renata Gonçalves (2018) no Brasil a questão racial consiste num nó da questão social tendo em vista

⁶⁶ As manifestações da questão social na sociedade capitalista consistem em suas expressões. Ver mais em BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

que o racismo antecede e sustenta a desigualdade da distribuição de riquezas do capitalismo brasileiro.

Temos uma desigualdade racial historicamente construída por processos que naturalizaram a exclusão social dos negros. Além dessa naturalização, que reserva para os negros um lugar de subalternidade na sociedade, a longa persistência dessa desigualdade revela um acordo oculto, uma cumplicidade ou indiferença em relação a tais assimetrias sociais (Sueli Carneiro, 2006, p. 31).

Nesta reflexão a autora revela que no Brasil a raiz da desigualdade dita social é racial, sendo fruto da herança escravocrata e da formação sócio-histórica brasileira que desencadeia numa reprodução intergeracional das expressões da questão social, com destaque para a pobreza. Desse modo o enfrentamento as expressões da questão social no Brasil são condicionadas a construção de estratégias de combate ao racismo estrutural.

Embora tenhamos o reconhecimento constitucional dos direitos, os mesmos sofrem constantes ameaças históricas que se aguçam na atual conjuntura brasileira. Desde a interrupção do governo de Dilma Rousseff em 2016, nota-se o ultraconservadorismo e o ultraneoliberalismo.

O golpe parlamentar-midiático, que permitiu a ascensão de Temer ao poder, abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, que nada mais é do que carrear recursos para o sistema financeiro-especulativo, com congelamento de recursos e inversão de prioridades (Maria Borges & Matos, 2020, p. 72-73).

Este Governo intensifica sua organização sob a égide da necropolítica, enfrentando as expressões da questão social como assunto de polícia, abrindo caminhos para a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou por vinte anos os investimentos em saúde, educação e assistência social.

Dentre as medidas mais expressivas e aviltantes do Governo Temer, e que se desdobra em muitas outras, evidenciando a barbárie ultraneoliberal, tem-se a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), aprovada em 15 de dezembro de 2016. Conhecida como a PEC 55 ou mais popularmente como a PEC do “fim do mundo”, que instituiu um “Novo Regime Fiscal”, restringindo o gasto público primário, destinado a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social pelos próximos 20 anos (Silene Freire & Thaís Cortes, 2020, p. 41).

No Governo subsequente temos a consolidação do ultraconservadorismo e ultraneoliberalismo num avanço avassalador da política neoliberal no plano econômico e a retração orçamentária dos financiamentos das políticas sociais e públicas, articulada ao fortalecimento ideológico do negacionismo científico e o reforço do mito da democracia racial negando a existência do racismo no Brasil.

Neste cenário em 2020 há o enfrentamento da pandemia do Covid-19⁶⁷, aliado ao aprofundamento da crise econômica e de cuidado que evidencia uma contradição imediata explicitada no aumento da capacidade de produção de riquezas, com o crescimento do número de milionários, ao mesmo tempo que a pobreza cresce em proporções catastróficas, no qual o Brasil volta para o mapa da fome.

A retração orçamentária aliada à EC95/2016 no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual de 2020 precarizou a nível de desmonte o Sistema de Proteção Social e ameaça a garantia dos direitos sociais. Para Maria Yazbek (2010, p. 4) a proteção social consiste numa “intervenção do Estado no processo de reprodução e distribuição da riqueza, para garantir o bem-estar dos cidadãos.”

Esse contexto de desmonte das políticas sociais e públicas oculta os custos da provisão dos cuidados, seja no trabalho de cuidados e doméstico remunerado e não remunerado, aguçando as formas de esgotamento e tendo consequências diretas para a população negra, sobretudo para mulheres negras, que estão na base da pirâmide social vivenciando diretamente as expressões da questão social como insegurança alimentar, pobreza, desemprego, baixos salários, entre outros.

Segundo a pesquisa sobre a vida de mulheres na pandemia (2020, p. 11) “A organização do cuidado ancorada principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres é um fracasso retumbante para a busca de redução das desigualdades antes e durante a pandemia do coronavírus”. Isto pode ser observado no primeiro caso de óbito por Covid-19 no Rio de Janeiro ser de uma empregada doméstica e o trabalho doméstico ainda assim ser considerado um serviço essencial em alguns Estados do Brasil. Além disso, a pesquisa aponta que mulheres negras foram as que mais saíram do mercado de trabalho e passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém aumentando a sobrecarga no trabalho de cuidado e doméstico, além de afirmarem que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco.

Ao mesmo tempo que há uma intensificação no processo de acumulação capitalista que se utiliza da diversificação de exploração no crescimento da informalidade, da uberização do trabalho (Antunes, 2020), da valorização do empreendedorismo através do discurso de “seja seu próprio chefe”, subordinando

⁶⁷ Esse contexto será analisado em maior profundidade na próxima seção.

os trabalhadores e destituindo-os dos seus direitos de forma perversa, associado a expropriação do valor do trabalho de cuidados e domésticos não remunerados através da ocultação de seus custos a partir de sua invisibilização e extenuação de sua realização por meio do discurso conservador de defesa e valorização da família e dos papéis sociais de gênero alicerçado no cristianismo.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19 (2020) 62,8% dos entregadores de mercadorias (de restaurante, de farmácia, de loja, Uber Eats, IFood, Rappy etc.) e 65,12% do emprego doméstico (diarista, cozinheiras em domicílio particular) são compostos pela população negra, em contrapartida 65,01% dos trabalhos remotos são ocupados pela população branca. Isto explicita a desigualdade racial no Brasil e reforça a premissa de Lélia Gonzalez (1985) que raça, gênero e classe constituem no princípio organizativo da estrutura social brasileira tendo o racismo como alicerce do capitalismo no engendramento da acumulação de capital e da perpetuação de assimetrias geracionais.

Este cenário que conjuga crise econômica ao desmonte do sistema de proteção social com o aumento desproporcional do custo de vida e do empobrecimento e endividamento da população, sobretudo negra, aponta para uma aceleração do esgotamento das condições de a população viabilizar a reprodução social, com destaque para mulheres negras. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas (ONU - Mulheres) sinalizam que o investimento em sistemas integrais de cuidados é fundamental para a recuperação socioeconômica na América Latina e Caribe.

Isto torna mais evidente a urgência de inserção do cuidado na agenda pública a fim de avançar no seu reconhecimento como um direito a ser inserido no sistema de proteção social como 4º pilar da seguridade social⁶⁸ de modo que viabilize a construção de um sistema integrado e interseccional de cuidados na proposição e promulgação de um plano nacional de cuidados numa perspectiva interseccional e transversal articulado ao reconhecimento/valorização, redistribuição e redução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, com objetivo de garantir condições que proporcionem qualidade de vida.

⁶⁸ Proposta que cabe ainda investigação, pois é uma ideia a ser amadurecida na agenda pública de cuidados no Brasil.



Figura 2 - Cuidado como 4º Pilar da Seguridade Social.
Fonte: elaboração própria.

Para Diane Elson (2008) Reconhecer implica no reconhecimento do cuidado enquanto um trabalho que necessita de valorização, sobretudo o não remunerado; Reduzir dialoga com o reconhecimento do cuidado como um direito gerando aumento da oferta pública de serviços visando à diminuição da carga de trabalho de cuidado e doméstico executado pelas famílias; e Redistribuir refere-se a uma nova distribuição desta carga de trabalho entre Estado, Mercado, Família e Comunidade, com destaque para a redistribuição entre homens e mulheres na dinâmica familiar e social.

Karina Batthyány (2020, p. 43) compreende que a inserção do cuidado na agenda pública implica estruturar-se em pelo menos três sentidos:

Redistribuir remite a construir una responsabilidad colectiva en torno a los cuidados, transitar de su consideración exclusivamente privada a considerarlo un tema de responsabilidad colectiva y, por lo tanto, lograr el acceso universal a cuidados dignos. **Revalorizar** implica dignificar los cuidados como trabajo y reconocerlos como una dimensión esencial del bienestar. **Reformular** remite a desanudar los cuidados de su Asociación con la feminidad y la familia exclusivamente. Estos tres elementos no son independientes y sólo pueden ser separados con propósitos analíticos. Redistribuir sin revalorizar será imposible y viceversa. Mientras cuidar no esté valorado, solo lo hará quien menos capacidad de elección tenga; al mismo tiempo, quien no cuida no puede valorar el trabajo de cuidados, porque seguirá naturalizándolos.

Nos estudos realizados acerca do marco dos três R's não foi identificado nenhum apontamento ou abordagem da questão racial. Para leitura da realidade brasileira pensando no avanço da inserção do cuidado na agenda pública, é imprescindível que haja racialização na abordagem dos R's.

Reconhecer/revalorizar o cuidado enquanto trabalho parte da compreensão da formação sócio-histórica brasileira constituída pela raça como fundante das

relações sociais, tendo como ponto de partida o processo de colonização deste território engendrado por um sistema escravista que funcionou a partir da diáspora forçada africana perpetuada através de estruturas de colonialidade e racismo, onde a execução do trabalho de cuidado e doméstico é fruto de uma herança escravocrata, nesta a população negra, sobretudo a mulher negra possui centralidade em sua provisão para às famílias brancas, primeiro na condição de escravizados e após a conquista de sua liberdade na oferta destes serviços de forma mal paga e desvalorizada, exemplificadas pelas lavadeiras, quituteiras, cozinheiras, domésticas, entre outras. Portanto o reconhecimento/revalorização do cuidado enquanto trabalho é expresso a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

El reconocimiento también consiste en evitar que la provisión de cuidado no remunerado se dé por sentada (como si el cuidado fuera un “bien libre”), y comprender las normas sociales y los estereotipos de género que hacen de las mujeres las principales proveedoras de cuidado (Valéria Esquivel, 2013, p. 13).

É injusto que a discussão do cuidado permaneça ancorada somente na categoria analítica de gênero, como se esta fosse totalizadora, o exercício de uma leitura antiracista da realidade brasileira precede de enegrecer o cuidado⁶⁹ a fim de reconhecer a centralidade da população negra, sobretudo da mulher negra na provisão dos cuidados no Brasil. Reconhecer/Revalorizar o cuidado implica em visibilizar o trabalho de cuidados centrada em raça, gênero e classe na execução de um trabalho fundante de bem-estar social para o funcionamento das políticas sociais e da economia seja no âmbito remunerado e não remunerado.

Reduzir consiste num processo de desfamiliarização, desmercantilização e estatização do cuidado a partir de seu reconhecimento enquanto um direito universal a fim de se organizar socialmente em sua provisão, distribuição, acesso e usufruto de forma equitativa ancorado numa perspectiva interseccional. Aqui insisto é injusto que a sobrecarga física, emocional, mental, material e econômica do cuidado recaia desproporcionalmente sobre os marcadores sociais de raça, gênero e classe. Desse modo a interseccionalidade é fundamental na construção de políticas públicas de cuidado no território nacional, de modo que mulheres negras sejam beneficiárias prioritárias, a fim de contribuir no rompimento da desigualdade geracional, e colaborar para mitigar a dívida histórica que o Brasil possui com as mulheres negras.

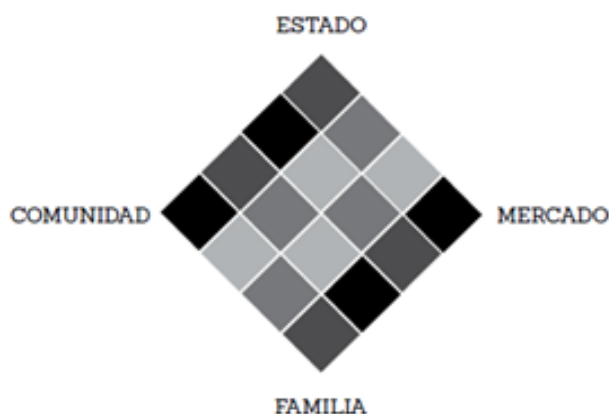
⁶⁹ Termo utilizado em alusão a reflexão desenvolvida por Sueli Carneiro (2020) acerca da necessidade de se enegrecer o feminismo.

Redistribuir implica na compreensão do cuidado como uma responsabilidade coletiva de modo a transcender a desigualdade de gênero constituinte da divisão sexual do trabalho, incluir as desigualdades intragênero e reconhecer a existência da divisão racial, sexual e social do trabalho. Aqui persisto na premissa de que deve haver um enegrecimento do cuidado no compromisso de romper com a desigualdade de gênero e com o racismo estrutural.

Diante desses devidos ajustes na abordagem do marco dos três R's para adequação à realidade brasileira é possível avançar na concepção e discussão do direito ao cuidado.

Discutir direito ao cuidado precisa ser precedido da compreensão dos regimes e organizações sociais de cuidado. A concepção de regime de cuidado é construída a partir dos estudos do Estado de bem-estar social e do regime de bem-estar de Esping-Andersen (2000), entretanto, como na América Latina não houve a consolidação deste Estado, a literatura feminista latino-americana distanciou-se do conceito de regime de cuidado para concepção de organização social do cuidado a fim de compreender a configuração dos serviços de cuidado prestados por diferentes instituições e o recebimento das famílias que se beneficiam destes serviços (Valeria Esquivel, 2013).

Tanto o regime de cuidado como a organização social do cuidado articulam suas reflexões a partir do diamante de cuidado de Shahra Razavi (2007) e dos regimes de cuidado de Jenson (1997). Shahra Razavi (op. cit.) conceitua como diamante de cuidado a arquitetura que estrutura a prestação dos cuidados e debate a provisão de cuidados entre Estado, Mercado, Comunidade e Famílias.



Fuente: Elaboración propia en base a Razavi(2007)

Figura 3 - Diamante de Cuidado.
Fonte: Corina Enríquez e Laura Pautassi (2014, p. 11).

Para Jenson (1997 apud Shahra Razavi, 2007, p. 20) a caracterização de um regime de cuidado é composta por:

[...] saber dónde se cuida (¿en los hogares? ¿en instituciones públicas como escuelas, hospitales de día, geriátricos? ¿en instituciones comunitarias?), quién cuida (¿las mujeres en tanto madres/? ¿madres y padres? ¿trabajadoras del cuidado?) y quién paga los costos de ese cuidado (¿el estado através de transferencias para que el cuidado sea prestado por las mujeres en las familias? ¿el estado a través de la provisión de servicios de cuidados? ¿las familias, de acuerdo a su capacidad de pago?

Esta caracterização também é utilizada para compreensão da organização social do cuidado nos países da América Latina. Para Eleonor Faur (2014) há uma variedade de regimes ocidentais de cuidado com destaque para os modelos: Anglo saxônico, Nórdico e Mediterrâneo que são analisados a partir da categoria regime de cuidado. E o latino americano é concebido a partir da organização social do cuidado. A autora avança em sua análise com o conceito de organização social e política do cuidado, esta categoria é central para a pesquisa, pois discute justamente a configuração do cruzamento entre as instituições que regulam e proveem serviços de cuidado e do modo que as casas de distintos níveis socioeconômicos e seus membros se beneficiam do cuidado. Isto revela as desigualdades não somente de gênero, mas de raça, classe, território, entre outras, além de permitir pensar e repensar as formas em que o cuidado se organiza socialmente.

Articulo este conceito à concepção de redes de cuidados de Amaia Orozco (2007), por caracterizá-la pela sua dinamicidade, constante movimento e transformações. Esta é moldada pelos atores envolvidos que são as pessoas que cuidam, as que recebem cuidados, os atores institucionais, os marcos regulatórios, as legislações, o mercado e a comunidade. Assim compreende a não linearidade das múltiplas interações entre os atores envolvidos na provisão de cuidados e no contexto em que estão inseridos.

Organização Social e Política do Cuidado permite enxergar a mulher negra na centralidade da provisão do trabalho de cuidado e doméstico pautado num exercício de enegrecimento desta temática reforçando a indissociabilidade de cuidado e raça a partir leitura interseccional dos marcadores sociais de raça, gênero e classe. A escolha da categoria teórica organização social e política do cuidado de Eleonor Faur (2014), articulada à noção de rede de cuidado de Amaia Orozco (2007), denomino como encruzilhada do cuidado, por entender que para a realidade brasileira esta junção é constituída por meio de uma encruzilhada, isto

possibilita caracterizar no Brasil e refletir sobre os agentes (Estado, Mercado, Família e Território) que operam na provisão, distribuição, acesso e usufruto do cuidado além de identificar os pontos críticos desta interrelação.

Discutir a encruzilhada do cuidado e seus princípios reguladores é uma chave analítica para o debate do direito ao cuidado. De acordo com Corina Enriquez e Laura Pautassi (2014, p. 11) “A organização social do cuidado se refere à maneira em que se inter-relacionam as famílias, o Estado, o mercado e as organizações comunitárias na produção e distribuição do cuidado”. Já para Eleonor Faur a inserção da palavra política diz respeito às formas que esses grupos acessam e são beneficiados dentro desta organização.

Corina Enriquez e Laura Pautassi (2014) reforçam a necessidade de haver o reconhecimento do cuidado como direito, o definindo como um direito humano e universal próprio de cada pessoa indispensável para satisfazer a existência e reprodução das pessoas no convívio em sociedade. E aponta para a promoção de políticas de cuidados integrais e transversais.

Nos marcos internacionais acerca do reconhecimento do direito ao cuidado há um avanço na América Latina, onde destaco a X Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, conhecido como Consenso de Quito de 2007 que apresenta o lugar do cuidado na agenda pública como um direito a ser garantido pelo Estado. “Adoptar las medidas necesarias, especialmente de carácter económico, social y cultural, para que los Estados asuman la reproducción social, el cuidado y el bienestar de la población como objetivo de la economía y responsabilidad pública indelegable (Consenso de Quito, 2007, p.7)”. Esta pauta é retomada na XI Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, realizada em 2010, conhecida como Consenso de Brasília, onde instituiu que “o direito ao cuidado é universal e requer medidas sólidas para conseguir sua efetiva materialização e a corresponsabilidade por parte de toda a sociedade, o Estado e o setor privado” (ECLAC, 2010, p. 2).

De acordo com Laura Pautassi (2018) em 2013 na XII Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, intitulada de Consenso de San Domingo e em 2016 na XIII Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, realizada Montevideu, Uruguai reafirmam o cuidado enquanto direito a ser garantido pelo Estado e ampliam na estruturação das bases para a construção de desenhos dos sistemas de provisão de cuidados. A XIV Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe realizada em

2020 no Chile aprova o Compromisso de Santiago que incentiva as Políticas de Cuidado em que se destaca.

[...] adotar políticas contracíclicas sensíveis às desigualdades de gênero para mitigar os efeitos de crise e recessões econômicas na vida das mulheres e fomentar marcos normativos e políticas que dinamizem a economia em setores chave, incluído o da economia do cuidado”. (parágrafo 24) [...] Desenhar sistemas integrais de cuidado a partir de uma perspectiva de gênero, interseccionalidade e interculturalidade e de direitos humanos que promovam a corresponsabilidade entre mulheres e homens, Estado, mercado, famílias e comunidade e incluam políticas articuladas sobre o tempo, os recursos, as prestações e os serviços públicos universais e de qualidade para satisfazer as diferentes necessidades de cuidado da população, como parte dos sistemas de proteção social (parágrafo 26) (CEPAL; ONU Mulheres, 2021, p. 1-5).

Neste documento observo a menção da interseccionalidade, e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável raça aparece na adaptação a realidade brasileira da meta 5.4 proposta pela extinta Comissão Nacional do ODS. Lembrando que apesar do Brasil ser signatário a esses acordos e a proposta expressar uma demanda nacional, não houve sua aprovação pelo governo que estava em vigor.

Nota-se nas referidas regulamentações a ampliação do compromisso em prol do reconhecimento do cuidado como direito humano, sobretudo no âmbito de sua obrigação como uma responsabilidade coletiva a ser regulada pelo Estado.

El reconocimiento del cuidado como derecho implica incorporar estándares y principios a la actuación de los Estados democráticos en las situaciones concretas, pero también contribuye a la consecución de políticas y prácticas equitativas, al mismo tiempo que aporta indicadores para la verificación de su cumplimiento, los cuales cobran una centralidad indiscutible para garantizar los derechos de cada persona que deba cuidar y a su vez pueda cuidarse, como también para quienes necesitan ser cuidados (Laura Pautassi, 2013, p. 103).

O direito ao cuidado consiste num direito humano, de toda cidadã e de todo cidadão, universal e inalienável de cada pessoa, e garante o direito a cuidar, a ser cuidado e a cuidar-se (cuidar de si) em que inclui obrigações negativas referente aos aspectos dos direitos econômicos, sociais e culturais em direção a garantia de educação infantil e serviços de saúde a idosos. E obrigações positivas que consistem em medidas que possibilitem condições para poder cuidar, para receber cuidados e poder cuidar de si mesmo acontecendo de forma igualitária, sem discriminação e desvinculado e relação de trabalho formal (Laura Pautassi, 2013).

[...] O cuidado é um bem social crítico e um direito humano essencial. Há também evidências de que quando os cuidados chegam às pessoas mais pobres, eles desempenham um papel crítico no combate à desigualdade econômica e à pobreza. Estudos recentes mostraram como o investimento em setores de cuidados pode levar a maiores reduções na pobreza e nas lacunas de emprego de gênero, além

de conduzir a melhores resultados em educação e saúde do que outras formas de investimento (OXFAM, 2020, p. 28, tradução nossa).

Isto implica transcender a provisão familiar sendo garantido pelo Estado a ser requeridos pelas pessoas de forma independente de seus vínculos familiares e de poder econômico que existam em seu domicílio. O rompimento da obrigação/responsabilidade familiar na provisão dos cuidados contribui para o deslocamento do mesmo como exclusivo da esfera privada para ser considerado um problema coletivo a ser inserido na agenda pública enquanto uma responsabilidade coletiva.

A garantia do direito ao cuidado no país implica na incorporação deste em seu ordenamento jurídico constitucional por meio da promulgação da lei de cuidados, condicionante para a construção de um sistema integrado de cuidados que desdobre no plano nacional de cuidados com suas políticas, programas e projetos, além da reserva orçamentária sensível a gênero para seu devido funcionamento. Os estudos de cuidado sugerem para a incorporação deste como um pilar da proteção social.

Avanzar hacia un sistema nacional de cuidados implica un nuevo pacto social donde se reconozca por una parte, la provisión cotidiana de cuidados, como un trabajo tan necesario como injustamente distribuido y retribuido; y, por la otra, la diversidad de modalidades en que se provea: de manera formal e informal, remunerada y no remunerada, pública y privada, individual y colectiva. Es un proceso que requiere de acuerdos y compromisos interinstitucionales con visión de futuro para asegurar su sostenibilidad. En esta dirección, resulta crucial analizar y proponer situándose desde la economía política de dicho pacto social, donde el Estado, el mercado, la comunidad y las familias se constituyen en actores relevantes en la distribución de la responsabilidad social del cuidado. La presencia de estas instituciones es importante no solo para las prestaciones sino también para garantizar el ejercicio del derecho al cuidado y, sobre todo, la igualdad social en el acceso y la igualdad de género en la provisión (Flavia Navarro & Maria Rico, 2015, p. 17).

Bango (2020) aponta 4 fundamentos para a promoção dos sistemas integrais de cuidado, sendo: (i) Direitos, (ii) igualdade de gênero, (iii) econômico e (iv) de sustentabilidade do desenvolvimento.

No Brasil a agenda pública de cuidados precisa estar vinculada a agenda racial e de gênero, caso contrário corre-se risco que não sejam considerados o trabalho de cuidados remunerados e não remunerados na perspectiva interseccional, podendo ser reprodutoras de desigualdades raciais e de gênero através do cunho excludente, maternalista e familista ao não redistribuírem e nem reduzirem a carga de trabalho. De acordo com Karina Batthyány e Natalia Genta (2018) a existência de políticas de cuidado não garante necessariamente a promoção da equidade de gênero.

No âmbito das políticas de cuidado, Valéria Esquivel (2013) afirma que a literatura acerca do cuidado nos informa que suas políticas são compostas por “tiempo para cuidar, dinero para cuidar y servicios de cuidado”. Já Karina Batthyány (2017) agrega com as políticas culturais de redistribuição e políticas de formação profissional/regulação, e a Organização Internacional do Trabalho (2018) orienta que “La vía óptima hacia el trabajo de cuidados decente debe apoyarse en medidas transformadoras en cinco ámbitos de política principales: políticas de cuidado, macroeconómicas, de protección social, laborales y migratorias” (p. 20).

As políticas de cuidado devem ser transversais, pois possuem uma identidade própria apesar de estar diretamente interconectadas a outras políticas, como por exemplo incluir as políticas de proteção social, mas não se restringe somente a estas, atravessa as políticas de saúde, educação, mobilidade urbana, profissionalização, entre outras. “El concepto de “políticas de cuidado” nos permite analizar una variedad de políticas que, en diferentes sectores, tienen implicancias para el cuidado” (Valéria Esquivel, 2013, p. 9) Cada política possui potencialidades e desafios para a perspectiva racial e de gênero.

As políticas de tempo referem-se à disponibilidade de tempo em todas as esferas de sua vida, para cuidar, trabalhar, etc. Nesta o Estado garante tempo para o cuidado em determinados períodos do ciclo vital e/ou situações de adoecimentos, exemplificadas pelas licenças laborais e flexibilização dos tempos laborais. Potencialidade: o Estado assume parte dos custos e permite maior conciliação entre o emprego no mercado de trabalho e a provisão de cuidado. Desafios: da forma que é concebido e regulado fomenta a desigualdade de gênero, haja vista a divisão por sexo no tempo destinado para as licenças laborais, outro ponto diz respeito ao condicionamento a previdência social no aspecto contributivo, que faz com que mulheres, sobretudo, mulheres negras não consigam acessar este benefício.

As políticas de serviços consistem na provisão de serviços públicos, mercantis e comunitário que assume o cuidado da população que provê e usufrui de cuidados, como por exemplos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos na assistência social, oferta de creche pública, etc. Potencialidade: potencial de desfamiliarização, pois transferem a responsabilidade privada da família, para a pública do Estado redistribuindo a provisão dos cuidados. Desafios: maternalização dos serviços que podem ancorar-se no trabalho de cuidado e

doméstico não remunerado realizado pela mulher, quando não são fornecidos em horários integrais, tendo em vista os horários de funcionamento da saúde primária, da educação pública, dos equipamentos da assistência social, entre outros.

Políticas de dinheiro correspondem a transferência monetária direta em forma de benefícios a famílias ou integrante das famílias para viabilizar a provisão de cuidados, tendo como exemplo programa bolsa família (descontinuado) substituído pelo auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada. Potencialidade: reconhecimento que cuidado implica custos econômicos e viabilização de condições para que haja a provisão de cuidados. Desafios: feminização deste cuidado familiar ao identificar a mulher como a protagonista nesta provisão de cuidados e principal beneficiária, produção de endividamentos ao permitir que estes benefícios sejam utilizados para obtenção de empréstimos consignados.

Política Culturais de redistribuição concerne na geração de medidas que buscam transformar a divisão do trabalho de cuidado e doméstico dentro dos domicílios, voltada para a redistribuição dos cuidados, tendo como principal ferramenta a comunicação através das mídias e informes. Esta é uma política transversal que acontece através das políticas de tempo, dinheiro e serviço. Potencialidade: mudança na cultura de distribuição dos cuidados. Desafios: dependendo da concepção pode reforçar papéis de gênero e o racismo ao invés de rompê-los.

Políticas de formação profissional/regulamentação diz respeito ao trabalho de cuidado e doméstico remunerado na regulamentação da profissão de cuidado e doméstico de forma digna, qualificada e valorizada.

Segundo Bango e Patricia Cossani (2021) as políticas de cuidado devem ancorar-se nos princípios de cuidado como um direito, universalidade, solidariedade no financiamento, produção da autonomia e corresponsabilidade social e de gênero, em que inclui raça, articuladas a 5 componentes correspondente a (i) serviços fornecidos, (ii) regulações estabelecidas, (iii) formação das pessoas que cuidam, (iv) ações de gestão da informação e criação de conhecimento público sobre os cuidados, (v) ações de comunicação dirigidas à difusão dos direitos e a transformação dos padrões culturais. E vinculadas ao reconhecimento/revalorização, redução e redistribuição dos cuidados. No Brasil, em todos os cinco componentes percebo a necessidade de se incluir a dimensão racial para pensar na sua formulação e operacionalização.

O Brasil em seu ordenamento jurídico possui a Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã que reconhece direitos fundamentais, sobretudo os direitos sociais com um sistema de proteção social consolidado que expressam diversas políticas públicas e sociais essenciais para o funcionamento da sociedade. Nesta estão contidas algumas políticas específicas e pontuais de cuidado, contudo por não estarem integradas num sistema único de cuidados, acaba havendo um tensionamento entre políticas e produzindo desigualdades de raça, gênero e classe.

Bila Sorj (2019) exemplifica esta realidade com as políticas de licença laborais, como a licença maternidade que acaba não retendo as mulheres no emprego, depois do momento de proteção social as mulheres acabam saindo dos seus empregos devido à pouca cobertura de vagas em creche e seu funcionamento em horário parcial para crianças de 0 a 3 anos. Acrescento a desigualdade de raça e gênero produzida pela licença laboral, uma por estar condicionada a contribuição previdenciária exclui uma parte significativa de mulheres negras que nem chegam a acessar a política de licença maternidade e outra pela diferença de tempo entre a licença maternidade e paternidade que reflete as desigualdades de gênero e fragiliza a permanência das mulheres no mercado de trabalho. Isto demonstra a debilidade das políticas de cuidado.

Essa realidade retrata que o cuidado, no Brasil, não é assumido na agenda social e pública, sendo concebido como uma responsabilidade familiar regida por um Estado Familista que ancora suas políticas públicas e sociais no trabalho de cuidado e doméstico, sobretudo o não remunerado gerando desigualdades raciais, de gênero e sociais. Em tempos de ultraconservadorismo e do ultraneoliberalismo há um discurso político em defesa e valorização da família evocando os valores cristãos transformando questões públicas em dogmáticas, intocáveis e indiscutíveis, num tenebroso retrocesso intitulado “Deus, Pátria e Família” que reifica uma naturalização da feminização do cuidado e fortalece os papéis sociais de gênero instituídos historicamente, nega a questão racial e aprofunda o regime familista conservador que delega o cuidado a família e desresponsabiliza o Estado em sua provisão.

No Brasil o cuidado precisa ser inserido na agenda pública a fim de que haja uma mobilização para o reconhecimento do cuidado como um direito universal, sendo inserido no seu ordenamento jurídico em forma de Lei dos Cuidados de modo a subsidiar a construção do Sistema Integrado e Interseccional de Cuidados

viabilizando a proposição de um Plano Nacional de Cuidados e Políticas de Cuidados integradas, interseccionais e transversais.

Esta agenda pública precede da concepção do cuidado como um problema coletivo que enxergue a centralidade da mulher negra em sua provisão diante de sua formação sócio-histórica, por isso proponho a inclusão da interseccionalidade no sistema integrado de cuidados. Falar de cuidado no Brasil sem enxergar a centralidade da mulher negra é retroalimentar esse sistema interligado de opressão que invisibiliza e desumaniza a mulher negra. Nesse sentido há documentos importantes como: “Proposta das mulheres negras latino-americanas e caribenhas para Beijing, [IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995] [...] produzido pelas mulheres negras representantes de 16 países da América Latina” (SUELI CARNEIRO, 2020, p. 176), Carta da Marcha das Mulheres Negras de 2015 (documento analítico e declaração das mulheres negras entregue a presidência da república e a sociedade brasileira), documentos produzidos nas X a XV Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe.

Partir do enegrecimento do cuidado, ou seja, conceber o cuidado a partir da realidade vivenciada por mulheres negras para a construção da lei de cuidados no Brasil significa atender de fato a realidade brasileira, pois se elas são as que ocupam a posição nos piores indicadores sociais e socioeconômicos em situação de maior vulnerabilidade e risco social, partindo delas para a compreensão da demanda de todas as mulheres.

2.3.

A conta nunca fecha! Cuidados em Tempos de Pandemia

A pandemia em dimensão global ocasionada pela doença infecciosa coronavírus SARS-COV é responsável pela causa do Covid-19⁷⁰, consiste numa Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), alertada a

⁷⁰ Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19, identificando o ano da descoberta do vírus e da nova doença, 2019. [...] Os coronavírus (CoV) são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves. (OPAS; OMS Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)

Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019 pela República Popular da China. A OMS, em 30 de janeiro de 2020, declara em sua história que o surto do novo coronavírus constitui a sexta ESPII.

A Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional corresponde ao mais alto nível de alerta da OMS, sendo considerada de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata” (OPAS, 2020, sem paginação). A caracterização da ESPII implica no estabelecimento de um conjunto de medidas de saúde recomendadas aos Estados a fim de prevenir ou minimizar a disseminação mundial de doenças de modo a impedir influências no comércio e tráfego internacional. As orientações eram voltadas para o controle do surto por meio de detecção rápida do vírus, isolamento, tratamento e rastreamento de casos.

A ESPII Covid-19 foi caracterizada como uma pandemia em 11 de março de 2020, se refere “à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo” (OPAS, 2020, sem paginação)

A pandemia é considerada uma das maiores crises sanitárias em escala global deste século, com impactos na saúde, economia, social, entre outros.

No Brasil a declaração do período de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) foi informada em fevereiro de 2020 por meio da Portaria N° 188/2020, e estabelece como mecanismo nacional de gestão coordenada a implementação de Centros de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) sob responsabilidade da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).

Ainda em fevereiro de 2020 é promulgada a Lei N° 13.979 que dispõe sobre medidas de isolamento, quarentena, determinação de realização compulsória de exames, estudo ou investigação epidemiológica, entre outras para enfrentamento da ESPIN, sendo considerada o principal dispositivo normativo construído na pandemia.

Embora tenha ocorrido medidas legais de enfrentamento da ESPIN, no plano nacional não houve uma coordenação centralizada que adotasse com rigidez as ações necessárias. Isto deriva do cenário político marcado por uma

postura de governo ultraconservador que se utiliza de mecanismos negacionistas menosprezando o conhecimento científico brasileiro e sua experiência consolidada na produção de vacinas, somado a constante trocas de representantes do Ministério da Saúde. Isto desencadeia no aumento da responsabilidade e disputa entre governadores e prefeitos na proposição e execução de providências variadas na prevenção e contenção da disseminação do Covid-19, contrariando a lentidão do Poder Executivo Federal.

[...] diversos gestores estaduais e municipais tomaram providências para lidar com a crise. [...] o tempo de resposta das unidades subnacionais, em geral, foi mais rápido que do governo federal. Ao todo, vinte estados decretaram emergência ou calamidade antes do dia 20/03/2020, portanto, antes da decretação do governo federal. Dos sete restantes, cinco o fizeram no próprio dia 20/03/2020 e dois, em 21/03/2020 (mesmo assim, em Pernambuco, por exemplo, outras medidas restritivas foram iniciadas em 18/3/2020) (Natália Koga et al., 2020, p. 9).

Em março de 2020, houve a recomendação nº 036/2020 do Conselho Nacional de Saúde que solicitou aos municípios brasileiros a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (*lockdown*) articulada em abril ao Decreto Nº 10.329/2020 que definiu os serviços públicos e atividades essenciais.

As atividades essenciais tiveram diversas variações a depender do governo estadual e/ou municipal, com destaque para a classificação do trabalho doméstico como serviço essencial por parte de alguns governos e prefeituras expressos através de decretos, em contraposição a Nota Técnica Conjunta nº 4/2020 emitida pelo Ministério Público do Trabalho que estabelece:

Garantir que a pessoa que realiza trabalho doméstico seja dispensada do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, no período em que vigorarem as medidas oficiais de contenção da pandemia do coronavírus, excetuando-se apenas as hipóteses em que a prestação de seus serviços seja absolutamente indispensável, como no caso de pessoas cuidadoras de idosas e idosos que residam sozinhos, de pessoas que necessitem de acompanhamento permanente, bem como no caso de pessoas que prestem serviços de cuidado a pessoas dependentes de trabalhadoras e trabalhadores de atividades consideradas essenciais nesse período (artigo 3º, § 3º, da Lei n. 13.979/2020); (MPT, 2020, p. 6).

Esta Nota Técnica também estabelece a obrigatoriedade de os empregadores fornecerem equipamento de proteção individual as trabalhadoras domésticas e faz recomendações sobre o deslocamento a fim de minimizar a exposição a aglomerações, entre outras medidas. De modo a chamar atenção da sociedade, dos governantes e dos órgãos públicos para a importância do direito à vida e à proteção das trabalhadoras domésticas, a Federação Nacional das

Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad)⁷¹ lançou em março de 2020 a campanha “Cuida de quem te cuida” em defesa da quarentena remunerada, e em 2021 em parceria com a ONG Themis, lançou a campanha “Essenciais são os nossos direitos” no intuito de gerar visibilidade e sensibilização acerca da valorização da categoria e da importância da carteira assinada.

Este contexto provoca a discutir a essencialidade do trabalho de cuidado e doméstico na sociedade e mostra a falta de limites acerca das atribuições das trabalhadoras domésticas que por muitas vezes desempenham as funções de babás, cuidadoras, entre outras. A Fenatrad fez mobilizações pela garantia da quarentena remunerada das trabalhadoras domésticas independentemente do tipo de vínculo empregatício, em decorrência de muitas delas serem dispensadas sem nenhuma remuneração, e no cumprimento de medidas de proteção àquelas que não podiam parar por conta do tipo de trabalho exercido, como por exemplo no cuidado a pessoas dependentes. Além disso, ocorreram denúncias de variadas situações de abusos vivenciados pelas trabalhadoras domésticas, como: trabalho em situação análoga à escravidão, trabalhadoras em situação de cárcere privado, aumento da carga de trabalho, entre outros.

Nota-se que os serviços considerados essenciais vêm sendo construído por parâmetros contraditórios pautados na herança escravocrata que revelam as assimetrias de raça, gênero e classe forjada pela colonialidade e do racismo estrutural constitutivo da forma em que a sociedade brasileira se organiza.

Com a adoção das medidas de isolamento e quarentena houve a evidência da interdependência e imprescindibilidade do trabalho de cuidado e doméstico para o funcionamento da sociedade, além de gerar sobrecargas e agudizar as desigualdades da divisão racial, sexual e social do trabalho.

Diante das desigualdades estruturais da sociedade brasileira, o confinamento foi na realidade expresso como um privilégio de classe, pois famílias com poder aquisitivo permaneceram tendo tudo a sua disposição, mas num novo formato, ao invés de estarem nas ruas, os serviços chegavam em seus domicílios de forma virtual ou presencial através do trabalho de entregadores. Isto em detrimento dos não confinados, a massa de trabalhadores, protagonizado pela população negra que não tiveram o privilégio de desfrutarem do isolamento social, sendo explorados, precarizados desprovidos da proteção social e em sua maioria

⁷¹ A Fenatrad representa atualmente 22 sindicatos espalhados por todas as regiões do país. Ver mais em: <<https://fenatrad.org.br/>>.

destituídos de direitos trabalhistas, enfrentando os mecanismos mais perversos do capitalismo, e viabilizando o confinamento da burguesia.

Esta realidade pode ser observada no percentual por raça ocupado no trabalho remoto, segundo dados da PNAD COVID (2020) a população branca (65,01%) corresponde a aproximadamente o dobro do quantitativo da população negra (34,99%) que teve a possibilidade de continuar empregado exercendo seu trabalho na modalidade remota. Ao contrário de outras ocupações mais precarizadas, subvalorizadas e por vezes informais em que a população negra corresponde a quase o dobro do percentual da população branca, como por exemplo: porteiro/zelador (61,61%), motoboy (66,53%), entregador de mercadorias (62,80%) e empregada doméstica (65,12%).

Esta massa de trabalhadores precarizados, em sua maioria, destituídos de direitos trabalhistas com baixas remunerações, não desfrutaram do direito ao isolamento social tendo que estar e circular pelas ruas no momento de crise pandêmica, ainda tiveram, em sua maioria, que arcar com os custos dos equipamentos de proteção individual contra o vírus. E lidar com diversos desafios como: ter suas crianças, adolescentes e idosos em casa por conta do fechamento dos serviços públicos educacionais, de assistência e projetos sociais, aumento acelerado do custo de vida (alimentação, transporte, moradia, etc.), redução da circulação do transporte público enfrentando a lotação e aglomeração no deslocamento de saída e retorno do seu domicílio, lentidão do calendário de vacinação, não sendo incluídos como público prioritário no atendimento, além de outras mazelas das expressões da questão social relacionadas ao acesso a água potável, saneamento básico, moradia adequada, equipamento tecnológico, entre outros.

Outro grupo de trabalhadores desempregados tiveram que lidar com os desafios e expressões da questão social acima citados mais a falta de recursos, insegurança alimentar na expectativa de acessar o subsídio do Programa de Renda Básica Emergencial, auxílio emergencial, disponibilizado pelo governo federal.

A Renda Básica Emergencial – RBE foi sancionada após uma pressão social, em abril de 2020, através da Lei no 13.982/2020 que regulamenta o Auxílio Emergencial como medida de proteção social a fim de garantir uma renda mínima a população em situação de vulnerabilidade, beneficiando em três parcelas de R\$ 600,00 a população considerada elegível dentro dos critérios do programa. Para

as famílias monoparentais femininas com renda dentro dos parâmetros de elegibilidade o valor do auxílio correspondia a R\$1.200,00. Sendo estendido na concessão de mais quatro parcelas no período de setembro a dezembro no valor de R\$ 300,00 e R\$ 600,00 em sua respectiva ordem.

Este valor recebido impactou provisoriamente na subsistência das famílias beneficiárias, porém delimita-se a um curto período. Segundo Barbosa e Prates (2020, p. 66) “[...] valor médio do benefício chega a ser superior à renda domiciliar dos mais pobres – ou seja: para muitos, isso representa uma adição de renda inédita. [...] contudo, não é capaz de alterar, de maneira duradoura.”

Diante da segunda onda da pandemia em abril de 2021, de acordo com o Ministério da Cidadania o auxílio emergencial foi retomado e correspondeu a quatro parcelas mensais de R\$250,00, havendo variações no valor para pessoas que moram sozinhas (R\$150,00) e mulheres provedoras de família monoparental (R\$375,00).

Não bastam discursos genéricos que afirmam o acesso a renda desarticulado de políticas públicas efetivas – de proteção social, saúde, educação e saneamento básico – e sem propor mudanças substantivas na organização do trabalho, quando a informalidade e precariedade são as marcas do mercado de trabalho, especialmente entre as mulheres negras (Teixeira, 2020, p. 50).

Houve várias contradições do Programa e desafios enfrentados pela população na forma de acesso estipulado pelo Governo Federal, sobretudo na geração de filas e aglomerações, nos equipamentos da Assistência Social e Agências da Caixa Econômica, os períodos sem concessão de benefícios, a via tecnológica do cadastro que dificultou e inviabilizou o acesso, entre outros. Segundo Mani Marins et al. (2020) as dificuldades da política de Auxílio Emergencial/Renda Emergencial foram:

[...] sua cobertura, os problemas envolvendo o cadastramento, o valor do auxílio e seu tempo de duração, assim como a eficiência de sua focalização. Esse último desafio pode incorrer tanto em ineficiências horizontais (não atingindo todos aqueles que necessitam) quanto em ineficiências verticais (destinando os recursos para pessoas que não se encontram em situação de pobreza) (Mani Marins et al., 2020, p. 4).

Percebe-se um desmonte da proteção social no Brasil, dentro deste contexto ultraconservador e ultraneoliberal em que essas medidas são adotadas, tendo como um dos principais marcos a extinção do Programa Bolsa Família em dezembro de 2021, sendo substituído pelo Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil sancionado pela Lei N° 14.284/2021, tratado pelo governo como uma etapa gradual e progressiva da universalização da renda básica de cidadania.

Esta substituição destrói um período histórico de uma política considerada eficiente no enfrentamento a pobreza e retirada do Brasil no Mapa da Fome. Entretanto neste cenário a fome dispara, segundo a Organização das Nações Unidas, o Brasil volta para o Mapa da Fome⁷² em que famílias, em sua maioria negras e pobres, enfrentam insegurança familiar grave.

Isso representa um retrocesso aos patamares verificados em 2004. O vírus da fome afeta mais as mulheres e os negros no Brasil – 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres e 10,7% dos domicílios liderados por negros passavam fome no final de 2020, em comparação com 7,7% dos domicílios chefiados por homens e 7,5% das famílias encabeçadas por brancos (OXFAM Brasil, 2022, sem paginação).

Concomitantemente ao aumento exponencial da pobreza articulado a fragilização e precarização das políticas de proteção social, tivemos geração de novos bilionários. De acordo com a Oxfam (2022)⁷³ em âmbito global a cada 26 horas durante a pandemia surgiu um novo bilionário, em contrapartida a cada 4 segundos a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa. A variante bilionária foi a definição feita pela Oxfam em seu relatório “A desigualdade mata” publicado em janeiro de 2022.

O relatório “O vírus da desigualdade” publicado em janeiro de 2021 pela Oxfam retrata que “foram necessários apenas nove meses para os 1000 maiores bilionários reaverem suas fortunas para os níveis pré-pandêmicos, mas para as pessoas mais pobres a recuperação pode ser 14 vezes maior; mais que uma década” (p. 9). Se focalizar na população negra este tempo, em sua maioria, é ainda maior, pois antes da pandemia já enfrentavam a dificuldade de superar as desigualdades geracionais provocadas pela herança escravocrata na sociedade brasileira. Além disso ao especificar as diferenças da letalidade do vírus nas pessoas negras em decorrência da desigualdade racial “No Brasil, pessoas negras têm 40% mais chance de morrer de Covid-19 que pessoas brancas” (p. 10).

Mesmo considerando que existem outros fatores importantes que influenciam o agravamento da doença e a ocorrência de óbitos, que não se restringem à questão socioeconômica, é ilustrativo o fato do primeiro caso confirmado no Brasil ter sido um homem, branco, 61 anos, morador de São Paulo, recém-chegado da Itália, internado no Hospital Israelita Albert Einstein. No dia 13 de março, ele estava curado. O Ministério da Saúde notificou as três primeiras mortes por Covid-19 nos dias 12 e 17 de março. O primeiro caso, uma diarista com 57 anos de idade, diabética e hipertensa, moradora do bairro Cidade Tiradentes, extremo da Zona

⁷²Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao mapa da fome... Leia mais em <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/frente-ampla/com-bolsonaro-o-brasil-voltou-ao-mapa-da-fome/>>.

⁷³ Relatório *a Desigualdade Mata*.

Leste de São Paulo, internada no Hospital Municipal Doutor Cármino Caricchio. O segundo, um homem de 62 anos, porteiro aposentado, com diabetes e hipertensão, morava com os pais e mais três irmãos e estava internado no Hospital Santa Maggiore na capital paulista, sem histórico de viagem ao exterior. Ele não constava nas estatísticas oficiais de casos confirmados. O terceiro caso, uma mulher, [negra] 63 anos, com diabetes e hipertensão, residente em Miguel Pereira (Rio de Janeiro), trabalhadora doméstica no bairro do Leblon, cidade do Rio de Janeiro, distante 125km de sua casa. Nesse caso, sua empregadora havia chegado da Itália, tinha confirmação de COVID-19 e cumpria quarentena com a ajuda da funcionária (Marina Albuquerque & Ribeiro, 2021, p. 2).

Embora o vírus não escolha o grupo social que é contaminado, as condições estruturais da sociedade brasileira que é operacionalizada pelos marcadores sociais de raça, gênero, classe e outros determina o nível de letalidade por grupos sociais. A ONU (2020) também alerta para a disparidade crescente e o impacto devastador e desproporcional da Covid-19 sobre a população negra e pontua que “estado de São Paulo, as pessoas negras têm 62% mais chances de morrer de Covid-19 do que as brancas.”

Para Nilma Gomes (2020) isto não é uma simples coincidência, a crise sanitária em decorrência da pandemia do coronavírus escancara o racismo e a desigualdade racial, “fruto de uma perversidade histórica ativamente produzida que, no contexto de exacerbação do neoliberalismo e da crise sanitária, revela a imbricação entre raça, pobreza, saúde pública e Estado” (p. 3), que possui suas raízes no colonialismo, na colonialidade e na escravização. Apesar de no imaginário social ainda persistir o mito da democracia racial desdobrando em processos de invisibilidade pelo governo e em parte dos meios de comunicação no Brasil.

No intuito de enxergar o impacto da letalidade do coronavírus na população negra houve a articulação da Coalizão Negra por Direitos constituído por um grupo de 150 entidades representativas do movimento negro e das favelas do Brasil embasados nas determinações da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra e no Estatuto da Igualdade Racial, na construção de um documento enviado ao Ministro da Saúde solicitando a publicização de dados sobre etnia, raça, gênero e território das infecções e mortes em decorrência da Covid-19. “Essa ação resultou na publicização oficial dos primeiros dados com recorte racial sobre a doença, mas que logo abandonada e, até o presente momento, não temos nenhuma atualização dos dados referentes às pessoas negras contaminadas, aos óbitos, à recuperação e à cura da doença” (Nilma Gomes, 2020, p. 3).

O acesso aos boletins epidemiológicos com o recorte racial emitidos pelas esferas municipal, estadual e federal do governo é essencial para identificar o impacto do racismo na sociedade brasileira, estabelecer medidas e adotar estratégias eficientes em prol da garantia do direito à vida sem discriminação, além de romper com a naturalização da miopia racial implementada pela permanência do mito da democracia racial.

Ivonete Lopes (2021) realizou um levantamento em abril de 2021 que evidenciou o percentual de 85% dos estados da federação que não incluíram nos seus boletins epidemiológicos os dados por desagregação de raça/cor e sexo. Entretanto, na maioria dos estados, pessoas negras, sobretudo, mulheres negras foram utilizadas como figuras representativas para dar início ao processo de imunização.

Esta estratégia representativa de comunicação adotada pelo marketing de alguns governos para o lançamento da vacinação mostra a apropriação da identidade racial e de gênero para agregação de valor social ao discurso político, porém isto fica somente na faceta da aparência, pois na prática a população negra continua sendo a mais afetada na pandemia do coronavírus.

Entendo, portanto, esse processo como um jogo, no qual as instituições brancas e masculinas têm o poder se apropriar da raça e gênero com intenção de mostrar-se diversa, menos racistas e machistas, valorizando as mulheres negras. Contudo, a maioria delas não segue as determinações estabelecidas pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e pelo Estatuto da Igualdade Racial. Isso significa que as identidades racial e de gênero são usadas para aquisição de visibilidade política e social sem, no entanto, levarem a medidas para enfrentamento do racismo e promoção da igualdade neste momento de crise sanitária. Embora os estados e municípios tenham autonomia na gestão da pandemia, o governo federal tem um papel central na gestão das medidas e na orientação dos entes federados – no que falha, sobretudo, no trato da questão racial e de gênero (Ivonete Lopes, 2021, p. 299).

É emblemático ver mulheres negras sendo utilizadas na figuração de campanhas de vacinação, ao mesmo tempo que são invisibilizadas tanto nos dados de infecção e letalidade da pandemia como no aumento desproporcional da sobrecarga de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, quanto em sua saída do mercado de trabalho formal e informal agudizado pela desproteção social, com destaque para a condição das trabalhadoras domésticas.

O aumento das horas dedicadas ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado foi uma situação sofrida pelas mulheres, em especial, por mulheres negras, diante das medidas de isolamento social e do fechamento dos

equipamentos públicos e privados de cuidados (escolas, serviços de cultura, esporte e lazer, entre outros).

A redução da privatização do cuidado impactou mulheres, as brancas com poder aquisitivo, entraram no dilema entre manter com redução de seus salários os profissionais de cuidado (como babás, trabalhadoras domésticas e cuidadores) aumentando a exposição à contaminação, ou assumir para si a execução dessas tarefas. Esta decisão também foi mediada pela diminuição dos seus recursos financeiros, exigindo a produção da reorganização da vida cotidiana diante das demandas de cuidados e afazeres domésticos, nesta houve a vivência mais intensa da divisão sexual do trabalho. Aqui considero como uma das principais questões o tempo e a desigualdade de gênero na distribuição das atividades de cuidados e domésticas.

Para mulheres pobres, em sua maioria, negras a questão foi muito mais profunda, pois pelo fato de mulheres negras ocuparem os piores indicadores sociais e já se encontrarem em situação de vulnerabilidade social, a pandemia e a crise sanitária ameaçam a sua subsistência e por vezes sua vida e de suas famílias numa encruzilhada entre sair de casa podendo contaminar a si e sua família ou ficar em casa e não ter recursos para a subsistência.

Negras e negros estão entre o público mais exposto ao novo coronavírus devido a sua condição de pobreza, de desemprego, de trabalho informal, de localização em regiões periféricas, vilas e favelas sem saneamento básico, de precariedade de postos de trabalho e moradia, de maior necessidade do uso dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Também é a população negra e pobre aquela que apresenta dificuldade de acesso às medidas sanitárias, às informações adequadas, aos recursos financeiros para a compra de produtos de higienização, de garantia de uma vida saudável, com alimentação nutritiva que possa ajudá-la a adquirir imunidade não só aos ataques do Covid-19, mas também de outras doenças." [...] São lugares ocupacionais e sociais construídos no contexto das desigualdades, marcados pelo passado escravista, pela ausência de políticas para inclusão da população negra na sociedade após a abolição da escravatura e pela exploração capitalista (Nilma Gomes, 2020, p. 4).

Nesta há vivência intensificada da divisão racial, sexual e social do trabalho, tendo que enfrentar intensamente as mazelas das expressões da questão social anteriormente já vivenciadas articulados ao aumento desproporcional da carga de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado diante do fechamento dos serviços públicos e não governamentais de cuidado. A ausência do funcionamento destes serviços impacta e gera um aumento dos custos econômicos para as famílias, pois crianças, adolescentes e idosos deixam de se alimentar nesses espaços que ao mesmo tempo enfrentam a redução ou ausência de entrada de recursos financeiros. Aqui considero a falta de recursos financeiros, o trabalho

altamente precarizado, a desproteção social, a exposição à contaminação diante da inviabilidade de cumprimento do isolamento social, a dicotomia entre a necessidade de estar fora de casa a procura de trabalho ou trabalhando com a demanda de estar presente dentro de casa para cuidar das crianças, adolescentes e idosos, a frustração de não poder custear o fornecimento de internet, tecnologia digital, nem um espaço adaptado para a continuidade do estudo das pessoas que necessitam estudar, a insegurança alimentar, a violência no território e os genocídios ocasionados pelas intervenções policiais, a desigualdade de gênero na distribuição das atividades de cuidados e domésticas.

[...] não é possível afirmar que todas e todos somos igualmente afetados pela crise (sanitária e econômica), pois partimos de diferentes experiências de opressão, exposição e privilégio em decorrência das desigualdades históricas associadas ao capitalismo patriarcal e marcadas pelo racismo estrutural, em que corpos feminizados e racializados vivenciam cotidianamente situações de opressão, exploração e subordinação. [...] em contextos de crise, as mulheres são as primeiras a perder suas fontes de emprego e renda, devido às piores condições de trabalho e porque devem assumir a responsabilidade pelo aumento da carga de trabalho doméstico não remunerado (Margarita Oliveira, 2021, p. 20).

É notório e consensuado o aumento da sobrecarga das mulheres no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, entretanto, ainda é pouco trabalhado os marcadores de raça e classe entre mulheres. Estes determinam as diferenças intragênero e seus níveis de sobrecarga, como nos lembra Audre Lorde (2019) podemos enquanto mulheres compartilhar de alguns problemas, mas isso não nos iguala, pois partimos de condições estruturais, simbólicas, espaciais, econômicas, sociais que nos diferenciam e provocam vivências de opressões e explorações distintas que expressam contextos de vulnerabilidades diferenciadas.

Assim, considerar as mulheres como um grupo homogêneo reforçaria os estereótipos que perpetuam as desigualdades econômicas, sociais e políticas, e invisibilizaria os desafios que enfrentam as, os e “es” mais oprimidas, oprimidos e “oprimidos”. Uma análise da situação de opressão da mulher brasileira deve incluir um olhar sobre raça e classe, identificadas especificidades das mulheres racializadas e pobres que sofrem, principalmente, devido ao sexismo e ao racismo (Margarita Oliveira, 2021, p. 9).

No exercício de sair da miopia racial e pautar o enegrecimento do cuidado a partir de uma leitura interseccional, observa-se que mulheres negras são as mais sobrecarregadas em horas dedicadas ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Tabela 1 - Proporção de realização de horas dedicadas a tarefas domésticas e de cuidado por sexo e raça Brasil, 2019 - microdados IBGE/PNADC Anual 2019

	PESSOAS QUE REALIZAM TAREFAS DE CUIDADO	PESSOAS QUE REALIZAM TAREFAS DOMÉSTICAS	MÉDIA SEMANAL
HOMENS	24,1%	78,5%	11h
HOMENS BRANCOS	23,1%	80,3%	10,9h
HOMENS NEGROS	24,9%	77,2%	11h
MULHERES	32,8%	92,0%	21,4h
MULHERES BRANCAS	29,1%	91,4%	20,7h
MULHERES NEGRAS	35,8%	92,5%	22h

Fonte: Margarita Oliveira, (2021, p.13).

Esta tabela mostra a diferença intragênero na execução das tarefas de cuidados e domésticas e média semanal de horas, mulheres negras protagonizam a provisão deste trabalho não remunerado em comparação a mulheres brancas. Esta distinção impacta na disponibilidade de tempo de mulheres negras para vida e trabalho, vivenciando em maior intensidade a pobreza de tempo, isto justifica em parte sua menor ocupação no mercado de trabalho formal remunerado. Segundo Margarita Oliveira (2021, p. 13) “mulheres negras em idade ativa são o maior contingente fora da força de trabalho”.

A diferença intragênero na execução das tarefas domésticas em sua média semanal de horas é notada desde a infância, Margarita Oliveira (2021) afirma que meninas negras na faixa etária entre 05 a 13 anos representam 42,5% das crianças que realizam tarefas domésticas dedicam por semana uma média de 6,4h, exigindo mais dessas meninas esse tipo de tarefa num período maior de tempo em relação as meninas brancas. A dedicação as tarefas de cuidado e domésticas não remunerada reduz o tempo disponível para estudo, recreação, lazer, autocuidado, sociabilidade, entre outros. E acelera o amadurecimento de meninas, num condicionamento aos papéis sociais de raciais e de gênero. “O perfil de exclusão no Brasil atinge claramente as mulheres negras. Neste país, 61% das mães solteiras são negras e 63% dos domicílios, cuja principal fonte de renda é oriunda de mulheres negras, estão abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2021)” (Margarita Oliveira, 2021, p.14).

Este cenário piora significativamente no contexto pandêmico de crise sanitária, econômica e social. A pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada em 2020 pela ONG “Gênero e Número” e pela

Organização Feminista “Sempre viva”, mostra que do quantitativo de mulheres que passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém na pandemia 52% é representado por mulheres negras, essa predominância se repete na realidade de mulheres negras em que 55% desta possuem a percepção de que a pandemia e a situação do isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco. E confirma-se na identificação que durante a pandemia 58% das mulheres que ficaram desempregadas são negras e 39% são brancas. Em relação ao apoio para o cuidado na pandemia observa-se que “As mulheres negras indicaram ter menos apoio externo, correspondendo a 54% destes casos” (p. 31). Isto demonstra que a pandemia agudizou o que já era insuficiente e precário no apoio aos cuidados, sendo intensificado pelo aumento da demanda dos afazeres domésticos.

Os dados mencionados mostram fatos concretos tangíveis e visíveis, porém invisibilizados que mascara o sistema de opressão interseccionado por raça, gênero e classe. Corpos racializados, feminizados e pobres em contexto de pandemia saíram do esgotamento para a exaustão das forças no enfrentamento as inseguranças alimentares, de saúde, econômicas, sociais, territoriais, entre outras.

Na pandemia do Covid-19 observa-se a descartabilidade de vidas, diante do jogo entre o que é visibilizado e invisibilizado num contexto de vulnerabilidades diferenciadas organizado por uma economia de exaustão, produzidos por um capitalismo racial, patriarcal e neoliberal que opera pela necropolítica do Estado sob o governo brasileiro ultraconservador.

Coronavírus e racismo são, portanto, difíceis de ser combatidos em um quadro de desigualdades, de desgoverno, de extrema direita e de ascensão dos ideais fascistas. Ambos são armas mortíferas. Podem até indignar, mas ainda não retiraram o Brasil da inércia racial (Nilma Gomes, 2020, p. 7).

As vidas que são consideradas descartáveis tem cor e classe, para Nilma Gomes (2020, p. 5) “Parece ser impossível não enxergar a cor da pandemia do novo coronavírus.”. As mortes geradas pela e através da pandemia, pensando na letalidade do vírus e nas desigualdades agudizadas provocaram dor e sofrimento nas famílias, sobretudo, negras e pobres que tiveram que continuar na luta cotidiana pela subsistência. Um ponto a se mencionar, mas que não há como aprofundar, são os “órfãos da Covid-19”, há estimativas pelo Conselho Nacional de Saúde do Brasil (2021) do registro de aproximadamente 130 mil crianças e adolescentes que perderam seus responsáveis pelo cuidado. Não temos esses

dados desagregados por raça/cor, mas diante do percentual de letalidade ser maior entre a população negra, pode-se imaginar que seja o maior percentual.

Ainda há o esgotamento das condições das famílias, sobretudo, negras e pobres de viabilizarem a reprodução social, retomando brevemente reflexões realizadas nas seções anteriores, a pandemia desencadeia a crise sanitária, acelera o colapso econômico e social, com o aumento da inflação e desemprego associado a política de austeridade, a população vivencia o aumento devastador do custo da alimentação, gás de cozinha, transporte, combustível, moradia, das contas de luz, água, entre outros, além do desmonte das políticas de proteção social, dificultando e por vezes inviabilizando suas possibilidades de subsistências. Voltamos ao cenário da fome, da pobreza extrema e da miséria, porém com diferenças, produtos que antes eram descartados e até mesmo doados, agora são vendidos em supermercados⁷⁴, também presenciamos a comercialização de ossos lisos, peles e carcaças de animais, soro de leite, sobras de alimentos como queijos e frios, cascas de legumes, etc. Além da insegurança alimentar grave há o nutrício⁷⁵ como forma de descartabilidade de vidas da população negra operacionalizada pela necropolítica do Estado. Para a população negra, sobretudo a mulher negra, a conta nunca fecha!

Concomitantemente neste cenário devastador encontramos resistências políticas decoloniais⁷⁶ protagonizados em sua maioria por mulheres negras na sociedade civil, sobretudo, nos territórios de favelas denominados a partir das reflexões de Beatriz Nascimento (2018) como quilombos. Segundo Márcia Araújo (2020) houve diversas mobilizações nestes territórios voltadas para o enfrentamento a insegurança alimentar através de arrecadação de cestas básicas, iniciativas de comunicação comunitária para democratizar as informações acerca da contaminação e medidas de prevenção do Covid-19, mapeamento das pessoas infectadas, captação de recursos para doação de Kits de higiene, roupas, instalação de pontos de água e de higienização, entre outros. Também houve a mobilização das organizações da sociedade civil com diversas iniciativas e campanhas. Esta realidade pode ser vista e sentida na letra da canção Principia de Emicida:

⁷⁴ Ver em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/supermercados-vendem-feijao-partido-resto-de-frios-carcaca-e-pele-de-frango.shtml>>.

⁷⁵ Termo cunhado por Lila Afrika (2000) que consiste em práticas colonialista alimentares que provoca o genocídio alimentar contra as populações negra. Ver mais em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/04/13/nutricidio-a-relacao-entre-a-industria-da-agropecuaria-e-a-producao-da-fome-no-brasil/>

⁷⁶ Termo utilizado por Márcia Araújo (2020).

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é
 Tudo que nós tem é isso, uns ao outro
 Tudo o que nós tem é uns ao outro, tudo

E dentro deste “nós” nota-se o protagonismo e mobilização histórica de mulheres negras anônimas, como nos lembra Lélia Gonzalez, são elas que sustentam tudo e ao ouvi-las identificamos essa realidade em suas falas como “Se eu não fizer, ninguém faz!”. Isto é para ser reconhecido, porém não romantizado. Desde a colonização deste território mulheres negras são o pilar sustentador da organização social de cuidados deste país, e esta realidade precisa mudar e se pautar numa reparação histórica e geracional tardia, mas urgente e necessária.

Sabemos que são elas que, [...] estão realizando, para além do trabalho remoto [privilegio de algumas], os trabalhos domésticos, estão entretendo as crianças confinadas, estão cuidando da higienização e da alimentação das famílias. Nas comunidades e periferias desse país imenso, são elas que estão nas lideranças das ações de mitigação e de enfrentamento ao avanço da COVID-19, estão se mobilizando e mobilizando suas comunidades para essa guerra, correndo riscos e se colocando ainda mais vulneráveis (Marlise Matos, 2020, p. 1).

A ONU⁷⁷ alertou os países para o impacto desproporcional da pandemia na vida de mulheres, destacando o retrocesso de 20 anos na situação das mulheres em todo o mundo. Para Hildete Melo (2020, p. 1) “[...] na miudeza da vida cotidiana da família e do trabalho, elas serão as mais afetadas pela crise. Mas são ignoradas pelas políticas econômicas sociais do atual governo.” Conforme retratado anteriormente, demarcamos os corpos feminizados e racializados de mulheres negras como mais vulnerabilizados e na luta cotidiana pelo enfrentamento desta realidade.

O marco da crise social, econômica e sanitária vivenciada nesta pandemia do Covid-19 apresenta diretamente a essencialidade do cuidado na sustentação da vida, coloca para a gestão pública a injusta organização social do cuidado na sociedade brasileira e provoca a pensar no mundo do trabalho, da proteção social e urgentemente em novas formas de organizar os cuidados socialmente, pois não há condição de mantê-los invisibilizados no trabalho de cuidados e doméstico não remunerado, ou precarizados no âmbito remunerado. A ausência de um sistema de cuidados com políticas integrais, interseccionais e transversais contribuiu para o impacto devastador causado pela pandemia.

⁷⁷ Ver em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pandemia-provocou-retrocesso-de-20-anos-na-situacao-das-mulheres-diz-agencia-da-onu/>>.

Portanto com base nas reflexões realizadas nesta seção recomendamos que a organização social dos cuidados seja repensada a partir do enfoque de raça e gênero, reconhecendo o cuidado enquanto trabalho que sustenta a vida e a sociedade a fim de promover políticas equitativas e interseccionais.

3

Agenda Pública de cuidados no Brasil

“Há duas maneiras de se perder: por segregação encurralado na particularidade ou por diluição no universal.” Aimé Césaire

A inserção de cuidados na agenda pública brasileira implica em concebê-lo enquanto um direito a ser garantido pelo ordenamento jurídico constitucional. Isto precede em reconhecê-lo como sustento da vida e socializar suas responsabilidades, pois ao longo de toda a história e contextos, necessitamos do cuidado para viver seja individual ou coletivamente.

Lembrando que a abordagem dos cuidados diz respeito ao direito ao cuidado, pensando em alternativas para reconhecer, redistribuir, reduzir e remunerar o trabalho de cuidado e doméstico numa perspectiva interseccional que parta da experiência e trajetória histórica de mulheres negras neste trabalho, de modo a promover a reorganização dos cuidados no Brasil a fim de viabilizar o bem-estar e a sobrevivência das pessoas e do meio em que estão inseridas.

Partindo historicamente da colonização do território brasileiro até o século XXI nota-se que o cuidado, por mais que seja feminizado, tem sua provisão remunerada e/ou não remunerada marcada pela predominância negra enquanto o seu usufruto/acesso é majoritariamente branco. Neste cenário o cuidado é a própria manifestação do racismo na perpetuação de desigualdade e pobreza geracional, e em decorrência da forma que se organiza e distribui. Considero o cuidado importante chave analítica para compreensão da produção e reprodução das múltiplas desigualdades sociais e raciais, sobretudo quando se toma como ponto de partida a reflexão acerca de sua provisão interseccionando os marcadores sociais de raça, gênero e classe na sociedade e em contextos determinados.

No Brasil, a organização social e política de cuidado se estrutura na encruzilhada da privatização, composta pela familiarização, feminização, mercantilização e racialização. Delegar à família a maior parte da responsabilidade na provisão dos cuidados desencadeia uma dupla privatização

(família e mercado) que acaba gerando soluções privadas para problemas que são coletivos e sociais.

[...] A instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social brasileiros [...] pela participação (principalmente feminina) dos membros da unidade familiar nas tarefas de apoio aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas. [...] os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros (Potyara Pereira, 2009, p. 29).

Isso constitui a estratificação social na forma que o cuidado é organizado. Enquanto cuidado, sobretudo no âmbito não remunerado, for invisibilizado socialmente, politicamente, economicamente, seus custos financeiros, de tempo, físico, mental, emocional permanecerão ocultos na sobrecarga de quem o realiza, gerando nestas a reprodução da falta de autonomia econômica e de vida. Isto ratifica a necessidade de o cuidado ser inserido na agenda pública, deslocando da esfera do privado, sendo privilégio daqueles que podem custeá-lo, para ocupar o espaço do direito a ser usufruído, sobretudo, pela população negra.

No Brasil, apesar de haver políticas que podem ser entendidas como políticas de cuidados, como a garantia do direito a educação pública, saúde, assistência social, moradia, entre outros, neste cenário ocorre a concorrência entre políticas no qual a existência de uma, por vezes inviabiliza ou fragiliza a operacionalização de outras. Um exemplo paradigmático reside na política de educação, em que a ausência de creches públicas que funcionem num horário de conciliação com o do mercado de trabalho formal inviabiliza ou fragiliza as condições de responsáveis, sobretudo das mulheres conseguirem uma vaga no mercado de trabalho.

O reconhecimento do cuidado como um direito desdobra em sua inclusão no sistema de proteção social, considero que no Brasil possa ser inserido como 4º pilar da Seguridade Social, de modo a viabilizar a criação de um Sistema Integrado Interseccional de cuidado numa gestão pautada na transversalidade de raça e gênero⁷⁸, intersetorialidade e integração de políticas de cuidados que reduzam e redistribuam a carga de trabalho de cuidado e doméstico não

⁷⁸ “[...] transversalidade de gênero, como definimos, é composta por três dimensões imbricadas: enquadramento das políticas em perspectivas feministas; condições institucionais para a transversalidade; e aderência às agendas políticas feministas. Por estarem imbricadas, essas dimensões são indissociáveis” (Mariana Marcondes, 2019, p. 44). Parto desta definição para incluir a transversalidade de raça compreendendo como um processo específico de incorporação das pautas raciais e do enegrecimento do cuidado as políticas públicas, na defesa que a ação estatal na construção destas políticas devem partir da experiência e realidade de mulheres negras.

remunerado, em que Estado assumiria o protagonismo na sua regulação e provisão.

Desse modo a Economia do Cuidado é essencial na produção de métricas e problematizações econômicas acerca do valor do cuidado, sobretudo gerado na esfera não remunerada.

A economia feminista tem argumentado que, ainda que não seja remunerado, a garantia dos cuidados implica trabalho. Assim, o cuidado como trabalho de cuidados se integrou à teoria econômica feminista. As tarefas relativas aos cuidados geram bens e serviços e, portanto, riqueza, mesmo quando este trabalho seja não remunerado. O passo importante da incorporação dos cuidados no conceito econômico de trabalho é a visibilização de seu valor e a consequente inclusão desse valor às estatísticas do produto agregado da economia (Hildete Melo & Lucilene Morandi, 2020, p. 3).

A Sociologia do Cuidado é importante, sobretudo, na produção de análises acerca da forma que o cuidado é organizado socialmente e na reconceitualização da categoria trabalho, a partir da incorporação do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. O Direito, na discussão do reconhecimento do cuidado nos dispositivos jurídicos constitucionais. E o Serviço Social, na construção, operacionalização e avaliação de políticas públicas e sociais. Considero haver a necessidade de todas essas áreas serem interseccionadas pelos marcadores sociais de raça, gênero e classe em sua produção do conhecimento.

A literatura de cuidado consolida alguns elementos fundantes para a compreensão dos cuidados no âmbito da agenda pública, com destaque para: (i) cuidado é uma responsabilidade social e coletiva que precisa gerar soluções públicas tendo como protagonista em sua regulação o Estado a fim de avançar na democratização rompendo com sua estratificação; (ii) cuidado implica relação entre os sujeitos que proveem e usufruem; (iii) reconhecimento de 4 principais sujeitos de cuidado: crianças, pessoas com deficiência, pessoas idosas e pessoas com enfermidade temporária; (iv) na provisão dos cuidados é reconhecido a nível de sociedade 4 principais agentes: Estado, Mercado, Famílias e Comunidade/Território/Sociedade Civil; (v) há uma divisão sexual no trabalho de cuidado e doméstico que institui papéis diferenciados em sua execução, sendo majoritariamente feminino.

Em consonância com Karina Bathýány (2004), no debate da agenda pública de cuidados considero que haja alguns elementos a serem incluídos em cada um dos pontos acima citados, sendo: (i) a solução pública parte do reconhecimento do cuidado enquanto um direito e sua inserção no âmbito jurídico constitucional,

sob definição do direito ao cuidado de Laura Pautassi (2008); (ii) o aspecto relacional é conjugado com a interdependência, cujo o equacionamento das necessidades de cuidado e dos sujeitos que proveem e usufruem são variáveis de acordo com distintas estruturas sociais que as determinam: composição demográfica, nível de recursos, distribuição de serviços no território, entre as famílias, mercado, Estado e território; (iii) considero a inserção de um 5 (quinto) sujeito de cuidado, as pessoas adultas que apesar de haver um nível de autonomia e poder de realização do cuidado, por diversas razões não o fazem; (iv) a combinação dos agentes (Estado, Famílias, Mercado e Território) é distinta e a forma que se articulam vai determinar a forma de organização do cuidado, podendo variar entre mais e menos equitativos, mais ou menos maternalistas, racistas e antirracistas, sua combinação produz o nível de autonomia entre as sujeitas que o proveem; (v) identifico uma divisão racial, sexual e social do trabalho que institui papeis de lugares distintos socialmente.

Na análise dos agentes que proveem o cuidado, deve se ter atenção para não cometer o equívoco de considerar que Estado, mercado, família e território possuem igualdade de condições e responsabilidades.

Seja através da concepção da organização ou rede de cuidados, esta será constituída numa relação de oferta e demanda de cuidados, cujo a variação ocorre por meio da quantidade de autonomia e dependência dos sujeitos que determina o nível de recorrência do trabalho de cuidados empregados.

La cantidad y el tipo de cuidado que una sociedad "necesita" depende, en parte, de factores demográficos, tales como el número de personas dependientes; la estructura familiar; o la proporción de personas ancianas en la población. Aún más importante, también depende de la forma en que se definen "dependencia" y "necesidad", que se definen a nivel social. La medida en que el trabajo doméstico y de cuidado no remunerado está "disponible" también depende de los acuerdos trabajo-familia prevalecientes. Con esto nos referimos a la proporción de mujeres y varones que participan en el mercado laboral, y si esta participación obstaculiza o favorece la provisión de cuidado no remunerado. Cuando el Estado o el mercado ofrecen servicios de cuidado, el cuidado se extiende más allá de los hogares y las comunidades. Quién se beneficia de estos cuidados y las condiciones para su acceso (ingresos, estatus en el mercado laboral, etc.) también tiene fuertes implicancias distributivas y políticas (Valeria Esquivel, 2013, p.12).

Será que toda a sociedade se beneficia da exploração do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado? Para Shahra Razavi (2007, p. 12) “[...] os custos são desproporcionalmente arcados pelas mulheres, enquanto muitos dos benefícios vão para a sociedade de forma mais ampla.” Esta afirmativa é comprovada pelo teste de hipóteses produzido nesta tese. Na realidade brasileira estes custos e sobrecarga recaem predominantemente sobre mulheres negras,

por isso que a identificação do grupo social que se beneficia deste trabalho colabora para compreensão da organização social e política do cuidado na sociedade brasileira no fortalecimento das assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão que institui distintos níveis de provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Quando analisa a forma que o cuidado é organizado e sua centralidade na produção e reprodução de desigualdades desloca-se esta temática do campo privado para a compreensão do cuidado enquanto um bem público e problema coletivo que necessita de uma corresponsabilização coletiva, que exige uma politização.

Politizar o cuidado implica num rompimento de paradigmas coloniais, concebendo como central para a produção e reprodução da vida e da sociedade. “Isso significa uma mudança na organização da vida coletiva e de cada um, e passa por reorganizar a economia rompendo com a lógica de acumulação e colocando a sustentabilidade da vida no centro” (Tica Moreno, 2022, sem paginação).

Outro elemento é o reconhecimento dos grupos/atores que constroem, defendem e disputam as diferentes agendas de cuidado. Segundo Marta Farah (2016) as agendas são constituídas pela articulação entre atores em torno de uma pauta constituída por um discurso comum que viabiliza trocas, construção de argumentos e proposições, debates e espaços coletivos de deliberação que formam uma identidade própria dos sujeitos que a compõem, legitimando e proporcionando credibilidade à ação dos seus integrantes.

No Brasil “o cuidado é uma agenda em disputa, e nem tudo o que se fala sobre o tema tem um sentido transformador” (Tica Moreno, 2022, sem paginação). Diante desta realidade concepções como: familiarização, desfamiliarização, mercantilização, desmercantilização, transversalidade, organização social e política do cuidado, corresponsabilização, estudo do uso do tempo, políticas de cuidado, racismo estrutural, gênero, cisheteronormatividade, colonialidade, cuidado pensado, vivido e sentido, entre outros, são essenciais para compreensão dos discursos e visões que permeiam as diferentes agendas de cuidado que estão em disputa na sociedade brasileira, de modo a possibilitar uma análise de sua correlação de força.

No cenário de 2022 vivenciamos o final de um mandato de governo ultraconservador e ultraneoliberal que assenta seu discurso num moralismo

fundamento pelo cristianismo integrado a defesa da família e pátria. Seu governo atua no desmonte gradual de algumas secretarias, dentre elas, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) criada em 1º de janeiro de 2003, e no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deslegitimando a agenda política das mulheres. A criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos consolida esse desmonte e atua sistematicamente no reposicionamento do papel da mulher na sociedade a partir dos valores cristãos alicerçados na cisheteronormatividade, no patriarcado do salário, no mito da democracia racial e na divisão racial, sexual e social do trabalho, enaltecendo a família nuclear burguesa com suas funções sociais de homem provedor e mulher dona da casa, reconhecendo esta como modelo ideal de família.

O discurso e atuação deste governo oculta os custos do trabalho de cuidado e doméstico conjugando duas estratégias: (i) alto nível de maternalização e familiarização, (ii) alta mercantilização, através da responsabilização da família (ou seja, da mulher, sobretudo de mulheres negras) que absorve essa provisão e seu custeio é articulada a uma desresponsabilização do Estado pelos cuidados. A força deste discurso dificulta enxergar os processos de invisibilização dos custos do trabalho de cuidado e doméstico, aumentando ainda mais as desigualdades, fortalecendo o cuidado neoliberal e reificando a estratificação entre a provisão, distribuição e acesso aos cuidados.

As agendas de cuidado estruturam-se a partir de discursos de cuidado pensado (Thamires Ribeiro, 2016), não havendo neutralidade. Nesta disputa observa que o regime político federal em vigor conta com uma concepção de cuidado que fortalece a política ultraneoliberal e ultraconservadora formando mecanismos que conformam o sistema racial e de gênero sustentando a divisão racial, sexual e social do trabalho. Além de orquestrar o desmonte das demais agendas de cuidado que estão na disputa, com destaque para o âmbito legislativo e orçamentário, por meio das reprovações dos projetos de leis que garantem orçamento público para a realização dos estudos do uso de tempo, redução do financiamento das universidades inviabilizando a ampliação das pesquisas, aumento das políticas de austeridade fiscal, descompromisso com acordos realizados em Conferências Internacionais que pautaram o direito ao cuidado, proposição de políticas de cuidado focando nos sujeitos dependentes de forma fragmentada e familista, entre outras.

Na contramão deste cenário, em 2022 o município de Belém firmou uma parceria com a ONU Mulheres que segue até 2024 na realização de um piloto de Sistema Municipal de Cuidados, tendo como norte a economia do cuidado.

Portanto há correlação de forças a serem analisadas em que permeiam concomitantemente uma tensão entre a permanência de estruturas coloniais e rupturas destas estruturas. Conforme nos lembra Valéria Esquivel (2014), diferentes interpretações do cuidado dão formas a diferentes agendas.

Este capítulo reflete acerca do cenário da agenda de cuidado brasileira e faz uma discussão sobre os mecanismos para a consolidação de uma agenda pública de cuidados interseccional.

3.1.

Cuidado na encruzilhada da familiarização, feminização, mercantilização e racialização

A forma que o cuidado se organiza num território retrata suas concepções, idealizações e discursos que denomino de cuidado pensado articulado a sua modalidade de provisão, distribuição e acesso, desdobrando-se na forma que é vivenciado em sociedade que nomeio de cuidado vivido. Como cuidado é o centro de sustentação da vida, sua análise possibilita identificar o regime de cuidado adotado e seu nível de produção de desigualdades raciais, de gênero, classe e sociais, além determinar os processos de familiarização, mercantilização e desfamiliarização e desmercantilização.

Existe alguns conceitos que retratam a arquitetura de cuidado adotada por diferentes regimes políticos, a concepção de diamante do cuidado de Sarah Razavi (2007) nos convida a pensar no arranjo institucional que envolve Estado, mercado, famílias e comunidade na provisão e distribuição dos cuidados a pessoas com distintos níveis de dependência de cuidados. As autoras da América Ladina entendem que neste território não há um regime de bem-estar consolidado que viabilize a análise a partir do diamante do cuidado, porém existe diversas políticas de cuidado fragmentadas, [...] es imprescindible recordar que aqui no existen ni políticas públicas ni régimen de cuidados consolidados, sino acciones incipientes y desarticuladas que no conforman una oferta clara de dispositivos para su provisión (Karina Batthyány, 2021, p. 80).

Diante deste cenário é construído através de um processo endógeno pelas amefricanas o conceito de organização social do cuidado como instrumento analítico de mapear e discutir o cuidado em contexto ladino amefricano. Para fins de estudo, nesta tese, parto do conceito de organização social e política do cuidado criado por Eleonor Faur, em que a inclusão de política se refere aos diferentes níveis de acesso ao cuidado demarcados por classe, gênero e raça.

[...] organização social e política do cuidado coloca destaque na interação entre sujeitos e estruturas, para dar conta das variações de formas de organização do cuidado ao longo do tempo e segundo as classes sociais, incorporando um olhar dinâmico. [...] também questiona as diferenças de oportunidades entre mulheres de distintas classes, raças, estratos e níveis de formação (Eleonor Faur, 2014, p. 52, tradução nossa).

Ao partir deste conceito considero que há distintos níveis que permeiam a provisão, distribuição e acesso aos cuidados, sendo demarcados pela assimetria dos marcadores sociais de raça, gênero e classe. Articulo a concepção de redes de cuidado de Amaia Orozco (2007) diante de sua dinamicidade. Esta discussão é operacionalizada a partir do conceito de cuidado social de Mary Daly y Jane Lewis (2011).

Este alicerce conceitual sustenta a forma que concebo a organização social e política do cuidado no Brasil, cujo nomeio e penso como a encruzilhada do cuidado. A escolha da encruzilhada enquanto ferramenta analítica representa as avenidas constituídas pelos distintos agentes Estado, famílias, mercado e território que se entrecruzam entre si sendo atravessadas pela familiarização, mercantilização, feminização e racialização, na intersecção com os marcadores sociais de raça, classe, gênero, entre outros. E dependendo da interação entre os agentes e suas intersecções na provisão e distribuição do trabalho de cuidado e doméstico temos diferentes níveis de acesso aos cuidados, podendo ser mais equitativos e libertadores, ou estratificados e confinadores. Na encruzilhada do cuidado a dimensão racial é uma categoria analítica estruturante.

Partir desta concepção possibilita refletir sobre o jogo dos diferentes agentes de cuidado em sua oferta e demanda, identificar suas diferentes agendas que mobilizam a proposição e execução de políticas de cuidado para compreender os avanços, retrocessos e desafios que envolvem a inserção do cuidado na agenda pública em busca do seu reconhecimento como um direito.

Primeiro é necessário compreender os elementos que atravessam a encruzilhada do cuidado constituído pela familiarização, feminização, mercantilização e racialização. Na literatura de cuidado não identifico o

reconhecimento da racilização, sendo consolidada a existência da familiarização, feminização e mercantilização, racialização é a inclusão que faço na produção de conhecimento do cuidado. Entendo que esses elementos estão articulados interagindo mutuamente, seus diferentes níveis determinam a função, o papel, as formas de atuação e relação entre os agentes Estado, Famílias, Mercado e Território.

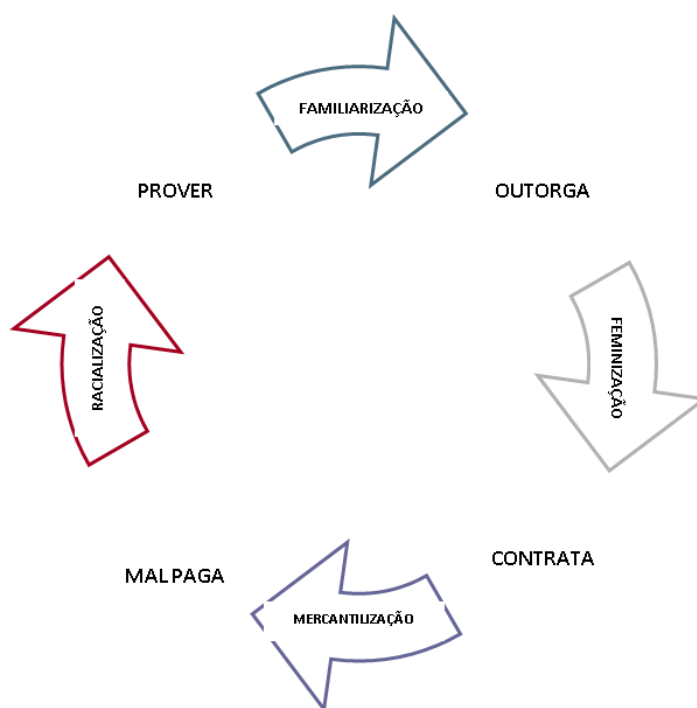


Figura 4 - Interação dos elementos que atravessam a encruzilhada do cuidado.
Fonte: elaboração própria.

Na esfera da familiarização, as famílias são consideradas as principais responsáveis pela provisão do cuidado, esta centralidade fortalece desigualdades na distribuição interna e externa destes, sendo a interna protagonizada pela figura feminina no âmbito intrafamiliar, num cuidado forçado, diante da feminização do cuidado fruto da divisão sexual dos papéis sociais de gênero, realizado de forma não remunerada, e externa na produção de um ciclo vicioso de estratificação social, no qual o poder econômico determina o nível de contratação dos serviços de cuidados, sejam na formalidade ou na informalidade, se utilizando da servidão racializada de gênero, através da contratação, em sua maioria, de mulheres negras e pobres de forma precarizada para atender a necessidade de provisão dos cuidados com base numa divisão racial, sexual e social do trabalho.

En el régimen familista la responsabilidad principal del bienestar corresponde a las familias y a las mujeres en las redes de parentesco. El trabajo de cuidado es no

remunerado y la unidad que recibe los beneficios es la familia. Es el más extendido en América Latina y los países mediterráneos. Los supuestos de este régimen son la centralidad de la institución del matrimonio legal y una rígida y tradicional división sexual del trabajo (Rosario Aguirre & Karina Batthyány et al. 2014, p. 50).

Nos estudos sobre o regime familista produzidos por Esping-Andersen (1991) a produção de bem-estar numa sociedade é oriunda da interação entre Estado, Família e mercado sendo constituído por níveis variados de articulação e responsabilidades na provisão de bem-estar, resultando em 3 principais formas de regimes: (i) social-democrata, (ii) conservador e (iii) bem-estar liberal. A princípio essa estruturação classificatória dos tipos de regime familista são alvos de críticas de pesquisadoras feministas a partir dos argumentos: (i) a neutralidade do gênero na concepção das tipologias; (ii) a invisibilização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado em suas análises; (iii) a estruturação das tipologias baseadas num modelo de família patriarcal (homem provedor e mulher cuidadora); (iv) a importância dos benefícios sociais para as mulheres. Para exemplificar utilizo Jane Lewis (1992) em sua crítica a análise realizada por Esping-Andersen, em que aponta “as mulheres desaparecem da análise quando desaparecem do mercado de trabalho” (p. 161) e “[a] posição das mulheres dentro de diferentes regimes de bem-estar social gira em torno de duas questões, a valorização do trabalho não-remunerado e seu compartilhamento. Em nenhum lugar esses problemas foram abordados diretamente” (p. 170).

Ao receber as críticas Esping-Andersen incorpora posteriormente ao longo de suas análises o papel das famílias, e das mulheres a partir da discussão dos conceitos de desfamiliarização e desmercadorização na reflexão acerca dos regimes de bem-estar.

Nota-se que a análise que o autor faz e as críticas realizadas pelas pesquisadoras feministas não incorporam a dimensão racial como uma questão em suas discussões, constituindo numa fragilidade analítica. As reflexões acerca do regime familista no Brasil precisam incorporar a dimensão racial a fim de partir da realidade de mulheres negras no seu enfrentamento geracional as diversas expressões da questão social e as violações de direitos que estão sujeitas. Tendo esta como ponto de partida é perceptível que quanto maior o nível de familiarização do Estado brasileiro maior geração de desigualdades raciais e sociais.

Este nível de familiarização é intensificado no cenário político de golpe parlamentar de 2016, articulado ao governo ultraconservador eleito em 2018, que

marca a transição de um familismo para o neofamilismo (De Martinho, 2001) que conjugado ao ultraconservadorismo, ultraneoliberalismo e ao racismo na defesa da existência de uma democracia racial, se transforma no que denomino de familismo enraizado nos valores cristãos no fortalecimento da família patriarcal eurocêntrica, pautando como único modelo possível de família. A defesa dos valores cristãos, da família e da pátria com o discurso “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” foi o emblema do governo vigente até 2022, como base ideológica que se consolidou num bloco hegemônico no parlamento, neste normatizações sobre a concepção de família ganham força no âmbito legislativo que avança na tramitação do projeto de lei 6583/2013 de autoria do deputado Anderson Ferreira, representando a Frente Parlamentar Evangélica.

A título de exemplificação, o Projeto de Lei no art. 2º “[...] define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Como se pode constatar, essa definição configura-se no retrocesso histórico, constitutivo do familismo, onde parte do Estado continua com o discurso da normatização das famílias imbuídos da lógica de naturalização constituída pela cisheteronormatividade, cristã, patriarcal e colonial, ratificando um único modelo que contradiz a realidade brasileira dos diversos arranjos familiares.

Neste contexto há o aprofundamento da familiarização enquanto sustentadora do sistema de proteção social, cuja elaboração e implementação das políticas públicas e sociais partem da premissa da existência de uma mulher disponível na provisão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, sobretudo, no âmbito de pessoas dependentes de cuidado, independente do nível desta dependência. Seja no acompanhamento de seus familiares na utilização dos serviços de saúde, assistência social, previdência, deslocamento para as demais atividades sejam culturais, educacionais, esportivas, etc.

También insistió en la inequitativa redistribución de los cuidados al interior de las familias (las mujeres realizan las 3/4 partes de ese trabajo dentro de los hogares), del mercado laboral (son mujeres 2/3 de quienes realizan trabajo de cuidados remunerado) y entre los distintos agentes sociales (los Estados y el sector privado se des-responsabilizan y las familias y comunidades se sobrecargan) (Aris Balbuena, et al., 2021, p. 7).

Portanto quanto maior a pobreza e situação de vulnerabilidade social, maior o nível de familiarização com sobrecarga de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, pois menor poder econômico possui para a contratação de serviços.

Nestes seus custos ficam ocultados na provisão deste trabalho, sendo invisibilizado sua produção de valor, tendo como base a expropriação. E quanto maior poder econômico, maior o nível de mercantilização na contratação do trabalho de cuidado e doméstico de forma remunerada para suprir as necessidades da familiarização. Aqui seus custos são contabilizados no Produto Interno Bruto, gerando valor econômico, tendo como base a precarização, exploração e desvalorização deste trabalho, marcado pelos baixos salários e em grande parte pela desproteção social dada a natureza do vínculo.

A mercantilização transforma o cuidado em produto, mercadoria e serviço a ser ofertado para quem possui capital, seja no âmbito formal ou informal.

Por mercado debemos entender las dos formas en que las empresas se involucran en los cuidados: 1) ofreciendo servicios de cuidado (mercantilización) y 2) permitiendo o limitando que quienes colaboran con ellas atiendan sus responsabilidades de cuidado (tiempos y ritmos de trabajo) (OXFAM, 2022, p.16).

Para Nadya Guimarães (2016) nos anos 1990 a mercantilização do cuidado se apresenta e como um fenômeno na realidade brasileira. Entretanto ao incluir a lente racial nota-se que o cuidado é mercantilizado desde o período de escravidão, cujo a compra de pessoas negras escravizadas tinha como parte a finalidade de provisão de trabalho de cuidados e doméstico e após o processo de libertação a oferta da mão de obra destas nos serviços de cuidados, caracterizadas em sua maioria por mulheres negras, numa racialização do cuidado constituída sobretudo pela feminização negra.

O funcionamento do mercado não é neutro, premia quem já tem recursos para exercer influência sobre sua regulação [...]. Essa dinâmica permite que os privilegiados se apresentem como tendo construído sua posição por mérito próprio, apagando o fato de que ela é dependente da exploração do trabalho de outros e da ação favorável do Estado (Flávia Biroli, 2015, p. 88).

Considero que a necessidade de mercantilização do cuidado está associada a produção de tempo, pois como as atividades inerentes a sustentabilidade da vida constitutivas do trabalho de cuidado e doméstico são contínuas, repetitivas e consomem boa parte do tempo, sendo o principal gerador da pobreza de tempo e sobrecarga física, mental e emocional, que desencadeia na produção de desigualdades raciais, sexuais, sociais e econômicas. Nesse contexto avança o cuidado neoliberal alicerçado na familiarização e mercantilização articulada a feminização e racialização, cujo o poder econômico familiar determina o acesso seletivo aos bens e serviços do usufruto ao cuidado tanto em sua quantidade como qualidade, isto determina a manutenção dos privilégios e os mecanismos que o

garantem. Concluo que o trabalho de cuidado e doméstico consiste no elemento estruturante da perpetuação do privilégio racial no Brasil.

No cenário atual o mercado é o principal agente de provisão dos serviços que permitem atenção às necessidades humanas, desempenhando um papel central nesta oferta e protagonizando o processo de financeirização por meio do endividamento da população diante da necessidade de as famílias suprirem as demandas da reprodução social. A título de exemplificação, no governo de 2018 à 2022 marcado por retrocessos e desmontes das políticas públicas e sociais cujo o Brasil volta para o mapa da fome diante empobrecimento das famílias, o endividamento das mesmas alcança um recorde em 2022 atingindo aproximadamente 80% das mais pobres⁷⁹, que contratam empréstimos para custear as necessidades básicas de alimentação, contas básicas como água e luz. Este endividamento acelera com a autorização do Governo na concessão de empréstimos para os benefícios temporários como Auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada. Considero que esta estratégia agudiza ainda mais as condições de esgotamento da reprodução social, ao mesmo tempo que favorece o processo de acumulação do capital, sobretudo, do aumento exponencial do lucro dos bancos.

Em contexto de crise econômica, as famílias que possuem poder aquisitivo, mesmo que seja mínimo, para a contratação do trabalho de cuidado e doméstico, o faz pagando menos, aumentando a desvalorização e precarização dos prestadores deste serviço, que em sua maioria é protagonizado pela população negra, sobretudo, a mulher negra, que se encontram sem alternativas e acabam aceitando trabalhar por menores salários, expostos a maiores explorações e sem proteção social e trabalhista. Isto desencadeia no crescimento da divisão racial, sexual e social do trabalho de cuidado e doméstico remunerado.

[...] o cuidado pode dar nome a uma política neoliberal-conservadora, que desmonta os serviços públicos, reforça a responsabilização da família (ou seja, das mulheres) pela reprodução social e amplia a mercantilização – quem pode pagar consegue delegar o cuidado, geralmente com a contratação de trabalho precário (Tica Moreno, 2022, sem paginação).

Neste cenário a encruzilhada do cuidado tem como os principais agentes da provisão do cuidado as famílias e o mercado interseccionados pela feminização e racialização, intensificando as desigualdades e assimetrias de raça, gênero e

⁷⁹ <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-atinge-80-das-familias-mais-pobres-em-setembro-um-recorde-diz-cnc/>>.

classe na provisão, distribuição e acesso aos cuidados. Portanto, a função do Estado é fundamental na interação entre famílias, mercado e território seja na produção de estratificação racial e social, ou na democratização do acesso ao cuidado.

Conforme Eleonor Faur (2014) o Estado é o agente que possui função central e estruturante na organização social e política do cuidado devendo atuar simultaneamente na provisão de serviços e regulação do mercado, território e famílias. No âmbito do governo, entendo a partir da literatura de Karina Batthyány (2020) que esta função deve ser incorporada no Sistema de Proteção Social como o quarto pilar da seguridade social de caráter transversal a todas as instâncias e políticas públicas brasileiras.

Lembrando que o conceito de cuidado social de Mary Daly e Jane Lewis (2011) constitui numa chave analítica para esta reflexão, pois apresenta o caráter normativo de responsabilização do Estado inserindo o debate na agenda pública. No Brasil, este conceito carece do enegrecimento do cuidado, que aponta para a necessidade de se racializar o cuidado a fim de partir da dimensão racial para discussão do mesmo na agenda pública.

A forma de interação entre os agentes da encruzilhada do cuidado coloca em discussão a relação entre oferta e demanda de cuidados, assim como seus marcos normativos, institucionais, econômicos e sociais tornando evidente suas correlações de forças e interesses. A retração do Estado na provisão e regulação se sustenta na invisibilização do trabalho de cuidado e doméstico remunerado ou não, sendo altamente lucrativo para o sistema econômico, pois os custos são ocultados neste trabalho, sobretudo no âmbito não remunerado. Entretanto, ao mesmo tempo que viabiliza a acumulação do capital, sua durabilidade fica comprometida, gerando uma contradição silenciosa (Nancy Fraser), pois esgota a longo prazo as condições de sustentação da reprodução social. Tanto a esfera econômica quanto o Estado historicamente têm dependido da força de trabalho das mulheres, sobretudo, negras na esfera doméstica, seja remunerada ou não, para proporcionar os cuidados inerentes ao funcionamento da sociedade.

A relação entre Estado e os mercados arrastou durante décadas um ponto cego⁸⁰ de crucial importância o trabalho de cuidado e doméstico. [...] Em consequência, a questão do cuidado, como necessidade social específica e em relação com a provisão de um conjunto de serviços públicos e privados, foi banida – ou

⁸⁰ Vamos utilizar as palavras ponto invisibilizado em substituição ao termo ponto cego, por considerar este um termo capacitista. Além de invisibilizado coloca em evidência a intencionalidade de se manter algo invisível.

permaneceu invisível por muito mais tempo (Eleonor Faur, 2014, p. 33, tradução nossa).

Outro ponto invisibilizado de estrutural importância no trabalho de cuidado e doméstico é a sua dimensão racial. A literatura de cuidados, quando segrega os dados estatísticos, aponta a predominância da população negra, sobretudo a mulher, na provisão dos cuidados, cujo em suas análises a questão racial é mencionada, porém não analisada, gerando uma lacuna e permanecendo invisível na produção do conhecimento e na proposição de ações públicas que atendam efetivamente a realidade social brasileira.

Num cenário que conjuga familismo, ultraconservadorismo, ultraneoliberalismo e racismo, o Estado é um ponto invisibilizado estruturante, pois sua retração na provisão e regulação na encruzilhada do cuidado é central para a manutenção desta realidade, sendo representante de um padrão de reprodução de desigualdades racial, social, sexual e econômica. Em contrapartida, sua transformação está condicionada a reestruturação do papel e função do Estado, “[...] em definitiva, o papel do Estado é central, ao estabelecer a arquitetura institucional em relação com a proteção social dos direitos e a atribuição de responsabilidades da cidadania.” (Eleonor Faur, 2014, p. 41, tradução nossa). No entrecruzamento das diversas avenidas constituídas por vários setores e atores que caracterizam os agentes que compõem a encruzilhada do cuidado se destaca o Estado na sua função, atuação, articulação e interação.

Conforme Juliana Martinez (2005) o Estado é estruturante no ordenamento da relação entre mercado, famílias e proteção social, sua regulação é imprescindível para a existência do mercado laboral e organização familiar. O Brasil possui um modelo centrado na família e mercado enraizado na feminização e racialização que organiza sua proteção social a partir da maternalização e do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, no qual as condições de ofertar a proteção se encontra insuficiente e fragmentada produzindo acesso segmentado.

A centralidade do Estado é constituída pelo fortalecimento de sua capacidade de provisão de políticas de cuidado e regulação de sua distribuição e acessos. Para ONU Mulheres o Estado precisa garantir no mínimo três funções “garantizar a las personas las condiciones que permitan de organización de sus tiempos de vida, garantizar el acceso a un nivel de vida adecuado que facilite acceder a las precondiciones de cuidado y definir las relaciones que se desarrollan en el mercado” (OXFAM, 2022, p. 18). Para isso considero ser necessário que

seja incorporado a lente do cuidado a partir do seu enegrecimento, por meio da perspectiva do cuidado enquanto um direito humano, universal e equitativo, concebido como um elemento central e estruturante para o bem-estar humano, a fim de disputar na agenda pública de cuidados.

Nesse processo algumas questões são fundamentais em nível de mercantilização, familiarização e estatização: (i) o que está no âmbito do mercado que deveria ser um direito, saindo do circuito estritamente mercantil mediado pela economia, se tornando objeto de provisão do Estado? (ii) o que é provisionado pelas famílias em termos de ações e recursos de cuidados que deveria estar na responsabilidade do Estado? (iii) o que deveria ser provisionado e regulado pelo Estado a fim de atender o direito ao cuidado de forma equitativa avançando para a construção de uma sociedade do cuidado⁸¹? A discussão destas questões é realizada ao longo deste capítulo contendo proposições constitutivas de um Sistema Integrado Interseccional de Cuidados.

A literatura de cuidados reconhece a necessidade de haver um Sistema Integral de Cuidados, com a função de reduzir as desigualdades estruturais da provisão e acesso aos cuidados, pautado no modelo de corresponsabilidade do cuidado que segundo a OXFAM (2022, p. 32) compreende:

[...] un conjunto de acciones, servicios y prestaciones, públicas y privadas, así como leyes, regulaciones, normas y políticas, para asegurar progresivamente el derecho al cuidado de: las personas que lo requieren (con prioridad -pero no exclusivamente - en infancias, personas con discapacidad o enfermedad y personas mayores que no pueden satisfacer estos cuidados por sí mismas), de quienes los brindan (de manera no remunerada y remunerada) y de quienes tienen responsabilidades de cuidados (personas que requieran tiempo para cuidar sin detrimento a su desarrollo escolar, laboral o personal).

A partir da concepção da encruzilhada do cuidado, no Brasil compreendo a necessidade de haver um Sistema Integrado Interseccional do Cuidado a fim de incluir, principalmente, a dimensão racial, constitutiva de nossa formação sócio-histórica que engendra as relações sociais. Este Sistema utiliza do modelo de corresponsabilidade produzido pelos estudos de cuidado como um ponto de partida para pensar nas questões acima citadas. Neste é necessário identificar o nível de responsabilidade de provisão e acesso de cada agente da encruzilhada do cuidado articulado ao mapeamento da produção das assimetrias de raça,

⁸¹ Sociedade do cuidado é quando o cuidado se encontra no centro de preocupação de nossas sociedades, tendo políticas que respondam as necessidades essenciais para o bem-estar humano. Ver mais em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/sociedade-cuidado-como-horizonte-recuperacao-sustentavel-igualdade-genero-sera-o-tema>>.

gênero e classe. Para Eleonor Faur “[...] é um desafio complexo e implica uma exploração multidimensional, em níveis micro e macro social (2014, p. 53). Este desafio nos impulsiona rumo a constatação de que medida há capacidade de desfamiliarizar e desmercantilizar a provisão de cuidados.

Desfamiliarizar os cuidados implicam liberar as famílias, em especial as mulheres, das responsabilidades e tarefas exaustivas e cotidianas ligadas a esta provisão não remunerada de cuidados, proporcionando, para as mesmas, tempo e qualidade de vida. Entretanto isto pode ser produzido às custas da mercantilização ou desmercantilização do cuidado. Para Eleonor Faur (2014) a mercantilização possui uma tênue participação da oferta pública do Estado, sendo operacionalizada pelo aprofundamento das desigualdades de classe. Em minha análise entendo que a desigualdade não é só na esfera da classe, mas sobretudo, racial.

A conjunção entre desfamiliarização e desmercantilização pressupõe inserir o Estado no centro da provisão e regulação dos cuidados com a finalidade de garantir o direito ao cuidado a nível do sujeito, independente de possuir família ou não possa desfrutar do acesso ao cuidado, além de gerar autonomia, tempo e qualidade de vida para todas as mulheres, não só para àquelas que possuem poder econômico.

A noção de desfamiliarização e desmercantilização permite observar em que nível as políticas públicas facilitam a provisão e o acesso a serviços de cuidados, redistribuindo a função social do cuidado entre distintas instituições públicas e privadas e superando ou não a visão segundo o qual as famílias (e dentro destas as mães) seriam as responsáveis exclusivas pela provisão dos cuidados. [...] desde uma perspectiva igualitária em termos de direitos e cidadania é necessário revisar de forma conjunta e articulada os graus de desmercantilização e desfamiliarização do cuidado e bem-estar (Eleonor Faur, 2014, p. 36, tradução nossa).

Num cenário de ultraconservadorismo é pertinente ratificar que o uso da terminologia desfamiliarização e desmercadorização do cuidado diz respeito ao fortalecimento da cidadania a partir da democratização do acesso ao cuidado em quantidade e qualidade, cujo Estado avança na garantia deste direito sendo responsável por grande parte da provisão e regulação de serviços de cuidados. Pretende-se alcançar uma distribuição mais equitativa da carga de cuidados gerando maior qualidade de vida e incidindo na redução das desigualdades raciais, sociais e econômicas. Isto envolve todas as instâncias governamentais demandando uma transversalidade do cuidado no qual a proposição de políticas públicas para a garantia dos direitos é atravessada pela lente do cuidado. Desse modo, saúde, educação, moradia, cultura, lazer, alimentação, assistência social,

previdência social, mobilidade social, trabalho e renda, entre outros, seriam pensadas pela ótica do cuidado.

En el régimen desfamiliarizador hay una derivación hacia las instituciones públicas y hacia el mercado. El trabajo de cuidado es remunerado y es el individuo la unidad que recibe los beneficios. Un tercer escenario posible para la equidad social y de género es que se desarrollen políticas de corresponsabilidad familias-Estado-mercado de forma tal de favorecer la ampliación del ejercicio de los derechos sociales, económicos y políticos de las mujeres. [...] También implica garantizar el derecho a elegir si se desea o no cuidar, así como las condiciones adecuadas para la realización de dichas tareas, tanto si se realizan de forma remunerada como no remunerada, de modo que se valore social y económicamente la tarea. Esto implica una nueva concepción de la relación entre individuo, familia y Estado basada en la responsabilidad compartida de los cuidados de las personas. (Rosario Aguirre & Karina Batthyány et al. 2014, p. 51).

O cuidado a ser disputado na agenda pública, quando pautado na perspectiva de sua desfamiliarização e desmercantilização, tende a contribuir de maneira adequada e incisiva para sua garantia enquanto um direito humano, universal e equitativo.

A viabilização dos estudos do uso do tempo no Brasil, fortalece a produção de dados consistentes e sistemáticos que permitam o mapeamento da provisão do trabalho de cuidados e doméstico não remunerado familiar. Embora, nesse processo nos deparemos com um ponto quase que invisibilizado no âmbito do uso do tempo, a produção de dados acerca do valor produzido por este trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Segundo Hildete Melo (2022), no Brasil, não existe a implementação dos estudos do uso do tempo, a mensuração do tempo do trabalho de cuidados e doméstico não remunerado é realizada por meio de poucas perguntas inseridas na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Esta considera o considera como outras formas de trabalho caracterizada nos seguintes temas: (i) afazeres domésticos; (ii) cuidados de pessoas; (iii) trabalho voluntário e (iv) Produção para o próprio consumo, com recorte para pessoas na faixa etária a partir de 14 anos independente de sua situação na ocupação.

Apesar deste conjunto de atividades mensuradas, em comparação com as metodologias propostas dos estudos do uso do tempo, ainda são consideradas limitadas as informações coletadas pela PNAD para análise de mensuração do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado na realidade brasileira, temática que será mais desenvolvida adiante, quando da apresentação e discussão dos dados empíricos produzidos na pesquisa de campo. Faz se necessário haver uma reserva orçamentária para a incorporação da metodologia do estudo do uso do

tempo de forma periódica e sistemática com o propósito de fornecer dados que subsidiem a análise mais integrada desta realidade. A segregação de dados por raça/cor, sexo, faixa etária, território e escolaridade são elementos fundamentais para produção de dados nas pesquisas a serem realizadas. Os estudos do uso do tempo são uma ferramenta potente para evidenciar a carga global de trabalho.

Além disso, as universidades podem avançar nas pesquisas qualitativas acerca das representações sociais do cuidado com o intuito de captar os sentidos e significados que a sociedade brasileira atribui aos cuidados, como também as estratégias utilizadas, sobretudo, por mulheres negras na provisão, distribuição e acessos aos cuidados no Brasil. Um recurso interessante diz respeito ao fomento de Observatórios de Cuidados a nível nacional, estadual e municipal com a finalidade de fazer um mapeamento integral desta realidade, monitorar e publicizar os avanços e retrocessos ao longo dos anos.

Em síntese, cuidado se encontra na encruzilhada da familiarização, feminização mercantilização e racialização, que engendram a forma que o cuidado é organizado socialmente e produzem desigualdades profundas e geracionais considerando os marcadores sociais de raça, gênero e classe na geração de desvantagem histórica e círculos viciosos de reprodução da pobreza. Para a transformação desta realidade é preciso que haja articulação e diálogo entre o (i) setor com real poder de decisão, composto pelas diferentes esferas governamentais na criação de um comitê interinstitucional, (ii) setor de interesse imediato, constituído pelo mercado, universidades, sociedade civil, (iii) setor de pressão representado pelas instâncias internacionais com seus acordos e documentos de compromisso nos quais o Brasil é signatário, com o fim de avançar no reconhecimento do cuidado como um direito constitucional na formação de uma corresponsabilidade integral.

3.2.

Nós seguramos a barra toda! Construção da agenda pública de cuidados no Brasil

Denomino de cuidado pensado a forma que este é concebido, percebido e representado em seus papéis sociais, atribuições, responsabilidades e funções interseccionadas aos marcadores sociais de raça, gênero, classe e sexualidade no imaginário individual e social que estrutura os discursos e idealizações

alicerçados num conjunto de normas e exigências sociais transmitidos de forma geracional a nível familiar, simbólico e social, pautado pelas instituições e tensionada nas diversas esferas da sociedade, sobretudo, no campo político. E de cuidado vivido⁸² aquele realizado no cotidiano, organizado socialmente em sua provisão, distribuição e acesso, visto na realidade em suas contradições.

A identificação do cuidado pensado disputado na agenda pública é fundamental para análise da encruzilhada que está se formando e os níveis de opressão, desigualdades, exploração, expropriação, dominação gerados, podendo apontar para a perpetuação de desvantagens e privilégios raciais ou para a libertação e transformação da realidade social. Sua compreensão viabiliza decifrar a forma que se organiza em sua provisão, distribuição e acesso.

Para Joan Tronto toda instituição e regime político possuem sua concepção de cuidado. A autora exemplifica que as sociedades escravistas tinham uma percepção de cuidado, bem reprovável, no qual algumas pessoas deviam se ocupar de outras para que estas possam viver bem, incluindo ao ponto de reduzir grupos de pessoas a categorias de coisas, mesmo sendo reprovável isto representava uma visão de cuidado daquele período histórico. Uma Narayan (1995) defende que no período de colonização dos territórios havia um discurso de cuidado colonial alicerçado pelo cristianismo que permitiu aos colonizadores brancos a construção e legitimação de hierarquias raciais escravizando e colonizando povos não brancos a partir do argumento do cuidado por meio da missão de civilizar e promover a salvação dos colonizados.

No Brasil o processo de colonização europeia engendrada pela escravização a partir da diáspora forçada dos povos do continente africano confinou a população negra na provisão de cuidados a serviço dos brancos detentores de capital. Com a conquista da abolição da escravidão permanecemos com a centralidade desta provisão realizada pela população negra, sobretudo, a mulher negra em condições precárias com baixa remuneração e valorização, ratificando a raiz colonial e escravocrata deste trabalho que se perpetua até hoje no século XXI.

Reconhecer como a história do trabalho doméstico está ligada à história escravocrata no Brasil e, conseqüentemente, aos efeitos do racismo estrutural, é um passo fundamental para análises mais abrangentes sobre as condições desse tipo de trabalho (Juliana Teixeira, 2021, p. 57).

⁸² Ver em Thamires Ribeiro (2016).

Isto pode ser identificado ao analisar a agenda pública do trabalho doméstico remunerado na construção do seu marco legal no reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas. As conquistas de direitos da última década de proteção das trabalhadoras domésticas foi fruto de uma luta histórica protagonizada por mulheres, sobretudo, negras. Somente em 2013 através da Emenda Constitucional nº 72 que tivemos a igualação dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores com efeitos imediatos sobre a limitação da jornada de trabalho e a obrigação do pagamento de horas extras. Em 2015 por meio da Lei Complementar 150, conhecida como Lei das Domésticas, que houve o reconhecimento do o direito à jornada de trabalho de no máximo 44 horas semanais, pagamento de horas extras, adicional noturno e o Simples Doméstico. E em 2017 por intermédio do Decreto Legislativo 172 ocorreu a aprovação dos textos da Convenção n. 189 e da Recomendação n. 201, da Organização Internacional do Trabalho que enumeram medidas de proteção para as domésticas. Para Juliana Teixeira (2021) todas essas regulamentações foram aprovadas diante de intensos campos de disputas, tensionamentos, debates e polêmicas na sociedade brasileira envolvendo as dimensões ideológicas, econômicas e políticas numa correlação de forças protagonizada pelo intenso empenho dos sindicatos das trabalhadoras domésticas e do movimento negro.

A demasiada discussão gerada no processo da agenda pública do trabalho doméstico explicita o racismo estrutural com suas raízes coloniais e escravocratas numa luta pela manutenção de privilégios da branquitude em detrimento da exploração da mão de obra da população negra. Ainda há um caminho longo a ser percorrido na garantia da proteção social a todas as trabalhadoras domésticas remuneradas, mas o reconhecimento do direito constitucional constitui na base fundante para as futuras reivindicações e proposições de medidas e políticas protetivas.

Ainda na esfera remunerada, mas em outras profissões que envolvem o trabalho de cuidado como babás e cuidadores estão em tramitação projetos de leis que visam a regulamentação destas profissões. A morosidade da regulamentação destas profissões reforça o reflexo do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Mas por que é importante abordar a agenda pública de cuidados no Brasil? Além das questões acima citadas, estamos falando de uma massa representativa

de trabalhadoras e trabalhadores remunerados e não remunerados constituída sobretudo pela população negra.

A questão racial também é importante para demarcar as desigualdades de modo que as mulheres negras são a parcela da população que proporcionalmente mais realiza de cuidados não remunerados. Por sua vez, dentre o contingente de 6 milhões de trabalhadoras domésticas, quase 67% são mulheres negras. Ou seja, a maior parte do trabalho de cuidados remunerado e não remunerado é realizado pelas mulheres negras no Brasil. [...] Apenas para que se possa ter a dimensão do tamanho desta enorme infraestrutura humana envolvida na oferta do serviço de cuidados, vale ressaltar que, em 2019, um quarto de toda a força de trabalho do país estava ocupadas em atividades diretamente ligadas à oferta de cuidados, seja no campo cuidado ofertado no âmbito domiciliar (trabalhadoras domésticas, cuidadoras, babás, profissionais da enfermagem), seja nos serviços de educação, saúde, assistência social ou alimentação, por exemplo. Este é, portanto, um setor chave também para todas as discussões relacionadas à geração de emprego e ao crescimento econômico do país (Carolina Tokarski et al., 2022, p. 1-2).

Portanto a agenda pública de cuidados atravessa diversos campos dentre eles: ideológico, político, econômico, social e cultural. No Brasil sua construção é permeada por um campo de disputas e tensionamentos, pois envolve um conjunto de percepções e concepções acerca das temáticas: (i) famílias, (ii) gênero, (iii) racismo, e (iv) sexualidade, sensíveis e polemizadas por diversos atores e instituições da sociedade, sobretudo, no âmbito da política e religião com destaque para o cristianismo que tomam para si como universais os sentidos e significados acerca do que seja família, gênero e sexualidade escondendo a colonialidade arraigada ignorando e rejeitando toda e qualquer forma de concepção distinta. Além de pautar os papéis e funções atribuídas as famílias, ao Estado, ao mercado e a sociedade civil num contexto de governo marcado pela conjunção do tripé do ultraconservadorismo, ultraneoliberalismo e familismo.

O cuidado já vem sendo pesquisado e debatido na esfera pública, ainda que de forma fragmentada e pontual. Em 2019, o Instituto DataSenado executou duas pesquisas de opinião de abordagem qualitativa com representatividade nacional via telefone e outra menor através de grupos focais referente a atividade de cuidar com provedores de cuidados de pessoas em situação de dependência seja familiar ou profissional com objetivo de produzir dados para elaboração da Política Nacional de Cuidados. E em 2022 este estudo é retomado para complementar a pesquisa realizado com pessoas em situação de dependência com foco em pessoas idosas com deficiência e doenças raras que necessitam de cuidadores. As pesquisas apresentaram alguns dados com destaque para: (i) falta de qualificação dos cuidadores profissionais; (ii) necessidade da regulamentação da profissão de cuidador profissional; (iii) falta de clareza na definição concernente

ao cuidado e suas atividades; (iv) altos custos financeiros; (v) sobrecarga diária; (vi) necessidade de haver treinamento formal para cuidadores familiares. Estes resultados apresentados foram retirados do boletim e relatório final emitido pela pesquisa, interessante perceber a similaridade dos resultados nos documentos. Considero o texto numa perspectiva de familiarização e mercantilização do cuidado, desta forma que está sendo pautado na agenda pública na esfera do Senado e existe entrecruzamento com a concepção debatida no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Em 2021, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos criou um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de Política Nacional de Cuidados. Essa talvez seja a maior expressão de que o cuidado é uma agenda em disputa, e nem tudo o que se fala sobre o tema tem um sentido transformador. A orientação do governo Bolsonaro e do Ministério em questão [Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos] é a de reforçar a família – no singular – como núcleo da sociedade, como o lugar da moral e do cuidado. Propagandeiam fazer isso com pouco recurso, é evidente, porque a família absorve os custos da desresponsabilização do Estado pelos cuidados, que não investe em política de saúde, educação e alimentação (Tica Moreno, 2022, sem paginação).

Em 2021 foi publicado a Portaria Interministerial nº 1 que criou o Grupo de Trabalho da Política Nacional de Cuidados com intuito de formular a proposta de construção desta Política. Este grupo de caráter temporário, consultivo e de assessoramento, estudo, articulação e trabalho, composto pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em conjunto com o da Saúde, Cidadania, Educação e pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, apresentou contribuições para a construção da Política de Cuidados sistematizada num relatório final.

O regime político vigente neste período contou com o cuidado pensado familista em que apresenta seu projeto societário alicerçado no ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo cujo cuidado entra na agenda pública como um importante objeto de disputa com dimensões ideológicas, econômicas e políticas assentadas na defesa da existência de uma democracia racial que sustenta a manutenção do racismo estrutural e estruturante no entrecruzamento com o cisheteropatriarcado e a colonialidade. Por conseguinte, o cuidado pensado que ganhou força na pauta da agenda pública deste governo fortaleceu o cuidado neoliberal, podendo ser identificado nas proposições de Projetos de Lei formulados e encaminhados ao legislativo pelos parlamentares.

Considero um equívoco fazer proposições de políticas de cuidado sem garanti-lo como um direito constitucional que viabilize a construção de um Sistema

Integrado Interseccional de Cuidados, pois gera políticas fragmentadas que disputam entre si e trazem consigo distintos cuidados pensados. Cabe ressaltar que o sistema de proteção social brasileiro já possui diversas políticas que poderíamos enquadrá-las nas políticas de cuidados, entretanto por não haver um sistema integrado interseccional de cuidados estas acabam sendo segmentadas e havendo uma competição entre si, sem contar a perspectiva maternalista e o fato da operacionalidade de tais políticas serem sustentadas pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Conforme abordado nesta tese, as “Las políticas de cuidado son políticas públicas que asignan recursos para reconocer, reducir y redistribuir la prestación de cuidados no remunerada en forma de dinero, servicios y tiempo.” (OIT, 2018, p.10), com acréscimo de políticas de regulamentação e cultural de redistribuição propostas por Karina Batthyány (2017). Essas políticas podem abranger:

Abarcan la prestación directa de servicios de cuidado, tanto infantil como de personas mayores, y transferencias y prestaciones de protección social relacionadas con los cuidados destinadas a los trabajadores y trabajadoras con responsabilidades familiares o de cuidado, a las cuidadoras y cuidadores no remunerados, o a las personas que requieren cuidados. También incluyen infraestructura pertinente para el cuidado, que reduce el trabajo penoso para las mujeres, como recolectar agua y proporcionar servicios de saneamiento y provisión de energía. Comprenden asimismo normas laborales, como políticas relativas a las licencias y otras modalidades de trabajo favorables a la familia, que permiten conciliar mejor el empleo remunerado con el trabajo de cuidados no remunerado (OIT, 2018, p. 10).

No Brasil há algumas políticas já implementadas e projetos de leis em tramitação que podemos enquadrá-las como políticas cuidados de tempo, serviço, dinheiro e regulamentação, contudo, ainda possuem um viés maternalista e não apontam para uma equidade de gênero, nem incorpora a dimensão racial. Para serem consideradas políticas de cunho transformador a OIT (2018) aponta para que haja três garantias: (i) direitos humanos, (ii) autonomia e (iii) bem-estar de quem prover de forma remunerada ou não e dos beneficiários dos cuidados. Sendo transformadoras essas políticas de cuidado podem trazer benefícios para mudanças da divisão sexual do trabalho nas famílias impactando numa modificação de atitude das pessoas no trabalho de cuidados. Considero que a inclusão da questão racial nessa discussão gera uma ampliação dos benefícios para toda a população, sobretudo, no âmbito da divisão racial, sexual e social do trabalho. Restringir somente ao gênero é permanecer com processos excludentes e favorecer somente a um determinado grupo de mulheres. Além disso, “estos beneficios son posibles si una parte de la prestación de cuidados asumida por las

mujeres y la familia se reorienta al Estado o a servicios de mercado o sin ánimo de lucro subvencionados públicamente” (OIT, 2018, p. 11). Isto reforça a necessidade de haver o avanço da pauta do cuidado, no âmbito do direito constitucional e no sentido transformador, na agenda pública.

Algumas políticas públicas e sociais implementadas, passíveis de serem classificadas como políticas de cuidado, já foram discutidas nesta tese. Desse modo, apresento alguns projetos de leis mapeados que estão em tramitação no Senado Federal ou na Câmara de Deputados a partir de 2006 até agosto de 2022⁸³. Para fins analíticos essas proposições legislativas foram organizadas e categorizadas em políticas de cuidados de: (i) dinheiro, (ii) serviço, (iii) tempo, (iv) regulamentação, (v) plano nacional de cuidados, (vi) economia dos cuidados.

Na política de dinheiro há projetos de leis abordando as temáticas de benefício de prestação continuada aos cuidadores, auxílio-cuidados e auxílio parental. Apesar de focar na provisão dos cuidados, não há menção a dimensão racial nem aponta para uma perspectiva de equidade de gênero.

Na política de serviço ressalto o PL 3206/2019 que dispõe sobre o programa “Mãezinha Brasileira” proposto pela parlamentar Flávia Arruda do Partido Liberal/DF, este foi apensado a PL 11008/2018 que dispõe da adequação gestacional do pré-natal pelo Sistema Único de Saúde (SUS), proposto por Mariana Carvalho do PSDB/RO. Este PL é de cunho o conservador e maternalista não demonstra o entendimento do cuidado como um trabalho

Nas políticas de tempo destaco a PL 2647/2021 que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeitos de aposentadoria, das tarefas assistenciais de criação de filhos e filhas biológicos ou adotados, proposto pela parlamentar Perpétua Almeida do PCdoB/AC e dos Apensados PL’s 2691/2021, 2757/2021 e 4108/2021, aprovados em dezembro de 2022 pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Isto demarca um avanço no reconhecimento do cuidado materno como trabalho a ter direito a proteção social. E a PL 1974/2021 que dispõe sobre a parentalidade em todo o Território Nacional propondo alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de autoria dos parlamentares Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e Glauber Braga (PSOL/RJ), apesar de manter a licença condicionada ao trabalho seja com vínculo empregatício ou de

⁸³ Este mapeamento foi realizado para debater a Agenda de Cuidados no Brasil pelos autores Fernanda Goes, Francisco Marques, Thamires Ribeiro e Carolina Pereira no IPEA, como ainda não foi publicado, não explico o mapeamento, mas utilizo somente alguns projetos de leis para discuti-los.

forma autônoma contadas a partir do nascimento da criança incluindo a adoção, o projeto prevê a extensão da licença para 180 dias vinculadas as duas pessoas de referência havendo laço consanguíneo ou não, considerando a diversidade de arranjos familiares a partir da noção de parentalidade numa perspectiva de equidade de gênero. Ainda que seja considerado um progresso na Política de Licença Maternidade, este Projeto de Lei precisa de ajustes no acesso, priorizando a dimensão racial. Destaco que em nenhum momento raça, racismo e suas implicações nesta Política são mencionados no texto. Também não há a inclusão e o reconhecimento do cuidado e afazeres domésticos não remunerados como trabalho. A esfera da informalidade é um outro aspecto a ser incluído, pois mulheres negras são a maioria na ocupação desses espaços, com baixas remunerações e sem contribuição para a previdência social.

As políticas de regulamentação visando a formalização das profissões de cuidadores e babás já foram mencionadas anteriormente.

Foram localizados somente 3 Projetos de Leis que possuem a finalidade de instituir a Política Nacional do Cuidado, a primeira foi a PL 2029/2015, proposta pela parlamentar Cristiane Brasil do PTB/RJ, arquivada em 2018 e a PL5791/2019 apresentada pela deputada Leandre Ponte do PV/PR que se encontra desde 2019 na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Cabe mencionar que estas duas PLs possuem similaridades em praticamente todos os seus artigos constituintes e no artigo 5º referente aos princípios que fazem menção ao respeito às diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa.

Destaco o terceiro Projeto de Lei nº2797/2022 que dispõe sobre os serviços socioassistenciais e modifica a Lei nº 8.212, de 21 julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de iniciativa dos Senadores Mara Gabrilli (PSDB/SP), Flávio Arns (Podemos/PR) e Eduardo Gomes (PL/TO) em tramitação aguardando despacho no Senado Federal. Este propõe a Política Nacional de Cuidados no âmbito da Seguridade Social e define cuidado como “qualquer atividade, prestada pelo poder público ou por particulares, destinada a assegurar o bem-estar físico, psicológico e social de pessoas em situação de dependência.” (p. 2). Também traz a definição de situação de dependência e situa o poder público como preferencial na provisão de serviços de cuidados à pessoas em situação de dependência, sendo realizada através de um conjunto articulado de ações entre a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais de

caráter intersetorial a políticas sociais nas áreas de assistência social, educação, saúde, trabalho e previdência social, de representantes de órgãos de promoção, proteção e defesa de direitos humanos. Propõe a realização de pesquisas e estudos na área de cuidados e na promoção de campanhas educativas permanentes na divulgação do cuidado e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos. Entretanto, tem como pontos contraditórios e frágeis o foco nas pessoas em situação de dependência, o fomento ao voluntariado na provisão de cuidados, e as limitações no âmbito das diversas esferas que compõe o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Considero uma proposição legislativa fragmentada e segmentada que não pode ser intitulada como Política Nacional de Cuidados.

Para além dessas três proposições houve a identificação de PLs que não foram categorizadas como Política Nacional de Cuidados dada a sua especificidade relacionada a um tipo de adoecimento ou somente a uma faixa etária da vida, nesse caso a pessoa idosa, sendo estas o Projeto de Lei (PL) e uma Sugestão de Emenda à LDO (SLD) intituladas como Criação da Política Nacional de Cuidados, a PL4364/2020 proposta pelo Senador Paulo Paim PT/RS que encontra-se em tramitação e a SLD 16/2022 CIDOSO apresentada pela parlamentar Tereza Nelma do PSD/AL arquivada em 2022.

E por fim há dois PLs apresentados ao Parlamento que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas. O PL 7815/2017 da deputada Ana Perugini do PT/SP mobilizou alguns seminários e debates na sociedade civil e na esfera pública, entretanto foi arquivada em janeiro de 2019 na Câmara dos Deputados. Em fevereiro de 2019 houve a apresentação do PL 638/2019, com texto idêntico a PL arquivada, proposta pela deputada Luizianne Lins do PT/CE, que atualmente se encontra em tramitação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Para a Agenda Pública de Cuidado este PL é fundamental, pois viabiliza a produção contínua de dados oriundos dos estudos do uso do tempo, através deste pode observar a produção de horas (quanto tempo?) empreendidas no Trabalho de Cuidado e Doméstico não Remunerado e a mensuração monetária do mesmo (quanto vale?), além de sua inclusão no Sistema de Contas Nacionais a partir da criação de uma Conta Satélite a ser contabilizado no PIB nacional. Portanto o acesso a esses dados de forma permanente qualifica as discussões da

Agenda, contribui para o avanço da pauta do direito ao cuidado e se aproxima da proposição e implementação de políticas públicas reais.

A maioria das proposições pesquisadas contribuem para a perpetuação do cuidado neoliberal e o ciclo de reprodução da pobreza, não há inserção da dimensão racial, não incorpora os 4 R's Reconhecer, Reduzir, Redistribuir e a Representação do cuidado⁸⁴. Ao consultar os Projetos de Leis observa-se diferentes visões da compreensão do que seja cuidado, que de forma sucinta dividido em dois blocos: (i) conservadores propostos em sua maioria pelos partidos liberais que defendem a manutenção da existência de um único modelo de família, da retração do Estado na produção de políticas públicas e (ii) adeptos ao reconhecimento do cuidado como um trabalho e devendo ser um direito, em sua diversidade defendem a ampliação da atuação do Estado na esfera da proteção social. Isto é interessante pois a identificação do parlamentar e partido pode subsidiar análises referente as tensões, força, concepções e formas de cuidado que se encontram em disputa na agenda pública. Nenhuma das duas incorpora a dimensão racial e/ou parte de experiência de mulheres negras na pauta das proposições realizadas.

Mesmo neste cenário no qual a pauta conservadora do cuidado avança e se fortalece existe experiências contrárias, mais próximas do viés desfamiliarizador e desmercadorizador que agrega na disputa da agenda pública do cuidado. Em maio de 2022 a ONU Mulheres Brasil e a Open Society Foundations firmou uma parceria com a Prefeitura de Belém e a Fundação Papa João XXIII (Funpapa) a fim de implementar um piloto do Sistema Municipal de Cuidados no território propondo alternativas para reconhecer, redistribuir, reduzir, remunerar e representar o trabalho e as trabalhadoras de cuidado, para atender a quem necessita desses serviços e viabilizando o empoderamento econômico das mulheres que o executam (ONU Mulheres, 2022).

Além de promover direitos e oportunidades para as mulheres, o projeto visa atender a quem necessita de cuidados e a reequilibrar responsabilidades, incluindo nesses papéis também os homens, gestão pública, empresas e a sociedade como um todo. (...) O objetivo principal do projeto, que segue até agosto de 2024, é apoiar o município de Belém a desenvolver um sistema municipal que reconheça o valor do trabalho de cuidado, remunerado ou não, que responda às necessidades de quem necessita de cuidados e das mulheres que assumem esse papel de cuidadoras (ONU Mulheres, 2022, sem paginação).

⁸⁴ Cuidado Neoliberal e 4 R's foram discutidos nesta Tese.

Este Sistema piloto com base na economia do cuidado permite a integração de diferentes serviços de cuidados (educação, saúde, assistência, entre outros) para pessoas que necessitam de cuidados em distintos estágios da vida, com foco na redução do tempo empreendido no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e aumento na disponibilidade para o aperfeiçoamento profissional, à integração socioeconômica pelo mercado de trabalho e à participação ativa na sociedade em que vivem (ONU Mulheres, 2022).

Em nossa sociedade, o desequilíbrio na divisão do trabalho de cuidado afeta de forma mais intensa as mulheres negras, pobres, rurais, indígenas, migrantes e mulheres com deficiência. Essas mulheres também têm menos oportunidades para entrar no mercado formal de trabalho. Assim, uma desigualdade acaba reforçando a outra, levando a uma lacuna de acesso a direitos. Com esse projeto, apoiaremos a prefeitura de Belém a construir ferramentas que possam identificar e atender às demandas de quem necessita de cuidado, reconhecer o trabalho exercido pelas cuidadoras, com condições dignas de trabalho e com remuneração adequada, além de mobilizar a sociedade para dividir a carga que esse trabalho exige quando não é remunerado”, explica a representante adjunta da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino (ONU Mulheres, 2022).

Diferente dos Projetos de Leis apresentados, esta experiência se torna singular, pois parte do enfrentamento das horas dedicadas ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, baseada na integralidade de oferta de serviços de cuidado numa corresponsabilidade entre Estado, Mercado, Famílias e Sociedade Civil. Isto reforça a necessidade de avançar no reconhecimento do cuidado enquanto um direito constitucional para viabilizar a criação de um Sistema Integrado e Interseccional do cuidado a fim de haver a construção de um Plano Nacional Interseccional de Cuidado que articule as Políticas de Cuidados e viabilize a multiplicação de Sistemas Municipais Interseccionais de Cuidados estruturados numa vertente desfamiliarizadora, desmercadorizadora baseada nos marcadores sociais de raça, gênero e classe. O direito ao cuidado pode ser incluído como 4º (quarto) pilar da seguridade social, compondo o sistema de proteção social brasileiro.

Lembrando que utilizo nesta tese Laura Pautassi (2007) como referência na definição do direito ao cuidado delimitado em três campos que são o direito de cuidar, de ser cuidado e de cuidar-se (autocuidado) de toda cidadã e de todo cidadão e ou familiar e ou comunitário.

Uma agenda pública de cuidados que garanta o avanço do reconhecimento constitucional do direito ao cuidado precisa incorporar na pauta as ações afirmativas para atender em prioridade a população negra, sobretudo, mulheres, como medida de reparação sócio-histórica dirigidas à correção de desigualdades

estruturais. Acrescento Almeida (2019, p. 24). para esta reflexão com a sua definição de discriminação positiva como ferramenta que visa garantir “a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens”. Lembrando que há necessidade de lutar pela priorização e não exclusividade, o direito aos cuidados deve ser de todos, porém deve privilegiar e partir da realidade de mulheres negras.

Para adensar na disputa da agenda pública de cuidados pode-se tomar como referência a luta de movimentos sociais negros e de mulheres negras em seus territórios e na esfera pública na conquista pela garantia de acesso à educação, saúde, moradia, saneamento básico, trabalho, entre outros. Como resultado desta história de lutas destaco a Lei N° 12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, e políticas específicas voltadas ao atendimento da população negra. As cotas raciais são classificadas como medidas de discriminação positiva.

[...] as cotas raciais são, então, medidas de reparação histórica e não benesses concedidas ao povo negro brasileiro, que é credor de uma imensa dívida histórica. Assim, no campo do direito à educação e do trabalho, essa dívida apenas começa a ser paga com as ações afirmativas para acesso às universidades e aos concursos públicos (Lívia Vaz, 2022, p. 74).

Considero que o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado faz parte desta dívida histórica, devendo ser reparado com a criação de mecanismos a ser garantido por meio do reconhecimento constitucional do direito ao cuidado a fim de viabilizar um arcabouço político que em suas proposições (criação de sistema, plano e políticas) e documentos possibilitem a redução dos privilégios de grupos hegemônicos (predominância do usufruto do cuidado pela população branca) e desestabilize o racismo estrutural em sua complexidade. É um desafio inserir a pauta do enegrecimento do cuidado na agenda pública com a defesa da discriminação positiva, esta tese sinaliza que este é o ponto de partida para o avanço deste debate de modo que retrate a realidade de todos, além de ser numa perspectiva desfamiliarizadora e desmercantilizadora.

Na disputa do cuidado na agenda pública é estratégico haver clareza da concepção de cuidado que está em disputa, acesso a dados e informações de pesquisas científicas referente a encruzilhada do cuidado, mobilização da sociedade civil na luta pela garantia constitucional do direito ao cuidado, interesse

do Governo em se apropriar e avançar legalmente, interesse do mercado e presença de setores externos de pressão como (ONU, CEPAL). O Brasil pode cumprir os acordos assumidos nas Conferências Regionais sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, com destaque para os consensos e cartas pactuados a partir de 2007.

Essa conjuntura é favorecida em 2023 com a posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em que apesar dos desafios há uma retomada do Estado comprometido com a garantia de direitos em detrimento ao ultraconservadorismo, sendo favorável a pautas participativas e democráticas.

[...] é mais do que urgente retomar o diálogo entre o povo e o governo. Por isso vamos trazer de volta as conferências nacionais. Para que os interessados elejam suas prioridades, e apresentem ao governo sugestões de políticas públicas para cada área [...] (Fragmento do discurso de vitória presidente Luis Inácio Lula da Silva, 2022).

Diversos grupos e instituições da sociedade civil e da esfera pública elaboraram documentos enviados a equipe de transição do Governo Lula, no campo dos cuidados destaco a Nota 01 publicada pelo Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA e a Associação dos Funcionários do IPEA (afipea), intitulada “Criação de um Sistema Integral de Cuidados: o cuidado como central para reorganização do modelo econômico e social brasileiro” de autoria de Carolina Tokarski et al. em que é solicitado a “(i) Incorporação na legislação brasileira do reconhecimento do cuidado como direito, bem como da agenda de políticas de cuidado – instrumento legal: Constituição Federal, Legislação, Infralegal. (ii) Criação de um grupo de trabalho para instituir no Brasil, até o fim do primeiro ano de governo, (iii) um Sistema Nacional e Integral de Cuidados, com ampla participação dos movimentos de mulheres e da sociedade civil organizada – instrumento legal: Decreto criando o Grupo de Trabalho.

Nesse cenário do governo Lula (2023 - 2026) destaco a criação do Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres e em especial dentro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a criação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, tendo como secretária a socióloga Laís Abramo. A Secretaria em março deste ano publicou a Nota Informativa nº 1/2023 intitulada “As mulheres negras no trabalho de cuidado”, nesta reconhece: (i) a existência da pobreza de tempo oriunda da alta carga de trabalho de cuidados e doméstico não remunerado e deste ser um obstáculo à igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho; (ii) a reprodução da pobreza e a desigualdade de

gênero gerada pela atual forma que o cuidado é organizado no Brasil; (iii) a ausência de cuidado das trabalhadoras domésticas e de suas famílias; (iv) a representação de mulheres negras em outras ocupações menos valorizadas do trabalho de cuidados; (v) o compromisso da construção de uma Política Nacional de Cuidados que transforme a injusta e desigual atual organização social de cuidados.

Esta nota informativa reconhece a centralidade de mulheres negras na provisão dos cuidados e demarca o início do enegrecimento do cuidado na agenda pública.

“A atual organização social dos cuidados está marcada pelas desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira: são as mulheres, sobretudo as mulheres negras, as mais pobres e com menores rendimentos, as responsáveis principais, quando não exclusivas, pelos trabalhos de cuidado, tanto remunerados quanto não remunerados”, explica Laís Abramo. (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-1-de-12-de-marco-de-2021-309565966>)

Nesse mesmo período é instituído o Decreto nº 11.460/2023 que cria um novo Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados. Ao analisar a Portaria Interministerial nº 1 e o Decreto nº 11.460/2023 é perceptível a diferença entre os projetos societários que estão em disputas nesses dois momentos da agenda pública de cuidados, o primeiro de cunho ultraconservador e o segundo comprometido em corrigir e transformar a injusta e desigual atual organização social dos cuidados. Outro ponto que destaco se refere a composição do grupo, o primeiro era composto por uma quantidade limitada de 4 ministérios e o segundo possui uma ampla composição com 17 ministérios e com entidades convidadas como IBGE, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e IPEA. O detalhamento da forma de operacionalização do grupo de trabalho também é um diferencial.

Neste mesmo período o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA realizou o seminário intitulado “Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil” com a finalidade de discutir o cuidado no campo das políticas públicas chamando atenção para a responsabilidade do Estado. Neste houve o lançamento de forma preliminar do livro com o mesmo título e debate dos seus capítulos.

Também destaco a pesquisa realizada sobre cuidados na pandemia produzida por Hildete Melo, Lucilene Morandi e Lorena Moraes (2022) que reforça a importância de haver a construção de uma política nacional de cuidados e

apresenta proposições consideradas fundamentais no debate da agenda pública de cuidados no Brasil, sendo elas: (i) incorporação de experiências bem sucedidas de outros países em que o cuidado está no centro das decisões políticas; (ii) cumprimento da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); (iii) transversalidade da discussão do cuidado na educação para a desmistificação da feminização do cuidado; (iv) flexibilização da carga horária de trabalho pelas empresas; (v) cuidado como parte integrante da política econômica e diretrizes da política de Estado; (vi) incorporação da perspectiva interseccional dos cuidados considerando questões de gênero, raça ou cor, etnia, diferenças sociais, regionais e entre as populações urbanas e rurais; (vii) inserir estatísticas de gênero e raça/cor em todas pesquisas realizadas pelo poder público; (ix) aumento de matrículas em creches públicas; (x) período integral nas escolas públicas para crianças e adolescentes com faixa etária até 14 anos; (xi) criação de restaurantes populares; (xii) política de reconhecimento da economia dos cuidados com reserva orçamentária; (xiii) formalizar licença parentais.

Na esfera da sociedade civil instituições como Sempre Viva Organização Feminista, Oxfam e a Think Olga também apresentam proposições para a agenda pública de cuidados no Brasil.

Portanto a agenda pública de cuidados está em disputa e sua construção deve ser enegrecida para que garanta o acesso a todos, partir da experiência de mulheres negras é fundamental, olhar para lutas e conquistas da sociedade civil protagonizado pela população negra e utilizar como referência a política de cotas e a regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, também as experiências internacionais como a: criação do Sistema Integrado de Cuidados do Uruguai e o reconhecimento do Direito ao Cuidado na Argentina, entrecruzar os marcadores sociais de raça, gênero e classe, mapear a encruzilhada do cuidado, reconhecer cuidado como trabalho, acolher e debater as proposições da sociedade civil, das universidades e demais órgãos internacionais.

4

Encruzilhada do cuidado: oferta as mulheres negras

“[...] a estrada para a liberdade, o caminho da libertação é marcado pela resistência em cada encruzilhada: a resistência mental, resistência física, resistência direcionada para a tentativa de obstruir o caminho do cativeiro.” Angela Davis (2015)

Encruzilhada do cuidado é a terminologia que cunho e utilizo para expressar minha compreensão acerca da organização social e política do cuidado no Brasil. O desenho de cada uma via que compõe a encruzilhada representa os agentes Estado, Mercado, Família e Comunidade que se entrecruzam com a mulher negra no centro destas avenidas formando uma complexa teia de desigualdades que pode confiná-la no trabalho de cuidado e doméstico.



Figura 5 - Encruzilhada do cuidado.

Fonte: Elaboração própria a partir do diamante do cuidado de Shahra Razavi (2007).

Esta encruzilhada é composta por níveis de variações de cada agente numa relação entre provisão e usufruto das necessidades e oferta de cuidado, a articulação entre os agentes e as condições de usufruto da mulher negra determina a forma que os cuidados são distribuídos na produção de desigualdades ou de equidades.

Parto de quatro hipóteses para traçar um caminho com a finalidade de desvendar a encruzilhada do cuidado no Brasil, sendo elas:

- Hipótese 1: No Brasil cuidado situa-se no entrecruzamento da familiarização, feminização, mercantilização e racialização, no qual racismo estrutural, patriarcado, capitalismo e colonialidade constituem princípios reguladores que regem a partir dos eixos articuladores raça, gênero e classe a organização social e política do cuidado no Brasil.
- Hipótese 2: Mulheres negras que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem menor qualidade de vida.
- Hipótese 3: Mulheres negras se encontram à margem do usufruto do cuidado, ao mesmo tempo em que são as protagonistas na provisão dos cuidados, extremos que incidem em sua manutenção na base da pirâmide social.
- Hipótese 4: A encruzilhada do cuidado, no Brasil, ancora-se na exploração de mulheres, sobretudo, de mulheres negras e pobres, resultando numa estratificação social na provisão, distribuição e usufruto dos cuidados.

Desse modo, a tese tem como objetivo compreender encruzilhada do cuidado na sociedade brasileira por meio da centralidade de mulheres negras na execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de analisar como esta fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Para isso houve o cumprimento dos seguintes objetivos específicos: (i) Caracterizar a organização social e política de cuidado no Brasil e a centralidade das mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado; (ii) Mapear, quantitativamente e qualitativamente, raça, gênero e classe na operação da provisão, distribuição e usufruto dos cuidados; (iii) Conhecer experiências e estratégias de mulheres negras que executam trabalho de cuidado e doméstico não remunerado; (iv) Elencar princípios reguladores que desafiam a construção de uma agenda pública de cuidados no Brasil.

4.1. Caminho Metodológico

Tipo de Pesquisa

A pesquisa foi de natureza exploratória de abordagem quali-quantitativa, do tipo descritiva. A triangulação de métodos (Maria Minayo et al., 2005) é uma estratégia utilizada para viabilizar a realização de uma análise qualitativa dos dados quantitativos numa perspectiva transdisciplinar. A abordagem qualitativa permite “desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (Maria Minayo, 2006, p. 57). A utilização de ambas abordagens (quali-quant) possibilitou uma combinação de dados a fim de se aproximar da realidade complexa da encruzilhada do cuidado no Brasil.

De acordo com Piovesan e Edméa Temporini (1995, p. 321) “a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere”. Para Gil (2019, p. 41) a pesquisa exploratória “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] e se interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.” A natureza exploratória da pesquisa viabilizou a compreensão acerca da encruzilhada do Cuidado, no Brasil, a partir da produção quantitativa contida na base de dados macrossociais, em que verificou a provisão e distribuição dos cuidados, articulado as entrevistas realizadas com mulheres cis negras anônimas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de conhecer o usufruto dos cuidados.

Segundo Gil (2019, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esta possibilitou a caracterização descritiva da encruzilhada do cuidado na sociedade brasileira e de como raça, gênero e classe operam nesta organização. A partir desta houve as associações entre variáveis a fim de cruzá-las para refletir sobre como, no Brasil, Estado, Mercado, Famílias e Comunidade operam a partir dos eixos articuladores de raça, gênero e classe na provisão, distribuição e usufruto dos cuidados.

No âmbito do usufruto do cuidado de mulheres cis negras anônimas considerei como critério de classificação o seu acesso e não acesso a cuidados. Como não foi identificada definição desta categorização, houve a construção de uma noção operacional referente acesso ao cuidado, enunciada como existência de tempo, dinheiro e serviços de cuidados disponíveis que proporcionam qualidade de vida, interseccionados à existência do reconhecimento/valorização, redistribuição e redução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

A partir de uma busca preliminar acerca das variáveis de provisão, distribuição e usufruto do cuidado, realizada no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) pôde-se verificar que não havia disponíveis todas as variáveis necessárias que viabilizassem o cruzamento das informações para realização da análise em sua integralidade. Desse modo quantitativamente foi possível fazer a caracterização da provisão e distribuição do cuidado, porém dada a referida insuficiência, o mapeamento do usufruto/acesso ao cuidado foi realizado, de maneira complementar, através da técnica de entrevista semiestruturada que possibilitou conhecer experiências e estratégias de mulheres cis negras anônimas que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, assim como suas narrativas e realidade que compuseram a caracterização da encruzilhada dos cuidados.

Assim para responder como a encruzilhada do cuidado no Brasil fortalece desigualdades na provisão, distribuição e usufruto do cuidado, foi utilizado o teste estatístico de hipóteses complementado e qualificado com dados primários produzidos a partir de entrevista semiestruturada.

A técnica empregada para seleção das participantes da pesquisa foi a saturação teórica utilizada em pesquisas qualitativas. De acordo com Fontanella et al., (2008, p. 25) a saturação “é uma ferramenta conceitual de inequívoca aplicabilidade prática, podendo, a partir de sucessivas análises paralelas à coleta de dados, nortear sua finalização”

Dessa forma, Fontanella et al., (2008, p.18) utilizam a definição de Glaser & Strauss (1967) para descrever o conceito de saturação teórica, como sendo a “constatação do momento de interromper a captação de informações (obtidas junto a uma pessoa ou grupo) pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa sociológica”

O conceito encontra respaldo científico no pressuposto da constituição social do sujeito que, na Teoria das Representações Sociais, reflete-se no conceito de determinação social das representações individuais e, na Análise do discurso, no conceito de determinação histórica e social das formações discursivas e da fala (Fontanella et al., 2008, p. 25).

Nessa perspectiva, o encerramento da seleção das participantes da pesquisa por saturação teórica ocorreu quando as informações obtidas no processo de produção de dados não acrescentavam novos elementos às entrevistas já obtidas.

O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados (Fontanella et al., 2008, p. 17).

Devido à utilização da amostra por saturação teórica, não houve delimitação prévia do quantitativo das participantes da pesquisa. O perfil destas na entrevista corresponde às mulheres cis negras anônimas, na faixa etária entre 30 e 65 anos, residentes do município e Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁸⁵, que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

O acesso a estas mulheres ocorreu a partir da rede própria da pesquisadora – processo detalhado mais adiante –, não havendo especificação de um local, por serem anônimas e executarem dentro de seus domicílios o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Diante do contexto de pandemia da Covid-19 no país, as entrevistas foram realizadas de forma presencial e virtual. Sendo presenciais, condicionadas à aproximação física sem riscos à saúde, as entrevistas foram realizadas em espaços públicos e privados, sendo considerados como fundamentais as condições de privacidade e sigilo, conforme as preferências e possibilidades de cada entrevistada. De forma virtual, foram realizadas as entrevistas em que as mulheres não tinham condições de participar do encontro presencial, por conta da falta de tempo.

⁸⁵ Região Metropolitana do Rio de Janeiro também conhecida como Grande Rio foi instituída pela Lei Complementar nº 20 de 01 de julho de 1974. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=C7CD912CE7E3C3A0368A0E96114EEC9B.proposicoesWeb1?cdteor=1233452&filename=Dossie+-PLP+175/1984>.

Portanto, o *corpus* analítico foi composto por informações oriundas de bases de dados macrossociais para realização de testes estatísticos e pelas entrevistas semiestruturadas que, agregados, se complementaram e qualificaram a caracterização da encruzilhada do cuidado no Brasil, o mapeamento de raça, gênero e classe na operação da provisão, distribuição e usufruto do cuidado e o conhecimento de experiências e estratégias utilizadas por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

4.2.

Escolha do Campo e Identificação das Mulheres Negras

Para a realização das entrevistas foram utilizados parâmetros de seleção das mulheres cis negras anônimas provenientes dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para pesquisa.

Critérios de inclusão: (i) mulher negra na faixa etária entre 30 e 65 anos; (ii) realizar trabalho de cuidado e doméstico não remunerado; (iii) estar inserida no mercado de trabalho, com ou sem vínculo empregatício; (iv) residir no município do Rio de Janeiro ou Região Metropolitana; (v) ter pessoas que dependam do seu cuidado.

Foram entrevistadas 13 mulheres negras anônimas, sendo: 3 com 30 anos; 4 entre 31 e 40 anos; 2 entre 41 e 50 anos; 4 entre 51 e 65 anos, que são responsáveis pela provisão de cuidados a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A identificação e a aproximação das mulheres negras anônimas ocorreram através de articulação com lideranças comunitárias e redes de contatos provenientes da minha trajetória profissional. Primeiro houve o mapeamento do território pesquisado, com a priorização de abranger pelo menos uma pessoa de cada Zona da Cidade do Rio de Janeiro (RJ) e diferentes municípios da Região Metropolitana (RM). Do universo total de 13 entrevistas realizadas 9 concentraram-se no município do Rio de Janeiro e 4 da região metropolitana, distribuída da seguinte forma: RJ - 2 da Zona Oeste (Santa Cruz e Campo Grande), 2 da Zona Norte (Tijuca e Engenho Novo), 2 do Centro (Santo Cristo e Catumbi), 3 da Zona Sul (Rocinha, Vidigal e Cantagalo), 4 da Região Metropolitana - Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Mesquita.

Lembrando que a entrevista objetivou conhecer experiências e estratégias de mulheres negras anônimas que executam trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. E mapear qualitativamente como acessam ou não os cuidados, de forma exploratória, a fim identificar seu usufruto do cuidado.

4.3.

Característica da Pesquisa e Instrumento

No processo de construção do instrumento da entrevista foi realizada, em (janeiro de 2021), uma escuta informal com uma mulher branca, de nacionalidade portuguesa, casada, residente no município de Belford Roxo que trabalha como porteira de um prédio no centro do Rio de Janeiro, uma senhora de aproximadamente 55 anos que trabalha em escala de 12 horas por 36 horas, a quem perguntei como eram as folgas em casa. A senhora relatou que consegue descansar mais no trabalho externo do que em casa, pois em sua folga acorda cedo para cuidar da neta e dos afazeres domésticos, quando vê o dia já acabou, sua filha trabalha como enfermeira e organiza sua escala de trabalho sincronizada à escala de folga de sua mãe, a fim de conseguir organizar o cuidado familiar. Há também o suporte da vizinha, que “olha” de vez em quando, e o namorado da filha, que auxilia no deslocamento da criança. Este relato corroborou a escolha da entrevista semiestruturada para verificar também a organização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, à medida que alguns elementos deveriam ser, necessariamente, contemplados na produção de dados durante a interlocução com as mulheres.

Conversei, ainda informalmente, com uma mulher negra anônima, na faixa etária de 32 anos, mãe de dois filhos, com 11 anos e 1 ano de idade, de religião evangélica, casada e residente na região dos lagos do Estado do Rio de Janeiro, em que fiz a seguinte pergunta “se você precisar, quem cuida de você?”. Ela me respondeu “só eu mesma” e relatou o período em que ela e o esposo foram infectados pela Covid-19, com dois filhos no mesmo ambiente da casa: “não dava para ficar parada, mesmo com Covid precisava cuidar da casa e das crianças, fazer comida, tomar remédio e dar remédio para meu marido, graças a Deus meus filhos não pegaram esta doença. Pensa que meu marido me ajudou, que nada, eu que ainda tinha que acordá-lo na madrugada para dar remédio, tinha hora que meu corpo não estava aguentando mais, mas não posso e nem aguento ficar

parada.” Em seu relato é evidente que mesmo estando os dois na mesma condição de enfermidade, a mesma era a responsável pelo cuidado. Sendo perceptível a exaustão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, uma de suas falas foi “a gente tinha que ter direito de receber um salário para o que faço dentro de casa, pois não acaba nunca”. A quantidade de horas consumida pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado impossibilita o desenvolvimento das outras dimensões da vida, sendo o cansaço uma constância presente em sua vida.

Estas escutas reforçaram a necessidade de conhecer experiências e estratégias de mulheres cis negras anônimas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, para compreensão do usufruto do cuidado, na estrutura da encruzilhada dos cuidados no Brasil.

Maria Minayo (2006) concebe a entrevista como uma conversa com finalidade estruturada a partir de uma forma de organização, sendo a semiestruturada “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (p. 261). Nesse sentido a técnica de pesquisa utilizada consiste numa entrevista semiestruturada orientada por um roteiro, que se encontra no Apêndice B, sendo dividida em duas seções: a primeira constituída pelos dados que caracterizam o perfil das participantes entrevistadas; a segunda com perguntas abertas e fechadas relacionadas ao usufruto do cuidado, sendo classificadas em três eixos: (i) experiências e estratégias no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, (ii) reconhecimento, redistribuição, redução e dimensão emocional e (iii) tempo, serviços, dinheiro e qualidade de vida.

Para adequação deste roteiro, como pré-teste, realizei uma entrevista semiestruturada com uma mulher cis negra anônima, na faixa etária de 31 anos, mãe de uma filha, com 11 anos, solteira, residente de território de favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que executa o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e trabalha de forma remunerada. A entrevista durou aproximadamente 30 minutos e possibilitou ajustar as perguntas do roteiro.

O diário de pesquisa é um instrumento da prática investigativa utilizado na etapa de produção de dados, a fim de registrar ideias, observações, sentimentos, indagações, curiosidades, reflexões, analogias, literaturas, documentos, da entrada no campo e o processo de entrevistas. E sendo um dos elementos centrais para fase de análise de dados, pois a consulta ao diário de campo agrega

nas conexões a serem realizadas para compreensão do objeto de investigação na produção da tese. Segundo Maria Minayo (2006) este diário possibilita sistematizar e identificar a evolução e amadurecimento das reflexões decorrentes do processo de pesquisa.

[...] o diário de pesquisa é uma importante tecnologia de registro e memória dos acontecimentos e da riqueza da pesquisa, tomando forma à medida que esta é realizada. Ele demonstra, por meio de uma descrição meticulosa, o “estado da arte” em que a pesquisa se encontra, tornando-se o seu “retrato”, ou seja, expressa os caminhos percorridos na pesquisa desde o desenho inicial até a finalização. O diário de pesquisa também é utilizado como material pedagógico, cujo potencial é explorado na formação permanente em pesquisa. Auxilia os alunos a refletirem sobre questões vivenciadas na prática de pesquisa (Laura Araújo et al., 2013, p. 53).

A articulação do diário de pesquisa ao acesso à literatura das categorias analíticas já citadas nesta pesquisa contribuiu para elencar princípios reguladores que desafiam a construção de uma agenda pública de cuidados no Brasil.

A pesquisa de natureza exploratória e do tipo descritiva foi executada a partir da consulta a base de dados macrossociais através de um roteiro, que se encontra no Apêndice B, estruturada por um conjunto de variáveis que contextualizam a encruzilhada dos cuidados e um teste de hipóteses para verificação acerca de como raça, gênero e classe operam na provisão e distribuição do cuidado no Brasil. Conforme já dito anteriormente, o usufruto dos cuidados foi conhecido por meio de entrevistas semiestruturadas, dada a inviabilidade de cruzamento dos dados, por não terem sido disponibilizados em fontes de consulta pública no Brasil.

Na base de dados, foi consultada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A eleição desta base decorre de ser a única que possui dados referentes ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. A PNAD utiliza de três itens referentes ao método do uso do tempo (Luana Pinheiro, 2016) para mensurar e produzir dados sobre a alocação do tempo no trabalho reprodutivo⁸⁶, nesta pesquisa definido como trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Conforme discussão realizada na seção Cuidado na Encruzilhada, ainda não há uma pesquisa nacional do uso do tempo no Brasil, entretanto estes itens inclusos na PNAD possibilitam, ainda que de forma exploratória, iniciar estudos e pesquisas acerca desta temática.

⁸⁶ Por trabalho reprodutivo, entende-se a realização de atividades de cuidados com familiares, crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência, bem como aquelas atividades chamadas de afazeres domésticos e que englobam tarefas como lavar e passar roupas, cozinhar, limpar a casa, limpar o jardim, lavar louças, entre outras, realizadas no espaço da própria residência e sem qualquer tipo de remuneração (Luana Pinheiro, 2016, p. 61).

Para além da seleção da base de dados também houve a escolha de variáveis a partir das seguintes etapas:

- a. Acesso aos seguintes documentos: (i) Retrato das desigualdades de gênero e raça; (ii) Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil; (iii) Dossiê Mulheres Negra: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil; (iv) indicador 5.4.1⁸⁷ - meta 5.4 - 5º objetivo do desenvolvimento sustentável; (v) Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual, (vi) análises da PNAD produzidos pelo IPEA. Na biblioteca do IBGE os documentos são: (vii) Desigualdades sociais por Cor e Raça no Brasil; (viii) Estatística de Gênero Indicadores Sociais das mulheres no Brasil e (ix) Pesquisa de Orçamentos Familiares. A consulta e análise destes documentos subsidiaram a seleção de variáveis e elementos utilizados no teste de hipóteses e na entrevista semiestruturada para caracterizar a provisão e distribuição de cuidados entre Estado, Mercado, Família e Comunidade.
- b. O processo de definição das variáveis foi de natureza exploratória haja vista que não há uma definição teórica do acesso ao cuidado, assim foi elaborada para fins desta pesquisa uma definição operacional de acesso ao cuidado. E que se caracteriza precisamente pelo acesso a bens e serviços discriminados nos testes de hipóteses.
- c. Consultoria de uma estatística para consultar nos bancos de dados nacionais a viabilidade de realizar testes de hipóteses na pesquisa. Isto permitiu o aprimoramento da seleção de variáveis que caracterizam a provisão e distribuição do cuidado, além de constatar a inviabilidade de mapear o usufruto do cuidado (o acesso ou não aos cuidados) e fundamentar a necessidade de escutar mulheres cis negras anônimas através de entrevistas semiestruturadas. Também houve a escolha dos Indicadores de Qualidade de Vida do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como parâmetros de referência das variáveis selecionadas, a fim de verificar se mulheres negras anônimas que executam o trabalho

⁸⁷ Indicador 5.4.1 - Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização.

de cuidado e doméstico não remunerado possuem estatisticamente menor qualidade de vida.

Apesar da imprescindibilidade dos dados quantitativos produzidos no Censo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), questiono os limites desses dados quanto à cobertura da população residente em território de favelas, sobretudo as dominadas pelo tráfico e milícia, pois morei durante 31 anos no complexo da Coréia, em Senador Camará, situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e nunca empiricamente presenciei e nem fui informada sobre a chegada de recenseadores neste e em outros territórios em que atuei como assistente social. Atualmente residindo no Centro do Rio, pela primeira vez recebi a recenseadora do Censo.

Portanto, a análise articulada de dados macrossociais com as entrevistas contendo narrativas de mulheres cis negras anônimas que executam o trabalho de cuidado não remunerado possibilitou discutir e compreender como a encruzilhada de cuidado na sociedade brasileira fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

4.4. Análise de dados

Conforme mencionado, foi utilizado nesta pesquisa o teste estatístico de hipótese que consiste em:

A ideia central do Teste de Hipótese sobre um parâmetro ou comparação de parâmetros de populações é a de supor verdadeira a hipótese em questão e verificar se a amostra observada é “Verossímil” ou mais provável, ou seja, está refletindo o que há de mais próximo do real estado das condições experimentais dentro do ambiente em que se conduz a pesquisa (Bussab & Morettin, 2003, p. 21).

Para esta pesquisa foram testadas estatisticamente as seguintes hipóteses:

- (i) mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos tempo de estudo;
- (ii) mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias de programas de transferência de renda;
- (iii) mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado tem menos acesso ao trabalho;
- (iv) mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem renda média familiar menor;
- (v) mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo

em trabalho remunerado; (vi) mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em atuação de cuidado e doméstica não remunerada; (vii) mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que possuem maior carga de trabalho voluntário e sem remuneração.

A elaboração do teste estatístico de hipótese ocorreu a partir da escolha da população de estudo, mulheres cis negras anônimas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, dos grupos temáticos e parâmetros de referência articulados aos agentes que compõem a encruzilhada do cuidado. Desse modo os grupos temáticos foram compostos por educação, assistência social, trabalho remunerado, renda, trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e trabalho voluntário. O parâmetro de referência consiste no Índice de Qualidade de Vida e nos elementos considerados como políticas de tempo, políticas de serviço, políticas de dinheiro. Sendo distribuídos entre Estado, Trabalho, Família e Comunidade. Foram escolhidas 7 variáveis para compor o teste de hipóteses, conforme quadro abaixo:

Quadro 1- Seleção das variáveis do teste de hipótese

ESTRATIFICAÇÃO NA PROVISÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CUIDADO ¹					
GRUPO TEMÁTICO	REFERÊNCIA	OSPC ²	TESTE DE HIPÓTESE	VARIÁVEL	FONTE - BASE DE DADOS
EDUCAÇÃO	IDH – Qualidade de Vida	ESTADO	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos tempo de estudo.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior.	PNAD contínua
	Política de Tempo – tempo para estudar				
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Políticas de Dinheiro		Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias de programas de transferência de renda.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda.	
TRABALHO REMUNERADO	Política de Tempo – tempo para trabalhar	MERCADO	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado tem menos acesso ao trabalho.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas.	
	Política de Tempo – tempo para cuidar		Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em trabalho remunerado.	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.	
RENDA	IDH – Qualidade de Vida	FAMÍLIA	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem renda média familiar menor.	Renda média familiar de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.	
TRABALHO DE CUIDADO E DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO	IDH – Qualidade de Vida		Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em atuação de cuidado e doméstica não remunerada.	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado não remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado	
TRABALHO VOLUNTÁRIO	Política de Serviços – Serviços Comunitários	COMUNIDADE	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que possuem maior carga de trabalho voluntário e sem remuneração.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que atuaram em trabalho voluntário e sem remuneração	

¹ Fonte: Elaboração própria

² Organização Social e Política do Cuidado.

De acordo com Assis (2020, p. 1) o objetivo do teste estatístico de hipótese é “fornecer uma metodologia bem objetiva de pesquisa que permita verificar [se] os dados amostrais ou experimentais trazem evidências que apoiem ou não uma hipótese ou teoria (estatística) formulada previamente.”

A realização deste teste viabilizou verificar consequências do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado na vida de mulheres negras, assim as variáveis escolhidas para este teste possuem o objetivo de mensurar e verificar a premissa de que estas mulheres possuem menor qualidade de vida, a fim de testar a hipótese da estratificação na provisão e distribuição dos cuidados.

Análise de conteúdo na modalidade temática (Maria Minayo, 2006) foi o recurso metodológico empregado para a análise dos dados produzidos nas entrevistas. A sistematização das informações será realizada no sistema de encruzilhada a fim de demonstrar “[...] as várias categorias nas dinâmicas sociais [que] formam uma complexa rede de desigualdade que se perpetua e se reestrutura para se manter” (Fabiana Castro, 2010, p. 33).

Na pesquisa a caracterização e análise desta encruzilhada, foi realizada a partir das seguintes perguntas norteadoras: (i) onde se cuida? (público ou privado); (ii) quem cuida? (raça, gênero e classe); (iii) quem paga os custos do cuidado? (Estado, Família, Mercado, Comunidade); (iv) quem recebe cuidados?

O conjunto de categorias empregadas na análise de dados são interseccionalidade, colonialidade e racismo estrutural, embasadas em quatro categorias teóricas: cuidado, trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, organização social e política do cuidado e mulheres cis negras anônimas.

Em consonância com Carla Akotirene (2018), utilizo a interseccionalidade como uma ferramenta ancestral e oferta analítica de mulheres negras à pesquisa. Colonialidade auxilia na compreensão da matriz colonial que produz e reproduz as diferenças sociais e as opressões estruturantes marcadas pelas “clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas perpetradas pelo Ocidente cristão” (Carla Akotirene, 2018, p. 24). E o racismo estrutural (Almeida, 2019) para compreender como a sociedade se estrutura na hierarquização de raças. De acordo com Gomes (1994), as categorias são utilizadas no processo de pesquisa para estabelecer diversas classificações.

A articulação da análise quali-quantitativa dos testes de hipóteses às informações produzidas nas entrevistas semiestruturadas possibilitou melhor e

diversificada compreensão do objeto de investigação. Segundo Gomes et al. (2005, p. 179) “dentro da estratégia de triangulação, espera-se que haja um cuidadoso labor analítico tanto estatístico como compreensivo, antecedendo ao balizamento metodológico e interdisciplinar.”

A análise dos dados foi realizada em etapas, conforme Maria Minayo (2006) denomina de Pré-Análise, Exploração do Material e Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação com o propósito de conhecer experiências e estratégias de mulheres negras que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Na primeira etapa houve uma análise inicial por meio da leitura de todo o material produzido, constituído por transcrições, diário de campo e escuta das entrevistas realizadas, com intuito de possuir uma visão geral e detalhada, a um tempo, e organizar as informações pensando na forma de sua sistematização.

A segunda etapa foi constituída pela exploração do material com construção de tabelas contendo as respostas do roteiro da pesquisa, a fim de identificar as ideias estruturantes que compõem a narrativa das sujeitas da pesquisa. Após, identifiquei os núcleos de sentidos oriundos da caracterização e classificação dos conteúdos similares e que, por vezes, se repetiam com frequência no relato das mulheres cis negras anônimas entrevistadas; bem como ideias dissonantes, pouco frequentes.

Na terceira etapa realizei a interpretação das narrativas das sujeitas da pesquisa e a reflexão dos núcleos de sentidos articulados às categorias analíticas entrecruzando com a discussão feita nos capítulos I, II e III, integrando as dimensões teóricas e interpretativas do material produzido.

Com intuito de facilitar a compreensão das narrativas das sujeitas entrevistadas foram utilizados os seguintes recursos. O uso de “negrito” para assinalar segmentos merecedores de destaque, posto pela pesquisadora em partes das respostas das entrevistas. O recurso de “caixa alta” foi utilizado para sinalizar a ênfase da fala (como aumento de entonação da voz). Além disso, os trechos considerados não centrais para ilustrar as análises realizadas foram excluídos, sendo demonstrados pela inserção de reticências entre parênteses. Para identificar as sujeitas da pesquisa, com vistas à garantia de anonimato, foi utilizada a abreviação de mulher negra anônima e o código numérico: MNA1, MNA2, MNA3, MNA4, MNA5, MNA6, MNA7, MNA8, MNA9, MNA10, MNA11, MNA12, MNA13.

4.5. Procedimentos Éticos

Diante do fato de a pesquisa envolver seres humanos, houve o envio do projeto de qualificação para avaliação e aprovação da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em cumprimento das normas e diretrizes presentes nas resoluções 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõem acerca das normas e parâmetros da ética em pesquisa. A obtenção de parecer favorável desta Câmara (Anexo 1) condicionou o início da pesquisa de campo.

A partir do parecer favorável, a pesquisadora iniciou o contato com potenciais participantes da pesquisa, sendo realizadas as devidas apresentações, inclusive do Registro de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice A), para que fosse amplamente compreendido e, posteriormente, assinado em duas vias, em que uma ficou em posse da entrevistada e a outra da pesquisadora. Neste documento constaram os contatos dos responsáveis pela pesquisa, pesquisadora e orientador – bem como da Câmara de Ética em Pesquisa –, de modo que as entrevistadas pudessem dirimir todas as dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento. A pesquisadora se comprometeu em assegurar uma escuta atenta para que a participante se sentisse segura de expressar receios ou dúvidas referentes à pesquisa, evitando qualquer forma de constrangimento.

Em consonância com o capítulo 1 dos termos e definições da resolução 510/2016, a anuência da participante também esteve condicionada à explicação acerca da natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos e métodos, além dos potenciais benefícios e riscos. Os benefícios puderam ser caracterizados como a oportunidade de autorreflexão gerada pelo processo da entrevista e os riscos foram concernentes ao desconforto emocional que pôde ser gerado durante a sua fala, ao acessar memórias de suas famílias e de suas trajetórias. Enquanto pesquisadora, reforcei o compromisso de interromper ou suprimir alguma questão da entrevista caso percebesse algum incômodo das entrevistadas, de modo a mitigá-lo. Caso houvesse necessidade, ocorreria o encaminhamento para o atendimento especializado na rede pública de saúde da região de moradia ou trabalho, ao qual a pesquisadora garantiria o acesso através de seu contato profissional.

Após o consentimento da entrevista a pesquisadora verificou junto à participante a possibilidade de gravar a entrevista, reforçando que este material seria de responsabilidade da pesquisadora podendo ser utilizado para a produção científica, sendo garantida a manutenção do anonimato, do sigilo e da privacidade das participantes durante todas as fases da pesquisa, bem como de quaisquer outras pessoas ou instituições por elas mencionadas. Este será destruído após o período de 5 anos de conclusão da pesquisa de campo (período durante o qual ficará sob guarda e responsabilidade da própria pesquisadora). A partir do consentimento da participante foi iniciada a gravação; todas concordaram com a gravação.

As participantes foram informadas de que sua identidade seria totalmente protegida, seus relatos seriam apresentados de forma anônima, não sendo divulgados de nenhuma forma os seus nomes e nada que pudesse identificá-las, a fim de garantir sigilo e anonimato absolutos. E esclareceu o caráter voluntário de sua participação, tendo total autonomia em recusar a responder alguma questão e/ou desistir de participar da entrevista a qualquer momento, sem que houvesse nenhum prejuízo.

Ao final da entrevista, a pesquisadora se comprometeu a entrar em contato novamente com as participantes para apresentar os resultados da pesquisa, sendo combinada a melhor forma de acesso para cada uma.

4.6. Teste de Hipóteses

Metodologia da Pesquisa Quantitativa

Para elaboração da pesquisa quantitativa, utilizamos como base de dados principal os microdados da PNAD contínua, levantamento referente a outras formas de trabalho, incluído nas pesquisas suplementares anuais nos anos de 2016 a 2019.

As análises foram realizadas para o último ano de levantamento e conta com mais de 209 milhões de registros, já considerando a ponderação⁸⁸ realizada pela equipe técnica do IBGE.

Segundo informações do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) investiga as condições do mercado de trabalho do país a partir de uma amostra com mais de 210 mil domicílios, distribuídos por cerca de 3.500 municípios. Esta amostra é visitada, a cada trimestre, por cerca de 2 mil agentes de pesquisa. A PNAD Contínua levanta informações sobre os trabalhadores do país, inclusive aqueles sem vínculo de trabalho formal.

A metodologia adotada segue as recomendações dos organismos internacionais, em especial as da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o intuito de garantir a comparabilidade com outros países. A utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove a coerência e a eficiência dos sistemas de estatística em todos os níveis oficiais, conforme preconizam os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais.

Para melhor entendimento dos aspectos metodológicos como amostras, pesos e ponderações recomenda-se a leitura da Nota técnica da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua⁸⁹.

Para análise dos dados utilizamos o *software* livre R (R Project for Statistical Computing), com o pacote de trabalho disponibilizado pelo IBGE “PNADcIBGE”. Além deste, usamos pacotes⁹⁰ adicionais para apoiar no levantamento dos resultados.

Para garantir a integridade dos dados durante o processo de extração e análises, comparamos alguns resultados obtidos com os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), disponibilizados via web. Para garantir a

⁸⁸ Ponderação de dados, dentro da metodologia das pesquisas de mercado quantitativas, significa atribuir pesos, basicamente. Ponderar os dados da pesquisa é atribuir pesos diferentes a casos, respostas ou entrevistas de pessoas ou grupos diferentes.

⁸⁹ Disponibilizada em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101952>>.

⁹⁰ Pacotes R significam um conjunto de funções e fórmulas pré-formatadas disponibilizadas dentro do *software* R. O Sistema R é um ambiente livre para desenvolvimento de estatística computacional e gráficos. A utilização de pacotes, em especial os disponibilizados pelo IBGE possibilitam uma padronização das análises realizadas em dados Governamentais.

```
install.packages("PNADcIBGE")
install.packages('srvyr')
install.packages('tidyverse')
```

compatibilidade, foi utilizada a aproximação da mesma forma como apresentada nos dados web. Os códigos aplicados nas análises estão disponibilizados no Apêndice D.

Tabulação inicial dos dados

Foram realizadas tabulações uni-variadas⁹¹ das variáveis de perfil para validação dos dados importados para o R.

Tabela 2 - População, por unidade de federação no período (em mil pessoas)

UF	População
Acre	865
Alagoas	3.330
Amapá	838
Amazonas	3.983
Bahia	14.854
Ceará	9.129
Distrito Federal	3.013
Espírito Santo	4.015
Goiás	7.021
Maranhão	7.041
Mato Grosso	3.431
Mato Grosso do Sul	2.709
Minas Gerais	21.158
Pará	8.561
Paraíba	3.997
Paraná	11.421
Pernambuco	9.499
Piauí	3.272
Rio de Janeiro	17.264
Rio Grande do Norte	3.507
Rio Grande do Sul	11.359
Rondônia	1.767
Roraima	540
Santa Catarina	7.153
São Paulo	45.913
Sergipe	2.299
Tocantins	1.560
Total	209.496

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Tabela 3 - População, por sexo no período (em mil pessoas)

Sexo	População
Homem	102.442
Mulher	107.054
Total	209.496

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

⁹¹ A Estatística Uni-variada compreende a análise de cada variável separadamente, podendo esta ser medida para uma ou mais amostras independentes. A tabulação uni-variada compreende explicar a distribuição de uma única variável, incluindo seus valores e resultados.

Tabela 4 - População, por faixa de idade no período (em mil pessoas)

Idade	Total População
0 a 13 anos	41.132
14 a 19 anos	19.111
20 a 24 anos	17.266
25 a 39 anos	50.977
40 a 59 anos	52.005
60 anos ou mais	29.005
Total	209.496

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Tabela 5 - População, por raça no período (em mil pessoas)

Idade	Total População
Branca	88.425
Preta	19.238
Amarela	1.283
Parda	99.788
Indígena	745
Ignorada	17
Total	209.496

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Tabela 6 - População, por sexo e raça (em mil pessoas)

Sexo	Raça						Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorada	
Homem	42.277	9.756	623	49.413	364	9	102.442
Mulher	46.148	9.482	660	50.375	381	8	107.054
Total	88.425	19.238	1.283	99.788	745	17	209.496

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Tabela 7 - População acima de 14 anos, por sexo e raça (em mil pessoas)

Sexo	Raça						Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	
Homem	33.720	8.258	538	38.591	298	7	81.412
Mulher	37.793	8.121	593	40.125	314	6	86.952
Total	71.513	16.379	1.131	78.716	612	13	168.364

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Efetuando-se o recorte para o estado do Rio de Janeiro, vamos trabalhar com o seguinte subgrupo para análise.

Tabela 8 - População, por sexo e raça no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)

Sexo	Raça						Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	
Homem	3.564	1.051	29	3.578	18	0	8.240
Mulher	4.137	1.162	28	3.684	13	0	9.024
Total	7.701	2.213	57	7.262	31	0	17.264

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Tabela 9 - População acima de 14 anos, por sexo e raça no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)

Sexo	Raça						Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	
Homem	2.964	899	24	2.901	16	0	6.804
Mulher	3.525	1.015	25	3.029	12	0	7.606
Total	6.489	1.914	49	5.930	28	0	14.410

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Considerando os recortes acima, chegamos ao grupo descrito na tabela 9.

Tabela 10 - Mulheres pretas e pardas, acima de 14 anos, no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)

Sexo	Raça		Total
	Preta	Parda	
Mulher	1.015	3.029	4.044

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Para atingir a população real de estudo, precisamos identificar o quantitativo que desenvolveu trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dentro desse conjunto.

Como trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, consideramos as mulheres que realizaram alguma das seguintes ações no período de referência da pesquisa:

- > Tarefas domésticas para o próprio domicílio, que englobam:

- Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças no próprio domicílio;
- Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos no próprio domicílio;
- Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos;
- Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim no próprio domicílio;
- Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.);
- Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio;
- Cuidar dos animais domésticos;
- Outras atividades domésticas para o próprio domicílio.

- > **Tarefas domésticas em domicílio de parente.**

- > **Tarefas de cuidados a moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais, que englobam:**

- Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir) de moradores no próprio domicílio;
- Auxiliar em atividades educacionais de moradores no próprio domicílio;
- Ler, jogar ou brincar com moradores no próprio domicílio;
- Monitorar ou fazer companhia a moradores dentro do domicílio;
- Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas a moradores do próprio domicílio;
- Outras tarefas de cuidados de moradores do domicílio.

- > **Tarefas de cuidados a parentes que não moravam no domicílio e que precisavam de cuidados como crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais.**

Tabela 11 - Mulheres pretas e pardas, acima de 14 anos, que realizaram alguma atividade de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro (em mil pessoas)

Sexo	Raça		Total
	Preta	Parda	
Mulher	963	2.856	3.819

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pesquisas suplementares anuais – 2019.

A Tabela 10 apresenta o grupo de estudo, composto pela população de mulheres pretas e pardas, acima de 14 anos, que realizaram alguma atividade de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019.

Foram selecionados 2 grupos comparativos, sendo eles: mulheres brancas que atuam no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro com mais de 14 anos (denominado Grupo 1 de comparação) e demais pessoas que atuam no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro com mais de 14 anos (denominado Grupo 2 de

comparação). Este último exclui apenas as mulheres pretas e pardas, ou seja, inclui também a população masculina na análise.

O objetivo é saber se o comportamento do grupo de estudo difere dos demais grupos de forma significativa.

Quadro 2 - Quantitativo da população de estudo e das populações comparativas (em mil pessoas)

<table><tr><th>Grupo de estudo</th></tr><tr><td>Quantidade de mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro</td></tr><tr><td>3.819</td></tr></table> <p>Fonte: PNAD contínua</p>	Grupo de estudo	Quantidade de mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro	3.819	vs	<table><tr><th>Grupo 1 de comparação</th></tr><tr><td>Quantidade de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro</td></tr><tr><td>3.242</td></tr></table> <p>Fonte: PNAD contínua</p> <table><tr><th>Grupo 2 de comparação</th></tr><tr><td>Quantidade de outras pessoas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro⁹²</td></tr><tr><td>9.142</td></tr></table> <p>Fonte: PNAD contínua</p>	Grupo 1 de comparação	Quantidade de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro	3.242	Grupo 2 de comparação	Quantidade de outras pessoas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro ⁹²	9.142
Grupo de estudo											
Quantidade de mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro											
3.819											
Grupo 1 de comparação											
Quantidade de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro											
3.242											
Grupo 2 de comparação											
Quantidade de outras pessoas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro ⁹²											
9.142											

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Testes de hipóteses

Para análise dos resultados obtidos e comparação entre os grupos, utilizamos o teste estatístico reconhecido como teste de hipótese.

Segundo Sousa (2018, p. 22), “Um teste de hipótese é uma técnica estatística cujo intuito é verificar se uma dada amostra de dados é, ou não, compatível com uma hipótese feita sobre a população que lhe deu origem”.

Foram criadas 7 hipóteses a serem testadas:

⁹² Esse grupo é composto por homens e mulheres brancas, amarelas e indígenas com mais de 14 anos.

1ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos tempo de estudo;

2ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias de programas de transferência de renda;

3ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos acesso ao trabalho;

4ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram que trabalham com cuidados possuem renda média familiar menor;

5ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo ao trabalho remunerado;

6ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo à atuação doméstica não remunerada;

7ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem maior carga de trabalho voluntário e sem remuneração.

Cada uma dessas hipóteses foi desdobrada para comparar a população de estudo com as outras 2 populações comparativas. Dessa forma, temos dois conjuntos de análises distintos.

Resultados dos Testes de hipóteses do Grupo 1 de comparação

Na comparação com o Grupo 1, os testes de hipóteses demonstram os resultados apresentador a seguir.

1ª hipótese) Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos tempo de estudo quando comparadas ao Grupo 1 de comparação, composto por mulheres brancas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 12 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 1 (em mil pessoas)

Nível de escolaridade	Grupo de estudo		Grupo 1 de Comparação	
	Qtd	%	Qtd	%
Ensino Superior	662	17%	1.169	36%
Ensino Médio Completo	3.157	83%	2.074	64%
Total	3.819	100%	3.242	100%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 3 - Hipótese 1 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação (em mil pessoas)

Grupo de Estudo		Grupo 1 de Comparação
Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior		Proporção de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior
3.157	=	2.074
83%		64%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste de hipótese aplicado visa identificar se as proporções identificadas nas duas populações são diferentes, ou seja, se efetivamente a proporção apresentada no Grupo de estudo é maior que a proporção no grupo de comparação.

Em termos estatísticos, o padrão utilizado consiste em classificar as hipóteses como nula ou alternativa⁹³:

- Hipótese nula (H_0): é a hipótese que traduz a ausência do efeito que se quer verificar;
- Hipótese alternativa (H_1): é a hipótese que o investigador quer verificar.

Nesse caso concreto, temos:

H_0 : Proporção da baixa escolaridade do Grupo de estudo = Proporção da baixa escolaridade do Grupo 1 de comparação

H_1 : Proporção da baixa escolaridade do Grupo de estudo \neq Proporção da baixa escolaridade do Grupo 1 de comparação

⁹³ Destaque para esta explicação diante da necessidade de detalhamento da análise estatística.

O teste se mostra válido e necessita ser aplicado, pois embora a proporção se mostre maior no Grupo de estudo, a diferença do total da população em cada um dos grupos poderia ser a real causa da variabilidade.

Segundo Sampaio, Nilo e Leoni, Roberto (2015), os testes de hipóteses assumem uma importância fundamental, já que estes permitem nos dizer se as duas populações estudadas são de fato iguais ou diferentes.

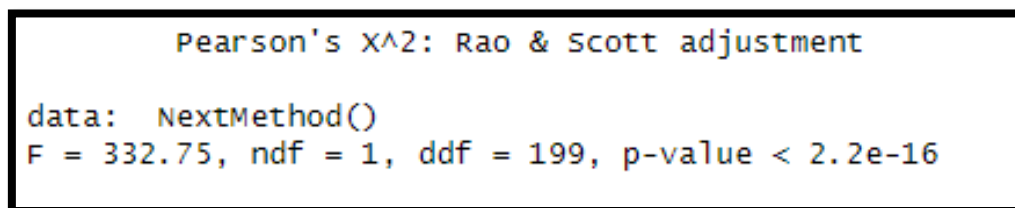


Figura 6 - Resultados do Teste de Hipóteses 1 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Para chegar a essa conclusão, se analisa os resultados do p-valor. O nível de significância (p-valor)⁹⁴ correspondente à estatística-z que é lida na tabela da normal padronizada⁹⁵, sendo que se o p-valor calculado no teste for maior que 0,05 (p-valor > 0,05), a diferença não é significativa em 5%; e se o p-valor calculado no teste for menor ou igual a 0,05 (p-valor ≤ 0,05), a diferença é significativa em 5% e rejeita-se a hipótese nula.

A tabela com o resultado apresenta um p-valor menor do que 0,05 que, neste caso, indica que devemos rejeitar a hipótese de que a proporção dos grupos é igual, indicando assim que os grupos possuem realmente proporções diferenciadas.

O que significa que se confirma, no grupo considerado, que mulheres negras (pretas e pardas) que se dedicam a atividades de cuidado e trabalho doméstico não remunerado possuem menor nível de escolaridade, se comparadas a mulheres brancas que também as realizam.

⁹⁴ Os níveis de significância e os valores-p são ferramentas importantes que ajudam a quantificar e controlar erros em um teste de hipótese. O uso dessas ferramentas para decidir quando a hipótese nula deve ser rejeitada ajuda a entender como a variável se comporta.

⁹⁵ Em estatística, uma distribuição de probabilidade descreve o comportamento aleatório de um fenômeno dependente do acaso. Essa distribuição pode modelar incertezas e descrever fenômenos físicos, biológicos, econômicos, entre outros. Entre as distribuições de probabilidade, a distribuição normal tem uma importância particular, é um modelo bastante útil na estatística. Então, quando falamos que o dado tem distribuição normal padrão significa que, além dele conter características de uma distribuição normal, ele também possui parâmetros que nos ajudam a classificar melhor os dados e como eles estão distribuídos.

Os níveis de significância e os erros utilizados⁹⁶ são padrões do teste disponibilizado pelo pacote PNADcIBGE.

2ª hipótese) Mulheres pretas e pardas, no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias de programas de transferência de renda quando comparadas quando comparadas ao Grupo 1 de comparação, composto por mulheres brancas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 13 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 2 (em mil pessoas)

Programas de transferência de renda	Grupo de estudo		Grupo 1 de Comparação	
	Qtd	%	Qtd	%
Não é beneficiária	3.527	92%	3.146	97%
É beneficiária	291	8%	96	3%
Total	3.819	100%	3.242	100%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 4 - Hipótese 2 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação (em mil pessoas)

Grupo de Estudo		Grupo 1 de Comparação
Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda		Proporção de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda
292	=	96
8%		3%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

⁹⁶ Em um teste clássico de hipóteses, são definidas duas hipóteses, a nula (H_0) e a alternativa (H_A). Em muitas aplicações da estatística, convencionou-se definir a hipótese alternativa como a hipótese formulada pelo pesquisador, enquanto a hipótese nula é o seu complemento. A princípio, a hipótese nula é considerada a verdadeira. Ao confrontarmos a hipótese nula com os achados de uma amostra aleatória tomada de uma população de interesse, verifica-se a sua plausibilidade em termos probabilísticos, o que nos leva a rejeitarmos ou não H_0 . Se não rejeitamos H_0 , tomamos-la como verdadeira; caso contrário, tomamos H_A como verdadeira.

No entanto, por utilizarmos nesta tomada de decisão uma amostra (uma parte da população) e não a população inteira, podemos cometer dois tipos de erro. Cometemos um erro tipo I quando rejeitamos H_0 e H_0 é verdadeira, e cometemos um erro tipo II quando não rejeitamos H_0 e H_0 é falsa. A probabilidade de cometermos um erro tipo I é chamada de nível de significância. O nível de significância é geralmente determinado pelo pesquisador antes da coleta dos dados. Em muitas aplicações da estatística, o nível de significância é tradicionalmente fixado em 0,05. Com base nestes conceitos, podemos definir o valor-p como a menor escolha que teríamos feito para o nível de significância, de forma que rejeitaríamos H_0 .

O teste, neste caso, seria:

H_0 : Proporção de beneficiárias de programa de transferência de renda no Grupo de Estudo
= Proporção do beneficiárias de programa de transferência de renda no Grupo 1 de comparação

H_1 : Proporção de beneficiárias de programa de transferência de renda do Grupo de estudo
≠ Proporção de beneficiárias de programa de transferência de renda do Grupo 1 de comparação

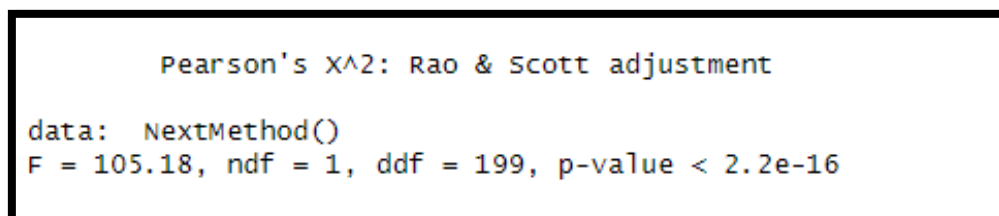


Figura 7 - Resultados do Teste de Hipóteses 2 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Novamente, a tabela com o resultado apresenta um p-valor menor do que 0,05. Devemos então considerar que os grupos realmente possuem proporções diferentes.

Como se nota no quadro 4, a segunda hipótese é confirmada, no grupo considerado, que mulheres negras que realizam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são a maioria no recebimento de benefícios de programas de transferência de renda, se comparadas a mulheres brancas que também as realizam.

Os resultados obtidos na PNAD contínua sobre o número estimado de beneficiários de programas de transferência de renda mostram um resultado abaixo dos observados nas bases específicas da assistência social. Segundo Souza, Pedro Herculano é possível explicar essa diferença considerando 3 fatores: o viés de representatividade (derivado da escolha dos locais, áreas censitárias ou municípios para a pesquisa); o viés de captação (decorrente de problemas de captação nos locais selecionados); e a interação entre ambos.

Segundo o autor do artigo, é necessária certa cautela no uso da PNAD Contínua para analisar tanto os resultados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) quanto os resultados do Programa Bolsa Família, sendo apenas utilizado de forma comparativa com os próprios dados da PNAC Contínua como o aqui realizado nesse estudo.

3ª hipótese) Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado tem menos acesso ao trabalho quando comparadas ao Grupo 1 de comparação, composto por mulheres brancas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 14 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 3 (em mil pessoas)

Condição no mercado de trabalho	Grupo de estudo		Grupo 1 de Comparação	
	Qtd	%	Qtd	%
Possuem uma ocupação que gera renda	1.667	44%	1.449	45%
Desempregadas	2.152	56%	1.793	55%
Total	3.819	100%	3.242	100%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais - 2019

Quadro 5 - Hipótese 3 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação (em mil pessoas)

Grupo de Estudo		Grupo 1 de Comparação
Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas		Proporção de mulheres no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas
2.152	=	1.793
56%		55%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste ainda se mantém como:

H_0 : Proporção de desempregadas do Grupo de estudo = Proporção de desempregadas do Grupo 1 de comparação

H_1 : Proporção de desempregadas do Grupo de estudo \neq Proporção de desempregadas do Grupo 1 de comparação

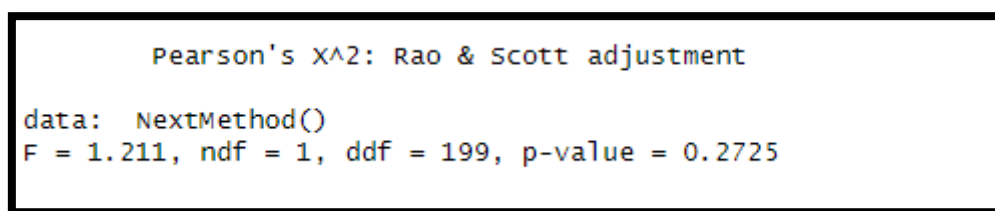


Figura 8 - Resultados do Teste de Hipóteses 3 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Sendo que neste caso o resultado já apresenta um p-valor superior a 0,05 o que indica não haver indícios para eliminar a hipótese nula, ou seja, embora a proporção do grupo 1 de comparação seja inferior a proporção do grupo de estudo, essa diferença não é suficiente para dizer que os grupos são diferentes entre si. Em outras palavras, não existe indícios significativos para abandonar a hipótese de os grupos serem iguais.

Como se observa no quadro 5, a terceira hipótese tende a ser refutada, no grupo considerado, que mulheres negras que realizam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado tem praticamente a mesma participação que as mulheres brancas no mercado de trabalho. Demonstrando que a dimensão racial nesta variável não possui distinção quanto a inserção, uma questão não pesquisada que surge é se as condições, tipo de vínculo trabalhista e cobertura previdenciária são as mesmas ou se há alguma diferença.

4ª hipótese: Mulheres pretas e pardas que trabalham com cuidados possuem renda média familiar menor quando comparadas ao Grupo 1 de comparação, composto por mulheres brancas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 15 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 4

	Rendimento (efetivo) domiciliar (R\$ mensais)
Grupo de estudo	R\$ 3.465,00
Grupo 1 de Comparação	R\$ 6.385,00

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 6 - Hipótese 4 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 1 de Comparação
Renda média familiar de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado	=	Renda média familiar de mulheres no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado
R\$ 3.465,00		R\$ 6.385,00
mensais		Mensais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste agora muda para:

H_0 : Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo de Estudo = Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo 1 de comparação

H_1 : Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo de Estudo \neq Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo 1 de comparação

```

Design-based t-test

data: VD5001 ~ Teste4
t = -12.576, df = 198, p-value < 2.2e-16
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -3378.876 -2462.837
sample estimates:
difference in mean
 -2920.857

```

Figura 9 - Resultados do Teste de Hipóteses 4 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação.

Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste aplicado neste caso mudou pois agora a variável de estudo é numérica e não mais proporção. Porém o conceito se mantém e o p-valor calculado é menor do que 0,05.

No quadro 6, a quarta hipótese é confirmada expondo uma diferença significativa no valor da renda média familiar de mulheres negras em comparação a mulheres brancas. Esta hipótese reflete o racismo estrutural e mostra que mulheres negras possuem menos condições financeiras de suprir as demandas do trabalho de cuidado e doméstico que mulheres brancas.

Isso indica que podemos abandonar a hipótese nula de igualdade dos grupos e aceitar que, com relação a renda, a raça influencia diretamente no valor recebido.

5ª hipótese: Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em trabalho remunerado quando comparadas ao Grupo 1 de comparação, composto por mulheres brancas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 16 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 5

	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado (horas semanais)
Grupo de estudo	37
Grupo 1 de Comparação	38

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 7 - Hipótese 5 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 1 de Comparação
Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado		Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado
37	=	38
horas semanais		horas semanais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste também está relacionado a uma variável numérica, sendo apresentado da seguinte maneira:

H_0 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo de Estudo = Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo 1 de comparação

H_1 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo de Estudo \neq Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo 1 de comparação

```

Design-based t-test

data:  VD4031 ~ Teste5
t = -1.4749, df = 198, p-value = 0.1418
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -1.131729  0.163210
sample estimates:
difference in mean
 -0.4842594

```

Figura 10 - Resultados do Teste de Hipóteses 7 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste mostrou que não existe indícios para recusar a hipótese nula, ou seja, os grupos não tendem a ser diferentes entre si quando analisada a variável tempo de dedicação ao trabalho remunerado.

A quinta hipótese que consta no quadro 7 pode ser refutada, no grupo considerado, que mulheres negras tendem se dedicar o mesmo tempo médio de horas ao trabalho remunerado em comparação a mulheres brancas.

6ª hipótese: Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em atuação doméstica não remunerada quando comparadas ao Grupo 1 de comparação, composto por mulheres brancas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 17 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 6

	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado (horas semanais)
Grupo de estudo	21
Grupo 1 de Comparação	20

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Este teste também está relacionado a uma variável numérica, sendo apresentado da seguinte maneira:

Ho: Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado o Grupo de Estudo = Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado no Grupo 1 de comparação

H1: Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado no Grupo de Estudo \neq Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado no Grupo 1 de comparação

Quadro 8 - Hipótese 6 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 1 de Comparação
Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por mulheres negras que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado		Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado
21	=	20
horas semanais		horas semanais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais - 2019

```

Design-based t-test

data: v4121B ~ Teste6
t = 3.6843, df = 198, p-value = 0.0002959
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 0.5363246 1.7716645
sample estimates:
difference in mean
      1.153995

```

Figura 11 - Resultados do Teste de Hipóteses 6 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação. Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Embora a variação seja pequena, o teste mostrou que existe indícios para recusar a hipótese nula, com o p-valor menor do que 0,05.

Neste caso, o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado pelas mulheres pretas e pardas é significativamente diferente do grupo de mulheres brancas.

Pode observar que no quadro 8, a sexta hipótese é confirmada, no grupo considerado, mulheres negras dedicam mais horas nas atividades de cuidados e afazeres domésticos em comparação a mulheres brancas. Isto confirma a

premissa que a redução monetária incide no aumento do tempo destinado ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

7ª hipótese: Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que possuem maior carga de trabalho voluntário e sem remuneração quando comparadas ao Grupo 1 de comparação, composto por mulheres brancas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 18 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 1 de Comparação para a hipótese 7

	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho Voluntário (horas semanais)
Grupo de estudo	7
Grupo 1 de Comparação	6

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 9 - Hipótese 7 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 1 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 1 de Comparação
Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário por mulheres negras que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado		Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário por mulheres brancas que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado
7	=	6
horas semanais		horas semanais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O último teste também utiliza variáveis numéricas como base e pode ser representado da seguinte maneira

H_0 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo de Estudo = Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo 1 de comparação

H_1 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo de Estudo \neq Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo 1 de comparação

```

Design-based t-test

data:  v4112 ~ Teste7
t = 1.27, df = 198, p-value = 0.2056
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.4622571  2.1346368
sample estimates:
difference in mean
      0.8361899

```

Figura 12 - Resultados do Teste de Hipóteses 7 – Grupo de Estudo e Grupo 1 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019

Esta variável já apresenta um resultado diferente. O p-valor do teste é superior a 0,05 que indica não haver evidências para se abandonar a hipótese nula.

Isso indica que o tempo dedicado ao trabalho voluntário pelos 2 grupos tende a ser igual.

A última hipótese que consta no quadro 9 pode ser refutada, no grupo considerado, tende a não haver diferença na atuação de mulheres negras no trabalho voluntário em comparação a mulheres brancas.

Resultados dos Testes de hipóteses do Grupo 2 de comparação

O segundo conjunto de testes considera a parcela restante da população para comparação. O Grupo 2 de comparação é composto pelos homens independente da raça acrescido das mulheres brancas, amarelas e indígenas e com raça ignoradas.

Com essa análise, poderemos ver o impacto dos homens quando comparadas as mulheres da raça negra.

1ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos tempo de estudo quando comparadas ao grupo 2 de comparação que engloba as demais pessoas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro;

Tabela 19 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 1 (em mil pessoas)

Nível de escolaridade	Grupo de estudo		Grupo 2 de Comparação	
	Qtd	%	Qtd	%
Ensino Superior	662	17%	2.608	29%
Até o Ensino Médio	3.157	83%	6.534	71%
Total	3.819	100%	9.142	100%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 10 - Hipótese 1 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação (em mil pessoas)

Grupo de Estudo		Grupo 2 de Comparação
Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior		Proporção das demais pessoas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior
3.157	=	6.534
83%		71%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais - 2019

O teste seria o seguinte:

H_0 : Proporção da baixa escolaridade do Grupo de estudo = Proporção da baixa escolaridade do Grupo 2 de comparação

H_1 : Proporção da baixa escolaridade do Grupo de estudo \neq Proporção da baixa escolaridade do Grupo 2 de comparação

```
Pearson's X^2: Rao & Scott adjustment
data: nextMethod()
F = 189.55, ndf = 1, ddf = 199, p-value < 2.2e-16
```

Figura 13 - Resultados do Teste de Hipóteses 1 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quando comparadas ao Grupo 2, também podemos abandonar a hipótese que as mulheres pretas e pardas apresentam uma proporção de nível escolar igual as demais pessoas da população. Isso pode ser identificado quando se observa o p-valor inferior a 0,05.

Os dados que consta e confirmam no quadro 10, a primeira hipótese em comparação ao grupo 2, no grupo considerado, que mulheres negras que realizam o trabalho de cuidado e trabalho doméstico não remunerado possuem menor nível de escolaridade. A diferença diminuiu quando comparado ao grupo 1 no primeiro teste.

2ª hipótese: Mulheres pretas e pardas, no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias de programas de transferência de renda quando comparadas demais pessoas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro;

Tabela 20 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 2

Programas de transferência de renda	Grupo de estudo		Grupo 2 de Comparação	
	Qtd	%	Qtd	%
Não é beneficiária	3.527	92%	8.984	98%
É beneficiária	291	8%	157	2%
Total	3.819	100%	9.142	100%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 11 - Hipótese 2 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 2 de Comparação
Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda		Proporção de pessoas que recebem algum programa de transferência de renda
292	=	157
8%		2%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste, neste caso, seria:

H_0 : Proporção de beneficiárias de programa de transferência de renda no Grupo de Estudo
= Proporção do beneficiárias de programa de transferência de renda no Grupo 2 de comparação

H_1 : Proporção de beneficiárias de programa de transferência de renda do Grupo de estudo
≠ Proporção de beneficiárias de programa de transferência de renda do Grupo 2 de comparação

```
Pearson's X^2: Rao & Scott adjustment
data: NextMethod()
F = 381.17, ndf = 1, ddf = 199, p-value < 2.2e-16
```

Figura 14 - Resultados do Teste de Hipóteses 2 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Este teste também apresenta um resultado similar ao anterior. Analisando o p-valor calculado, podemos desconsiderar que a proporção de beneficiárias no Grupo de Estudo é igual a proporção no restante da população fluminense.

No quadro 11, a segunda hipótese permanece confirmada em comparação ao grupo 2, no grupo considerado, que mulheres negras realizam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado representam a maioria no recebimento de benefícios de programas de transferência de renda. A diferença aumentou em relação a comparação com o grupo 1 no primeiro teste.

3ª hipótese: Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado tem menos acesso ao trabalho quando comparadas ao Grupo 2 de comparação, composto pelas demais pessoas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro;

Tabela 21 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 3

Condição no mercado de trabalho	Grupo de estudo		Grupo 2 de Comparação	
	Qtd	%	Qtd	%
Possuem uma ocupação que gera renda	1.667	44%	5.369	59%
Desempregadas	2.152	56%	3.773	41%
Total	3.819	100%	9.142	100%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 12 - Hipótese 3 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 2 de Comparação
Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas	=	Proporção de pessoas que estão desempregadas
2152		3773
56%		41%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

H_0 : Proporção de desempregadas do Grupo de estudo = Proporção de desempregadas do Grupo 2 de comparação

H_1 : Proporção de desempregadas do Grupo de estudo \neq Proporção de desempregadas do Grupo 2 de comparação

```
Pearson's X^2: Rao & Scott adjustment
data: NextMethod()
F = 379, ndf = 1, ddf = 199, p-value < 2.2e-16
```

Figura 15 - Resultados do Teste de Hipóteses 3 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação. Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Este resultado se difere do primeiro teste de participação no mercado de trabalho realizado. Quando consideramos o restante da população, a proporção de mulheres desempregadas é diferente da proporção do Grupo 2 de comparação. Isso porque o p-valor resultante desse teste é inferior a 0,05.

Como se nota no quadro 12, a terceira hipótese é confirmada, no grupo considerado, mulheres negras que realizam trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem menor participação no mercado de trabalho se comparadas ao grupo 2.

4ª hipótese: Mulheres pretas e pardas que trabalham com cuidados possuem renda média familiar menor quando comparadas ao Grupo 2 de comparação, composto pelas demais pessoas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro;

Tabela 22 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 4

	Rendimento (efetivo) domiciliar (R\$ mensais)
Grupo de estudo	R\$ 3.465,00
Grupo 2 de Comparação	R\$ 5.578,00

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 13 - Hipótese 4 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 2 de Comparação
Renda média familiar de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado		Renda média familiar das demais pessoas
R\$ 3.465,00	=	R\$ 5.578,00
Mensais		mensais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

H_0 : Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo de Estudo = Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo 2 de comparação

H_1 : Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo de Estudo \neq Rendimento (efetivo) domiciliar do Grupo 2 de comparação

```

Design-based t-test

data:  VD5001 ~ Teste4
t = -12.85, df = 198, p-value < 2.2e-16
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -2437.546 -1788.949
sample estimates:
difference in mean
 -2113.248

```

Figura 16 - Resultados do Teste de Hipóteses 4 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Com relação a renda média familiar, o p-valor calculado indica que podemos desconsiderar a hipótese nula. Isso representa que a renda do Grupo de Estudo é sim diferente da renda do restante da população.

No quadro 13, a quarta hipótese permanece confirmada, no grupo considerado, expondo uma diferença significativa no valor da renda média familiar de mulheres negras em comparação ao grupo 2. A diferença reduziu em relação a comparação com o grupo 1 no primeiro teste.

5ª hipótese: Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em trabalho remunerado quando comparadas ao Grupo 2 de comparação, composto por demais pessoas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro;

Tabela 23 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 5

	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado (horas semanais)
Grupo de estudo	37
Grupo 2 de Comparação	41

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 14 - Hipótese 5 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 2 de Comparação
Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado		Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado das demais pessoas
37	=	41
horas semanais		horas semanais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

H_0 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo de Estudo = Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo 2 de comparação

H_1 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo de Estudo \neq Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado no Grupo 2 de comparação

```

Design-based t-test

data:  VD4031 ~ Teste5
t = -12.941, df = 198, p-value < 2.2e-16
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -4.026721 -2.961744
sample estimates:
difference in mean
 -3.494232

```

Figura 17 - Resultados do Teste de Hipóteses 5 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste realizado para identificar divergência entre o tempo dedicado ao trabalho remunerado também descarta a hipótese nula de igualdade entre as médias. Porém nesse caso a média do Grupo 2 de comparação é superior ao Grupo de Estudo, indicando que o Grupo que inclui os homens dedica um tempo maior para atividades remuneradas.

Os dados que constam no quadro 14 permanece refutando a quinta hipótese, no grupo considerado, mostrando que o grupo 2 destina um tempo médio de horas no trabalho remunerado maior que mulheres negras. A diferença aumentou em relação a comparação com o grupo 1 no primeiro teste.

6ª hipótese: Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em atuação doméstica não remunerada quando comparadas ao Grupo 2 de comparação, composto pelas demais pessoas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro;

Tabela 24 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 6

	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado (horas semanais)
Grupo de estudo	21
Grupo 2 de Comparação	14

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Por outro lado, a média dos Grupos quando analisada a variável de tempo dedicado ao trabalho doméstico apresenta uma variação maior do que a identificada no teste com o Grupo 1. Isso também é reflexo da entrada dos homens na análise.

Quadro 15 - Hipótese 6 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 2 de Comparação
Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado		Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado pelas demais pessoas
21	=	14
horas semanais		horas semanais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

H_0 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado o Grupo de Estudo = Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado no Grupo 2 de comparação

H_1 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado no Grupo de Estudo \neq Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado no Grupo 2 de comparação

```

Design-based t-test

data: V4121B ~ Teste6
t = 25.196, df = 198, p-value < 2.2e-16
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 5.840010 6.831778
sample estimates:
difference in mean
      6.335894

```

Figura 18 - Resultados do Teste de Hipóteses 6 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação.
Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

O teste quando realizado com o Grupo 2 de comparação agora descarta a igualdade. Nesse caso, o Grupo de Estudo tem uma dedicação superior ao Grupo 2 de comparação quando analisado o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado.

Pode observar no quadro 15, que a sexta hipótese permanece confirmada, no grupo considerado, mulheres negras dedicam mais horas nas atividades de cuidados e afazeres domésticos em comparação ao grupo 2. A diferença aumentou significativamente em relação a comparação com o grupo 1 no primeiro teste.

7ª hipótese: Mulheres pretas e pardas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que possuem maior carga de trabalho voluntário e sem remuneração quando comparadas ao Grupo 2 de comparação, composto pelas demais pessoas, com mais de 14 anos, que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado no Estado do Rio de Janeiro;

Tabela 25 - Distribuições do Grupo de Estudo e do Grupo 2 de Comparação para a hipótese 7

	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado (horas semanais)
Grupo de estudo	7
Grupo 2 de Comparação	6

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Quadro 16 - Hipótese 7 a ser testada entre o Grupo de Estudo e o Grupo 2 de Comparação

Grupo de Estudo		Grupo 2 de Comparação
Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado		Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário pelas demais pessoas que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado
7	=	6
horas semanais		horas semanais

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

H_0 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo de Estudo = Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo 2 de comparação

H_1 : Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo de Estudo \neq Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário no Grupo 2 de comparação


```

Design-based t-test

data:  V4112 ~ Teste7
t = 1.4948, df = 198, p-value = 0.1365
alternative hypothesis: true difference in mean is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.2474786  1.7980267
sample estimates:
difference in mean
      0.775274

```

Figura 19 - Resultados do Teste de Hipóteses 7 – Grupo de Estudo e Grupo 2 de Comparação.

Fonte: Análises Software Livre R – Base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pesquisas suplementares anuais – 2019.

Com relação ao trabalho voluntário, ambas as comparações indicam igualdade de tempo gasto com essa atividade, ou seja, mesmo que exista uma diferença entre as médias, o teste não identifica que seja uma diferença significativa para indicar que os grupos tem características distintas.

Resultado geral dos testes

Os resultados dos testes indicam que o grupo de estudo, representado por mulheres pretas e pardas, possuem a mesma participação no mercado de trabalho, dedicam o mesmo tempo ao trabalho remunerado e ao trabalho voluntário, com um tempo de estudo menor, resultando em uma renda inferior e tendo que se dedicar mais ao trabalho doméstico não remunerado do que o Grupo 1 de comparação, representado aqui por mulheres brancas.

Já quando observamos ao Grupo 2 de comparação, representado por homens independente da raça e por mulheres brancas, indígena e amarelas os resultados dos testes indicam que o grupo de estudo, representado por mulheres pretas e pardas, possuem uma participação menor no mercado de trabalho, dedicam um tempo menor ao trabalho remunerado, possuem um tempo de estudo menor e uma renda inferior, se dedicam mais ao trabalho doméstico não remunerado e possuem um tempo igual de dedicação ao trabalho voluntário.

O primeiro teste obteve a confirmação de 4 hipóteses e a refutação de 3 hipóteses, já em relação ao segundo grupo houve a confirmação de 5 hipóteses a refutação de 2 hipóteses. Com a finalidade de sistematizar a reflexão realizada a partir do teste de hipótese segue o quadro analítico.

Quadro 17- Resultado do Teste Estatístico de Hipóteses

ESTRATIFICAÇÃO NA PROVISÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CUIDADO ¹						
GRUPO TEMÁTICO	REFERÊNCIA	ENCRUZILHADA DO CUIDADO	TESTE DE HIPÓTESE	VARIÁVEL	TH ² GRUPO 1	TH GRUPO 2
EDUCAÇÃO	IDH – Qualidade de Vida	ESTADO	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos tempo de estudo.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior.	Confirmada	
	Política de Tempo – tempo para estudar					
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Políticas de Dinheiro		Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias de programas de transferência de renda.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda.	Confirmada	
TRABALHO REMUNERADO	Política de Tempo – tempo para trabalhar	MERCADO	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado tem menos acesso ao trabalho.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas.	Refutada	Confirmada
	Política de Tempo – tempo para cuidar		Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em trabalho remunerado.	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.	Refutada	
RENDA	IDH – Qualidade de Vida	FAMÍLIA	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem renda média familiar menor.	Renda média familiar de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.	Confirmada	
TRABALHO DE CUIDADO E DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO	IDH – Qualidade de Vida		Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em atuação de cuidado e doméstica não remunerada.	Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado não remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado	Confirmada	
TRABALHO VOLUNTÁRIO	Política de Serviços – Serviços Comunitários	COMUNIDADE	Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que possuem maior carga de trabalho voluntário e sem remuneração.	Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que atuaram em trabalho voluntário e sem remuneração	Refutada	

¹ Fonte: Elaboração própria² Teste de Hipótese

A partir deste quadro analítico conclui-se que existe uma estratificação na provisão e distribuição dos cuidados, em que as horas dedicadas ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado impacta na conclusão da trajetória educacional, no mercado de trabalho e na renda.

A confirmação das hipóteses relacionadas a qualidade de vida ratifica a segunda hipótese de que mulheres negras que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem menor qualidade de vida em comparação aos dois grupos pesquisados.

O teste de hipótese comprova a centralidade de mulheres negras na provisão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e o fortalecimento das desigualdades a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

Através do teste de hipóteses é possível fazer a correlação da centralidade do trabalho de cuidado e doméstico na produção e reprodução da pobreza e da situação de vulnerabilidade social, sobretudo na hipótese da assistência social correlacionada a política de dinheiro que comprova que mulheres negras no

trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias nos programas de transferência de renda.

O resultado do teste estatístico de hipóteses corroborando as proporções identificadas nas tabelas univariadas me possibilita afirmar que mulheres negras são o próprio sistema de cuidados.

4.7. Mulheres Cis Negras Anônimas

Nesta seção serão apresentadas as mulheres negras anônimas (MNA) entrevistadas, a fim de visibilizá-las dá-las a conhecer a cada leitora e leitor, de modo a subsidiar uma breve compreensão de seu lugar de fala. Para isso descrevo de forma sucinta sua idade, raça, religião, gênero, composição familiar, escolaridade, naturalidade, região e situação de moradia, estado civil, renda familiar, condições de trabalho, pessoas que necessitam de seus cuidados e tempo gasto no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

As entrevistas foram realizadas com 3 pessoas no formato virtual, através da plataforma Google Meet e com 10 pessoas de forma presencial, conforme disponibilidade e preferência de cada mulher e em diversos espaços como em suas residências, no seu lugar de trabalho, na saída do metrô, na praça pública e no shopping. Foram entrevistadas 13 mulheres negras cis anônimas na faixa etária entre 30 a 65 anos residentes do município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana.

Na MNA1, a entrevistada tem 30 anos, autodeclara ser da cor parda, natural do Rio de Janeiro. Reside em Santa Cruz Zona Oeste do RJ num apartamento próprio que ainda está pagando com seu marido de 30 anos e seu filho de 06 anos. Sua religião é evangélica (Assembleia de Deus). É casada e possui ensino médio incompleto. Trabalha como manicure na condição de Micro Empreendedora Individual, porém ainda não consegue pagar a contribuição mensal do Das. Começou a trabalhar com 12 anos como manicure e possui menos de dois anos de vínculo empregatício formal com contribuição para o INSS. O esposo é o principal responsável pela renda familiar de R\$1.700,00 mensal, este trabalha de carteira assinada. A pessoa que necessita de cuidados é seu filho, gasta diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

segundo a mesma: “Serviço de casa a gente não tem como parar, até dormindo a gente pensa. Até dormindo a gente pensa o que vai fazer no dia seguinte.”

A MNA2 tem 30 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural de Salvador. Reside na Rocinha, Zona Sul do Rio numa casa alugada de quatro cômodos com seu companheiro de 34 anos e seus 06 filhos sendo 1 menina de 3 anos, 5 meninos com 2, 3, 8, 10 e 14 anos. Não possui religião, seu estado civil é solteiro, possui ensino fundamental incompleto. Trabalha como trancista sem formalização e contribuição para o INSS, gerando o valor de R\$1.300,00 mensal sendo a principal responsável pela renda familiar, seu companheiro trabalha como ajudante de pedreiro e são beneficiários do Programa Auxílio Brasil. Começou a trabalhar com 16 anos como babá e possui menos de três anos de vínculo empregatício formal com contribuição para o INSS. A pessoa que necessita de cuidados são seus filhos e seu companheiro, tem o suporte de sua mãe na provisão dos cuidados, dedica diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado segundo ela: “muito cansativo, não sei nem quantas horas porque eu acho que é o dia todo mesmo, assim, eu durmo cansada. Nossa, muito cansada.”

A MNA3 tem 30 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural do Rio de Janeiro, reside no Engenho Novo Zona Norte do Rio numa casa própria com seu esposo de 31 anos e seus 03 filhos sendo 1 menina de 3 anos, 2 meninos com 9 e 11 anos. Está afastada, mas era evangélica, seu estado civil é solteiro, possui ensino fundamental incompleto. Está desempregada e faz salgadinho para o companheiro vender, sem formalização e contribuição para o INSS, gerando o valor de R\$1.500,00 mensal, são beneficiários do Programa Auxílio Brasil. Começou a trabalhar com 13 anos em casa de festas e possui menos de cinco anos de vínculo empregatício formal com contribuição para o INSS. A pessoa que necessita de cuidados são seus filhos, gasta diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segundo a mesma: “É o dia todo, não é? Misericórdia... arruma uma casa, aí faz lá e arruma a casa e faz comida, aí arruma armário, bota a roupa para lavar.”

A MNA4 tem 33 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural do Rio de Janeiro, reside no Catumbi Centro do RJ numa casa própria com seus 03 filhos sendo 2 meninas com 11 e 14 anos, sendo a primeira uma adolescente com deficiência visual e 1 menino de 17 anos. Sua religião é evangélica (Assembleia de Deus), seu estado civil é solteiro, possui ensino fundamental incompleto.

Trabalha de babá sem formalização e contribuição para o INSS, possui renda familiar de R\$1.210,00 mensal oriundo do Benefício de Prestação Continuada. Nunca possuiu um trabalho de vínculo empregatício formal com contribuição para o INSS. A pessoa que necessita de cuidados são seus filhos, gasta diariamente menos de 3 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, mas segundo ela: “toda hora tem que fazer as coisas, limpa, suja, limpa...”

A MNA5 tem 35 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural de Duque de Caxias, reside em Duque de Caxias Região Metropolitana do RJ numa casa alugada com seus 05 filhos sendo 3 meninas com 10, 11 e 13 anos e 2 meninos com 5 e 14 anos. Não possui religião mas é simpatizante da evangélica, seu estado civil é solteiro, possui o ensino fundamental incompleto. Trabalha como manicure no shopping na Zona Norte do RJ com carga horária de 12 horas diárias na condição de Micro Empreendedora Individual, conseguindo pagar a contribuição mensal do Das, gasta 4 horas diárias no deslocamento para o trabalho, gera o valor de R\$1.100,00 mensal sendo a única responsável pela renda familiar, é beneficiária do Programa Auxílio Brasil. Começou a trabalhar com 18 anos como manicure. Nunca trabalhou de carteira assinada. A pessoa que necessita de cuidados são seus filhos, gasta diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segundo ela: “Tira umas oito horas aí para dormir, mas a gente ainda sempre acorda na madrugada para poder dar uma olhada ver se está tudo ok, não é? Se está todo mundo lá, conta os pintinhos pra ver se não sumiu nenhum, depois deita de novo.”

A MNA6 tem 37 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural de Nova Iguaçu, reside em Mesquita Região Metropolitana do RJ numa casa própria com sua mãe de 62 anos com deficiência devido a um AVC. Sua religião é o candomblé, seu estado civil é solteiro, possui ensino superior completo. Trabalha como secretária escolar com vínculo empregatício CLT e como explicadora de forma autônoma, gerando o valor de R\$1.400,00 mensal sendo a única responsável pela renda familiar. Começou a trabalhar com 14 anos como explicadora. A pessoa que necessita de cuidados é sua mãe e conta com auxílio de sua irmã que saiu do emprego para assumir os cuidados com a mãe e de sua sobrinha de 5 anos, diante desse suporte gasta diariamente aproximadamente 5 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segundo ela: “Então eu estou bem sobrecarregada nesse período da noite com afazeres domésticos.”

A MNA7 tem 38 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural do Rio de Janeiro, reside no Vidigal Zona Sul do RJ numa casa própria com seu esposo de 37 anos e seus 02 filhos sendo 1 menina de 5 anos, 1 menino com 7 anos. Sua religião é evangélica (Universal do Reino de Deus), seu estado civil é casada e possui ensino médio completo. Trabalha como cuidadora de crianças sem formalização e contribuição para o INSS. Começou a trabalhar com 16 anos como jovem aprendiz. O marido é o principal responsável pela renda familiar gerando o valor de R\$1.200,00 mensal com vínculo CLT. A pessoa que necessita de cuidados são os filhos e seu esposo, gasta diariamente 19 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segundo ela: “Mas geralmente é o dia inteiro.”

A MNA8 tem 41 anos, autodeclara ser da cor parda, é natural de Barra do Piraí, reside em Nova Iguaçu Região Metropolitana do RJ numa casa própria seu companheiro de 38 anos e sua filha de 6 anos. Sua religião é evangélica (Universal do Reino de Deus), seu estado civil é solteiro e possui ensino fundamental incompleto. Trabalha como diarista sem formalização e contribuição para o INSS. Começou a trabalhar com 20 anos como diarista e possui menos de sete anos de vínculo empregatício formal com contribuição para o INSS. Seu marido é o principal responsável pela renda familiar, trabalhando como pedreiro de forma autônoma gera junto com sua esposa o valor de R\$1.000,00 mensal. A pessoa que necessita de cuidados é sua filha, e conta com o suporte de sua sobrinha de 14 anos nos cuidados com sua filha, no qual paga o valor de R\$200,00. Também tem suporte da outra sobrinha de 17 anos que cuida gratuitamente de sua filha. MNA8 gasta diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado “A gente não para, já viu doméstica parar? Só para pra comer. É a mesma coisa, claro você descansa, uns dez, vinte minutos você está na sua casa, não vai trabalhar direto, mas é a mesma coisa. Quando eu estou em casa também não paro, ainda mais que eu tenho filho pequeno, ela estuda de manhã aí eu levo e trago.”

A MNA9 tem 43 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural do Rio de Janeiro, reside em Vila Isabel, no morro dos Macacos, Zona Norte do RJ numa casa própria com seu filho de 5 anos. É católica, seu estado civil é solteiro e possui pós graduação. Trabalha como balconista de medicamentos com vínculo empregatício CLT e vendedora de bijuteria de forma autônoma, gerando o valor de R\$ 2.500,00 mensal sendo a única responsável pela renda familiar. Começou a trabalhar com 20 anos como operadora de caixa. A pessoa que necessita de

cuidados são seu filho e sua irmã de 61 anos, conta com suporte desta irmã nos cuidados com o filho e a remunera no valor de R\$ 300,00 mensais, gasta diariamente 7 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segundo ela: “Assim, minha irmã me ajuda. Tipo, se ela está em casa aí se eu deixo alguma coisa, alguma carne, alguma coisa assim ela adianta pra mim, ela bota uma roupa pra lavar, às vezes ela passa uma roupa.”

A MNA10 tem 52 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural do Rio de Janeiro, reside em Campo Grande, Zona Oeste do RJ numa casa própria com seu companheiro. Sua religião é evangélica (Assembleia de Deus), seu estado civil é casado, possui ensino fundamental incompleto. Trabalha como diarista em duas casas e possui uma barraca em frente à sua casa que comercializa café pelas manhãs, gasta 2 horas diárias no deslocamento para o trabalho. Começou a trabalhar com 13 anos como babá. Seu companheiro tem 57 anos e trabalha como lanterneiro, juntos possuem renda familiar de R\$ 2.000,00 mensal. Possui 3 filhas e 5 netos que moram próximo a sua residência. A pessoa que necessita de cuidados é ela mesma e o seu esposo, gasta diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segundo a mesma: “O dia todo que estou em casa tem serviço para fazer”.

A MNA11 tem 53 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural do Rio de Janeiro, reside no Cantagalo Zona Sul do RJ numa casa própria com sua mãe de 78 anos que está com Alzheimer, seu pai de 76 anos, sua neta de 10 anos e sua sobrinha de 15 anos que são consideradas filhas. Sua religião é evangélica (Universal do Reino de Deus), seu estado civil é solteiro e possui ensino fundamental incompleto. Trabalha como diarista sem contribuir para o INSS fazendo faxina em quatro casas sendo duas no mesmo dia, também tem uma barraca na praia, gera o valor de R\$1.900,00 mensal sendo a principal responsável pela renda familiar. Começou a trabalhar “desde de quando nasceu”, mas formalmente com 18 anos. Possui três filhos, o mais velho faleceu com 21 anos e seus filhos Caique de 27 anos e Winner de 26 anos apesar de não morarem com ela, vivem em sua casa. A pessoa que necessita de cuidados é sua neta, sobrinha e sua mãe, conta com o auxílio de uma irmã que cuida da mãe uma vez por semana, gasta diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segundo a mesma: “O dia inteiro, por isso que eu falo é melhor trabalhar fora do que em casa.”

A MNA12 tem 60 anos, autodeclara ser da cor preta, é natural da Bahia, reside em Niterói Região Metropolitana do RJ numa casa cedida pelo patrão com sua neta de 11 anos, é evangélica (Mundial), seu estado civil é casado, mas só no papel, e possui ensino fundamental incompleto. Trabalha como doméstica em cinco casas, numa delas também é babá, na condição de Micro Empreendedora Individual consegue pagar a contribuição mensal do Das, gasta 4 horas diárias no deslocamento para o trabalho, e gera o valor de R\$ 2.500,00 mensal sendo a única responsável pela renda familiar. Possui 04 filhos sendo 2 meninas com 25 e 45 anos e 2 meninos com 32 e 43 anos que moram em cidades diferentes e 10 netos. A pessoa que necessita de cuidados é sua neta e ela, os vizinhos auxiliam no cuidado com a neta, gasta diariamente 2 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

A MNA13 tem 65 anos, se autodeclara da cor preta, é natural de Sergipe, reside numa casa própria no Santo Cristo, Centro do RJ. Sua religião é católica. Estado Civil casada, mas só no papel. Não teve a oportunidade de estudar é analfabeta. É aposentada, mas ainda trabalha como diarista em duas casas, gasta 1 hora diária no deslocamento para o trabalho. Começou a trabalhar com 13 anos como doméstica. Gera o valor de R\$ 2.000,00 mensal contribuindo para a renda familiar. Possui uma filha de 45 anos e um filho de 47 anos. Reside com sua filha, o companheiro dela e seus dois netos com 14 e 18 anos. A pessoa que necessita de cuidados é sua filha, seu genro e seus dois netos, gasta diariamente 24 horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado segundo ela: “O dia todo, é o dia todo”.

A apresentação das 13 mulheres negras anônimas entrevistadas traz alguns elementos interessantes para a discussão da pesquisa, divididos nos seguintes tópicos: (i) faixa etária; (ii) religião; (iii) escolaridade; (iv) território; (v) trabalho e renda.

Faixa Etária

Escolhi entrevistar mulheres cis negras anônimas de diferentes idades com a finalidade de observar a diversificação das demandas, experiências e estratégias utilizadas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Também é possível perceber variados níveis de desproteção social. E as consequências em sua saúde. Na maioria das vezes são as protagonistas na

provisão de cuidados de suas famílias e se encontram à margem no usufruto/acesso do cuidado, independente da idade.

Na faixa etária entre 50 e 65 anos é perceptível o adoecimento dos corpos diante de uma vida desgastada, sobretudo, fisicamente com a permanência da execução do trabalho dentro e fora de suas casas. Dores no corpo foi um dos sintomas que mais se repetiu nas narrativas dessa faixa etária.

“[...] Todo dia sinto dor quando eu paro. É, por isso que eu quero ficar trabalhando a noite toda. Quando paro de trabalhar é cada fígada. [...] a gente quando está nova não pensa, podia ter sido cuidada pra não ter essas dores que eu tenho nos ossos que dói muito, sabe? Cuidado assim, como vocês, a maioria fala assim: “eu estou cuidando do corpo, não é?”. Pode ir fazer uma academia, fazer uma comida mais saudável [...] tem que ter dinheiro pra se cuidar, para eu ir no médico fazer um negócio nesses braços, que nem eles fazem lá que eles botam pra sair essa dor.” (MNA12).

Observe a falta de acesso/usufruto do cuidado diante de sua mercantilização, temos a exclusão da população negra, principalmente da mulher negra anônima quando o cuidado é provisionado pelo mercado, que regula seu acesso através do capital. Mesmo tendo direito à saúde por meio do Sistema Único de Saúde, as condições de acesso ficam limitadas pela precarização do serviço e pela inflexibilidade dos horários de atendimento diante da demanda de trabalho dessas mulheres. “[...] Eu sinto muita dor na minha perna, essa aqui minha aqui dói toda vida. Estou fazendo os exames para ver o quê que é.” (MNA10).

“Tenho artrose nos dois joelhos. [...] É horrível, uma dor também que parece que você tá com prego enfiado aqui no joelho. E Diabete. E glaucoma... e pressão alta, tudo isso. Você já pensou tu trabalhar todo dia, você fazer a mesma coisa? Eu tenho esses meus dedos são tudo, hoje esse aqui tá doendo olha como é que ele está inchado. São tudo torto, tá vendo? Aqui esse aqui, é tudo” (MNA 13).

Isto é fruto do que Françoise Vergés denomina de economia do desgaste dos corpos racializados, cujas mulheres negras se encontram designadas pelo capital e o Estado como aptas a serem usadas e descartadas, tendo suas forças esgotadas e sendo vítimas de doenças, debilidades e deficiências, diante uma vida de exploração e expropriação. Neste contexto, o capital divide os corpos naqueles que têm direito a boa saúde e ao descanso e os outros cujo saúde não importa não desfrutando do direito ao descanso.

“O cansaço só chega quando eu deito, pelo amor de Deus, não tenho que deitar, tenho que ficar em pé a noite toda. Eu deitei e estou cansada” (MNA12).

“Por isso que eu ando, sabe? Porque se eu ficar parada ferrou. Dói. eu já estou sem a cartilagem” (MNA 13).

“É, eu não tinha diabetes, eu peguei diabetes depois dessa luta toda aí. Eu com dezesseis anos fui descobrir que estava com diabetes” (MNA10).

Apesar de todo o cansaço percebido em suas narrativas, algumas entrevistadas relatam que desfrutaram de tempo de descanso e cuidado da família, e ao mesmo tempo dizem que se sentem sobrecarregadas, cansadas e que não possuem tempo, isto reflete a encruzilhada na interposição de suas contradições. A questão do autocuidado é que apesar de dizerem que existe tempo não há recursos financeiros que viabilizem.

“É, isso que está difícil, não é? Fazer uma unha, fazer um cabelo... chega sábado fico lá mexendo na unha, vou lá no salão aí digo assim: ‘não. Trinta reais vão dar pra comprar pão e leite, melhor eu dar um jeitinho aqui’” (MNA12).

“Tenho sim, tenho tempo sim. Eu sou uma pessoa simples, não... entendeu? Não tenho essas coisas toda. O importante é eu estar com um dinheirinho, vou ali com uma amiguinha. [...] Eu me divirto, saio fico na pracinha conversando com a minhas colegas” (MNA13).

“[...] minha vida era uma correria danada! Agora que eu descansei mais um pouquinho” (MNA10).

A possibilidade de descanso está condicionada à demanda de cuidados que cada mulher possui, as três narrativas acima apresentadas são de mulheres que possuem a responsabilidade de prover cuidados para adolescentes. Contudo, a exaustão e comprometimento de todo o tempo ocorre quando a necessidade de cuidado se refere a uma pessoa com o nível alto de dependência, como é o caso da MNA11, que é responsável pela provisão de cuidados de sua mãe, uma pessoa idosa com esquecimento. “Então assim eu vou ser sincera para você, assim tipo, eu não estou vivendo mais na minha vida. Não estou. Pra eu poder viver a minha vida, tem que ser na marra, na marra porque eu fui a única que fiquei para poder ajudar” (MNA11).

A variação dos níveis de dependência de cuidado determina o consumo de tempo das responsáveis pela provisão do cuidado e sua intensidade está condicionada à existência de rede de apoio, e/ou recursos financeiros e/ou serviços ofertados pelo Estado no compartilhamento do cuidado.

A narrativa da trajetória dessas mulheres na execução do trabalho de cuidado e doméstico remunerado é marcada por algumas experiências de trabalho análogo à escravidão diante do excesso de exploração, isto reflete uma das expressões do racismo vivenciado por essas mulheres.

“[...] eu trabalhava em casa de família, eu era tão sufocada que eu queria ter um lar. E o primeiro homem que eu encontrei, achei que ia ser feliz com ele. Aí fui morar

com o raio do homem e só fiz dois filhos, mais nada. A gente separou. Eu quando me separei do meu marido, minha filha tinha três anos e o meu filho tinha dois. **E eu os criei assim, na casa da madame. Tinha madame que eu ia trabalhar e eu não tinha salário, eu dizia que eu queria ter um lugar para ficar com meus filhos**” (MNA13).

Conforme a Lei nº 10.803 de 2003, artigo 149 do Código Penal Brasileiro, reduzir alguém a condição análoga à de escravo consiste em submetê-la “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.”

A relação com os empregadores foi um ponto que chamou atenção nas mulheres cis negras anônimas da faixa etária de 50 a 65 anos, em sua narrativa percebe uma romantização desses patrões que invisibiliza a exploração excessiva que estão submetidas e suas violações de direitos.

“[...] eu tenho muito patrão maravilhoso. Eles me ajudam de tudo um pouco. [...] mas eles cuida muito bem de mim, meus patrões. Eles cuidam melhor que os meus filhos, sabia? [...] Na pandemia meus patrões me olhou, me cuidou e me ajudou. Teve cuidado comigo, sabe?” (MNA12).

Esta reside numa casa emprestada por um de seus empregadores, em seu relato também são perceptíveis situações de exploração e violação de direitos.

“Na faxina do meu patrãozinho, levei a roupinha dele pra lavar em casa, que eu lavei, mas não deu, lavei um lençol e pus a dele pra lavar. Amanhã eu levo. [...] Não sei dizer não. Quando vim aqui, me chamam domingo para cuidar da filha da minha patroa, lá vai eu. Pode vim porque eu tenho que ir não sei pra onde seis hora, chego lá cinco e pouca da manhã, eu estou lá. [...] trabalho três dias numa casa que eu sou babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, tudo. [...] Sábado levei minhas duas netas para esta casa, a minha patroa foi fazer um curso no Rio e eu fiquei com sua filha de novo. E levei minhas duas netas pra brincar com ela. Porque ela tem três anos... ela adora as minhas netas. Aí levei e fiquei lá, saí de lá o que? Oito horas. Eles me pagaram uma Uber e fomos embora pra casa. [...] a filha da patroa me chama de vó” (MNA12).

“[...] minha patroa fala “você não é minha empregada, você é minha amiga”, ela me chama de amiga, mas aí tem hora que a gente fica com aquela dúvida: “será que é?” Porque, sei lá é... ela sempre me tratou muito bem, entendeu? Aí no outro dia eu estava escutando uma reportagem falando: “os patrão fala que o empregado é amigo mas é para quando sair de lá não pagar nada para a empregada”, mas eu recebi tudo, graças a Deus. Ela é uma pessoa muito boa, me trata muito bem até hoje. Pagava viagem, às vezes. Nas minhas férias ela ia viajar, quando eu menos a esperava: “ô, comprei passagem pra gente passear”. Era pra São Paulo, Fortaleza, passava uma semana em hotel com tudo pago. Passei muito com ela. [...] A filha dela também me trata super bem. Sento na mesa de boa com eles pra comer, eu que fico com vergonha. Ela, o marido dela: “não senta aí, vamos almoçar, senta aqui na mesa”, chego lá o café já está pronto, o marido dela me pega lá no ponto de ônibus. Eu posso andar do ponto, quando eu desço lá no shopping pra casa deles é uns quinze minutinhos andando a pé, mas aí eles não gostam. Prefere me pegar lá no ponto, eu descer ficar na calçada aguardando-os me pegar de carro do que eu atravessar aquelas ruas, que eles ficam com medo” (MNA10).

Há três pontos de reflexão que merecem destaque. O primeiro relacionado à exploração e violação dos direitos invisibilizada pelo dispositivo das relações de afeto. Conforme Juliana Teixeira (2021, p. 40) “o problema dessas contradições é que traduzir essas relações de trabalho em afetividade mascara relações de poder e desigualdades”. Segundo para esta patroa poder trabalhar, se desenvolver profissionalmente e se cuidar é preciso haver outra mulher, neste caso, uma mulher negra executando de forma mal remunerada o trabalho de cuidado e doméstico. E terceiro a desvalorização do trabalho de cuidado e doméstico, esta mulher desempenha inúmeros serviços, mas é remunerada somente por prestar o serviço doméstico, isto é perceptível em vários relatos das mulheres entrevistadas, o valor da diária encobre os diversos serviços realizados que deveriam ter custos diferenciados e separados. A MNA 10 recebe o valor de R\$190,00 pela diária para executar a faxina, lavar a roupa e cozinhar numa mansão com 7 quartos e 5 banheiros, quando questionada sobre o valor, a mesma justifica na defesa dos empregadores. “É porque é uma casa que é grande, mas não é suja”

A desproteção social é outro elemento identificado na narrativa das mulheres cis negras anônimas, na faixa etária de 51 a 65 anos o desafio se refere a conquista da aposentadoria. Apesar de relatarem começar a trabalhar ainda na adolescência a destituição dos direitos trabalhistas e o trabalho informal marcam a trajetória de vida dessas mulheres, além disso quando conseguem contribuir para a previdência social possuem dificuldades em acessar os seus benefícios.

Não, e nem vou contribuir para o INSS. Eu estava trabalhando de carteira assinada fiquei... fiquei... fiquei, é... com problema na coluna. INSS nunca tinha perícia. Não consegui. Dei entrada e não consegui o auxílio doença, então nem vou contribuir (MNA11).

É, que aí eu tenho que continuar aguardando para poder me aposentar, ela [patroa] falou você não vai se aposentar por tempo de contribuição. Acho que é por idade. Vou me aposentar por idade provavelmente por conta desses anos todos sem contribuição. Apesar de estar trabalhando muito, mas sem contribuição (MNA10).

Eu contribuía para o INSS, mas depois eu parei que a situação estava difícil e agora... está difícil, já cheguei no tempo de me aposentar e não consigo, não vou conseguir... Só pelo LOAS, com 65 anos. Porque tem que pagar 15 anos. Eu paguei só quatro. Eu já estava fazendo... já vou fazer 61 anos, era já época de me aposentar. Agora só com 65 anos (MNA12).

Em suas narrativas houve predominância de situações de violação dos direitos trabalhistas em que os empregadores sonegaram o pagamento dos impostos previdenciários e enganaram as trabalhadoras. Além disso essas mulheres foram impactadas com a Emenda Constitucional N° 103/2019 conhecida

como reforma previdenciária, que dificultou ainda mais seu acesso a aposentadoria. A MNA11 está com dificuldades no processo em andamento da aposentaria de sua mãe de 78 anos que foi trabalhadora doméstica.

A proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada segundo raça/cor corresponde a 38,9% negra e 45,2% branca. Em relação a proporção de trabalhadoras domésticas que contribuem para a previdência social 45,8% negra e 54,8% branca (PNAD, 2019), isto numa profissão com predominância de mulheres negras. Esses dados articulados os relatos das entrevistadas refletem o racismo estrutural expresso na desproteção social que mulheres negras estão submetidas.

De todas as 13 entrevistadas somente 3 relatam conseguir contribuir para a previdência social, dessas 2 possuem vínculo CTPS e 1 como MEI. E apesar de em sua maioria começarem a trabalhar ainda adolescentes é mínima a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição.

Nos relatos das mulheres cis negras anônimas da faixa etária de 30 a 50 anos é constante a luta pela conciliação entre trabalho remunerado e trabalho de doméstico não remunerado nota-se a exaustão mental e emocional, o físico apesar de estar cansado ainda não vivencia o adoecimento.

“[...] tem horas que a sobrecarga começa a cair, sobre a gente. No âmbito emocional é bastante, mental também. **Físico ainda não senti.** Já vem o pensamento: “pô, se tivesse alguém que ajudasse, ou se tivesse alguém... eu não estou conseguindo dar conta sozinha, como é que eu vou resolver isso daqui?”. Aí tem três coisas pra resolver e eu sou uma só, não tenho como dar conta de resolver. E a gente já começa a se sentir incapaz, não é? Tipo assim, pô, mas eu não consigo... porquê que eu não estou conseguindo completar isso aqui, porquê que eu não estou conseguindo fazer? Aí já vem aquela coisa de incapaz, pô, mas se eu tivesse feito isso... se eu tivesse estudado alguma coisa, agora seria mais fácil. Teria assim, recursos melhores ou uma coisa melhor pra oferecer, ou eu teria como, assim, uma coisa financeira para poder resolver esse tipo de problema aqui sem ter que me desdobrar e isso pesa” (MNA5).

O sentimento de incapacidade vivenciado desconsidera as condições de desenvolvimento e o contexto de vida atual vivido por esta mulher. MNA5 com 11 anos tinha a responsabilidade de cuidar da sua irmã e executar o trabalho doméstico dentro de casa para auxiliar sua mãe que trabalhava como manicure.

“Eu que olhava minha Irmã, praticamente eu era mãe dela. Minha irmã quando nasceu eu dormia dentro do berço com ela, que eu era magrinha. Aí eu fazia mamadeira... aí pra não ter que ficar toda hora levantando, eu deitava dentro do berço, porque ela era muito agarrada comigo também por eu cuidar dela, aí se eu não ia pro berço, ela queria ficar lá junto com a gente. Aí eu pegava e me enfiava lá dentro dormia lá mesmo, porque eu era magrela” (MNA5).

Esse contexto contribuiu para as condições de vida atual como por exemplo a baixa escolaridade e evidencia a pobreza do tempo como uma questão social enfrentada no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. A MNA5 nunca trabalhou com vínculo da carteira assinada, atualmente possui o MEI e trabalha 6 dias na semana como manicure no shopping na zona norte do Rio de Janeiro numa carga horária de 12 horas mais 4 horas de deslocamento, possui 5 filhos (3 adolescentes e 2 crianças) e não tem nenhuma rede de apoio, sua filha de 13 anos estava fora da escola e tinha a responsabilidade de cuidar dos irmãos.

A trajetória de vida da MNA5 e sua verbalização do sentimento de incapacidade reflete a negação de direitos por ela vivenciada, esta violação de direitos é mascarada por uma auto responsabilização como forma de perpetuação da dominação e opressão. Portanto é violado de forma geracional os direitos da população negra e através do discurso individualista e meritocrata oculta o racismo estrutural que produz e reproduz privilégios aos brancos em detrimento da violação dos negros.

Religião: “me sinto cuidada.”

O cristianismo foi a religião predominante na narrativa das mulheres cis negras anônimas, das 13 entrevistadas, 7 são evangélicas (Assembleia de Deus, Universal e Mundial), 1 não possui, mas diz ser simpatizante do evangélico, 1 está afastada da igreja evangélica, 2 são católicas, 1 não possui religião e 1 é candomblecista.

A prevalência do cristianismo expressa a colonialidade e molda o cuidado pensado contribuindo para a perpetuação da divisão sexual do trabalho e do familismo dificultando os processos de desfamiliarização e desmercantilização do cuidado. Nas narrativas das mulheres cis negras anônimas 8 afirmam que a família deve ser responsável pela provisão do cuidar, 4 apontam a mulher que deve ter o dever de cuidar e 1 a única de religião candomblecista alega que o Estado possui a responsabilidade de suprir as necessidades de cuidado.

“Sempre a mulher. Eu acho que a mulher acaba tendo aquela responsabilidade do cuidado da família. Aquele carinho, o homem não, o homem ele é mais é protetor. O homem é mais é protetor, é aquela coisa de suprir, mas assim, de cuidadora do lar, da família eu acho que é a mulher” (MNA1).

“Ah, num mundo ideal, eu, vendo por mim, a mãe, sempre. No caso, a esposa, a mulher, a mãe, porque eu vejo o cuidado como uma coisa mais materna. Homem não tem muito jeito. Quando eu cá doente, que meu esposo vai cuidar de mim, eu

vejo que ele se esforça, mas às vezes dá vontade de dar um soco nele, mas eu vejo que ele se esforça, porque tudo que eu faço quando ele tá doente, ele vem retribuir a mim. [...] então é o que ele aprendeu e com o que ele faz comigo. Porque o meu esposo aprendeu muita coisa comigo” (MNA7).

Os relatos expressam o cuidado pensado e ratificam os papéis sociais de gênero cisheteropatriarcal delimitando o homem a função de provisão financeira e a mulher na atividade do cuidar, como se fosse algo natural e não socialmente construído. E contribui para a reprodução da divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero. Apesar dessa concepção quando se observa o cuidado vivido aquele experienciado na prática, a mulher negra compartilha e na maioria das vezes é a responsável pela renda familiar e acumula a responsabilidade pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Suponho que a religião cristã possui interferência na constituição deste cuidado pensado.

Cabe haver pesquisas para compreensão da interferência da religião na modelação do cuidado pensado e suas práticas no cuidado vivido. A narrativa das mulheres entrevistadas e a correlação de sua religião com a concepção da responsabilidade do cuidar corrobora para supor que o cristianismo contribui para reforçar a reprodução da feminização do cuidado, do familismo e da divisão sexual do trabalho. Entretanto a resposta para a mesma pergunta de uma mulher cis negra anônima candomblecista foi:

Eu acho que do Estado. Do Estado, porque nem todos têm condições de estar pagando para suprir suas necessidades. Eu acho que todos deveriam ter essa necessidade suprida, já que alguns podem pagar, alguns pagam impostos mais altos, porque não dar esse suporte a quem precisa mais? [...] Na família, quem está melhor fisicamente, mentalmente, psicologicamente. Não é delegado ao mais velho ou mais novo, é delegado a quem está melhor (MNA6).

Esta narrativa convoca o Estado para a corresponsabilização do cuidado, na perspectiva do direito a ser garantido, expõe a mercantilização do cuidado na produção das desigualdades de acesso como reflete Joan Tronto (2013) quando discute o cuidado neoliberal. O discurso da entrevistada correspondente as famílias rompem com a feminização do cuidado, trazendo a responsabilidade de sua execução condicionada ao estado de saúde física, psíquica e mental, não remetendo a papéis patriarcais de gênero.

Religiões de matriz africana partem de uma cosmopercepção e epistemologia que rompe com a fragilidade e submissão feminina transgredindo a significação dos papéis sociais de gênero, do feminino, maternidade e maternagem que possuem significações diferentes inspiradas no lugar de poder

das representações dos orixás, isto favorece o estabelecimento de relações mais equitativas na esfera do cuidado e sua valorização.

Portanto, esse sistema de representações, particularmente no que toca às mulheres míticas, oferece às sacerdotisas diferentes vivências que a sociedade patriarcal lhe nega. Os deuses africanos legitimam transgressões que a moral judaico-cristã, institucionalizada, condena; possibilitam ainda a compreensão e o reequacionamento de uma gama de conflitos oriundo da visão maniqueísta que essa mesma moralidade impõe. [...] o Candomblé propicia à mulher abrir um espaço de competição com o homem e a sociedade machista, que a rigor não lhe é dado. Apoiada nos orixás, ela justifica uma possível rejeição ao homem, com ele se confronta abertamente e, em alguns casos, afirma sua capacidade de superá-lo (Sueli Carneiro, 2020, p. 84-85).

Atenção para desmitificar a lente embranquecida e colonial sobre as concepções dos orixás e das religiões de matriz africana, pois corre o risco de realizar uma análise incoerente. Lembrando do atravessamento da colonialidade para exercitar leituras decoloniais da realidade. Djamila Ribeiro (2021) ao mencionar as autoras negras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro destaca o rompimento com a visão eurocristãpatriarcal pensando a partir de deusas lorubás para analisar o feminino e a realidade de mulheres negras. Neste concebem o feminino como lugar de poder e não de submissão havendo a valorização do cuidado. Exemplificando, ao contrário de uma leitura colonial que a caracteriza Oxum pela vaidade e narcisismo, essas autoras vão mencionar o espelho de Oxum como instrumento de olhar para si ressaltando a importância de haver o autocuidado.

A colonialidade articulada a uma visão cristã, patriarcal, cisheteronormatiza fortalece a feminização do cuidado inerente a concepção da família como a responsável pela sua provisão, que reforça o familismo, sua mercantilização e sua racialização produzindo desigualdades.

Percebo na narrativa das entrevistadas a religião como um instrumento e espaço de cuidados, seja como lugar em que se sentem cuidadas e da provisão do cuidado voluntário configurando um espaço de provisão e acesso ao cuidado. As mulheres cristãs relatam uma média de 3 dias na semana de dedicação a sua religião.

“Quando vou na igreja, quando recebo o espírito santo, aí eu sinto que eu estou sendo cuidada. Quando eu caio me sinto cuidada, é sério. Eu caio ali eu não machuco nada, minha irmã já caiu, já quebrou o joelho duas vezes, eu já caí tantas vezes e levanto, não quebra nada, nem rala. Eu fico, caramba, como ele cuida de mim” (MNA12).

“[...] saio com o pessoal da igreja pra outra igreja de outro bairro, já é praticamente um evento, uma distração. [...] Eu acordo cedo no domingo também, porque eu

tenho reunião, culto na igreja sete horas da manhã. [...] Quartas e sextas são os dias que eu vou pra igreja às sete e meia eu tenho que estar na igreja” (MNA7).

“É, na igreja lá o pessoal está sempre pedindo ajuda, fulano está doente o pastor sempre fala: “se algum irmão puder ir lá, lavar uma loucinha fazer alguma coisinha, vai ajuda”. Se ele tiver precisando de um mantimento, a gente sempre faz uma cesta, ajuda, junta todo mundo e ajuda” (MNA10).

“Faço bolo o dia todo lá na igreja, faço comida. Continuo trabalhando. Parando não, minha filha. [...] aí eu estou na cozinha lavando a louça. Deixando a cozinha limpinha” (MNA12).

Em suas narrativas a fé também representa um espaço para recarregar suas forças e de receber cuidados. “É... só Deus. Só Deus pra dar força, que ó... inclusive fala que a mulher é guerreira, mas é mesmo, nós somos guerreiras.” (MNA8) O título e imagem de mulher guerreira torna invisível a sobrecarga, a exaustão e os custos gerados pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Grada Kilomba (2019) aponta que este nega o reconhecimento da verdadeira experiência através do enaltecimento do auto sacrifício.

No relato da entrevistada candomblecista percebe-se que não há uma rotina semanal de estar presente no terreiro, mesmo assim existe a prática de provisão dos cuidados do espaço e do cuidado voluntário.

“Sábado que passou nós tivemos sessão no centro onde eu frequento. [...] Porque eu tinha que ir para lá e a gente não vai sempre, porque lá não é rotineiro. [...] Assim, no centro é como se fosse a nossa casa. Então varrer, limpar um banheiro, é fazer uma comida, é ajudar. Aí nós temos nossas roupas que tem que limpar e passar, sendo cuidada. Tudo que a gente faz dentro da nossa casa a gente faz no centro também. E antes de vir embora, deixar organizado porque a gente vai voltar, sem saber quando vai voltar” (MNA6).

Considero relevante inserir a intersecção de religião nas análises referente ao cuidado, aponto a necessidade de haver pesquisas que analisem a relação entre religião e cuidado no âmbito do pensado e do vivido.

Escolaridade: “porque sem estudo agente não é nada, será?”

A baixa escolaridade foi uma característica recorrente na narrativa das mulheres cis negras anônimas, do universo de 13 entrevistas, 1 é analfabeta, 8 possuem o ensino fundamental incompleto, 1 tem o ensino médio incompleto, somente 1 concluiu o ensino médio e 2 conseguiram cursar e concluir o ensino superior.

O afastamento da escola ocorreu principalmente no período da adolescência motivados pela demanda de trabalho de cuidado e doméstico não

remunerado, gravidez, dificuldades no deslocamento para escola por conta de mudança de território, inserção no trabalho remunerado e dificuldades de aprendizagem.

“Foram as dificuldades. E Filho. Não é nem que eu digo emprego nada, é mais filho mesmo” (MNA3);

“Eu fui mãe muito cedo. Engravidei com 15 anos” (MNA2);

“Meu pai não tinha condição na época aí tinha que trabalhar” (MNA8);

“Eu comecei trabalhar cedo” (MNA10);

“Assim, eu fui sempre mais família. Então eu fui uma das filhas que me preocupei mais em ajudar minha mãe” (MNA11);

“Então eu sai da escola, minha mãe se mudou aí tirou a gente da escola. Não, nem tirou, deixou a gente na mesma escola, só que a gente tava tendo que fazer aquele trajeto longo pra poder ir pra um outro bairro. Aí eu fui comecei a faltar muita aula e acabei saindo da escola. Minha mãe foi e botou pra supletivo à noite. Aí comecei a ir à noite, só que também começou a ficar muito perigoso, e minha mãe não tinha quem buscasse, minha mãe também não tinha como ir. Acabou que a gente saiu da escola” (MNA5);

“Não estudei porque eu não tive oportunidade. Eu nasci num interiorzinho, muito pobre e os meus pais eram da roça, todos dois já analfabeto, a família toda. E eu tinha um sonho. Meu sonho de ir para escola aprender a ler e escrever. Era a coisa que eu mais queria na minha vida, mas os meus pais não permitiram. Não me deram essas oportunidades. Eu tinha que ir para roça, plantar arroz, capinar” (MNA13).

Esses motivos são reflexo do racismo estrutural expressos na precarização das condições de vida da população negra que de forma intergeracional se encontram em situação de vulnerabilidade social enfrentando diversas expressões da questão social na luta pela sobrevivência. A baixa escolaridade gera dificuldades de inserção no mercado de trabalho e quando conseguem as condições são fragilizadas, em sua maioria, destituídas de direitos com baixas remunerações.

“[...] você deve saber que emprego hoje em dia tá muito difícil. Tudo ajuda. Eu não tenho escolaridade, já perdi várias oportunidades de trabalho porque eu não tenho escolaridade e também porque eu estou acima do peso. [...] Eu trabalhava em uma lanchonete era um trabalho que só Jesus na obra, sofria muito. [...] Você sabe como é... Eu não tenho escolaridade, então eles não pegam, aí o que restava era lanchonete” (MNA3).

Conforme Sueli Carneiro (2011) no cenário de aumento do desemprego cresce a exigência de haver alto nível de escolarização da mão de obra para a prestação de serviços considerados banais, dificultando o acesso da população negra no mercado de trabalho, “posto que eles reconhecidamente compõe o segmento social que experimenta as maiores desigualdades educacionais” (p.

113), a defasagem educacional apresenta como elemento condicionante a manutenção da subalternidade social da população negra “mantendo-os em um círculo vicioso em que a falta de escolaridade exigida se torna motor da exclusão do emprego e a ausência do emprego é mais uma fonte de impedimento do acesso, da permanência e da conquista dos níveis superiores de escolaridade” (p. 116).

E mesmo com a escolaridade alta, ensino superior e pós-graduação, as entrevistadas relatam dificuldades em obter melhores condições de trabalho, formadas em Serviço Social não conseguiram inserção no mercado de trabalho enquanto assistentes sociais verbalizam ser em decorrência da falta de oportunidade, uma trabalha como balconista e para complementar a renda é vendedora de bijuteria e a outra como secretária escolar e também explicadora. As duas precisam de mais de um trabalho para complementar a renda familiar. Esta realidade retrata o que Almeida (2020) aponta como discriminação negativa aquela que acarreta desvantagens e prejuízos a população negra. Para Lélia Gonzalez (1981, p. 44) “quanto à maioria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram mais altos níveis de escolaridade, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial ainda se mantém.” A autora escreveu este texto na década de 1980, contudo em 2023 esta realidade ainda acontece sendo explicitada na fala das entrevistadas.

Portanto a escolaridade possibilita a melhoria da qualidade de vida se viabilizar a inserção no mercado de trabalho com elevação de salário e direitos trabalhistas. Entretanto podemos notar que diante de um racismo e desemprego estrutural que fortalece a discriminação negativa, a escolaridade não garante necessariamente o acesso ao mercado de trabalho em melhores condições para a população negra. Lélia Gonzalez afirma que o lugar da mulher negra na força de trabalho brasileira é demarcado pela divisão racial e sexual do trabalho sendo integrada a massa marginal crescente.

Nesta perspectiva a encruzilhada é formada pela garantia ao direito a educação com o direito ao trabalho e igualdade de renda que permite o acesso a qualidade de vida contribuindo para a superação da pobreza através dos círculos geracionais de libertação.

As entrevistadas verbalizam a vontade de retomar os estudos em busca de melhoria na qualidade de vida, contudo, apontam as dificuldades relacionadas a

falta de condições que permitam esse retorno aos estudos a fim de concluírem o Ensino Médio para inserção no ensino superior.

Quero até voltar a estudar, porque eu acho que nunca é tarde pra estudar, porque eu não quero isso pra mim não. Tipo, eu tenho trinta anos, mas eu ainda sou nova. Eu ia até voltar a estudar esse ano, mas não deu. Aí eu pretendo voltar a estudar, fazer alguma coisa. Porque sem estudo a gente não é nada (MNA3);

“[...] então a primeira coisa que eu faria era fazer um curso, terminar os estudos, pensar talvez numa faculdade para eu poder ter uma profissão melhor. [...] Até me inscrevi no Enceja, que é para poder fazer para terminar pelo menos o fundamental, depois me inscrevo de novo pra terminar o médio” (MNA5);

“Eu tinha um sonho de me matricular, fazer um cursinho, uma coisa. Eu não me incomodo de começar a aprender do ‘A’ não. [...] Por aqui não tem em lugar nenhum. É centro da cidade, mas não tem nada. Não tem uma pessoa dando aula, não tem uma escolinha não tem nada” (MNA13).

A responsabilidade pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é identificado como um dos principais elementos que dificultam e por vezes inviabilizam voltar aos estudos, também verbalizam não haver no território a oferta de serviços de educação com horários que sejam flexíveis a sua realidade.

A centralidade da mulher cis negra anônima na provisão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é dos fatores que inviabilizam sua permanência nos estudos no período etário esperado, motivando a saída das escolas, ao mesmo tempo que é um elemento dificultador da retomada dos estudos para a sua conclusão. Isto contribui para perpetuação da situação de pobreza e redução do nível de qualidade de vida.

Território: quilombos do cuidar.

Conforme discussão nos capítulos anteriores, o conceito de organização social e política do cuidado é constituído por Família, Mercado, Estado e Comunidade com base no diamante do cuidado. Compreendo este como a encruzilhada para fazer a análise da realidade brasileira, sendo estruturada pelo entrecruzamento das avenidas Estado, Mercado, Famílias e Território, a diferença ocorre pela concepção de encruzilhada em sua intersecção e escolhas. Considero famílias no plural a fim de abranger os diversos arranjos familiares e faço uso do termo território como um lugar em movimento. Utilizo Beatriz Nascimento (2018) para olhar a favela como um quilombo em que as entrevistadas residem.

Os territórios de favela como quilombo ocupado em sua maioria pela população negra, são espaços de luta, sobrevivência, enfrentamento das

expressões da questão social e resistência constituídos pela vivência do aquilombamento. Os quilombos urbanos possuem especificidades e se diferenciam, sobretudo, no acesso a serviços de cuidados.

Nas análises das narrativas das mulheres cis negras anônimas pôde se observar a forma que o território é constituído, os serviços que possui e seus impactos no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e no acesso ao cuidado. Lembrando que as entrevistadas são de diferentes territórios da cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana.

Destaco o deslocamento, os serviços ofertados e o nível de violência do território como principais elementos identificados nos relatos das sujeitas da pesquisa. Foi verbalizado problemas em relação precarização, insuficiência e até ausência de transporte que garanta o deslocamento entre os territórios da região metropolitana do Rio de Janeiro, aumentando o tempo gasto na condução. As narrativas apontam para um tempo gasto de até 4 horas diárias de ida e volta do trabalho e custo alto com a tarifa do transporte público.

“Então... aqui estamos com uma demanda que não tem ônibus aqui no bairro onde eu moro. Nós temos duas linhas que tinham aqui que era o Vila Emil Detran e o Vila direto, sendo que a empresa de ônibus alega que esses ônibus carregam muita gratuidade. Aí eles tiraram a linha, nós ficamos sem ônibus. Tem por volta de um mês que essas linhas voltaram a circular aqui no bairro. Sendo que é um carro indo e voltando para Nova Iguaçu. Então isso demora mais de uma hora para ir a Nova Iguaçu e voltar, sendo que tipo se ele sair daqui da Vila Emil, ele faz dez minutos até Nova Iguaçu, no máximo quinze, com sinal e tudo mais. Se eu pegar ali no centro de Mesquita para chegar na minha casa eu fico cinco minutos no ônibus. Como eu estou sem esse ônibus, eu estou tendo que trabalhar de Uber. Eu vou de Uber, aí é por volta de dez, doze reais eu vou de Uber e volto andando. De Uber, eu faço dez minutos indo pro trabalho como eu volto andando, eu faço quarenta minutos” (MNA6).

As condições e o tempo gasto no deslocamento impactam diretamente no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, em menos tempo de presença com quem demanda cuidados e mais tempo nos afazeres doméstico.

Olha, eu devo gastar mais ou menos quatro horas. Eu saio de casa oito da manhã [...] e chego em casa umas onze horas da noite. Todos os meus filhos estão dormindo. Só tem um ou dois acordados porque ficam mexendo no telefone aí são os que ficam acordados. Sempre são os mais velhos, os pequenos sempre estão dormindo quando eu chego. Chego, tomo um banho, janto... aí converso um pouco com um deles que estão acordado depois a gente dorme. Geralmente eu faço janta... faço janta não, acabo de fazer a janta. Porque eles sempre deixam preparado arroz, feijão, aí no caso eu faço só o complemento, faço uma mistura (MNA5).

A localização do território incide na quantidade e diversidade de serviços ofertados, a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro possui a atuação de diversos

projetos sociais, além dos equipamentos culturais e de lazer. Apesar de pouco a Centro e Zona Norte possui projetos sociais, já a Zona Oeste sofre com a escassez de projetos sociais e equipamentos culturais e de lazer. O território é um elemento que incide na condição de acesso aos serviços.

“Por exemplo, ontem eu fui levar os meus filhos no pediatra. Foi ali na Paróquia Santa Mônica, no Leblon, que é um projeto, como eu posso dizer, para pessoas carentes. Tanto que é dez reais a consulta. Eu tive um profissional de qualidade, um pediatra, vendo os meus filhos de cabo a rabo por dez reais. [...] A gente tem um grupo de WhatsApp que às vezes dá cortesia de teatro, meu esposo é que fica com as crianças. [...] durante a semana meu filho, tem terça, quarta e quinta a explicadora, que é no mesmo horário do jiu-jitsu no caso. [...] Então, sábado meus filhos também têm atividades extras. Minha filha tem balé de nove a nove e meia da manhã, então tem que acordar cedo também. [...] sendo que os dois têm capoeira de onze a meio-dia” (MNA7).

“Tinha que ter mais coisas de esporte. Ter mais projetos, isso. Mais projetos, projeto só tem negócio de futebol, Jiu-jitsu e só. Está faltando muito projeto para as crianças” (MNA4).

É desigual a distribuição dos espaços de cultura e lazer na cidade do Rio de Janeiro estando concentrados na Zona Sul e Centro, na Região Metropolitana é ainda pior, de acordo com o mapa da desigualdade de 2020, o município do Rio de Janeiro possui 136 museus, Niterói 11, Mesquita não tem, Nova Iguaçu tem 1 único e Duque de Caxias possui 11 museus.

A quantidade de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado sofre interferência direta da dinâmica do território, a quantidade de oferta de serviços variados no atendimento à população impacta no aumento ou diminuição de tempo e custo deste trabalho, sem contar a possibilidade do desenvolvimento das pessoas.

Trabalho: “sempre trabalhando, tem que trabalhar. Não tem que reclamar de nada!”

O trabalho sempre fez parte da vida da população negra, sobretudo da mulher negra, seja de forma escravizada ou livre, com destaque para o trabalho de cuidado e doméstico remunerado ou não. Durante gerações, o racismo estrutural por meio da discriminação negativa fortaleceu condições desiguais de inserção e permanência no mercado de trabalho, violações de direitos e a opressão e exploração entre mulheres. Conforme já discutido, mulheres negras recebem os menores salários em comparação com mulheres brancas e homens

brancos e negros, mesmo em contextos cujo a escolaridade é a mesma para esses diferentes grupos.

A narrativa das entrevistadas mostra que de forma geracional há a precarização do trabalho em suas famílias de origem, 10 mulheres cis negras anônimas eram filhas de trabalhadoras doméstica e cuidadoras, 1 manicure com baixa renda e sem direitos trabalhistas, e 2 trabalhadoras de cuidado e doméstico não remunerado. Isso é um elemento dificultador e por vezes inviabilizador da melhoria da qualidade de vida diante do não acesso ao emprego com direitos garantidos. Para a população negra emprego de CLT com benefícios e renda fixa é um sonho a ser conquistado.

O processo histórico de inserção da população negra em espaços de subordinação e em trabalho precários e subempregos podem ser visto no relato das entrevistadas quando discorrem sobre sua família de origem, com pouca renda, alta demanda de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e oferta insuficiente de serviços de cuidado, neste crianças e adolescentes desempenham este trabalho e isto impacta na sua dedicação aos estudos e outras esferas da vida, colaborando para o ciclo vicioso de reprodução das desigualdades no acesso ao cuidado.

“Olha, o meu pai trabalhava com reciclagem. Vaso de papelão essas coisas. Minha mãe eu nem lembro muito bem, porquê? A minha mãe fazia hemodiálise. Então eu tinha onze anos quando ela começou a fazer hemodiálise. E hoje eu tenho trinta. Faz quatro anos que ela faleceu. Então meio que... quando eu era criança ela trabalhou em uma creche... faxina... trabalhou numa creche de limpeza. Depois, logo depois ela ficou doente” (MNA3).

“Minha mãe saía pra trabalhar, meu pai também. Minha mãe sempre que cuidou da gente, mas aí ela teve que trabalhar e aí eu era responsável por eles (irmãos). Acho que tinha dez anos” (MNA2).

Lélia Gonzalez (1979) faz a análise da formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro centrada no racismo articulada as relações de gênero e discute esta realidade através da definição de massa marginal e superpopulação funcional⁹⁷ nas relações de trabalho que se estrutura no racismo, sexismo e nas desigualdades. A massa marginal é composta por trabalhadores que não fazem parte do mercado formal nem enquanto exército industrial de reserva, porém formam uma superpopulação funcional trabalhando em condições precarizadas com baixas remunerações e com direitos fragilizados e/ou destituídos.

⁹⁷ Conceito de José Nun, intelectual argentino que Lélia Gonzalez utiliza.

Exemplificando a massa marginal se refere a diaristas, prestadoras de serviços de cuidados, trabalhadoras ocasionais, ambulantes, etc.

Começar a trabalhar cedo foi uma característica comum entre as entrevistadas, das 13 mulheres cis negras anônimas, a idade de início varia entre 12 à 20 anos, sendo 8 entre 12 e 16 anos, e 5 entre 18 e 20 anos, fazendo parte da massa marginal de superpopulação funcional.

“Trabalho desde os doze anos como manicure, nunca larguei a função de manicure” (MNA1).

“Eu com treze anos pra quatorze anos já tava trabalhando, porque antigamente era mais difícil, as pessoas não tinham muitas condições e eu arrumei um emprego, fui tomar conta de uma criança aí depois a mulher acabou tendo mais três filhos e eu fiquei lá durante quatro anos nessa casa cuidando das crianças. (MNA10).

A trajetória das entrevistadas é marcada por muito trabalho como disse MNA12 “Sempre trabalhando, sempre trabalhando. A gente tem que trabalhar. Não tem que reclamar de nada”. Mesmo assim conseguir a aposentadoria é um desafio diante das violações de direitos sofridas, das entrevistadas somente 3 contribuem para a previdência social, dessas 2 trabalham com carteira assinada e uma é micro empreendedora individual. Somente uma única entrevistada conseguiu se aposentar, e o tempo de contribuição das mulheres cis negras anônimas para a previdência social varia entre 2 a 7 anos. Quando conseguem trabalhar com carteira assinada suas narrativas retratam experiências de serem enganadas pelos empregadores, que diziam estar pagando o INSS, mas ao saírem do trabalho descobriam que isto não estava sendo realizado, e ficavam sem trabalho e sem o dinheiro da rescisão. “[...] eu trabalhei dezessete anos com meu patrão, aí ele ficou sete anos sem pagar meu INSS. Quando eu descobri ele já tinha sete anos que não tava pagando, que não pagava mais meu INSS e descontava do meu salário” (MNA13).

Além disso, o quantitativo de 85% das entrevistadas trabalha no mercado informal fazendo parte dessa massa marginal de superpopulação funcional. A inserção no mercado formal com carteira assinada se torna desfavorável diante da conjugação baixo salário e demanda do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

“Eu fico pensando assim: se eu tivesse que estar trabalhando de carteira assinada, deixar os meus filhos com alguém e pagar essa pessoa, eu preferia ficar em casa, porque eu teria que pagar o preço que ela deveria receber para mim ia ser muito alto” (MNA7).

O entrecruzamento da ausência de escolaridade, rede de apoio, da oferta de serviços públicos de cuidado e da contratação destes serviços via o mercado impossibilita a entrada de mulheres no mercado de trabalho formal, além do racismo estrutural que dificulta as condições e contexto de entrada e permanência das mulheres negras no mercado de trabalho. Na luta pela sobrevivência há a perpetuação da ocupação nos trabalhos informais sem proteção social. [...] gênero e etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, *“coincidentemente”*, pertencem exatamente às mulheres negras e à população negra (Lélia Gonzalez, 1979, p. 57).

E mesmo quando a escolaridade não é obstáculo, há o desafio do racismo e da discriminação negativa que dificulta e/ou inviabiliza a inserção e permanência da mulher negra no mercado de trabalho. Quando conseguem estar trabalhando formalmente enfrentam o desafio da baixa remuneração.

Mesmo sendo as que possuem os salários mais baixos, em suas famílias 70% das entrevistadas são as responsáveis e 30% contribui para renda familiar. Já os seus companheiros somente 2 trabalham com carteira assinada recebendo o valor de um salário mínimo e 4 trabalham fazendo serviços eventuais, conhecido como biscate, sobretudo como ajudante de pedreiro.

“[...] as vezes eu fico falando assim é muito difícil questiono até com Deus. Deus não dá, tá difícil pra mim aqui. Porque o meu esposo não trabalha de carteira assinada, ele trabalha carregando material, mas às vezes chamam ele pra trabalhar de ajudante lá. Eu ganho mais que ele, mas ele ganha bem pouquinho” (MNA2).

A demanda de provisão e usufruto do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado está presente em todas as fases, na infância, adolescência, juventude, vida adulta e no envelhecimento. E esta compete com as demandas de disponibilidade de tempo exigidas no mercado de trabalho, assim se forma uma encruzilhada constituída pelo entrecruzamento entre as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e do trabalho formal. Nos relatos das entrevistadas constatee que o trabalho informal é uma saída escolhida para conciliar as demandas de casa com a necessidade de gerar renda. “[...] atualmente eu não consigo estar com eles por causa do emprego porque eu acordo muito cedo, saio cedo, chego tarde. Praticamente eu vivo mais dentro do emprego do que em casa, então, eu não consigo estar com eles” (MNA5).

A população negra há gerações se encontra em situação de vulnerabilidade social e pobreza enfrentando diversas expressões da questão social oriundas do

processo de escravização, do racismo estrutural e do trabalho de cuidado e doméstico.

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isto significou que seu trabalho físico foi duplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (Lélia Gonzalez, 1979, p. 71).

O trabalho de cuidado e doméstico, principalmente, não remunerado corresponde uma das raízes de produção e reprodução de desigualdades, sobretudo num país onde o cuidado é organizado na encruzilhada do familismo, feminização, mercantilização e racialização.

4.8.

Cuidado Pensado & Cuidado Vivido & Cuidado Sentido

Cuidado pensado e cuidado vivido (Thamires Ribeiro, 2016) é formulado a partir da reflexão do conceito de família pensada e vivida de Heloísa Szymanski (2003) articulada a experiência de cuidado vivida por mulheres realizada em minha dissertação de mestrado, nesta constatei que havia um discurso de cuidado no imaginário social das famílias entrevistadas que contrastava com a diversidade de formas de cuidado vivenciados e o processo de culpabilização sentido pelas mulheres. Na banca de qualificação desta tese houve a complementação com a inserção do termo de cuidado sentido mencionado pela professora Karina Batthyány (2021), a fim de envolver a demanda emocional, ainda pouco estudada, constituinte do cuidado.

Cuidado Pensado e Cuidado Vivido e Cuidado Sentido é *njila*⁹⁸, abre caminho para realização de indagações como: Qual discurso de cuidado está presente no imaginário? Para que fins o cuidado pensado é utilizado? Qual discurso de cuidado pensado é utilizado para dominação? Que grupos têm acesso ao cuidado? E por quê? Quem mais exerce a atividade de cuidar? Quem mais recebe cuidado? Será que quem mais exerce o trabalho de cuidado é quem menos recebe cuidados? Há desigualdades nas vivências oriunda dos acessos diferenciados ao cuidado? Estas questões provocam a realização de outras pesquisas, entretanto, corroboram para a compreensão acerca de como o cuidado

⁹⁸ *Njila*, ou *gira* – no idioma kimbundu *njila* significa abertura, caminho.

é organizado socialmente, e a centralidade de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de analisar como tal organização, no Brasil, fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Uma Narayan (1995) afirma que o discurso do cuidado colonial⁹⁹ viabilizou a dominação, apagou ou modificou no imaginário as diversas formas de cuidado existentes e permitiu que os colonizadores brancos construíssem hierarquias raciais justificando a pretensa inferioridade dos colonizados não brancos. Isto me leva à compreensão de que o cuidado pensado representa o imaginário que estrutura os discursos de cuidado alicerçados na cosmopercepção de si, dos outros e do meio de cada povo e sociedade. Por exemplo, se olharmos o cuidado pela lente de povos do continente africano antes da colonização que têm como pilar a filosofia Ubuntu¹⁰⁰, o veremos numa afroperspectiva a partir do paradigma da unidade e coletividade. Entretanto, a colonialidade traz consigo o discurso do cuidado que dominou através da construção, no imaginário, da existência única de uma hegemonia eurocêntrica cristã capitalista racista patriarcal e cisheteronormativa que individualiza o discurso do cuidado pensado e associa seu uso à manutenção e preservação da propriedade, por meio da ocultação do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado para fins de acumulação do capital. E desdobra no cuidado vivido que expropria das mulheres, sobretudo mulheres negras, o valor gerado pela execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, sendo este valor produzido não pago às mulheres.

A desigualdade de gênero em nossas economias não é um acidente nem é nova: nosso sistema econômico foi construído por e em nome de homens ricos e poderosos. O modelo dominante do capitalismo explora e impulsiona ativamente crenças e valores tradicionais que destituem de poder as mulheres, especialmente as mulheres que vivem na pobreza e as de certos grupos étnicos e religiosos. (...) Examinando as origens da riqueza dos super-ricos, e como essa riqueza é utilizada, lança sérias dúvidas sobre seu valor para nossa economia e nossa sociedade. Também mostra como sua riqueza é construída sobre bilhões de horas de trabalho exploratório mal remunerado e não remunerado, que é feito principalmente por mulheres e pessoas de minorias étnicas (OXFAM, 2020, p. 25, tradução nossa).

Portanto, reconhecer a existência de cuidado pensado, possibilita questionar a finalidade desse discurso dito único sobre cuidado e visibilizar suas

⁹⁹ Este termo Cuidado Colonial também foi trabalhado pela pesquisadora Rachel Gouveia Passos (2020) numa perspectiva de reatualização da captura da existência negra através dos discursos e práticas colonialistas. "O cuidado colonial é uma herança deixada para as mulheres negras e que é reafirmada todos os dias, de muitas maneiras e através dos mais diversos discursos, tornando-se necessário questionarmos a naturalização desses processos." (p. 11).

¹⁰⁰ Ver Nogueira (2012).

imagens de controle¹⁰¹ oriundas do processo de colonização do imaginário e perpetuadas pela colonialidade. Discutir o cuidado vivido implica explicitar as desigualdades de acesso ao cuidado e suas relações de poder, expropriação e dominação numa lógica de acumulação capitalista em que a produção da vida é fundada na exploração de mulheres nas suas dimensões de raça e classe. E abordar o cuidado sentido desnuda a sobrecarga física, mental, emocional das mulheres, sobretudo, negras e torna visível as emoções, sensações, conflitos e sofrimentos gerados pelo esgotamento ocasionado na execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Desse modo, cuidado pensado, cuidado vivido e cuidado sentido constituem uma ferramenta de análise.

Cuidado Pensado: “eu não me vejo sendo cuidada. Eu me vejo cuidando.”

A entrevista em seu roteiro traz questões relacionadas a responsabilidade do cuidado e sua percepção de recebimento dos cuidados. Nesse sentido foi predominante nas narrativas a colonialidade do cuidado, o cristianismo, a divisão sexual do trabalho, a feminização do cuidado, familismo e os papéis sociais de gênero patriarcal. “Acho a mãe mais cabeça, homem sabe fazer as coisas de casa não. Meu marido quer me ajudar atrapalha mais que ajuda aí eu: “da licença, deixa que eu faço”. Eu já acostumei desde de doze anos, então já peguei o ritmo.” (MNA8).

No campo de quem deve ter a responsabilidade do cuidar na família, as respostas variam entre: (i) a mulher, (ii) os pais, (iii) todos os moradores da casa e (iv) quem está em melhores condições de cuidar. Na divisão sexual do trabalho os papéis de gênero são demarcados numa binaridade feminino/cuidado e masculino/provisão cujo cabe ao feminino a função do cuidado, concebido como algo naturalizado a condição de ser mulher e masculino a provisão e proteção. Nesse sentido quando o parceiro executa o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é concebido e permitido através da noção de ajuda e não de compartilhamento do cuidado como uma responsabilidade de todos. A noção de ajuda contribui para a reprodução do patriarcado e reforça a divisão sexual do trabalho demarcando os papéis sociais de gênero enraizados numa cisheteronormatividade.

¹⁰¹ Conceito trabalhado por Patricia Collins (2016) para designar os estereótipos a que a mulher negra foi aprisionada.

“Ele ajuda um pouquinho de tudo, eu só não gosto que ele estenda a roupa, porque a gente como esposa, mulher, acaba tendo seus toques particulares. Mas ele me ajuda com a faxina de casa, e as vezes ele faz uma comida. Principalmente quando eu estou nas minhas horas de trabalho, de unha, ele consegue até mesmo cuidar do nosso filho faz um pouco de tudo” (MNA1).

“Ele ajuda a lavar uma louça” (MNA8).

“Mas eu conheci ele, ele não lavava um copo. A mãe dele se matava com três homens dentro de casa, que era o pai e os dois irmãos, eles não lavavam um copo. Quando eu falei pra ele “você vai levantar e vai ajudar a sua mãe”, que a mãe viu, a mãe achou que ele estava doente. “Você está doente? O que você tá fazendo dentro da cozinha? Deixa que eu faço.” Falei “não, ele vai fazer. Ele vai fazer!”. E hoje em dia ele faz lá em casa. Graças a Deus! Senão já tinha sucumbido há muito tempo” (MNA7).

A concepção de naturalização e feminização do cuidado dificultam o reconhecimento que cuidar é apreendido e não um dom que a mulher nasce, isto é ensinado, mulheres são desde a infância socializadas para cuidar seja na forma de brincadeira ou na experimentação prática. Houve narrativa em que a realização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado iniciou aos 5 anos de idade. “Varria uma casa, passava pano, tirava pó. Aí trocava o lençol de todas as camas e só. Aí eu lavava louça... Essas coisas que as meninas sempre vão aprendendo” (MNA7).

O trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é de natureza ontológica do Ser Social¹⁰², imprescindível para a sustentabilidade da vida, constituído por um pensado, vivido e sentido, socialmente construído, historicamente feminizado e invisibilizado, com temporalidade permanente e infundável, que gera valor econômico que é expropriado e dependendo da forma que é organizado em sua encruzilhada fortalece assimetrias de raça, gênero e classe que operam como eixos articuladores num sistema interligado de opressão produtor de desigualdades na provisão, distribuição e usufruto dos cuidados.

Cuidado pensado modula o imaginário social e influencia a forma que este é vivenciado e sentido pelos sujeitos. Desse modo compreender os significados e representações sociais atribuídas ao cuidado se torna fundamental para analisar a sua encruzilhada a fim de possibilitar a discussão referente a forma que organiza a sua provisão, distribuição e usufruto. Na esfera macro da agenda pública é determinante conhecer as concepções de cuidado pensado que estão em disputa para proposição de leis e políticas públicas, no âmbito micro das relações sociais

¹⁰² A noção de cuidado como ontológico do Ser Social é proposta por Rachel Passos (2018).

considero fundamental partir do conhecimento deste para realizar o atendimento ao sujeito de forma integrada.

A narrativa das entrevistadas sobre a pergunta: como você gostaria de ter sido cuidada, apontou para a forma que concebem o cuidado, diante de sua vivência, violências sofridas e as violações relacionadas a responsabilidade de executar ainda na infância o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

“Igual as outras crianças de poder brincar. De poder andar de bicicleta, tanto que eu sou uma mulher velha, hoje em dia não sei andar de bicicleta, porque tem um calçadão ali na frente. Aí a gente nunca pôde ir, sabe? Era uma dificuldade danada. A gente não saía, a gente não brincava, a gente não teve o cuidado que era para a gente ter com criança, a gente apanhava muito. A gente só não passou fome, mas em matéria de outras coisas, foi um fracasso” (MNA11).

“Meu deus do céu... com muito carinho, com mais atenção” (MNA4).

“Com mais atenção. Com o olhar de mais atenção, de cuidado, às vezes ser um pouquinho mais mimada. De tanto a gente cuidar de todo mundo, a gente às vezes esquece, às vezes sente falta de ser um pouquinho mimada” (MNA1).

Os elementos constitutivos do cuidado identificados pelas entrevistadas ao olhar para a forma que foram cuidadas coadunam com o conceito de cuidado familiar formulado por Ingrid Elsen (2002), que aponta a presença, inclusão, promoção de vida e bem-estar, promoção e orientação para a vida como seus aspectos constitutivos.

E quando são perguntadas na realidade atual de quais cuidados elas gostariam de receber, os relatos foram relacionados (i) a diminuição da sobrecarga do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, (ii) reconhecer que é uma pessoa que pode usufruir de cuidados.

“Então, às vezes tirar um dia de lazer, de folga” (MNA1).

“Olha, eu gostaria de um apoio financeiro para começo de história... alguém que me ajudasse cuidar das crianças para que eu tivesse um pouco de tempo para mim” (MNA5).

“Eu me ponho numa posição tão desfavorável a receber cuidado que eu sinceramente não sei. Eu acho que eu estou numa posição de cuidadora, essa de ser cuidada já passou, sei lá” (MNA9).

“Não sei. Eu acho que eu nem sei. Não consigo imaginar. **Porque eu cuido tanto que, para mim, receber cuidado seria mais uma questão de paparico praticamente.** E eu não me vejo paparicada, porque sempre eu sou de fazer, não sou de receber. Por exemplo, quando ele tá em casa, ele esquento o almoço, ele me dá a mão, ele me dá suco na mão, ele manda descansar, ele manda deitar, às vezes ele liga dia de semana. “Mô, tô chegando. Vai descansar, não faz nada não.” Mas às vezes até eu fico incomodada. “Ahn? Não vou fazer?” Porque já tá tão no automático... Tão no “você vai fazer” que eu não me vejo não fazendo. Claro que às vezes é um privilégio. Adoro! Mas às vezes é “não. Vou fazer”. **Então eu não me**

vejo sendo cuidada. Eu me vejo cuidando. Já estou tão acostumada, que você às vezes fica acostumada a não receber. Você até quer, mas você tá acostumada a não receber. E já é até normal não receber. E dar. Sempre dar e não receber” (MNA7).

A centralidade da mulher negra na provisão dos cuidados é tão historicamente reproduzida que influenciou na construção de um imaginário e a conformação desta como cuidadora que não precisa de cuidados. O cuidado é ofertado somente quando a mesma adoece. Isso são expressões do racismo engendrado pela colonialidade. A verbalização de ser normal de não receber cuidados constata a hipótese de que mulheres negras se encontram a margem do usufruto do cuidado, ao mesmo tempo que são protagonistas de sua provisão, isto constitui uma questão social para enfrentar e uma realidade a ser considerada na agenda pública do cuidado.

Cuidado Vivido: “quando vejo o dia já acabou.”

O cuidado vivido consiste nas experiências oriundas das trajetórias de vidas dos sujeitos correspondentes as vivências do cuidado seja na sua provisão e/ou usufruto, sua discussão é indissociável a estratificação inerente a forma que o cuidado é organizado socialmente no Brasil.

A prática dos cuidados acontece de formas distintas decorrentes de cada cultura familiar desencadeando na dinâmica peculiar das famílias, compreendendo a esfera micro dos cuidados atrelado ao campo da diversidade, e da esfera macro no âmbito de sua agenda pública e de sua encruzilhada que denomino de cuidado vivido.

O cuidado vivido é construído na realidade das dinâmicas individuais e familiares, sendo peculiar a cada sujeito e família, diante ao universo de significados (valores, crenças, simbolismo e vivências) imbuídos num movimento de influência interna e externa, sendo afetada pelo contexto cultural, social, econômico e político da sociedade.

Experiências: “sou a última a deitar e a primeira a levantar!”

Conforme mencionado no tópico anterior a experiência no trabalho de cuidado e doméstico de mulheres negras inicia ainda na infância e adolescência, saindo da brincadeira para a responsabilidade seja intra ou extrafamiliar, nomeada por elas como forma de ajuda, em que caracterizo eixo estruturante para a

sustentação e viabilidade da provisão dos cuidados nas famílias negras e pobres. “Ainda mais a gente pobre, negro, tem que aprender. É obrigação, vamos dizer assim. Não é o luxo de não fazer. Mas assim, foi bem tardio até, com doze, treze anos. Antes disso minha avó sempre fez questão de fazer tudo” (MNA7).

Este relato demarca a intersecção de classe, raça e gênero na execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. O tardio ser 12 anos aponta para a precoce inserção na realização dessas atividades, das 13 entrevistadas, 11 afirmaram a necessidade e obrigação de fazer atividades de cuidado e doméstica.

“Com 7 anos, cuidava dos meus irmãos, fazia comida para os meus pais na lenha e carregar água na cabeça de São Francisco, água do rio de São Francisco. Que eu amo o rio de São Francisco” (MNA13).

“Cuidava da minha mãe quando ficou doente e dos meus sobrinhos. Tomava Bastante... bastante tempo” (MNA4).

“A minha sobrinha mais velha... a nossa diferença é de sete anos, mas assim desde sempre, eu sempre ajudei ficando com ela, **eu devia ter uns 10 ela tinha 3, eu ficava com ela sozinha**, antigamente tinha muito disso, não é? Hoje em dia que, a gente... pelo menos eu acho que vejo menos, as pessoas têm mais medo assim de dar responsabilidade para as crianças mais novas, bem novinhas. Tinha as tarefas, todo mundo trabalhava, eu estudava, aí chegava em casa, tinha que arrumar a casa, assim... depois de uma certa idade sabia fazer arroz, arrumava a casa, deixava o arroz pronto aí minha mãe quando chegava do trabalho fazia a janta, mas sempre tive responsabilidade assim com afazeres doméstico, sempre tive, desde criança” (MNA9).

“Eu acho que trabalho desde quando eu nasci, sei lá. Não tenho memória sem trabalhar, não, não tenho, não tenho. Eu limpava a casa, era a roupa, era comida aí eu tinha que cuidar delas que era as menores. Minhas três irmãs menores. E ainda tinha os meus dois sobrinhos. Então nisso aí eu fui ali naquela. **Eu me vi minha vida toda assim trabalhando, ajudando, sabe, assim nesse estado assim.** Não tinha tempo para estudar tanto que parei, mas aí depois eu até estudei à noite foi aí que eu terminei, que eu fiz até minha oitava série” (MNA11).

Destaco essas narrativas para refletir sobre dois aspectos: primeiro o início precoce no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e seus impactos, principalmente, nos estudos, além disso suponho a partir da realidade acima apresentada que famílias de mulheres negras conseguem sobreviver por meio da junção do trabalho remunerado e o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, sendo o primeiro viabilizado por mulheres negras e o segundo por seus filhos e rede de apoio, cujo crianças e adolescentes mais velhos cuidam dos mais novos. Esse cenário se repete na realidade de cuidado das entrevistadas em suas famílias que contam com seus filhos e rede de apoio para suprir as necessidades do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

“E eu sabia que não podia mexer no fogão, nessas coisas, então isso eu passei para os meus filhos. Hoje em dia se eu tiver que deixá-los em casa pra ir na rua, no mercado, eu consigo. **Porque hoje em dia eles já são treinados a ficarem sozinhos**, aprenderam o número do meu telefone, porque eu tenho telefone fixo em casa. A ligarem para o celular... Às vezes eles ligam até para falar besteira enquanto eu estou na rua. Eu deixo um na televisão e o outro no celular, sabe que não pode entrar na cozinha pra mexer no fogão, não pode abrir a porta... Mas isso tudo foi um processo de eu sair de casa, me esconder na varanda, bater na porta e escutar pra ver se eles vão falar, se eles vão querer abrir a porta... Então tudo isso também foi um aprendizado para eles. Então o que eu tive eu passo para eles. E eu consigo deixar eles uma hora, uma hora e pouquinho sozinhos tranquila. Eu não gosto de deixar mais do que isso, mas eu consigo. A criação que eu tive, algumas coisas aproveitáveis, a gente tenta passar, porque hoje em dia é muito difícil” (MNA7).

“[...] quando eu estava trabalhando de carteira assinada, o meu filho mais velho de 14 anos perdeu um ano de escola. Perdeu um ano porque ele que tinha que cuidar dos irmãos dele, para eu ir trabalhar ele saiu da escola. Ele que ficava na responsabilidade de olhar as crianças. E aí ele teve que sair da escola. Saiu por causa disso. Tive que sair do trabalho porque aqui é minha responsabilidade” (MNA2).

“[...] Eles se olham sozinhos. O mais velho, no caso... o mais velho cuida dos pequenos, mas acho que eles se olham sozinhos, não é? Porque o grande não cuida dos pequenos, não está dando em nada. Meus dois filhos mais velhos não estavam estudando. [...] Eu realmente, não tinha quem ficasse com eles, quem cuidasse deles. [...] Então, eu sempre cuidei deles sozinha. Eu cuidava deles e do pai. Eu cuidava de todo mundo, eu sempre fui a.... como é que eu posso te dizer? Sempre quem sustentou a casa, as dívida, tudo sempre foi eu” (MNA5).

O segundo aspecto corresponde aos impactos que o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possui na vida, principalmente, nos estudos de crianças e adolescentes negros e pobres e como isto se reproduz de forma geracional nas histórias de vida das famílias de mulheres cis negras anônimas. Isto contribui para as desigualdades do cuidado fortalecendo a estratificação social e a manutenção destas nos piores indicadores socioeconômicos. Esta realidade adensa e complexifica com 12,2% de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das meninas e mulheres negras a partir de 14 anos.¹⁰³

O terceiro aspecto está relacionado a centralidade na provisão dos cuidados das 13 entrevistadas, em que 9 verbalizaram serem as únicas responsáveis pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, 2 relataram serem elas e os filhos/netas e 2 serem elas com seus companheiros. Diante desta realidade as entrevistadas constroem cotidianamente estratégias para enfrentar as diversas expressões da questão social, sobretudo, com a ausência de suporte na responsabilidade do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

¹⁰³ Indicador produzido pelo IPEA referente a proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Sobrecarga: “acordo e durmo cansada!”

As experiências das mulheres cis negras anônimas entrevistadas retratam vivências de sobrecarga, exploração, expropriação, exaustão, controle, negação de direitos, enfrentamento de expressões da questão social, entre outros. Seus relatos são semelhantes, sobretudo na exposição desses aspectos. Um ponto que considero interessante se refere ao horário de acordar e dormir, das 13 entrevistadas, 10 informam ser de 6 horas às 00 horas e até mais tarde e 3 de 4 horas às 00 horas.

“Às vezes, quase nunca eu janto. Só almoço. Aí não me dá vontade de jantar de tanto cansaço. Aí geralmente só tomo banho lá pra meia-noite e meia e vou pra cama. **Sou a última a deitar e a primeira a levantar.** Quando eu vou pra cama, meu esposo de repente já tá até dormindo, as crianças dormindo. Aí eu sempre fecho a casa. Quando não é isso, vou lá estender roupa, vou lá lavar a roupa quando eu não lavo de manhã. Faço à noite o serviço. Já teve dia de eu dormir duas horas da manhã e acordar tipo cinco e meia, seis horas” (MNA7).

“Acordo no mínimo, seis horas, para poder começar a botar as coisas em ordem. E a gente dorme tarde, muito tarde. Teve no outro dia que eu fui dormir três horas da manhã, que a minha mãe não dormiu de jeito nenhum” (MNA11).

No caso das entrevistadas notei que a sobrecarga é um fato independente da faixa etária do beneficiário do cuidado, seja, criança, adolescente, adulto, pessoa idosa e pessoa com deficiência. O que diferencia é o nível de demanda de cuidado de cada beneficiário articulada aos serviços de cuidados que são acessados.

“Não estou vivendo cara. Está sendo traumatizante para mim. Eu sei que é minha mãe e tudo, mas vou falar para você, a carga tá pesada demais, fica tudo nas minhas costas” (MNA11).

“É por causa mais das crianças. Vai aqui, vai ali, faz isso, faz aquilo, cuida da casa e faz isso, bota roupa pra lavar e pega um na creche, faz isso, tem que fazer janta e a gente fica... é o meu caso, eu fico sobrecarregada” (MNA3).

Nas entrevistas 10 mulheres cis negras anônimas relataram que se sentem sobrecarregadas, das 13 entrevistadas, 10 verbalizaram sobre a carga mental, 11 sobre os impactos emocionais e 9 em relação à exaustão e adoecimento físico. A noção de corpos descartáveis de Françoise Vergés (2020) dialoga com esta realidade.

“Sobrecarga mental, tem que pensar em tudo” (MNA8).

“Ah, tem! De vez em quando eu sou surtada, sou muito ansiosa, às vezes sou muito emotiva, às vezes sou muito nervosa de querer brigar, de querer esganar um. [...] Acarreta muita coisa, mais emocional do que física. Claro que física, bastante. Hoje por exemplo estou com as pernas doloridas de ontem eu subi e desci esse Vidigal

acho que umas quatro ou cinco vezes. Mas é mais mentalmente, sabe? Às vezes, você deita para descansar e a sua mente não para, fica zzzz. E você fala “Meu Deus, como é que eu vou dormir? Como é que eu vou descansar?” A mente não para, não para, não para. Eu já acordo assim, o despertador toca. Primeiro que o despertador tem que ficar na cozinha, porque, se ele ficar perto de mim, eu desligo e volto a dormir” (MNA7).

“Então querendo ou não, dá um esgotamento tanto físico, como mental. Eu acho que mental mais ainda do que físico. Eu acho isso. Então é assim... é desgastante. Você tem que trabalhar fora, aí eu chego em casa, eu tenho que limpar a casa toda, é roupa, um roupeiro danado para lavar, é comida para fazer, e corre para cá e corre para lá, aí quando eu consigo botar minha mãe para dormir, aí quando eu penso eu vou sentar um pouco para descansar, não. Aí tem cozinha para arrumar, roupa para estender é esse tumulto assim o tempo todo” (MNA11).

“[...] eu sou responsável por tudo. Em prover materialmente, emocionalmente, impor limites. Em lazer, tudo, tudo é comigo” (MNA9).

As 3 entrevistadas que relataram não sentirem a sobrecarga, ao longo da entrevista descreveram esta e verbalizaram o cansaço na execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. A maior parte sinalizou que esta sobrecarga contribui para o adoecimento seja mental, emocional ou físico. Não admitir que está sobrecarregada e o adoecimento gerado pode representar a sustentação da idealização patriarcal e colonizada de maternidade e do feminino, numa imagem em que este tivesse a obrigação de suportar tudo, sem reclamar e adoecer.

A sobrecarga consiste no acúmulo das demandas do trabalho remunerado com o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado executadas cotidianamente por mulheres cis negras anônimas marcadas pela tríplice discriminação¹⁰⁴ (raça, gênero e classe) responsável pela dupla jornada de trabalho, sendo exploradas e expropriadas, a carga global do trabalho se refere a contabilização desses dois trabalhos.

Lélia Gonzalez (1979) no artigo “Mulher Negra: um retrato” apresenta esta realidade “Acordar cedinho todos os dias. Põe a lata na fila da bica, adianta o almoço, prepara o café, acorda as crianças, lava a roupa mais pesada e desce para ir pro emprego” (p. 32). Isto no Brasil na década de 1980, em 2023 esta realidade é similar a rotina das entrevistadas que em suas narrativas trazem essas demandas. Neste cenário compreendo as desigualdades do cuidado como um fato geracional que se perpetua atravessando décadas e contribuindo para a manutenção da pobreza da população negra.

¹⁰⁴ Termo utilizado por Lélia Gonzalez.

Em relação ao nível de cansaço gerado pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e o trabalho remunerado, relatos de 10 entrevistadas afirmam que o primeiro gera mais cansaço e exaustão diante de sua permanência e repetição.

“Ah, eu acho que o trabalho dentro de casa, porque o trabalho dentro de casa não tem fim. Não tem fim. Você faz hoje, tem que fazer amanhã, tem que fazer depois, tem que fazer daqui a pouco a mesma coisa. Com duas crianças, você é sempre interrompido, pra depois você pegar o ritmo de novo às vezes é um saco. Trabalho de casa não tem fim e não tem reconhecimento. Porque, por mais que o meu esposo brinque, ele fala muito pra mim: você não faz nada o dia inteiro! Passou o dia inteiro em casa! Claro que ele sabe que é brincadeira e eu também sei que é brincadeira, mas às vezes dá vontade de falar: fica um dia no meu lugar um dia só pra você ver se eu não faço as coisas. Vamos trocar! Eu saio feliz da vida pra trabalhar, porque você trabalhando você se distrai. Eu não me distraio. **Eu sou o tempo todo os filhos, o tempo todo as crianças, o tempo todo aquela rotina que não tem fim**” (MNA7).

“Já acordo cansada. Às vezes eu fico muito estressada porque eu não descanso, porque meu psicológico não aguenta” (MNA2).

“Eu acho que dentro de casa, porque é um serviço que, quanto mais a gente caça pra fazer nunca acaba” (MNA1).

“Dentro. Porque eu já chego cansada da rua, então assim, a gente faz as coisas dentro de casa porque tem que fazer. Ninguém gosta de chegar em casa e ter que fazer. Então o trabalho dentro de casa é mais cansativo do que o de fora” (MNA6).

“Porque dentro de casa a gente não para, sempre tem coisa para fazer. No trabalho a gente retira uma hora de descanso, quando não tem nada pra fazer a gente descansa. Em casa não tem como descansar. Sempre tem algo pra fazer” (MNA5).

Assim descansar se torna um privilégio, um luxo no cotidiano das entrevistadas que em sua maioria relatam não conseguirem, isto leva a exaustão desses corpos e adoecimentos.

“Não consigo descansar. Durmo cansada e acordo cansada” (MNA1).

“**Descansar, quando morrer a gente descansa.** Enquanto está de pé não tem que descansar nada” (MNA12).

Interessante perceber a contradição na encruzilhada do cuidado, ao mesmo tempo que algumas mulheres cis negras anônimas verbalizam não conseguirem descansar e o extremo cansaço dizem também que não se sentem sobrecarregadas. A coexistência deste contraste demarca a encruzilhada e me provoca a sair da lente binária para compreender a realidade das entrevistadas.

Rede de Apoio: aquilombamento do cuidado.

Em relação a rede de apoio 7 entrevistadas não contam com suporte, como diz MNA3 “Não, não. Nunca tive ninguém pra me ajudar”. E 6 contam com rede de apoio, isto ocorre de forma intra ou extrafamiliar sendo executado intrageracional e/ou intergeracional, podendo ser remunerado ou não. “[...] intergeracionalmente, onde os mais velhos cuidam dos mais novos e em outros momentos ou simultaneamente os mais novos cuidam dos mais velhos, e/ou intrageracionalmente, em que o cuidado acontece entre a mesma geração” (Thamires Ribeiro, 2016, p. 88).

Para conseguirem atender minimamente as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado as entrevistadas relatam ter uma rede de apoio constituída por amigas, vizinhas, mães, irmãs, sobrinhas, tias, companheiros, filhos e o Auxílio Brasil.

“Conto com a minha mãe, o pai e o meu filho de 14 anos” (MNA2).

“Minhas irmãs, minhas sobrinhas e é todo mundo adulto já. Meu filho é a única criança da minha família, então todo mundo ajuda. A minha sobrinha mais velha vai fazer trinta e seis anos, eu tenho quarenta e três. A mais nova fez dezenove ontem, então é todo mundo já adulto, então todo mundo ajuda muito” (MNA9).

“A minha sobrinha de 5 anos. Ela também cuida. Vou te explicar, o que acontece? Só tem eu e a minha irmã... e tem uma amiga nossa que a gente considera como irmã e também ajuda muito a gente. É, tipo [...] minha sobrinha fica com a minha mãe em casa, porque não tem com quem deixar. Não tem. Como ela é uma criança esperta, o telefone da minha mãe fica em casa, qualquer coisa ela liga para a mãe e os vizinhos ficam atento também, porque é tudo bem próximo aqui, mas a minha sobrinha que fica. [...] Infelizmente ela é criança, mas assim, é uma coisinha pouca para ela, mas que acaba também afetando. Não é uma obrigação dela, mas não fica ruim também. A gente não tem ninguém para ajudar a gente, às vezes a gente tem que fazer isso, mas ela não reclama, é uma criança muito doce” (MNA6).

Quando a rede de apoio é formada pelo cuidado intrageracional, sobretudo, quando são adolescentes cuidando de crianças, e/ou crianças cuidando de crianças e/ou pessoas em situação de adoecimento fica a questão: quem cuida e quem é cuidado? Em relação aos cuidados com crianças e adolescentes Rita Freitas et al. (2011) sugere a noção de maternidades partilhadas referindo-se à transferência e/ou compartilhamento do trabalho de cuidado e doméstico, a outras mulheres, por motivos diversos, mas, sobretudo, devido a necessidade de trabalhar.

[...] dentro das casas sempre podemos encontrar a empregada, ou aquela pessoa que ‘dá uma ajudazinha’, [...] que nos ajuda a partilhar as responsabilidades de criação dos filhos e da manutenção da casa. Outra realidade bastante comum em

nossas classes populares é também o modo como as irmãs mais velhas vão lentamente assumindo as atividades ‘típicas das mulheres’ e passam a gerenciar a casa e os cuidados com os irmãos menores – não usufruindo, dessa forma, da infância que teriam direito, ao partilhar essas responsabilidades. Trabalhamos muito com nossos alunos a noção de ‘maternidades partilhadas’ (RITA FREITAS et al., 2011, p. 22).

A noção de maternidades partilhadas reforça o cuidado como sendo exclusividade da maternidade, retirando a responsabilidade coletiva do cuidado, não considero o uso desta noção adequada para as reflexões sobre o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Considero que as narrativas de compartilhamento sejam remuneradas ou não das atividades no trabalho de cuidado e doméstico evidenciam a ideia de ‘aquilombamento’ enquanto ferramenta estratégica de resistência, coletividade e organização protagonizada por mulheres negras no enfrentamento das expressões da questão social e para viabilizar a reprodução social.

“Porque uma coisa que eu já ouvi uma das mães falando: “Ah, você cobra muito barato!” Mas eu me coloco no lugar das mães, porque eu tenho dois, então eu sei que o gasto pra um é muito, para dois então é assustador. Então não vou cobrar caro. É assim. Eu me coloco às vezes muito no lugar das mães também” (MNA7).

“Já ajudei muito. Mesmo não tendo, quando precisa se eu tiver, eu ajudo. Porque o pouco que a gente tem, eu falo pra todo mundo... como eu fui muito ajudada então eu acho que agora é minha vez de pegar e se a pessoa precisar é minha obrigação de pegar e ajudar também, o meu dever” (MNA10).

Nota-se a atuação e fortalecimento de uma rede que ultrapassa laços consanguíneos e se formam por afetividade e/ou necessidade estabelecendo trocas seja remunerada ou não para conseguirem prover as demandas de cuidados. “o quintal que eu moro é do meu patrão é um sítio, mas que tem várias casa, que todo o vizinho da uma olhada pra cada um. Um olha o outro” (MNA12).

Nadya Guimarães (2020) denomina como “ajuda” a partir da concepção de circuitos de cuidado no qual é vista como uma relação de reciprocidade colaborativa, estruturada numa rede de sociabilidade, em que a retribuição ocorre por meio de trocas (dar-receber-retribuir).

Interessante notar que a entrevistada reconhece o auxílio Brasil como Rede de Apoio para viabilizar o pagamento de sua sobrinha para cuidar de sua filha nos dias que está trabalhando fazendo faxina. Também retrata a importância da proteção social para viabilização dos cuidados.

“Auxílio Brasil é minha rede de apoio. É com esse dinheiro do auxílio que eu pago minha sobrinha de 14 anos. Dou duzentos reais pra ela ficar com minha filha dois ou três dias. Aí divide fica com essa sobrinha ate meio-dia, meio-dia já joga pra outra

de 17 anos que não cobra não, pois já tem um filhinho também. Aí ela quebra meu galho” (MNA8).

Esta foi a única narrativa que sinaliza um serviço do Estado na provisão de cuidados, o que demonstra um contexto familista que centraliza a responsabilidade pela provisão dos cuidados nas famílias. E o uso do benefício para a subcontratação da sobrinha reflete a mercantilização do cuidado operando pela precarização diante da insuficiência da oferta de serviços de cuidado. Identifico a subcontratação como um recurso utilizado por algumas das entrevistadas, porém este é percebido por estas como uma ajuda e não uma contratação diante da baixa remuneração.

“Não é pagar, eu ajudo minha irmã, quando vou ao supermercado eu compro pra ela, ajudo ela a pagar a conta de luz, a conta de luz dela é bem altinha, estou sempre comprando alguma coisa, então eu acho que isso não é pagar. E transfiro o valor de R\$250,00 a R\$300,00, depende. [...] a minha irmã (61 anos) que me ajuda, que fica com meu filho pra mim, ela é aposentada, mas eu ajudo ela também” (MNA9).

No universo de 13 entrevistas, somente 3 entrevistadas pagam alguém para auxiliar no serviço de cuidado e doméstico. Quando possui rede de apoio conta-se de forma gratuita com o auxílio de pessoas com vínculo familiar, consanguíneo, de amizade, ou de parceria para a realização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

“Eu sou a faxineira, eu sou a babá, eu sou a cozinheira, eu sou tudo lá em casa. Eu sou a enfermeira, a professora, a explicadora, o muro de lamentações quando minha mãe liga... Eu sou tudo. Eu sou multiuso. Eu queria muito falar: “Ah, de 15 em 15 dias eu vou chamar uma faxineira.” Aí tu para e pensa que a faxineira tá cobrando em média 150 reais. Aí você fala assim: “Ou você pega na vassoura ou você paga o preço.” Aí a gente pega na vassoura” (MNA7).

Esta narrativa descreve as diversas funções exercidas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e chama atenção para os custos que são invisibilizados na realização deste trabalho. Há famílias com poder aquisitivo que utilizam de sua irresponsabilidade privilegiada e contratam em sua maioria mulheres negras e pobres com baixa remuneração para a realização de todos esses serviços a fim de conseguir tempo para outras atividades relacionadas a manutenção do modelo considerado de vida saudável, viabilizando o funcionamento da sociedade burguesa.

Outro aspecto importante em relação a rede é verificar se é de apoio ou não, pois fazer parte de uma família extensa e/ou ter contatos não significa que este possui disponibilidade de prover suporte quando necessário.

“Porque sou só eu praticamente. Hoje em dia não dá para contar com vizinho, não dá para contar com seu parente... Eu tenho umas parentes que moram meio pra cima. Minha mãe mora longe, minha sogra faleceu. Não tive ninguém” (MNA7).

“Gostaria de ser mais procurada, ser mais amada pela família, por irmãos. Aquele negócio tipo vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, está precisando de alguma coisa? Eu acho que eu gostaria...Eu acho não. Eu gostaria de receber isso” (MNA3).

“Assim, eu falei para você, eu me sinto cansada. Porque eu poderia ter mais um pouco de ajuda. Das irmãs todas. A gente poderia ter um pouco mais de ajuda, todo mundo. Não importa quem mora longe, perto. Mas, não pô vamos ajudar (MNA11) se ela tá se desdobrando em mil para poder tomar conta da mãe, a gente também que trabalha fora, a gente também pode se dobrar também em mil também para poder ajudar ela. [...] Eu acho que todo mundo pode se desdobrar também e revezar vir e me ajudar, eu acho assim” (MNA11).

Além disso, conforme o PNAD o trabalho não remunerado comporta atividades voluntárias, as entrevistadas, independente de terem recebido ajuda ou de possuírem rede de apoio realizam essas atividades seja nos espaços religiosos, no suporte a outras mulheres e famílias, e/ou no território, 10 mulheres cis negras anônimas ajudam ou já ajudaram alguém seja da família, colegas, do território e em instituições que não moram em sua casa.

“A minha mãe, sempre ajudei. Sempre não, ajudo até hoje. Que esse dinheiro também um salário não dá pra nada, aí tem o remédio dela, medicação, ela tem problema de pressão alta. Aí a gente vai e dá uma forcinha” (MNA8).

“E assim ajudar as pessoas por aqui, todo mundo que precisar: “dá uma olhadinha no meu filho rapidinho”. Geralmente ela que pede, ela [vizinha] se mudou tem dois meses, um mês. “pode pegar meus filhos na escola?”, aí eu vinha do meu trabalho, onde eu trabalhava, passava lá e pegava as crianças. “Passa o olho neles pra mim?”, a minha tia mesmo ela fala, se eu falar: “eu vou no mercado”, ela fala: “passa aqui em casa, faz não sei o quê para mim?”, então assim, estou sempre aqui. Bairro pequeno, é sempre um auxiliando o outro” (MNA6).

“[...] se a pessoa estiver precisando de alguma coisa, que eu vá lá é... limpe uma casa... eu nem cobro porque é uma pessoa que está precisando, eu vou. Falo com minhas filhas eu já fui muito ajudada, muito ajudada então só tenho que agradecer a Deus por ele ter me sustentado e sustentado minhas filhas até hoje” (MNA10).

“Eu ainda dou comida para morador de rua, vou e faço comida. Faço sopa, ou mesmo arroz, feijão, compro uma salsicha, faço com legumes e angu, eu e minha comadre fazemos e vamos entregar.. Na comunidade eu vejo quem precisa de doação, de uns legumes, uma cesta básica eu vejo quem é. Vou e ajudo. Pego nos sacolões daqui de Ipanema que a gente tem. Eles vão, me ajudam aí deixo todo mundo encher uma bolsa. Quem precisa” (MNA11).

Os relatos mostram que apesar de toda a sobrecarga advinda da carga global do trabalho as entrevistadas ainda se organizam em aquilombamento reservando o tempo para realizar fora de suas casas, de forma voluntária, o trabalho de cuidado e doméstico. Isto retrata o não acesso a serviços de cuidado no território. Ao mesmo tempo revela as violações de direitos diante não acesso

ao cuidado, em que destaco o impacto na redução ou retardamento dos estudos dos filhos de entrevistadas diante da necessidade de atender as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

A ausência da rede de apoio contribui para o aumento da intervenção do Estado na responsabilização das famílias pela provisão dos cuidados, por exemplo a MNA5 foi orientada pela escola do filho sobre a possibilidade de receber uma notificação do conselho tutelar diante do excesso de faltas às aulas.

“Só me notificaram que o conselho tutelar ia chamar, mas não fui chamada. Eu fui, conversei só com orientador que me perguntou o porquê que meu filho estava com tanta falta, teve um mês que ele só estudou dois dias e os outros meses que ele estava com muita falta, aí ele repetiu o ano. E falou que os professores conversaram por ele ser um bom aluno e também ter tirado algumas notas bem boas, que eles iam ver se iam fazer uma recuperação para poder aprovar ele, mas pelas faltas dele não deu para nem eles tentar ajudar ele. Aí fui lá, assinei o que tinha que assinar, passei ele para de manhã porque à tarde eu trabalho não tenho como ir, não tenho como monitorar ele para ir para escola, mas de manhã, eu acordo de manhã junto com eles, coloco eles para escola e depois vou trabalhar” (MNA5).

Emerge a questão: esta mulher cis negra anônima está sendo negligente nos cuidados com seus filhos ou está sendo negligenciada pelo Estado? Considero que está sendo impactada pela negligência do Estado.

“Então, eu tive que ir lá buscar as transferências da escola porque eles estavam ficando muito sozinho dentro de casa, eles estavam estragando muitas coisas, não estava se alimentando... meu menor já estava praticamente desnutrido, então o menino... eu chegava, jantou? Não jantou. Acordava de manhã com uma fome, ele já acordava junto comigo, porque eu acho que era porque que minha mãe vai me dar comida. Porque os outros, vinte e quatro horas no telefone e faltando aula e tal. Aí até que eu conversei com o pai deles, como ele não está trabalhando agora de carteira assinada e está em casa, eu falei pra ele “fica, melhor as crianças ficar com você, porque pelo menos você está em casa, você tem como dar limite para as crianças, fazer comida, botar pra tomar banho, botar pra ir pra escola, e olhar”, porque eu não tenho como olhar, eu saio cedo e chego tarde do trabalho é uma coisa que não é impossível de fazer, eu vou chegar, vou brigar, vou falar mas não vai adiantar de nada porque eles estão sozinhos, eles não tem nenhum adulto que possa ter regras. Eles fazem as regras deles dentro de casa, não tem ninguém pra botar regra, não tem ninguém pra poder mandar fazer, deixar de fazer, então eles fazem o que querem dentro de casa. [...] eu senti muita falta das criança em casa. O pai nessa tarefa com os filhos, não é sozinho, é ele com mais umas pessoas pra ajudar” (MNA5).

Isto retrata a ausência do Estado na oferta de serviços de cuidado no território a fim de dividir a responsabilidade pela provisão dos cuidados. E reafirma a necessidade de haver o direito ao cuidado garantido na constituição federal para viabilizar a proposição de políticas públicas que atendam a realidade e necessidades de mulheres negras.

Estratégias: “vou me desdobrando!”

São inúmeras as estratégias construídas e utilizadas pelas entrevistadas para conseguir realizar o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, segue abaixo algumas:

“Então, geralmente eu faço janta que sobre para o almoço. E no dia seguinte faço janta novamente. Sexta-feira eu decretei lá em casa que é dia de lanche. Há muitos anos. Sexta-feira ou é uma pizza ou é um hambúrguer ou uma porção de batata-frita, porque é o meio que eu achei de eu me descansar da cozinha. Porque eu não tava mais aguentando. Primeiro eu fiz o dia do restinho, aí não deu muito certo. **Meu esposo não queria ficar comendo restinho. [...] Aí eu decretei dia do lanche. Eu que compro.** [...] Quando é cachorro-quente, quem tem que ir pra cozinha sou eu de novo. Então não rola muito. Prefiro pizza que é só tu ligar e chega lá em casa. Ou o hambúrguer ou a porção de batata-frita... Mas o pão de queijo, o pão de alho, que você bota só no forninho... pronto! Uma coisa mais facilitado que você estar lá com o umbigo lá no fogão” (MNA7).

“Então, eu tento é me organizar pra cada dia fazer um pouco de cada coisa, para não ficar muito, muito cansativo” (MNA1).

“Eu faço assim, cada dia eu faço uma coisa. Ainda mais quando eu quero fazer faxina, cada dia eu faço uma coisa” (MNA3).

“A comida eu tento fazer em quantidade, fazer e congelo, deixo pra ir esquentando no microondas” (MNA9).

“Eu deixo arroz, feijão, as carninhas tudo limpinho no vasilho, aí é só tirar, mas arroz fica pronto, o feijão. Faço assim pra uns dois dias, três dias, congelo aí joga no micro-ondas. Ontem que ela (sua neta) fez uma batata, [...] botou uns carrés no air fryer” (MNA12).

“Assim minha estratégia é planejar. Primeiro eu vou fazer isso, depois fazer aquilo” (MNA11).

Interessante notar como os utensílios domésticos como microondas, air fryer, máquina de lavar, entre outros otimizam e reduz o tempo empreendido no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Também facilita a participação de crianças e adolescentes nesse trabalho, as entrevistadas relataram deixar a comida no prato para que em sua ausência o filho pudesse só esquentar.

Apesar de não ser mencionado diretamente pelas entrevistadas considero como uma das estratégias o estabelecimento das “obrigações dentro de casa” correspondente a tarefas e atividades que ficam na responsabilidade de seus filhos, seja criança ou adolescente. Houve relatos em que crianças e adolescentes eram responsáveis por fazer a comida, mas não podiam utilizar a panela de pressão, tudo que precisava deste utensílio ficava a cargo das entrevistadas.

Nas entrevistas não foi mencionado o uso dos equipamentos do Estado e/ou projetos sociais como estratégia, isso sugere a compreensão do nível de familismo

presente. A necessidade das entrevistadas de construir e reconstruir diversas estratégias cotidianamente reforçam a importância de haver inserção do direito ao cuidado na legislação brasileira, bem como sua discussão na agenda pública, a fim de viabilizar a construção de um sistema interseccional integrado de cuidados que possa subsidiar políticas públicas com foco de reduzir, reconhecer e redistribuir o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Ao escutar as entrevistadas percebo a permanente tentativa de atender as demandas do trabalho remunerado com o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado na luta pela sobrevivência e no enfrentamento as expressões da questão social.

“Então... eu até costumo dividir os horários. Olha, não tenho nem palavras para te dizer o quê que eu faço pra dar conta dessa rotina. Eu sei que eu vou me desdobrando... dou uma escapulida aqui, dou uma escapulida ali para poder como, manter em ordem” (MNA5).

Eleonor Faur (2014) utiliza o termo malabarista para nomear mulheres tentando equilibrar as demandas desses trabalhos, considero uma representação apropriada a realidade das entrevistadas que não podem parar diante da necessidade permanente de contornar situações difíceis e adversas.

A estratégia mencionada pelas entrevistadas para conseguir ter um mínimo de tempo é não fazer: “É ir sujando e não limpar. A estratégia é essa.” (MNA4) e isso é percebido por elas como: “Às vezes tiro um dia e falo: “hoje não vou fazer nada”. Um dia que eu dou uma de doida mesmo e não faço nada.” (MNA3). A fala se caracterizando como louca, maluca e doida a não realização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado mostra o nível profundo de enraizamento da naturalização da feminização do cuidado como elemento constitutivo do cuidado pensado e vivido das entrevistadas.

Considero o tempo uma chave analítica importante para a reflexão do trabalho de cuidado e doméstico. As estratégias mencionadas tem como uma das finalidades a redução de tempo empreendido na realização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de viabilizar a produção de tempo para dar conta de outras demandas.

E a quantidade de estratégias construídas e utilizadas depende dos níveis de atuação dos agentes na provisão, distribuição e acesso da encruzilhada do cuidado. É relevante verificar se a mulher cis negra anônima situada no centro da

encruzilhada possui suas necessidades de cuidados atendidas pelo Estado, Mercado, Família e Território.

Acesso/usufruto dos cuidados: “Deus. É, só ele pra ajudar!”

Foram realizadas perguntas com a finalidade de apreender o acesso/usufruto dos cuidados na realidade das entrevistadas. Nesta seção destaco três perguntas: (i) na sua casa quem recebe cuidados? (ii) alguém cuida de você? (iii) se você precisar quem cuida de você?

Em relação a primeira os beneficiários do cuidado no âmbito intrafamiliar são filhos e netos, mãe e esposo, este último e filhos adultos são os únicos que demandam cuidados sem haver uma necessidade específica, ou seja, é adulto e não possui nenhum adoecimento, deficiência, nem está numa fase que necessite de cuidados. Isso retrata as características da idealização colonizada e binária de feminino, masculino, de maternidade que confina a mulher na função de cuidar seja de quem tem ou não capacidade de se cuidar, ou seja, independe do nível de autonomia de cuidado.

Quando perguntado alguém cuida de você obtive os seguintes resultados:

- Filhos representam 4 respostas, sendo composto por metade crianças e adolescentes e a outra metade as filhas adultas. “Meus filhos [17, 14 e 11 anos]. Cuida muito mesmo” (MNA4).
- Companheiro corresponde a 2 respostas. “Meu esposo cuida de mim de uma boa forma. Ele é bem preocupado, sempre está me ligando, “onde você está? O que você está fazendo? Vem embora logo, não demora muito” sempre preocupado” (MNA1). Também Houve relatos de entrevistadas que mesmo morando com seu companheiro não o identifica como alguém que cuide dela.
- Deus foram 3 respostas retratando a fé e a religião como um espaço de receber cuidados. “Deus. É, só ele pra ajudar” (MNA8).
- Ninguém representa 4 respostas. “Não (ninguém), é eu que cuido de todo mundo” (MNA11).

Apesar de parecidas as perguntas (ii) e (iii) correspondem a dimensões distintas, uma diz respeito a identificação da provisão de cuidados e a outra se refere a necessidade de receber cuidados. Nesta última as entrevistadas

verbalizaram ser o companheiro, filhos, mãe, tia e irmãs como as pessoas que podem contar caso precise receber cuidados, outras reforçaram não haver ninguém em que possa obter esse suporte. A maior parte ao responder esta questão sinalizou as dificuldades em poder contar com alguém. Em relação aos seus companheiros este é percebido como ajudantes e só cuidam quando as mesmas estão adoecidas. “Quando eu estou quase morrendo, meu esposo me ajuda” (MNA7).

Destaco que o reconhecimento pelas entrevistadas de seu companheiro na função de ajudante quando se refere ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, reifica a divisão sexual do trabalho e a naturalização da feminização do cuidado, dificultando avançar na transformação desta concepção para a compressão de que cuidar é aprendido e consiste numa responsabilidade coletiva, que deve ser partilhada entre os integrantes das famílias que residem na mesma casa. E na perspectiva do direito precisa ser assegurado pelo Estado na sua provisão e regulamentação.

As respostas dessas três perguntas constataam o não acesso dessas mulheres cis negras anônimas ao cuidado. Isto confirma a hipótese que estas se encontram a margem do usufruto do cuidado, e são protagonistas na provisão dos cuidados.

Cuidado Sentido: “Cuidar é bom até certo ponto. Quando vira obrigação é um martírio.”

Cuidado sentido consiste na demanda emocional gerada pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Segundo Karina Batthyány (2021) ainda é recente na literatura do cuidado e pouco estudada.

Nesta tese inserimos o cuidado sentido de forma exploratória e complementar a fim observar a partir do objeto de estudo alguns elementos da demanda emocional na realidade e vida das mulheres cis negras anônimas entrevistadas. Ressalto a importância deste tema ser estudado no campo da psicologia. Utilizo nesta pesquisa algumas perguntas, organizadas no campo da provisão e usufruto do cuidado, com o propósito de conhecer como as entrevistadas se sentem: (i) na função do cuidado; (ii) cuidadas; (iii) responsável por cuidar de quem; (iv) cuidando dos seus filhos; (v) em dívida de cuidado com alguém. Além disso foi inserida a pergunta: qual seu maior medo?

As entrevistadas ao longo de sua narrativa apontavam a carga emocional gerada pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Percebi a dificuldade de algumas expressarem os malefícios do cuidado, porém esses aparecem no decorrer das entrevistas.

O cuidado sentido evidencia a relação entre o cuidado pensado e o cuidado vivido e provoca o exercício de sair da lógica binária, entrecruzando sentidos e significados contraditórios, isso pode ser observado no relato das entrevistadas sobre como se sentem na função da provisão do cuidado.

“99,8% é furada (risos). Não, assim. É porque a gente se cansa muito, então tem dias que você não quer ouvir a voz de ninguém, não quer saber de nada, não está nem aí se tem comida pra fazer... Você não quer fazer. **Você se recusa a ser até mesmo você mesmo, porque você sabe que, se você estiver, está no teu papel, você vai ter que fazer. Então eu não quero ser eu.** Quero ser qualquer outra pessoa, para não fazer. Muitas das vezes eu falei “Eu quero ser pai! Hoje eu quero ser pai, porque pai não tinha obrigação.” Quer dizer, tem obrigação, mas ele não fazia, porque... eu já fazia muito. [...] Porque tem dias que você está assim, saturada, esgotada. E tem dias que você acorda disposta a cuidar praticamente do mundo inteiro. Porque tem dias que você quer fazer. Tem dias que você não quer ver. [...] **Cuidar é bom até certo ponto. Quando vira obrigação e você não está a fim naquele dia, é um martírio**” (MNA7).

“Então, é como eu falo... é cansativo. Mas é gostoso, sabia? Eles sorriem o tempo todo pra você. Eles falam: “mãe, te amo” o tempo todo. Aqui toda hora é assim: “mãe, te amo”, “mãe, te amo”. Então... isso me deixa feliz, muito feliz. Assim, Deus, é cansativo, mas só o senhor que ama seus filhos. Nossa, é a melhor coisa que existe” (MNA2).

“Olha, cansativo... cansativo... às vezes a gente quer...até quer meter o louco, meter o pé largar todo mundo lá. Que às vezes eu dou uma surtada... falo que eu vou abandonar todo mundo. [...] o benefício que eu vejo é só de criar meus filhos. Ser pessoas melhores, ser cidadãos de bens. Poder ter um futuro melhor do que o meu” (MNA5).

Constato a sensação de estar sempre em falta diante da sobrecarga gerada pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. No relato das entrevistadas percebi uma naturalização desta sobrecarga a imagem idealizada de maternidade e que o marcador social etário pode delimitar a intensidade dos tipos de sobrecarga, por exemplo, na faixa etária entre 50 e 65 anos a principal sobrecarga foi a física, nas outras idades a sobrecarga mental e emocional foi predominante. “Há coisas boas... há coisas ruins. É que é bem cansativo. Às vezes eu fico exausta. Eu acho que não é nem o físico. É mais o psicológico” (MNA3 - 30 anos).

“Eu sou muito crítica. Eu acho sempre que está faltando, que eu devia fazer diferente. Que eu sou uma mãe, mas que deixo muitas lacunas abertas e tal, mas ao mesmo tempo eu acho que eu faço com ele o que eu gostaria que fizesse comigo. Eu tento fazer o que eu gostaria que fizesse comigo” (MNA9).

O cuidar também é sentido como um lugar de autovalor e importância. “Eu me sinto feliz de estar cuidando de alguém. De eu estar sendo é... como eu posso dizer, eu estar sendo importante, uma peça importante na vida de alguém.” (MNA1).

Em sua maioria as entrevistadas verbalizam se sentirem responsáveis pelos cuidados com os filhos, mãe e netos. Apesar de não se sentirem responsáveis pelos cuidados do companheiro, em suas vivências estes aparecem como receptores de cuidados. O cuidado pensado, o cuidado vivido e o cuidado sentido podem ser diferentes, ou seja, penso de uma forma, sinto diferente, e vivo de outra maneira.

Destaco que todas relataram se sentirem cuidando de seus filhos.

“Eu sei que eu sou uma boa mãe. Às vezes vem aquela cobrança e às vezes eu me sinto uma péssima mãe. Mesmo fazendo isso tudo. Mas às vezes eu me cobro que eu poderia fazer mais. Às vezes, quando eu não dou conta, aí vem frustração. Por que é que eu não consigo fazer mais?” (MNA7).

A classificação de “boa” ou “péssima” mãe está relacionado aos sentidos e significados atribuídos a maternidade no campo do cuidado pensado que pode ser contrastante e similar ao cuidado vivido gerando uma demanda emocional no cuidado sentido.

Em suas narrativas 7 entrevistadas expuseram que se sentem em dívidas de cuidado com suas mães e seus filhos, o cuidado com as mães apareceu de forma predominante, sobretudo, em seu processo de adoecimento. “Só minha mãe mesmo, só minha mãe. Que eu poderia ter feito mais e não fiz” (MNA3).

“Às vezes eu sinto por causa do meu filho mais velho. Poxa, podia ser melhor. Eu acho que isso é de todas as mães. Queria dar mais, a gente já começa querendo dar muito mais. E eu fico pensando nisso. Acho que eu queria ter o tempo todo para eles. O tempo todo, todo, todo para eles, mas não é como a gente quer” (MNA2).

No campo do cuidado o tempo é uma dimensão estruturante e fundamental, é de grande valor. Além de toda a sobrecarga gerada pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, o tempo é um dos principais elementos consumidos. Quando se compra serviços de cuidado e domésticos, adquire-se tempo. A pobreza do tempo ocorre juntamente quando não há condições financeiras que viabilize a contratação dos serviços de cuidados no contexto de sua mercantilização.

Portanto, cuidado é um bem coletivo em que o Estado deve assumir a centralidade em sua provisão e regulação de modo que viabilize acesso a todas e

não somente através da mercantilização somente com quem possui capital. Por isso que o direito ao cuidado e suas políticas precisam considerar as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

No âmbito do usufruto do cuidado, 7 entrevistadas verbalizaram que se sentem cuidadas pelos companheiros, filhos, mãe e Jesus. Destaco que nem todas que possuem companheiros expõem se sentirem cuidadas por eles, os filhos mencionados são crianças e adolescentes, e a religião novamente se apresenta como um lugar de se sentir cuidada. E 6 mulheres cis negras anônimas relatam não se sentirem cuidadas. Essa realidade retrata a solidão das mesmas e aponta o não acesso ao cuidado comprovando a premissa de que estas são as que mais cuidam e as que menos são cuidadas. Nas suas narrativas não aparece os equipamentos públicos e políticas públicas como um espaço de cuidado.

Em relação ao medo observei que o demarcador etário influencia em seu tipo sentido pelas entrevistadas, na faixa etária entre 51 e 65 anos, os medos variam entre “ficar sozinha”; “violência urbana”, “morrer e não acompanhar os netos e vê-los fazendo faculdade” e “não ter medo”, já entre 30 e 49 anos, o medo concentra-se em não ter recursos financeiros para criar os filhos e morrer e deixar os filhos ainda pequenos, pois não vai ter ninguém para cuidar deles, de ser uma decepção para o filho, também houve o medo de acontecer algo com os filhos por serem pretos e pobres.

“Toda mãe tem um sonho assim de um filho perfeito e eu sei que meu filho não é perfeito e ele não precisa ser, mas ele precisa ser alguém que esteja adaptado a uma realidade da sociedade que a gente vive, por conta de várias situações. De ser homem, negro, favelado e, assim, a minha maior preocupação é que ele cresça e que ele escolha ser feliz e que ele faça uma escolha, que essa escolha traga felicidade a ele. [...] eu quero, sempre a escolha que ele fizer leve a felicidade sem que faça mal aos outros. Que seja um cara do bem, de bem com a vida” (MNA9).

“O meu maior medo é faltar pros meus filhos, porque são pequenos. Eu sempre falo assim pra Deus: ‘Ah, meu Deus, me dá mais um pouquinho de vida, só para eu ver os meus filhos pelo menos fazendo 15, 16 anos, aí eles podem começar a trabalhar, eles podem começar a se virar’” (MNA7).

“O maior medo cara, assim eu acho que eu não tenho, não tenho, eu como eu entrego minha vida todos os dias, a vida dos meus filhos, dos meus netos, na mão de Deus. Então assim, medo é uma coisa que a gente não tem que ter, gente hoje em dia, a gente vive de sorte” (MNA11).

“Eu acho que o meu maior medo hoje é ser a decepção na vida do meu filho” (MNA1).

As narrativas referentes ao maior medo que as entrevistadas possuem revela e ratifica a centralidade de mulheres cis negras anônimas na provisão do cuidado, e outras expressões do racismo.

4.9.

Reconhecer, Reduzir e Redistribuir os cuidados

A forma que o cuidado é organizado socialmente pode promover desigualdades ou equidade e justiça, sendo um elemento constitutivo da vida e construído socialmente. Sua organização pode se estruturar numa base familista ou numa perspectiva baseada em direitos que assegure a provisão, distribuição e acesso/usufruto em condições de qualidade e equidade.

Esta tese defende que os parâmetros de orientação do planejamento e implementação de políticas de cuidados pode ter como ponto de partida a garantia do direito ao cuidado, incorporado como 4º pilar da seguridade social, seguido da criação de um sistema interseccional integrado de cuidados a fim de viabilizar a construção de um plano nacional de cuidados que considere o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e a realidade de mulheres negras.

De acordo com a literatura do cuidado e as experiências internacionais de implementação de sistemas integrais de cuidado, a agenda pública deve discutir ações e políticas que consigam reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. É uma proposta que inverte a forma que o cuidado é organizado socialmente, ao invés das políticas públicas se estruturarem na existência da disponibilidade integral de uma pessoa, sobretudo, a mulher, no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, é recomendado pelos organismos internacionais tipo ONU Mulheres que haja políticas para reconhecer, reduzir e redistribuir este trabalho.

Conforme Diane Elson (2017) reconhecer consiste em visibilizar e valorizar, redistribuir diz respeito a distribuição de forma justa e equilibrada e reduzir refere a apoiar e promover a cobertura das necessidades básicas do cuidado a fim de diminuir a carga de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

No âmbito das entrevistas da pesquisa, também foram realizadas perguntas para conhecer a visão das mulheres cis negras anônimas em sua realidade sobre

valorização, distribuição e redução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Reconhecimento

No campo do reconhecimento utilizei duas questões: (i) quem cuida é valorizado; (ii) você se sente valorizada. Em relação a primeira 3 entrevistadas responderam que sim, 3 depende do contexto e 7 afirmaram que não há valorização de quem cuida, isto é reflexo da forma em que o cuidado é organizado socialmente. Entretanto 8 entrevistadas verbalizam se sentirem valorizada pelas pessoas que cuida, sobretudo, pelos seus filhos. Apesar disso, no decorrer das entrevistas observo vários contextos de desvalorização ao explicitarem suas vivências no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Esta contradição revela a complexidade deste tema e as diferenças entre cuidado pensado, cuidado vivido e cuidado sentido. Além de sugerir que a agenda pública de cuidado considere essas três dimensões na construção de estratégias, políticas e ações na perspectiva da transformação cultural decolonizada, antirracista e equitativa, sobretudo, nas relações de raça, gênero e classe.

A revalorização está diretamente ligada as relações de raça, gênero e seus papéis construídos socialmente, desse modo, cabe compreender suas representações sociais e as bases que o cuidado pensado se encontra enraizado a fim de verificar se seu alicerce é conservador de base familista ou transformador pautado pelo direito para a partir disso criar estratégias e propor ações voltadas para a equidade.

Considero que a literatura do cuidado através de seus estudos e pesquisas possui sua base consolidadas nas questões e desafios das representações de gênero na sociedade, entretanto ainda há uma lacuna na dimensão racial que precisa ser conhecida e reconhecida. É necessário enegrecer o cuidado para pautar na agenda pública ações que atendam a realidade de mulheres negras.

Para reconhecer é preciso conhecer, assim é preciso haver investimento na implementação continuada dos estudos do uso do tempo com a incorporação do indicador social do cuidado construído por Hildete Melo e Lucilene Morandi (2020), com a finalidade de mensurar e valorar o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, mostrando os custos, bens e serviços gerados por este trabalho invisibilizado, o inserindo nas Contas Nacionais. Para isso é necessário que haja

a aprovação do projeto de lei 639/2019 que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Redução

No âmbito da redução foi realizado três perguntas, sendo elas: (i) já deixou de fazer algo em sua vida porque tinha que cuidar de alguém ou por ter que fazer as tarefas domésticas; (ii) na vida adulta já precisou reduzir sua jornada de trabalho para cuidar de alguém; (iii) como você considera que podem ser reduzidas as tarefas cotidianas de trabalho e doméstica.

De forma majoritária as entrevistadas confirmaram que já deixaram de fazer algo diante da demanda do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, suas respostas retratam o impacto deste trabalho em suas vidas.

“Assim, quando a gente se torna mãe, minha filha, sempre a gente deixa de fazer alguma coisa para gente pra fazer pelo bem do filho. A gente sempre abre mão.” (MNA1)

“Com certeza já deixei de descansar e já deixei de dormir” (MNA7).

“Deixei muita coisa para trás pelos meus filhos” (MNA13).

“Várias coisas. Trabalhar, sair... estudar” (MNA5).

“Já. Eu não tenho assim, uma vida social agitada porque eu fico com meu filho” (MNA9).

O impacto decorre da forma que o cuidado é organizado socialmente, suas narrativas confirmam o ciclo de familiarização, feminização, mercantilização e racialização do cuidado, contribuindo para a perpetuação do ciclo de desigualdades e pobreza.

Isto gera um círculo vicioso entre cuidados, pobreza, desigualdade e precariedade, uma vez que as pessoas que estão em pior situação econômica são menos capazes de contratar parte dos serviços de cuidado de forma remunerada no mercado, tendo que realizar este trabalho elas mesmas. Por sua vez, quanto mais trabalho de cuidado é realizado, mais dificuldade são enfrentadas para superar a pobreza porque a pobreza de tempo limita as oportunidades de entrar no mercado de trabalho, uma situação particularmente grave para as mulheres que dirigem famílias monoparentais (Bango & Patricia Cossani, 2021, p. 18).

Em relação a jornada de trabalho 8 entrevistadas relataram que precisaram reduzi-la ou flexibilizá-la por conta da demanda do trabalho de cuidado e

doméstico não remunerado, algumas tiveram que sair do mercado de trabalho formal, tendo que se reinventar na autonomia para conseguir atender as necessidades do trabalho de cuidado e doméstica não remunerados.

“Eu trabalhava fora, depois que eu casei e tive os filhos passei a trabalhar em casa, eu fazia muito tapete pra vender, costurava muito na máquina fazendo paninho, fazia crochê, essas coisas assim que eu sabia fazer pra ganhar um dinheirinho pra poder ajudar em casa. Lavei muita roupa pra fora, passei roupa à beça, era dia e noite passando roupa. E não era na máquina de lavar não, era roupa na mão, pessoal dava um tablete de sabão queria que a gente lavasse um trouxão de roupa. Poxa, as garotas tudo pequenininha, botava tudo no chiqueirinho, ficava no chiqueirinho e eu lavando roupa, e passando e botava roupa dos outro pra quarar. Era tudo na mão, no tanque” (MNA10).

As narrativas confirmam que o tempo gasto no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é um dos principais obstáculos enfrentados na inserção e permanência no mercado de trabalho formal. E evidencia a incompatibilidade da demanda deste trabalho com as exigências impostas pelo mercado.

E 5 entrevistadas relataram não ser preciso haver a redução da carga horária de trabalho. “Não, eu faço correndo, só faço tudo correndo. A minha vida é uma correria eu só faço tudo correndo” (MNA11).

Precisando ou não reduzir a jornada de trabalho as respostas das entrevistadas retratam como as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado impactam na sua inserção e permanência no mercado de trabalho formal. Desse modo enfrentam condições de trabalho precária, desproteção social, desvalorização, baixas remunerações e intensos desgastes físicos.

Para as entrevistadas há muitos desafios para a redução do trabalho de cuidado e doméstico, algumas relatam a inviabilidade disso acontecer diante de sua demanda, a situação de vulnerabilidade social não permite a contratação de serviços domésticos e de cuidados, a oferta de serviços pelo poder pública não atende suas necessidades sendo insuficientes, praticamente sozinhas se veem na seguinte condição:

“Não, porque eu não tenho tempo” (MNA6).

“Pra eu fazer as minhas coisas, eu tenho que me virar, eu tenho que dar meu jeito. Fui eu que quis ter filho, então **eu tenho que dar meu jeito**. Aprendi a dar o meu jeito com um, depois aprendi a dar o meu jeito com dois, e depois eu aprendi a dar meu jeito com um montão, porque eu tomo conta de criança hoje em dia” (MNA7).

“Então eu acho que por enquanto ainda não. Se eu não trabalhar eu não tenho. Os meus filhos são pequenos, então não tenho como. Não adianta nem tentar que não dá. Eles precisam de cuidados. Precisa de ter um almoço, de ter a janta e a casa limpa, para estar em um ambiente saudável. Então isso eu não posso, não consigo nem fazer nada” (MNA2).

“Só se eu parar de trabalhar. Se meu marido bancasse tudo. Gente, esse dia vai chegar, se Deus quiser” (MNA8).

“Olha, eu não sei reduzir, é porque o trabalho toma conta do dia inteiro, talvez se trabalho tivesse um horário mais flexível, porque você trabalhar nove horas em pé, e chegar em casa ainda ter um monte de coisa” (MNA9).

“Olha, eu acho que assim poderia ser reduzida no caso se tivesse mais alguém para ajudar” (MNA5).

As narrativas mostram a desresponsabilização do Estado na função de prover e regular os cuidados e a centralidade das entrevistadas nesta função, quanto maior o nível de dependência do cuidado, como neste caso, as crianças pequenas, menor a possibilidade de reduzir a demanda do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Observo que os relatos refletem e reforça a divisão sexual do trabalho, expõe a carga horária no mercado de trabalho como um desafio em conciliar com as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, além de afirmar a solidão das entrevistadas nesta função.

E me faz refletir se os equipamentos públicos possuem horários flexíveis para o atendimento das entrevistadas, a pobreza de tempo enfrentada por elas inviabiliza o acesso a determinados serviços públicos, “não tive tempo de ir ao CRAS ver o negócio do Bolsa Família” (MNA12). A flexibilidade de horários, adequados a realidade de mulheres negras, nos serviços ofertados é uma pauta a ser inserida na discussão da agenda pública do cuidado.

A corresponsabilização com o Estado na provisão e regulação dos serviços de cuidados e domésticos contribui para a redução deste trabalho não remunerado e na diminuição das desigualdades sociais. Conforme tratados internacionais no qual o Brasil é signatário e a recomendação da ONU:

Os países da região que desejam enfrentar os desafios da redução da pobreza e da desigualdade em todas as suas formas devem investir como prioridade no desenvolvimento de Sistemas de Cuidados, a partir de uma perspectiva de direitos humanos com ênfase em gênero, interseccionalidade e interculturalidade (Bango & Patricia Cossani, 2021, p. 18).

Neste incluo a ênfase de raça ao lado de gênero, pois considero fundantes nas análises dos cuidados no Brasil. A redução precisa impactar na diminuição das disparidades de raça e gênero. Desse modo não adianta somente avançar na

agenda pública de cuidados, é necessário que haja ênfase nas questões raciais para a construção de seus marcos normativos.

Redistribuição

Na esfera da redistribuição foi realizado três perguntas, sendo elas: (i) na sua casa quem prove cuidados; (ii) como é a distribuição das tarefas de cuidados e domésticas em sua casa; (iii) o que acontece se você não tiver mais condições de fazer as tarefas de cuidados e domésticas.

Na primeira questão as entrevistadas se identificaram como as únicas provedoras de cuidados, somente uma mencionou o companheiro junto com ela. Isso reforça a centralidade das mesmas na provisão do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

Através de suas narrativas é percebido a inexistência de uma distribuição das tarefas de cuidados e domésticas, sendo marcada pela perpetuação da responsabilização feminina neste trabalho. Durante a entrevista é mencionado os companheiros, filhos e demais integrantes da rede de apoio como um auxílio em sua execução. “Assim, minha irmã me ajuda, mas a responsabilidade mesmo é minha. Nessa posição de cuidado eu tento sempre enxergar como uma responsabilidade minha sem esperar nada em troca essa é minha obrigação como mãe” (MNA9).

Essa internalização e apropriação individualizada da posição de exclusividade na função de cuidar contribui para a produção e manutenção de uma divisão sexual desigual do trabalho, que adensa na realidade de mulheres negras diante do racismo estrutural e se transforma numa divisão racial, sexual e social do trabalho. Quando é perguntado o que acontece se você não tiver mais condições de fazer as tarefas de cuidados e domésticas, destaco as seguintes respostas:

“Meu Deus, não quero nem imaginar. Sei lá” (MNA2).

“Não gosto nem de pensar nisso. Nem gosto, porque ali tudo é eu, minha filha, se precisar resolver problema tudo é eu. Sempre tem um que é mais ágil. Meu esposo faz, mas só a misericórdia. Tudo ali é eu, eu tenho que resolver. Ele gosta assim tarefa, trabalho assim, se quebrou uma coisa da casa, aí ele vai e conserta, mas o resto é mesmo a mulher mesmo” (MNA8).

“Desanda tudo. Tudo sai do eixo. Tudo desanda. Tudo vem a mim. Acho que até eu arrumei de deixar todo mundo dependente de mim. Tudo passa por mim. Isso é até

um lado ruim, porque eles dependem, eles ficam dependendo de mim. Eu onde está tudo. [...] sou eu que vejo tudo” (MNA7).

“O pai vai ter que fazer, mas eu não gosto que ele faça porque não faz do jeito que eu faço” (MNA3).

“Olha... vai ter que alguém... conselho tutelar vai lá e vai buscar. Não vai ter quem faça. A realidade é essa... a palavra certa é essa, não vai ter quem faça” (MNA5).

“Vou ficar isolada, ou então para o asilo” (MNA13).

A faixa etária mostra quanto o cuidado é percebido não só como exclusivo, mas como se fosse a única função das entrevistadas, as que estão em idade entre 51 e 65 anos apontam as instituições de longa permanência conhecidas como abrigos/asilos como seu destino caso não consigam mais realizar o trabalho de cuidado doméstico não remunerado. E na faixa etária entre 30 e 50 anos em que ainda há crianças e adolescentes dependendo de cuidados, caso possua rede de apoio esta é vista como possibilidade, se não tiver o Estado é compreendido como a última alternativa na provisão dos cuidados.

Os relatos mostram o quanto o cuidado é considerado pelas entrevistadas como um problema das mulheres que deve ser resolvido pelas mesmas sem reclamar e não como uma questão social a ser tratada pela sociedade, sobretudo, pelo o Estado.

Essa questão foi a única que causou desconforto nas entrevistadas, pois não queriam nem pensar nesta possibilidade, nem imaginar essa realidade. Isto me leva a refletir que não há só uma centralidade na provisão, mas sim uma unicidade desta no trabalho de cuidados e doméstico não remunerado.

Portanto a agenda pública do cuidado precisa ser enegrecida de modo a atender a realidade de mulheres negras a fim de construir estratégias de corresponsabilização cujo o Estado se torne protagonista na provisão e regulação dos cuidados com o propósito de redistribuir o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

CÍRCULO VICIOSO: CUIDADO-POBREZA, DESIGUALDADE-EXCLUSÃO-PRECARIEDADE



Fonte: elaboração própria baseada em Coello Cremades, R. (2013). Como trabalhar a Economia dos cuidados na cooperação para o desenvolvimento. Contribuições a partir da construção coletiva. Agência Andaluza de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AACID) Junta de Andaluzia. Sevilla. Andaluzia. Sevilla.

Figura 20 - Círculo vicioso da desigualdade.
Fonte: Bango e Patricia Cossani (2021, p. 16).

A perpetuação da pobreza e das desigualdades está intrinsicamente ligado a má distribuição do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

A redistribuição do trabalho de cuidados e doméstico não remunerado ocorre através do investimento na construção e implementação de um sistema interseccional integrado de cuidados contribui para o rompimento do círculo vicioso da pobreza e exclusão, conforme a ONU (2021) gera retorno econômicos e sociais através do triplo dividendo do investimento dos cuidados. Este é constituído por (i) facilitar a participação das mulheres no mercado de trabalho formal, independentemente de sua qualificação, com a garantia de sua proteção social; (ii) investimento no cuidado infantil, formando e educando crianças; (iii) assegurar trabalho digno com direitos garantidos no setor dos cuidados remunerados. De acordo com Bango e Patricia Cossani (2021) investir em cuidados através de sua redistribuição tende a gerar aumento do Produto Interno Bruto.

A redistribuição pode ser realizada através da corresponsabilização a nível macro entre os agentes da encruzilhada do cuidado, Estado – Mercado – Famílias – Territórios a fim de transformar a divisão racial, sexual e social do trabalho, e na esfera micro nas relações estabelecidas e residências dos indivíduos e suas famílias visando sua desfeminização por meio da modificação dos papéis sociais de gênero e da discriminação negativa através de ações antirracistas. Portanto, a corresponsabilidade de raça e gênero deve ser um elemento fundamental incorporado na agenda pública de cuidados.

4.10. Tempo – Dinheiro -Serviços

No Brasil, ainda não há a inserção do direito ao cuidado no marco jurídico e normativo, existe políticas sociais e públicas que podem ser classificadas como políticas de cuidado, contudo são segmentadas e disputam entre si.

A discussão do direito ao cuidado consiste em situá-lo como um direito humano de toda cidadã e de todo cidadão, universal e inalienável de cada pessoa. Incorporá-lo como 4º pilar da seguridade social para assegurar o direito a receber cuidados dignos conforme a necessidade das pessoas ao longo de seu ciclo de vida, direito de escolher entre cuidar e não cuidar independente da raça, gênero e classe, e direito a ter condições adequadas de cuidar seja de forma remunerada ou não remunerada (Karina Batthyány, 2021).

El *derecho al cuidado* implica que los cuidados de buena calidad deberían ser garantizados por el Estado como un derecho consagrado a las personas que lo requieren, de forma independiente a los vínculos familiares y a las posibilidades económicas que existan en esos hogares (Karina Batthyány, 2021, p. 96).

A realidade relatada pelas entrevistadas está distante da concretização das garantias acima citadas, estas se encontram a margem do usufruto dos cuidados, sem oportunidade de escolher entre cuidar e não cuidar, em condições inadequadas que proporcione o cuidar. Este contexto inviabiliza a superação da situação de vulnerabilidade social e pobreza, perpetuando as desigualdades sociais. Diferente para quem possui recursos financeiros sendo assegurados todas essas garantias seja de toda cidadã e de todo cidadão e/ou familiar por meio da mercantilização do cuidado.

Para que esta realidade seja possível de ser usufruída por todas independentemente do poder aquisitivo, é necessário que haja a garantia constitucional do direito ao cuidado com a criação do sistema interseccional integrado dos cuidados e construção de um plano nacional dos cuidados para a promoção de políticas categorizadas em tempo, dinheiro e serviços.

A discussão teórica referente a políticas de tempo, dinheiro e serviços de cuidados foi realizada em capítulos anteriores, subsidiando a construção de perguntas que fizeram parte do roteiro da entrevista com a finalidade de contribuir para a análise de como a forma que o cuidado organizado socialmente, por meio da centralidade da mulher negra no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, fortalece as desigualdades em sua provisão, distribuição e usufruto a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

Tempo: “é muita correria!”

Na reflexão referente a tempo foram realizadas 5 perguntas com a finalidade de verificar: (i) se há tempo suficiente para cuidar da família; (ii) para se cuidar; (iii) o que faria se tivesse mais tempo; (iv) se há tempo para estudar, profissionalizar, descansar, autocuidado, estar com amigas e fazer algo que goste; (v) o que precisaria acontecer para ter mais tempo para se cuidar.

A dimensão do tempo na discussão dos cuidados é fundamental, pois sua infundável demanda articulada a forma que este é organizado gera a pobreza de tempo e produz desigualdades. Ao questionar sobre o tempo somente 7 entrevistadas informaram que possuem tempo suficiente para a promoção dos cuidados familiares. “Não tenho tempo de me cuidar. Só tenho tempo para trabalhar, cuidar da família” (MNA2).

Majoritariamente as mesmas afirmaram não terem tempo para se profissionalizar, estudar, cuidar de si, estar com as amigas nem fazer algo que goste. “Eu não tenho tempo nem para dormir vou ter tempo para poder estudar? Se eu tivesse ajuda até que eu estudaria” (MNA11).

Em relação ao autocuidado 11 relataram não ter tempo para se cuidar, isto mostra que cuidar de si é uma realidade distante do cotidiano das mulheres cis negras anônimas entrevistadas.

Considero que a redução ou inviabilidade da escolha de cuidar ou não, e o autocuidado, ocorre quando há execução ainda na infância o trabalho de cuidado

e doméstico não remunerado por mulheres negras e pobres como uma obrigação e responsabilidade articulada a perpetuação da situação de vulnerabilidade social numa sociedade estruturada pelo racismo.

A questão da raça influencia suas artes de cuidar porque, pensando em estruturas sociopolíticas mais abrangentes, lida com relações de poder que atribuíram a identidade social negra à responsabilidade pelo servir os outros, o que implica uma prática interacional de cuidado. Ou seja, autocuidado como categoria política importante para mulheres negras precisa ser cada vez mais disseminado (Juliana Teixeira, 2021, p. 132).

Em 2022, Neto publicou uma notícia no site da mídia Veja¹⁰⁵ intitulada “Pobreza de tempo, a nova doença feminina” trazendo a seguinte associação “a escassez de tempo e a renda mais baixa das mulheres as predispõem a uma atitude negligente com a própria saúde”. Refletindo a partir das entrevistas realizadas suponho que mulheres, sobretudo, mulheres negras são negligenciadas pelo Estado permanecendo responsáveis pela interminável demanda do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com impactos na sua saúde e demais dimensões de sua vida.

“Até teria tempo se tivesse que abrir mão de viver. Porque um dia eu caio dura.” (MNA7).

“Não tenho tempo, é muita correria. [...] Mas é muita correria” (MNA8).

Parece que na medida que as entrevistadas se tornam responsáveis pela provisão dos cuidados e domésticos seu tempo é destituído (deixa de ser seu), e este fica comprometido e destinado totalmente para os dependentes/beneficiários de seu cuidado. E isto na lógica cisheteronormativa, cristã, patriarcal, racista colonial, é aceito e romantizado como se fosse parte da função feminina.

“Não tenho tempo para me cuidar. Nunca. A minha mãe fica muito assim: “Você tem que ir no médico, você tem que fazer um check-up...” Fala que eu tenho que ir no médico levar os meus filhos, eu paro tudo e levo. Agora, fala que eu tenho que ir no médico pra me cuidar... **A gente sempre vai adiando, adiando, adiando, até um dia que a gente cai duro**, aí a gente realmente vai ter que parar tudo e vai ter que ir. **Mas eu me anulo muito todos os dias. Me anulo no sono, no descanso, em tudo.** Na maioria das vezes. [...] Meio que eu tenho que abrir mão de tudo para poder suprir eles. Porque eu vejo assim, são crianças! Dependem de mim, dependem do pai. O pai não tá lá vendo tudo. Então quem está vendo sou eu. É sempre eles. E a prioridade é eles” (MNA7).

¹⁰⁵ Notícia publicada no site: <<https://veja.abril.com.br/coluna/letra-de-medico/pobreza-de-tempo-a-nova-doenca-feminina/>>.

Portanto a “pobreza de tempo considerada como a nova doença feminina” é resultado da invisibilização da sobrecarga gerada pelo trabalho de cuidado e doméstico não remunerado num contexto de familiarização, mercantilização, feminização e racialização em que o cuidado não é um direito, mas sim uma mercadoria para quem pode pagar, quem não, o faz de forma privada e gratuita. Isto é confirmado quando predominantemente as mulheres respondem sobre o que faria se tivesse mais tempo.

Cuidaria de mim, porque eu não acho tempo. A gente cuida dos filhos e esquece da gente (MNA8).

Eu acho que eu tentaria curtir um pouco mais, passear. Assim, eu acho mesmo o que tem faltado pra mim é alguma coisa voltado pra mim (MNA9).

Então, eu faria um curso, cuidaria mais das crianças, da família. Ia cuidar da casa. (MNA5).

“Eu acho que eu, assim, dava um pouquinho de prioridade a mim. Me dava um pouquinho mais de prioridade, assim de me cuidar mesmo” (MNA1).

As narrativas mostram que a disponibilidade de tempo facilita, porém sozinho não viabiliza as condições necessárias para a prática do auto cuidado, o dinheiro é o elemento que viabiliza, isto confirma a mercantilização do cuidado.

Me cuidava mais. Tempo e dinheiro também. Tudo é dinheiro. Se você quer cuidar do cabelo é dinheiro, se você quer fazer uma unha é dinheiro, tudo é dinheiro, se você quiser ter uma boa alimentação é dinheiro. Tudo é dinheiro (MNA3).

“Até tenho tempo de fazer a unha aos domingos à tarde. Mas por que eu não faço muito a unha aos domingos à tarde? Por causa financeira, financeiramente falando, eu não consigo” (MNA7).

Quando questionado sobre o que precisaria acontecer para haver tempo de cuidar de si, as mulheres cis negras anônimas afirmaram necessitar de dinheiro e que os filhos crescessem.

“Olha... pra mim ter mais tempo... eu teria que ter dinheiro. É sempre, a gente roda, roda e acaba batendo no mesmo lugar, porque é o que falta” (MNA5).

“Só meus filhos crescendo, enquanto eles não crescer eu não tenho tempo” (MNA2).

“Acho que dinheiro, ter dinheiro. Porque o dinheiro, eu ia ter alguém pra limpar minha casa, com dinheiro eu ia ter alguém para olhar ele pra mim dar uma voltinha” (MNA3).

Neste contexto familista, tempo se transforma num produto a ser comprado através da contratação de serviços de cuidados e domésticos. Portanto a proposição de políticas de tempo precisa estar articulada a política de dinheiro

para que favoreça e viabilize condições que permitam o auto cuidado, além de desfrutar do privilégio de escolher entre cuidar e não cuidar.

Considero que para mulheres cis negras anônimas poderem praticar o auto cuidado e escolher cuidar e não cuidar é um ato político e libertador diante da formação sócio-histórica escravocrata, racista e as relações colonizadas do Brasil.

Dinheiro: “é um quebra-cabeça todo mês!”

No âmbito do dinheiro foram realizadas 4 perguntas com a finalidade de verificar: (i) quais as principais despesas de sua casa; (ii) se a renda mensal familiar é suficiente para suprir as necessidades; (iii) o que não consegue suprir financeiramente; (iv) o que faria se tivesse mais dinheiro.

Conforme os relatos das entrevistadas as principais despesas consistem em tentar suprir o básico, em primeiro lugar a alimentação, seguido de aluguel, internet, água, luz, remédio, cartão e quando consegue tem os custos com roupa, calçados e reparo da casa.

“Falta carne. A gente come frango para melhorar e não comer puro. Eu economizo bem, ela também, nós duas somos mulheres, então, não come muito. Pago luz, o gás, a água. E vai levando” (MNA12).

“Aluguel, internet. Netflix, pra assistir filme com as crianças, que as crianças não ficam sem. E o alimento deles. E ainda tem outras coisas também, que é uma mochila que quebra, um sapato, uma sandália” (MNA2).

Em relação a renda mensal, 11 entrevistadas verbalizaram não terem dinheiro o suficiente para suprir as necessidades básicas.

“Agora tenho que comprar outra televisão e outra máquina de lavar. Tem que ir trabalhando, improvisando pra conseguir juntar dinheiro para comprar as coisas que estão faltando, mas é muito difícil. Muito difícil mesmo não conseguir dar conta das coisas. Tem época que realmente passa um aperto, tem vezes de até faltar alimento, de não ter almoço, a janta e faltar, e a minha mãe que me ajuda. Minha mãe sempre me ajuda quando falta as coisas ela que compra, mas graças a Deus de uns tempos pra cá está tudo dando certo. Trabalhando tudo bem, fica tudo tranquilo. Então não tem acontecido isso de faltar” (MNA2).

“Não é o suficiente não, mas a gente vai empurrando, vai dando” (MNA10).

“A alimentação é defasada, porque a gente poderia estar comendo melhor, vestindo melhor, tendo melhor lazer do que lazer 0800. [...] Coisas que a gente tem que viver na corda bamba para dar o básico. O básico do básico do básico. Ter luz, ter uma alimentação, ter um celular, ter internet, que eles gostam de entrar na internet, e estudam também às vezes através da internet. É ter o básico. Então nunca é o suficiente. Sempre atravessa o mês ali respirando fundo quando tu não se afoga. Não é fácil. É um quebra-cabeça todo mês” (MNA7).

A situação de vulnerabilidade social e financeira diante da baixa remuneração advinda do alto grau de informalidade, pouca ou nenhuma proteção social, familiarização, mercantilização, racialização e feminização do cuidado e discriminação negativa fazem parte do obstáculo para a esfera da reprodução social. Para Nancy Fraser (2016) há uma contradição silenciada que consiste no esgotamento das condições e possibilidades de subsistência da reprodução social ao mesmo tempo que esta é o elemento condicionante para o funcionamento do sistema capitalista. “Está dando para sobreviver, mas pra suprir a necessidade não” (MNA3).

Sem capital não há condições de haver a reprodução social, isto fica invisibilizado na economia que absorve tensões e conflitos os tornando socialmente aceitáveis, ao permanecer ocultos (Amaia Orozco, 2006). O sistema econômico se exime de qualquer custeio da reprodução social ficando na obrigação das famílias num processo de feminização e racialização.

Ao pensar na representação de um iceberg, a atividade econômica está em sua ponta, já tempo e dinheiro (custos) são dimensões ocultadas na reprodução social através do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, localizadas na maior parte do iceberg, abaixo.

“[...] en el epicentro, el sistema socioeconómico toma la forma de un iceberg, donde las esferas de actividad económica permanecen escindidas en función de la lógica operante en cada una de ellas. La invisibilidad de aquella en la que, en última instancia, se garantizan las necesidades de la vida y se absorben las tensiones es imprescindible para mantener a flote el sistema” (Amaia Orozco, 2006, p. 12).

Por analogia referente a agenda pública dos cuidados, considero a ponta do iceberg a dimensão de gênero com a divisão sexual do trabalho, e na parte abaixo se encontra a dimensão racial com a divisão racial, sexual e social do trabalho.

Quando questionado sobre o que faria se houvesse mais dinheiro, as respostas das entrevistadas se concentraram na compra da casa própria, em fazer uma viagem, conseguir propiciar uma vida melhor para seus filhos.

“Ah, acho que eu proporcionaria uma vida melhor para os meus filhos. Porque a minha prioridade sempre foram os meus filhos. **Ah (risos), a gente até pensa, mas a gente sempre descarta, eu cuidaria mais de mim** esteticamente, de vestimenta, calçado, melhor alimentação. Eu cuidaria mais de mim, eu cuidaria mais da minha família na verdade. Não só eu a prioridade, mas a minha família de um todo” (MNA7).

“Eu ia viver melhor. Eu ia passear, ia me divertir, ia pro teatro, cinema” (MNA13).

“A primeira coisa quitava o que eu tava devendo, as dívidas. Mudaria o meu visual, pagaria uma academia. Eu ia estudar a melhor forma para poder ver, o que cada um estaria no momento precisando” (MNA1).

“Tantas coisas. Faria uma viagem com a minha mãe e com a minha irmã para descansar a mente, que a gente está com a mente pesada” (MNA6).

“Ia cuidar dos meus ossos. Botar meus dente, que ta faltando e isso eu não posso nem colocar. Quando eu penso em colocar já vem logo outra coisa” (MNA12).

“Se eu tivesse mais dinheiro, o que eu queria mesmo era uma casa. Ter uma casa própria, era o que eu queria, ter uma casa própria só isso pra mim já seria tudo. (MNA2).

Mesmo quando as entrevistadas são convidadas a se imaginarem num contexto de ter dinheiro que supra suas necessidades, observo em seus relatos a dificuldade de se colocarem como prioridade, isso nos provoca a desenvolver várias análises, mas destaco a necessidade deste fato mostrar que as políticas públicas e sociais precisam ter a mulher negra como público sujeito prioritário. Além disso, a maior parte das ações apontadas correspondem as necessidades básicas da reprodução social.

Portanto, compreendo que a construção de políticas de tempo e dinheiro precisam considerar as questões raciais, de gênero e classe com a finalidade de conseguir atender de fato a realidade de mulheres negras. A título de exemplificação, mulheres negras recebem menos que todos os grupos na pirâmide econômica, assim sugiro que agenda pública de cuidados seja equitativa e atenda a essa realidade estratificada socialmente.

Serviços: bom, suficiente ou insuficiente?

O campo dos serviços foi dividido em blocos temáticos a fim de mapear se as entrevistadas acessam os serviços que podem ser considerados de cuidados. Saúde, cultura e lazer, previdência social e infraestrutura foram as áreas escolhidas e inseridas no roteiro da entrevista realizada.

Na saúde foram feitas perguntas referentes ao serviço de assistência médica, medicamentos, assistência odontológica, atividade física, alimentação saudável e psicológica. As entrevistadas verbalizaram sobre acesso, caso sim, se foi via público ou privado e a qualidade se era bom, suficiente ou insuficiente.

- Assistência Médica - é predominante o acesso aos serviços públicos, considerado insuficiente.
- Assistência Odontológica – 06 acessam via público e 07 por meio de

serviço privado.

- Medicamentos – 07 acessam de forma privada e 06 via público, em que a maioria considera insuficiente.

Apesar de haver uma quantidade significativa de acesso aos serviços privados, os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde são fundamentais para a garantia do direito a saúde das entrevistadas, pois no relato percebo que a busca pelo serviço privado ocorre somente depois da tentativa de acessá-lo via o público.

“É eu não tenho médico decente. Fico anos e anos sem ter o médico. Só vou ao médico se eu pagar. Eu tenho problema de glaucoma, eu tenho que pagar para eu ir ao médico, de seis em seis meses se não eu fico cega, eu sou pré-diabética, tenho pressão alta e tenho artrose, mas não faço tratamento porque o dinheiro é pouco e quando vou no meio público nunca tem” (MNA13).

Interessante notar que o território influencia na qualidade do acesso aos serviços públicos, por exemplo, lugares situados na Zona Sul do Rio de Janeiro possuem acesso considerados pelas entrevistadas de qualidade, até na esfera privada há maior oferta e baixo custo por meio da filantropia. Entretanto, Centro, Zona Norte, Zona Oeste e Região Metropolitana os serviços são avaliados como insuficientes, havendo pouca oferta.

- Atividade Física – 08 não fazem nenhuma atividade física e 05 realizam mesmo que esporadicamente, desta a maior parte custeia o serviço e mesmo assim todas avaliam como insuficiente.

As entrevistadas que não realizam a atividade justificaram que isto ocorre por conta da ausência de tempo para fazer exercícios. Conforme MNA7 “Não. Não tenho tempo. Ou você descansa ou você faz.”

Alimentação Saudável – 08 relatam não ter alimentação saudável. Conforme MNA7 a alimentação é “Insuficiente sempre.”

De acordo com as entrevistadas não há condições financeiras para fazer uma alimentação saudável, segundo MNA 9 “a alimentação está de você chegar no mercado e deprimir, está tudo muito caro.” Havendo uma piora a partir da pandemia, pois com o aumento dos preços dos produtos, se tornou inviável a compra da carne “mistura” crescendo o consumo de produtos ultra processados e embutidos.

“Poxa, tudo é dinheiro, tudo é dinheiro, sem dinheiro você não faz nada. Eu digo que dinheiro só não é bom pra quem está sem saúde, que o dinheiro não compra

saúde. **Mas o dinheiro ele te dá qualidade de vida, o dinheiro você consegue se cuidar**, com o dinheiro é que você consegue comprar um medicamento. Igual eu. Médico já mandou emagrecer, já mandou. **Mandou eu fazer uma dieta, mas cadê que eu tenho dinheiro pra fazer a dieta?** As coisas que ele pediu? **Não tenho, se eu tivesse já tinha feito, já tinha emagrecido.** Não estou podendo caminhar agora, faz uma hidroginástica, um exercício que não força o pé. Por isso que eu digo, por isso que eu falei, umas três perguntas que você fez, eu falei dinheiro, porque sem dinheiro a gente não faz nada, cara. Até você está doente, vai no médico, o médico passou um monte de remédio, como é que você vai comprar sem dinheiro? Igual essas pessoas diabéticas, você vai no médico ele passa uma dieta. Como é que você vai fazer dieta sem dinheiro? **Você só tem o dinheiro da mistura, às vezes, não. Mistura é uma salsicha, porque o legume está caríssimo**, esse dia eu vi um brócolis onze reais. Eu não acreditei quando vi. Falei: “misericórdia. O brócolis onze reais”. Aí manda fazer comida com azeite. Já viu o preço do azeite? Então por isso que eu falei dinheiro, porque sem dinheiro a gente não faz quase nada. No meu ver” (MNA3).

O relato da MNA3 provoca a reflexão em relação aos desafios enfrentados para usufruir de cuidados e a sua mercantilização, exemplificando como o dinheiro é o elemento que viabiliza o cuidar e ser cuidado.

- Atendimento Psicológico e/ou terapêutico – somente uma entrevistada acessa este serviço a baixo custo, quase que gratuitamente.

A sobrecarga mental e emocional foi predominante na narrativa das entrevistadas, isto interfere na saúde mental das mesmas, podendo gerar adoecimentos provenientes do excesso de demanda do trabalho remunerado e o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. É sinalizado em seus relatos a necessidade de haver um atendimento psicológico/terapêutico.

“Acho que a clínica da família poderia disponibilizar o serviço de psicologia, que não tem. Acho que nossa mente tá um pouco deixada de lado. Eles estão vendo a parte física e esquecendo da mente” (MNA6).

“Se eu tivesse dinheiro, eu tava num psicólogo hoje em dia, porque eu sei que eu preciso. Às vezes eu surto. A gente tem que buscar também uma ajuda. Mas eu também não vou, financeiramente, não tenho tempo também. Se tivesse que fazer de boa, faria” (MNA7).

A saúde mental de quem cuida precisa ser cuidada, para isso é necessário que haja tempo, dinheiro e a oferta de serviços gratuitos de atendimento psicológico às trabalhadoras de cuidado e doméstico não remunerado. Considero o acesso ao acompanhamento psicológico terapêutico uma política pública de cuidado, sendo operacionalizada pela discriminação positiva que priorize mulheres negras, isto diante de todo processo histórico de violação da saúde mental da população negra no Brasil.

No campo de cultura, as entrevistadas majoritariamente verbalizaram não terem acesso, informando, por exemplo que nunca foram ao teatro, centro cultural,

etc. Já em relação ao lazer 8 relataram que não conseguem desfrutar de atividades de lazer, e as 5 que acessam consideram os serviços insuficientes. Esses dados mostram o quanto se encontram a margem de receber cuidados. “Acaba não tendo lazer, acaba a renda não permitindo. Para se divertir as vezes a gente faz uma coisa diferente, bota uns vídeos animados pra gente assistir, um filme, às vezes a gente até brinca ente nós mesmos” (MNA1).

Desse modo as entrevistadas informaram que as estratégias utilizadas para promoção de sua diversão consistem em ficar com as crianças em casa, conseguir mexer no celular, estar na igreja, ir na pracinha, entre outras, apontando a escassez financeiras como impeditivo de usufruir de atividades de lazer e cultura. Conforme MNA3 “Devido à falta de dinheiro não está dando pra sair, pra passear, para fazer um jantar, para sair um pouco da rotina, devido à falta de dinheiro.”

As narrativas apontam que não ter condições de propiciar lazer para sua família, sobretudo, para as crianças e adolescentes é um elemento gerador de angústia e tristeza das entrevistadas. Vale lembrar que a localização do território de residência é um fator influenciador no acesso à cultura e lazer.

Na entrevista a previdência social foi dividida em duas áreas, uma relacionada a aposentadoria e outra a licença maternidade. Somente uma das entrevistadas é aposentada, e isso decorre da dificuldade de acesso a este direito diante das violações sofridas pelas mesmas em suas relações de trabalho. As que estão em período de se aposentar não conseguem por não terem tempo de contribuição o suficiente, e as que não estão nesse período, possivelmente terão dificuldade de usufruir deste direito devido ao pouco ou nenhum tempo de contribuição. A maior parte são trabalhadoras desde a adolescência, contudo, em trabalhos precarizados sem comprovação trabalhista e sem contribuição para a previdência social.

Em relação a licença maternidade 10 entrevistadas informaram que não tiveram acesso pois apesar de estarem trabalhando, não estavam contribuindo para a previdência social. Conforme MNA5 “Nunca tive, porque eu nunca assinei carteira.” Esse dado é alarmante e retrata a diferença da realidade da mulher negra que em sua maioria está fora do mercado de trabalho formal e sem condições financeiras de contribuir para a previdência social.

Considero importante o avanço das licenças uma política de tempo, mas para ser acessível e efetiva, sobretudo para todas as mulheres, não deve ser condicionada ao viés contributivo. O trabalho de cuidado e doméstico não

remunerado deve ser incorporado na discussão das licenças. “Poxa, acho que toda mulher deveria ter, mas tem que estar trabalhando, não é? Pra ter esse direito” (MNA3).

A realidade narrada pelas entrevistadas em relação a licença maternidade evidencia as diferenças no acesso aos cuidados diante dos marcadores de raça, gênero e classe, e provoca a pesquisa e literatura de cuidado a enxergar a existência da divisão racial, sexual e social do trabalho e a desproteção social inclusa neste contexto. Considero ser necessário enegrecer o cuidado para enxergar a realidade de todas as mulheres em suas distintas condições de acessos. Diante de um racismo estrutural, raça é um elemento demarcador de diferença entre as mulheres. E isto deve ser inserido no debate e na disputa da agenda pública de cuidados.

Este cenário retrata a desproteção social que as entrevistadas sofrem, seja na faixa etária reprodutiva no não acesso a licença maternidade ou na fase da aposentadoria que é um desafio para mulheres negras que além disso enfrentam diversas expressões da questão social que as coloca em situação de vulnerabilidade.

No campo da infraestrutura foram realizadas perguntas referentes ao acesso a saneamento básico (água e esgoto tratado), luz, gás, moradia e coleta de resíduos sólidos.

- Água – 10 possuem possui abastecimento regular de água, sendo 7 de forma gratuita e 6 paga, considerado insuficiente na maior parte dos relatos. Segundo MNA2 “Então, falta água um dia sim, um dia não.”

O fornecimento regular de água é um direito que reduz o tempo empreendido no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, sua irregularidade aumenta a demanda neste trabalho, várias entrevistadas verbalizaram situações similares relacionadas as estratégias utilizadas para suprir a necessidade de falta de água, houve caso que isto impactou no acesso dos filhos à escola.

“As crianças não estavam indo pra escola porque eles não tinham roupa e não queriam ir com roupa suja, ficou muita roupa suja, não tinha como tomar banho, tiveram que andar uma distância de mais ou menos, acho que uns cinco metros da minha casa para a casa do meu irmão. Pra poder pegar água, garrafa pet e tal para poder fazer a comida, e ter pelo menos como se alimentar, com isso ficaram bastante tempo sem ter banho, fazia o mínimo um banho por dia, escovava o dente uma vez por dia e era o máximo que dava pra fazer” (MNA5).

As entrevistadas relataram o desgaste físico, mental e emocional gerados pela irregularidade no fornecimento de água que as obriga a construir várias estratégias para lidar com essa situação e suprir esta necessidade.

“Às vezes eu fico dois dias sem água com a casa cheia de criança. Assim, lá na minha varanda tem um barril e tem dois baldes grandes. O meu filtro é na torneira. Aí o que eu faço? O meu esposo gosta muito de tomar mate, essas garrafas de mate eu sempre lavo, encho com água do filtro e deixo no canto. Porque, se acabar a água na caixa, acaba a água no filtro, então eu tenho aquelas garrafas ali já reservadas para fazer comida e beber água. As crianças pedem água, as crianças pedem suco... Criança não entende. Criança quer e pronto. E ali é sempre para ter. [...] Geralmente acordo de 5h30 a 6h. Por quê? Porque lá em casa também tem esse problema de água. No Vidigal na minha parte onde eu moro geralmente só tem água à noite. Então às vezes à noite eu estou muito cansada, eu não boto roupa pra lavar, essas coisas. Então eu acordo cedo pra conseguir pegar água pra lavar roupa, porque quando é 7h30 já desligam a água. Então eu tenho que acordar cedo para conseguir já fazer esse trabalho da casa. Aí, acordada, eu boto roupa pra lavar, já lavo uma louça, já arrumo uma casa, já vou vendo lancheira, essas coisas todas” (MNA7).

Várias entrevistadas relataram ser necessário haver o monitoramento da chegada da água para realizar o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, isso impacta nas suas horas de descanso e sono.

Somente 2 entrevistadas não possuem esgotamento sanitário, sendo que 5 consideram o serviço insuficiente, pois há problemas relacionados a qualidade deste serviço. Isto favorece o adoecimento principalmente das crianças e adolescentes, aumenta o custo com a higienização e demanda ainda mais do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

De acordo com a localização do território a coleta de resíduo sólido se torna um problema, por conta das condições de acesso, algumas entrevistadas relataram terem que se deslocar para determinados pontos específicos de coleta, na maioria das vezes distante de suas casas, isto aumenta o tempo do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Segundo MNA2 “Tem que jogar o lixo lá em cima. Tem que subir pra jogar o lixo lá em cima”

Todas as entrevistadas relataram usufruir do fornecimento de luz elétrica em que 7 são de forma gratuita e 4 paga, quanto a regularidade 6 consideram o serviço ineficiente. Problemas relacionados a queda e/ou falta de energia elétrica trouxe prejuízos financeiros para as entrevistadas aumentando ainda a demanda no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

“O serviço é péssimo. Já queimou minha geladeira e queimou o frigobar lá de casa e eu estou com medo de queimar a televisão” (MNA5).

“É paga e é insuficiente, porque às vezes acaba a luz e eles dão sempre preferência para Leblon, São Conrado... A gente já chegou a ficar aqui dois dias sem luz, estragando tudo na geladeira, criança sem televisão... Eu já vi o meu tio passando mal de falta de ar porque não tinha luz para ligar o nebulizador” (MNA7).

A localização do território faz diferença na oferta, regularidade e qualidade do serviço havendo interferências que dizem respeito a violação ou garantia do direito.

O fornecimento de gás é majoritariamente um serviço pago, em que as entrevistadas relataram o alto custo, 8 delas consideram este serviço insuficiente diante de suas condições financeiras.

Em relação as condições de moradia 6 entrevistadas consideraram insuficientes as suas residências no atendimento a suas necessidades, informando medo com as chuvas e enchentes, espaço muito pequeno, com pouca ventilação ou muito antigo precisando de reforma, a violência no território. Assim a moradia se torna uma questão social a ser enfrentada. O desejo de conquistar a casa própria em boas condições foi o sonho verbalizado por algumas mulheres cis negras anônimas.

Mesmo sendo considerado insuficiente reforço a importância do Sistema Único de Saúde na provisão de cuidados a mulheres cis negras anônimas. A partir das narrativas acima citadas, resalto a necessidade de haver o enegrecimento do cuidado para compreensão da realidade da população negra. Penso que a agenda pública de cuidados deve incorporar em sua estrutura a intersecção de políticas de tempo, dinheiro e serviços integrado aos marcadores sociais de raça, gênero e classe utilizando o mecanismo da discriminação positiva.

Compreendo que a provisão de cuidados não pode ocorrer de forma fragmentada, ofertando tempo ou dinheiro ou serviços, essa segmentação produz desigualdades até mesmo exclusão de determinados grupos nos acessos aos cuidados, não adianta haver disponibilidade de serviços se não for viabilizado condições favoráveis que propiciem o seu acesso.

4.11. Qualidade de Vida: é ter acesso?

Nesta tese qualidade de vida foi utilizada como parâmetro avaliativo na abordagem quantitativa e qualitativa, a primeira realizada através do teste de

hipóteses teve o objetivo de verificar se mulheres cis negras anônimas que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem estatisticamente menor qualidade de vida, e na segunda o intuito foi de escutá-las com o propósito de compreender o significado que atribuem a qualidade de vida, como a avaliam a sua e o que precisaria haver para terem qualidade de vida.

Apesar de não haver uma consolidação do conceito de qualidade de vida (Keydis Gomes & Jasmin Caballero, 2021), utilizo o indicador de qualidade de vida que integra o Índice de Desenvolvimento Humano composto por 3 dimensões, saúde, educação e renda. Os relatos das entrevistadas sobre o acesso aos serviços tornam evidente a precariedade de sua qualidade de vida.

Quando questionado sobre o que é qualidade de vida as entrevistadas discorreram dimensões parecidas com as do indicador como o acesso de qualidade a saúde, educação, alimentação, emprego, a aquisição de uma moradia própria, ter uma condição financeira capaz de suprir as necessidades familiares com conforto, possuir tempo e viajar.

“Para mim, qualidade de vida é eu ter acesso facilitado de tudo que eu preciso. Isso é ter qualidade de vida. De não ter que ficar pensando, me aporrinhando, ou ter que ficar fazendo coisas mirabolantes para poder ter o que preciso sem dificuldade. Isso é qualidade de vida” (MNA7).

“Qualidade de vida na minha opinião? Meu Deus, deixa eu ver... é dar uma boa alimentação para as crianças, dar mais conforto para as crianças. Conforto, assim, que eu digo roupa, sapato, levar eles para dar uma volta. Eu acho que é isso. Ajeitar minha casa, fazer uma obra aqui em casa, comprar alguns móveis que estão faltando. Para mim seria ideal” (MNA3).

“Qualidade de vida é a pessoa não ter que passar fome, não ter que mendigar as coisas do governo, sabe cada um tem o seu, sabe assim de melhor. Você poder ter um hospital bom. Uma educação boa. Para mim isso é qualidade de vida, um ensino melhor, mais emprego para as pessoas que precisam de carteira assinada, para mim isso é qualidade de vida” (MNA11).

Ressalto que ter este direito instituído, é essencial, mas não garante as condições para que haja o seu acesso, é necessário para além da disponibilização dos serviços, que ocorra a viabilização de suas formas de acesso. Outro ponto que chamou a atenção é observar que o direito à assistência é visto por uma das entrevistadas como uma esmola. Considerar os significados que as sujeitas atribuem é fundamental para construção de políticas públicas e sociais que atendam a realidade de todas.

Em relação a avaliação de sua qualidade de vida 5 entrevistadas consideram ruim, 3 insuficiente, 4 regular e 1 boa, isto retrata a violação de direitos

que as entrevistadas enfrentam e confirma a hipótese que mulheres cis negras anônimas que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem menor qualidade de vida. “Eu acho que ela está abaixo do que deveria e que eu gostaria que fosse. **Eu vivo mesmo pra trabalhar... não trabalho para viver**” (MNA9).

A expressão “eu vivo mesmo para trabalhar” retrata a exaustão das mulheres cis negras anônimas que são exploradas no trabalho remunerado e expropriadas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. “Eu não tenho qualidade de vida. A minha família inteira não tem qualidade de vida. Eu tento passar o máximo de qualidade de vida que eu consigo para os meus filhos, mas nem eu nem o meu esposo a gente tem qualidade de vida” (MNA7).

O esgotamento das condições de reprodução social inviabiliza a promoção da qualidade de vida das entrevistadas responsáveis pela provisão dos cuidados, neste contexto fazem um malabarismo para atender as demandas da carga global de trabalho e conseguir garantir condições, mesmo que mínimas, para sustentação da reprodução social.

Dinheiro é o principal elemento apontado nas narrativas das entrevistadas referente ao que precisaria acontecer para ter mais qualidade de vida, isto mostra como neste contexto familista a mercantilização dos serviços está presente e o quanto se encontra fragilizada os serviços públicos relacionados a garantia dos direitos.

“Em todas as áreas. Na saúde, na alimentação, na vestimenta, na casa, na moradia, no caso, em transporte, em tudo. Em tudo. A gente precisaria ter mais facilidades em acessos em ter essa qualidade de vida. Ou mais renda para poder ter essa qualidade de vida. Sem acesso, pelo menos você poder ter a renda pra pagar o preço para ter uma qualidade de vida” (MNA7).

Este relato mostra a encruzilhada através da via do acesso pelo Estado ou da mercantilização e reforça o quanto as mulheres cis negras anônimas se encontram a margem do usufruto do cuidado, tendo baixo nível de qualidade de vida e enfrentando inúmeras expressões da questão social.

4.12.

Pandemia do Covid-19: “um divisor de águas.”

Apesar de não compor o objeto deste estudo, a crise sanitária do Covid-19 marca o tempo histórico em que a pesquisa é realizada, agudiza as expressões da questão social e evidencia o cuidado como elemento central de sustentação humana. Por isso foi construída uma seção para refletir sobre suas consequências na realidade de mulheres negras.

Foi inserido no roteiro da entrevista uma questão relacionada a pandemia para compreender na visão das entrevistadas o que mudou em suas vidas com a crise sanitária do COVID-19, seus relatos apontaram o desemprego, dificuldades financeiras, aumento da dificuldade de acesso a serviços de saúde, aumento do custeio da alimentação, entre outras.

“Nossa! Um divisor de águas! Porque a vida era muito mais fácil sem a pandemia. Muuuito mais fácil. Gente! É, de lá pra cá, assim, globalmente, mundialmente, as coisas encareceram, se tornaram mais difícil o acesso a tudo. Mais difícil ajuda de tudo. Até a ajuda humanitária, vamos dizer assim, o vizinho te dar, as pessoas se tornaram mais egoístas, a sua vida se tornou mais difícil, o acesso às coisas que às vezes você tinha mais facilidade se tornou mais difícil, a saúde principalmente se tornou muito mais difícil você ter acesso. Por exemplo, aqui no posto de saúde, agora estão parando com isso, mas até o começo do ano, tudo era Covid. Só se atendia se tivesse Covid. Então você não tem acesso a um pediatra, a um ginecologista, a um clínico geral... Uma coisa que aparentemente, mesmo sendo ruim, de má qualidade, o governo te dá gratuitamente, mas você também não tem acesso, porque a pandemia veio e tem certos profissionais que falam que agora tudo é pandemia e tiram todas as oportunidades de você ter acesso a alguma coisa” (MNA7).

“Mudou, O preço das coisas... o preço do gás, da compra... o custo de vida aumentou muito mais” (MNA5).

“Mudou na minha vida mudou até mesmo a forma de pensar, pensar mais no próximo, ser mais solidário com as pessoas. Meu esposo ficou desempregado e acabou também afetando no meu trabalho como manicure” (MNA1).

“Mudou tudo. Porque no início da pandemia, no dia doze de março de dois mil e vinte eu fui dispensada do meu trabalho e a minha vida mudou. Bem no início, eu passei a pandemia sem trabalhar. Passando uns perrenguezinho bem pesado por conta da pandemia” (MNA6).

O aumento do custo de vida foi a principal queixa de 10 entrevistadas sobre a pandemia, as condições para sustentação da reprodução social se tornaram ainda mais escassas. Isto confirma a discussão sobre as diferentes realidades entre mulheres realizada na seção 1.3 em que para mulheres cis negras anônimas diante do enfrentamento das expressões da questão social a necessidade é ter a garantia de sua sobrevivência.

De acordo com 3 entrevistadas a pandemia não provocou nenhuma mudança em suas vidas. Para MNA12 “Não mudou nada. Continuei trabalhando, aí que eu trabalhava mais.” Algumas das entrevistadas, sobretudo, trabalhadoras domésticas e de cuidado foram dispensadas sem remuneração e outras não tiveram o privilégio de cumprirem a medida de isolamento social na quarentena, pelo contrário, neste período trabalharam ainda mais. A pandemia tornou mais evidente as expressões do racismo, sobretudo, no campo do trabalho de cuidado e doméstico.

4.13. Racismo

As narrativas apresentadas, discutidas e analisadas ao longo deste capítulo mostra como cuidado é a própria manifestação do racismo. A encruzilhada do cuidado se ancora na exploração e expropriação de mulheres, principalmente, de mulheres negras e pobres. A negação da existência do racismo como elemento estruturante da forma que o cuidado se organiza no Brasil exclui e inviabiliza a experiência das mulheres negras e sua centralidade na sustentação do sistema de cuidados.

[...] a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou das formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa (Lélia Gonzalez, 1981, p. 19).

O racismo é um dos elementos estruturais que demarca a diferença e hierarquiza as relações entre mulheres. A mulher negra enfrenta desafios para além das questões de gênero, isso reforça a necessidade de enegrecer o cuidado seja em sua literatura, quanto na pauta de sua agenda pública.

Com propósito de compreender como as mulheres negras vivenciam e percebem as questões raciais foi realizada a seguinte pergunta: você me disse que é negra. Você acha que isso muda alguma coisa na sua vida? Por quê?

As respostas me surpreenderam, 7 entrevistadas relataram que não há nenhuma mudança em sua vida o fato de ser uma mulher negra, apesar de ao longo da entrevista em sua narrativa perceber algumas vivências de racismo. Isto confirma a crença da existência de (i) uma democracia racial conforme as reflexões de Lélia Gonzalez; (ii) colonialidade do ser; (iii) da supremacia branca; e

(iv) da normalidade do racismo nas relações sociais que perpetuam as formas de dominação e o sistema de opressão através da alienação.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. [...] a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio (Almeida, 2021, p. 27, 33).

A identificação e nomeação das vivências do racismo pelas sujeitas que sofrem é um processo construído, e não óbvio a todas, não enxergar as experiências de racismo confirma que não nascemos negras nos tornamos negras, essa concepção de construção da identidade racial é apontada há décadas por pesquisadoras negras.

Em contrapartida 6 entrevistadas afirmaram que o fato de serem negras implica em mudanças em sua vida, destaco o campo das diferenças de oportunidades, vivências de racismo cotidiano e institucional, preocupação com a vida dos filhos por conta de sua cor de pele.

Conforme Almeida (2021, p. 26) “o racismo institucional resulta do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.” Este se organiza de forma sistêmica na política, economia e no jurídico, expressa diferenças de acessos a serviços, ao mercado de trabalho, entre outros. Para MNA5 “As oportunidades. Eu acho que pra gente, pra nós negros é bem menos.”

“Muda, as pessoas ficam com preconceito com as pessoas de cor, você não tem oportunidade de nada, principalmente quando você não tem uma cultura. Você não sabe ler e escrever, as pessoas te ignora, ri da tua cara, você não sabe dar um telefonema, você não sabe mexer no telefone e você pede ajuda e as pessoas acham que você não é ninguém. “Para quê que você quer um celular, se você não sabe mexer?”. Não tem dignidade de te ajudar, de te orientar. Se hoje eu sei alguma coisa no telefone é porque os meus netos me ajudaram” (MNA13).

O genocídio da população negra e a necropolítica do Estado brasileiro atravessa a realidade das entrevistadas em forma de preocupação em relação ao futuro de seus filhos.

“Existe muito preconceito. Nossa Senhora misericórdia eu tenho até medo pelos meus filhos porque eles são negros, eu sou negra, mas eu sou mais clarinha. Eu falo até que sou parda, agora os meus filhos, os dois meninos são bem escurinho. Porque pai é escurinho, então já temo pelos meus filhos lá na frente. Além de ser negro, pobre, ainda mora em comunidade, ai já viu. Queria entender porque tanto preconceito” (MNA3).

Há também o enfrentamento do racismo cotidiano, conforme Grada Kilomba (2019) este não acontece de forma isolada, mas acumula situações que retoma o trauma de uma memória colonial coletiva. “o choque violento, portanto, resulta não somente da agressão racista, mas também da agressão de ser colocada (de volta) no cenário colonial” (p. 218).

“Ah, muda! Muda, porque muda socialmente. Eu me lembro que, quando João Gabriel nasceu, eu sei que não existe, pardo, mas eu coloquei na certidão de nascimento dele “pardo”. Eu falo que ele é amarelo. Quando meu filho nasceu, ele nasceu muito branquinho, muito, porque o meu sogro é branquelo. Branco, branco, branco. O meu esposo é... sei que também não existe moreno. Ele é um negro claro. E, quando ele nasceu, eu fui cair na burrada do primeiro mês com ele, segundo mês dele de vida, eu fui passear no Leblon com ele. A gente levou carrinho, foi eu e meu esposo, a gente levou bolsa... Ele era recém-nascido, no carrinho, só que eu caí na burrada... Eu já trabalhei de babá na carteira. **Eu caí na burrada de... bermuda jeans e blusa branca.** O pessoal me olhava, eu andando no Leblon, no calçadão, achava que eu era a babá do meu filho. Não é que bateu uma certa insegurança, mas eu tinha que ficar afirmando pra mim mesma que era a mãe. Como? “Filho, não chora! Filho...” Para que as outras pessoas ouvissem que eu estava chamando ele de filho. E não que ele era filho outra pessoa. **Porque hoje em dia, por incrível que pareça, ainda existe isso.** “É seu filho?” A minha filha, ela é negra igual a mim. A certidão de nascimento dela é “negra”. Ela nasceu branquela, mas ela foi mudando. O meu filho não mudou. Então hoje em dia ainda existe isso. Por exemplo, o meu filho correr pelo shopping e eu estou atrás dando bronca de a pessoa olhar e falar assim: “Quem é ela pra dar bronca nele?” **“Não sou a babá. Eu sou a mãe. Muito prazer.”** E muda em relação a oportunidades, a portas abertas, a qualidade de alguma coisa... Muda, sempre muda. Sempre muda” (MNA7).

Na realidade brasileira em que o racismo é regra e não uma exceção (Almeida, 2021), as entrevistadas enfrentam cotidianamente a sobrecarga do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, as expressões da questão social e do racismo, construindo diariamente estratégias para lidar com esses desafios.

4.14. Caracterização da encruzilhada do cuidado

O cuidado é organizado na sociedade brasileira de forma privada por meio da familiarização, feminização, mercantilização e racialização. Apesar de haver um sistema de proteção social e direitos sociais, a ausência do direito ao cuidado fragiliza a função do Estado na provisão e regulação dos serviços de cuidados, havendo baixo nível de corresponsabilização entre os agentes Estado, Mercado e Território. Sendo ainda concebido como uma questão privada e não como um problema coletivo. Respondendo à pergunta: onde se cuida? Se cuida no âmbito

privado centralizando a responsabilidade nas famílias, sobretudo, nas mulheres negras.

O teste de hipóteses comprova que mulheres negras destinam mais horas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e estas possuem a menor renda familiar. Os custos da provisão do cuidado são ocultados por meio da exploração e expropriação do valor gerado pelo trabalho de cuidado e doméstico, considero este valor desviado quando se discute a esfera não remunerada deste trabalho. Assim as famílias centralizadas na figura feminina e negra pagam os custos do cuidado, com seus corpos, mentes e emoções seja financeiramente através da contratação de serviços e/ou gratuitamente.

E quem recebe os cuidados são crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de adoecimento e alguns adultos saudáveis, principalmente a figura masculina.

A análise quanti-quali do resultado do teste de hipóteses com os dados produzidos das entrevistas semiestruturadas comprova que o cuidado é organizado com base nas assimetrias de raça, gênero e classe fortalecendo as desigualdades na provisão, distribuição e usufruto dos cuidados no Brasil.

Ao correlacionar os dados produzidos pela pesquisa quantitativa e qualitativa tendo a supor que o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado iniciado desde a infância e adolescência de mulheres negras por responsabilidade/obrigação seja na esfera intra e/ou extrafamiliar reduz a possibilidade de permanência na escola e conclusão de sua formação escolar.

A confirmação da hipótese que mulheres negras são maioria no recebimento dos benefícios de transferência de renda articulada ao relato das entrevistadas sobre o enfrentamento as privações monetárias familiares subsidia a correlação do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com pobreza e desigualdade.

Apesar de quantitativamente a participação no mercado de trabalho ser a mesma independente da raça da mulher, ao analisar especificamente o trabalho de cuidado e doméstico temos diferenças entre mulheres brancas e negras no tipo de vínculo trabalhista, no valor do salário e na cobertura previdenciária. Qualitativamente as entrevistadas expõe a necessidade de sair do mercado de trabalho formal e ir para informalidade diante da necessidade de suprir as demandas do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado.

A confirmação da hipótese que mulheres negras possuem a média de renda familiar mensal menor que mulheres brancas expõe a realidade monetária a que mulheres negras estão submetidas. A diferença significativa entre os valores de renda mostra que num contexto familista de mercantilização do cuidado em que os recursos financeiros ditam a forma e qualidade de acesso aos cuidados, mulheres brancas tendem a conseguir suprir as necessidades do trabalho de cuidado e doméstico, já as mulheres negras precisam criar estratégias cotidianamente para conseguirem equacionarem os custos da reprodução social.

A refutação da hipótese 5 do teste mostra que apesar da renda mensal ser menor de mulheres negras em comparação as mulheres brancas o tempo de horas dedicadas ao trabalho de cuidado e doméstico remunerado é a mesma.

Compreendo que a diferença de horas destinadas a realização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado está interligada a privação ou redução monetária de mulheres e expõe a sobrecarga física, mental e emocional de mulheres negras, pois a mesmas possuem a mesma participação no mercado de trabalho quando comparado a mulheres brancas.

A refutação da hipótese 7 do teste mostra que a atuação em trabalho voluntário tende a ser similar a mulheres brancas ao articular com os resultados qualitativos da pesquisa nota uma expressiva dedicação das entrevistadas ao cuidado voluntário realizando essas atividades em seu território fortalecendo outras mulheres.

5

Considerações Finais

“Eu não vou sucumbir; Eu não vou sucumbir; Avisa na hora que tremer o chão; Amiga, é agora, segura a minha mão.” (Virgínia Rodrigues, Elza Soares, Baiana System)

A identificação da lacuna racial nos estudos sobre o cuidado consiste no resultado inicial desta pesquisa e um desafio na sua proposição, execução e finalização. Conclui-se a necessidade de enegrecer o cuidado de modo que haja o reconhecimento do racismo na forma que o cuidado é organizado, distribuído e usufruído no Brasil. Gênero apesar de ser uma categoria analítica fundamental, não é totalizadora da complexidade que envolve os estudos do cuidado.

Diante da encruzilhada polissêmica que constitui o cuidado em sua ampla apropriação e utilização nas diferentes áreas do conhecimento, foi preciso fazer algumas escolhas. A primeira consiste na demarcação do campo das ciências sociais, econômicas e do direito para a realização da análise. A segunda se refere a escolha do conceito de cuidado social e organização social e política do cuidado como categorias analíticas da pesquisa. A terceira corresponde ao desafio de realizar uma reflexão antirracista através da noção de encruzilhada para compreender a forma que o cuidado é organizado no Brasil, priorizando o diálogo com autoras latino-americanas.

O estudo partiu da seguinte questão: como a organização social e política do cuidado no Brasil fortalece as desigualdades na provisão, distribuição e usufruto do cuidado a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe?

Com o objetivo de compreender como a organização social e política do cuidado na sociedade brasileira, por meio da centralidade da mulher negra na execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de analisar como esta fortalece as assimetrias de raça, gênero e classe que operam como eixos articuladores num sistema interligado de opressão na provisão, distribuição e usufruto dos cuidados.

A análise realizada na pesquisa confirmou a premissa de que a centralidade da mulher negra no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado fortalece as

assimetrias de raça, gênero e classe que operam na produção de desigualdades na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Utilizo a representação da encruzilhada para analisar a organização social e política do cuidado no Brasil. Na encruzilhada do cuidado os agentes (Estado, Famílias, Mercado e Território) se entrecruzam operacionalizando a provisão, distribuição e acesso/usufruto do cuidado. A dinâmica de articulação desses agentes e seu nível de interação na distribuição dos cuidados promove o equacionamento das necessidades dos sujeitos através da contratação dos serviços de cuidado para quem possui capital, e produz desigualdades agudizando sua situação de vulnerabilidade social de quem não possui recursos financeiros. Desse modo, a forma que o cuidado é organizado no Brasil é alterada diante do grupo populacional que o acessa, as diferenças na quantidade e qualidade do acesso é marcada por raça, gênero, classe, geração e territorialidade.

A literatura do cuidado compreende que a provisão e distribuição dos cuidados é organizada pela familiarização, mercantilização e feminização. Considero que esta caracteriza a encruzilhada do cuidado e faço a inclusão da racialização incidindo na atuação de seus agentes. Sendo o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado a base que estrutura a forma que o cuidado é organizado no Brasil.

Esta caracterização confirma a primeira hipótese da pesquisa que sugere que o cuidado é organizado pelo entrecruzamento da familiarização, feminização, mercantilização e racialização no qual racismo estrutural, cisheteropatriarcado, capitalismo e colonialidade constituem os princípios reguladores que regem a partir dos eixos articuladores raça, gênero e classe a encruzilhada do cuidado no Brasil. Na narrativa das mulheres cis negras anônimas entrevistadas foi possível identificar que os arranjos familiares eram cisheteronormativos, cujo a provisão dos cuidados ficava na responsabilidade das famílias, centralizada nas mulheres negras, numa perpetuação da divisão racial, sexual e social do trabalho.

O mapeamento quantitativo e qualitativo de raça, gênero e classe na operação da provisão, distribuição e usufruto dos cuidados retrata sua estratificação na forma que é organizado no Brasil, viabilizado pela divisão racial, sexual e social do trabalho, tendo predominância de mulheres negras e pobres em sua provisão que são exploradas e expropriadas, com desigualdades na forma que é distribuído, sendo seu acesso regulado principalmente pelos recursos

financeiros. A privação ou redução monetária aumenta o tempo destinado ao trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada. A forma que cuidado é distribuído mostra a existência de uma exploração entre mulheres mediada pelo capital enraizada na lógica do racismo e da colonialidade.

Através da pesquisa confirmo que o trabalho de cuidado e doméstico remunerado é marcado pela exploração predominantemente de mulheres negras que em sua maioria recebem os menores salários e não acessam a cobertura previdenciária apesar de serem maioria no recebimento do benefício de transferência de renda. Este trabalho realizado de forma não remunerada expropria 100% do valor econômico das sujeitas que o realiza, sendo invisibilizado através dos papéis sociais cisheteropatriarcais cristãos numa lógica colonialista e racista. Acrescento uma camada analítica ao debate com a compreensão de que esta não remuneração, consiste em uma remuneração desviada produtora de uma mais valia do cuidado, desse modo, insiro-o no debate nomeando este de trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada com intuito de desromantizar e refletir sobre quem se apropria deste valor. As trabalhadoras de cuidado e doméstico de remuneração desviada formam uma classe social conceituada por Maríán Durán de cuidatoriado, por expressarem o grupo que presta serviços de trabalho de cuidado e doméstico.

O estudo aponta que a forma que o cuidado é organizado asfixia socialmente mulheres negras e pobres por meio do tríplice desigualdade: primeiro ligado a baixa remuneração, segundo vinculado a espoliação de 100% do valor econômico produzido no trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada e o terceiro na desvinculação entre quem paga e acessa os direitos viabilizados pelo recolhimento tributário.

A literatura do cuidado opera com o entendimento deste trabalho como invisível na sociedade, ao estudar a questão racial contribuo para o debate dos cuidados compreendendo que este seja invisibilizado, a fim de sair de uma condição permanente e colocar como um processo, uma ação promovida por sujeitos. Portanto o trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada é invisibilizado e expropria tempo e valor das sujeitas, principalmente das mulheres, sendo as mulheres negras o grupo que dedica mais horas a estas atividades. Por mais que a diferença de horas entre mulheres brancas e negras possa ser considerada estatisticamente pequena, mas significativa, o racismo estrutural e a situação de vulnerabilidade que as mulheres negras enfrentam, complexificam a

sua realidade e reduzem ainda mais o seu acesso aos cuidados. Onde a importância de conjugar testes de hipótese a dados primários produzidos através de entrevistas, que possibilitaram acessar e aferir nuances que escapam a uma análise macrossocial.

A pesquisa confirma sua segunda hipótese relacionada a: mulheres negras anônimas que executam o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado possuem menor qualidade de vida. Isto foi percebido quantitativa e qualitativamente, o trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada é um elemento chave na perpetuação das desigualdades e da redução do nível de qualidade de vida, evidenciadas por diversos elementos, dentre os quais se pode destacar baixa escolaridade, baixa remuneração... É possível compreender que a manutenção do modelo e funcionamento da vida burguesa neoliberal que produz corpos brancos considerados eficientes e saudáveis é realizado às expensas do trabalho de cuidado e doméstico executado em sua maioria por mulheres negras através da exaustão de seus corpos, de sua saúde mental e emocional. Portanto, a qualidade de vida da população branca com poder aquisitivo é viabilizada por meio da negação da qualidade de vida da população negra e pobre, como atesta o menor acesso dessa última a educação, cultura, aposentadoria, licença maternidade, alimentação saudável, entre outras.

Essa realidade é explicitada no período da crise sanitária do Covid-19 em que o privilégio de desfrutar do confinamento com qualidade de vida só foi possível às custas da exposição, exploração e não confinamento da população negra e pobre. E o funcionamento da vida em domicílio foi possível por meio do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada. Este cenário ocorre na gestão governamental federal (2018-2022) ultraconservadora, ultraneoliberal, familista, que negava ainda mais veemente e abertamente a existência do racismo, neste contexto o Brasil voltou a fazer parte do mapa da fome, houve o aumento do endividamento das famílias e o esgotamento das condições que viabilizam a reprodução social.

Em tempos de pandemia pude perceber que apesar de haver o aumento das demandas de trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada a questão principal enfrentada por mulheres negras foi conseguir ter condições que viabilizassem a sua sobrevivência e da sua família diante do acirramento das expressões da questão social enfrentadas. Esta realidade evidencia diferenças

das questões vivenciadas por mulheres, em que a análise da dimensão racial distingue e acumula opressões de raça, gênero e classe.

A partir do conhecimento das experiências e estratégias de mulheres negras que executam o trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada, foi possível afirmar a terceira hipótese que estas se encontram à margem do usufruto do cuidado, ao mesmo tempo em que são as protagonistas em sua provisão, extremos que incidem em sua manutenção na base da pirâmide social. Com base nos relatos das sujeitas da pesquisa foi possível identificar que estas se consideram as únicas provedoras de cuidado em suas famílias, e estatisticamente são as que dedicam mais horas ao trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, ao mesmo tempo que empiricamente verbalizam não terem acesso aos cuidados. Estatisticamente não foi possível verificar o seu usufruto por conta da ausência de dados que pudessem subsidiar a análise sobre o acesso aos cuidados; essa inexistência, em si, já permite hipotetizar um reduzido grau de importância e relevância atribuído a tal aferição.

O não acesso ao cuidado pode ser observado na desproteção social a que estão submetidas, sobretudo, na esfera trabalhista e previdenciária. Esta realidade reitera as diferenças demandadas por mulheres e evidencia expressões da questão social a serem inseridas na pauta da agenda pública do cuidado.

Quando se discute cuidado, a divisão sexual do trabalho é fundamental para mulheres brancas e seu feminismo, entretanto isto é somente a ponta do iceberg, consiste apenas em uma parte do problema quando se trata da realidade de mulheres negras, pois a superação desta divisão tende a não transformar as relações de opressão entre mulheres e raciais. Portanto reconhecer a existência da divisão racial, sexual e social do trabalho e integrá-la na pauta da agenda pública do cuidado se torna fundamental para viabilizar o atendimento às necessidades de mulheres negras.

Outro ponto de destaque consiste na discussão da proteção social, sobretudo, no campo previdenciário da licença maternidade e da aposentadoria, apesar de mulheres negras serem maioria no trabalho de cuidado e doméstico, poucas possuem acesso a esses direitos, isto aponta que apesar de ser um direito instituído, por ser condicionado a contribuição é pouco acessado por mulheres negras. Isto significa que a pauta das licenças e aposentadoria na agenda pública quando considerada somente no campo contributivo do trabalho formal tende a excluir as demandas de mulheres negras. Enegrecer o cuidado se faz necessário

para acolher sua realidade e viabilizar seu acesso, para isso é essencial que na agenda pública de cuidados haja a problematização do caráter contributivo e o reconhecimento como trabalho das atividades de cuidados e domésticas de remuneração desviada.

Mulheres negras constroem e reconstroem estratégias para sustentar o insustentável, como malabaristas equilibram as inúmeras demandas do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada e enfrentam há gerações e com maior gravidade de que as demais mulheres, diversas expressões da questão social na luta pela sobrevivência a fim de superar a pobreza. Através do trabalho de cuidado e doméstico mulheres negras protagonizam uma revolução silenciosa desencadeando ciclos geracionais de libertação, sejam em suas próprias famílias, no território ou nas famílias para quem prestam serviços. Ao mesmo tempo não usufruem do cuidado e não possuem o privilégio de escolher entre cuidar e não cuidar, não tendo condições financeiras muito menos tempo para a realização do autocuidado.

Cássia Carloto (2021) sinaliza que o trabalho não remunerado faz parte do escopo institucional da política social, em concordância com esta análise acrescento a compreensão, a ser investigada em estudos futuros, de que o trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada ocupa ainda que invisibilizado o 4º Pilar da seguridade social que faz parte do sistema de proteção social brasileiro, este cumpre a função de sustentação do tripé saúde, assistência social, previdência social e dos demais direitos.

Tornar visível este 4º pilar depende do reconhecimento e inclusão do cuidado no marco normativo e jurídico a ser garantido como um direito humano, de toda cidadã e de todo cidadão, universal e inalienável. Em concordância com a análise de Karina Batthyány (2021) este ocupa o 4º pilar da proteção social e possui caráter transversal aos demais direitos e políticas públicas e sociais. E também ser reconhecido como setor produtivo de valor econômico, social e político. Considero ser necessário haver investigação para comprovação, pois é uma ideia a ser amadurecida teoricamente, a compreensão de que no Brasil cuidado ocuparia o 4º pilar da seguridade social e seria também de caráter transversal aos demais direitos e políticas públicas e sociais.

O reconhecimento do cuidado como um direito e sua institucionalização em forma de lei possibilita que seja assegurado a todas as pessoas conforme suas

necessidades ao longo de suas vidas os direitos de receber cuidados, cuidar de si e decidir ser provedora ou não de cuidados.

A partir da pesquisa conclui-se a necessidade de haver a criação de um Sistema Integrado Interseccional de Cuidados em conjunto com a construção da Política e do Plano Nacional de Cuidados que integre as demandas do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada. A ONU, pesquisadoras e organizações da sociedade civil recomendam a criação de Sistemas de Cuidados, os resultados da tese concordam com esta proposição, contudo ao enegrecer o cuidado, os dados apontam a necessidade deste sistema ser interseccional, partindo da realidade de mulheres negras tendo como base a discriminação positiva, com o propósito de reorganizar os cuidados, através do reconhecimento, da redução e redistribuição das demandas oriundas deste trabalho.

Conclui-se que a forma que o cuidado é organizado no Brasil consiste na própria manifestação do racismo ancorada num projeto societário que normaliza a exploração e oculta a expropriação de mulheres negras, fruto de uma herança colonial e escravocrata, que resulta numa estratificação geracional produtora e reprodutora de assimetrias na provisão, distribuição e usufruto do cuidado. A pobreza, desigualdade e demais consequências geradas e reificadas pelo trabalho de cuidado e doméstico constituem numa dívida histórica que o Brasil possui com a população negra, sobretudo com a mulher negra. Assim inserir a interseccionalidade no sistema integrado de cuidados consiste num mecanismo de reparação desta dívida histórica e possibilita que haja o enfrentamento da lógica racista, cisheteropatriarcal e colonial, para de fato atender a realidade de todas as pessoas.

A atual gestão governamental (2023 - 2026) acolhe a agenda pública de cuidados, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social criou a Secretaria Nacional de Cuidado e Família onde está discutindo e coordenando a elaboração da Política Nacional de Cuidados com o foco na valorização da mulher com a finalidade de corrigir desigualdades e injustiças. Nessa direção emitiu a Nota Informativa n.1/2023 intitulada “As mulheres negras no trabalho de cuidado”, que estabelece o compromisso da construção de uma Política Nacional de Cuidados que transforme a injusta e desigual atual organização social de cuidados.

A pesquisa aponta a identificação do racismo estrutural, do cisheteropatriarcado cristão, da colonialidade e da divisão racial, sexual e social do trabalho como princípios reguladores que desafiam o avanço na construção da

agenda pública de cuidados no Brasil. E confirma a quarta e última hipótese relacionada a organização social e política de cuidado, no Brasil, se ancora na exploração e expropriação de mulheres, sobretudo, mulheres negras e pobres, resultando numa estratificação social na provisão, distribuição e usufruto dos cuidados. O teste de hipóteses mostra que mulheres negras recebem menos que mulheres brancas, dedicando mais tempo no trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada. As entrevistadas expõem a sobrecarga física, emocional e mental gerada pela forma que o cuidado é organizado e as expressões da questão social enfrentadas. As dificuldades financeiras aumentam a demanda e o tempo empregado neste trabalho impossibilitando as condições de exercício de autocuidado, conclusão de sua escolaridade e ocupações com qualidade no mercado de trabalho.

Para mulheres negras é negado o acesso ao autocuidado e seu usufruto, além da possibilidade de decidir não cuidar, desde a infância este trabalho faz parte de suas vidas como responsabilidade e/ou obrigação. Diante da grande quantidade de demanda do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada articulada a ausência de recursos financeiros para seu custeio, crianças e adolescentes se tornam provedoras e beneficiárias de cuidados.

A pesquisa possibilitou avançar na construção da noção de cuidado pensado, cuidado vivido e apresentar o cuidado sentido podendo ser observado na narrativa das entrevistadas. As dimensões do cuidado pensado, vivido e sentido se interseccionam, podendo ser convergentes ou divergentes entre si. Salienta a importância de serem agregadas na discussão da agenda pública de cuidados. E confirma a necessidade de haver um aprofundamento deste estudo no campo das representações sociais do cuidado com diferentes sujeitos, seja provedoras e beneficiárias, além de profissionais que atuam diretamente e indiretamente com as famílias.

Destaco a expressão “só Deus cuida de mim” presente na narrativa de mulheres negras, em que a sua percepção do sagrado é único lugar em que se percebe, vive e sente cuidada, refletindo a completa omissão do Estado.

Os resultados deste estudo estão em consonância com a caracterização dos sujeitos de cuidados sintetizada por Karina Batthyány (2021) sendo composto por crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas em processo de adoecimento temporário ou permanente. E confirma a existência do 5º sujeito de cuidado constituído por pessoas adultas que apesar de possuírem

autonomia e condições de prover cuidados para si e outros, não o fazem. Na narrativa das mulheres negras entrevistadas foi identificado que esse 5º sujeito eram seus companheiros e filhos adultos.

Em síntese os resultados da pesquisa quanti-quali indicam que a familiarização, feminização, mercantilização e racialização caracterizam a forma que o cuidado é organizado no Brasil, fortalecendo desigualdades na provisão, distribuição e usufruto do cuidado aprofundando as assimetrias de raça, gênero e classe. O trabalho de cuidado e doméstico constitui um eixo estruturante da manutenção do privilégio racial no Brasil. Ao mesmo tempo que protagonizado por mulheres negras se transformou numa ferramenta ancestral de resistência, luta, sobrevivência e libertação geracional.

Perante esta realidade a pesquisa constata que o cuidado é pensado como um problema privado de solução exclusivamente centralizada nas famílias e não como uma questão coletiva de solução pública e corresponsabilidade do Estado e, no sistema capitalista, também do mercado. Não há o reconhecimento do cuidado como direito, mas sim uma desoneração do Estado em sua função de provisão e regulação, com predominância na atuação familiarização e mercantilização do cuidado. Esta encruzilhada do cuidado resulta na ocultação dos custos do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada, normalização da sobrecarga por meio da romantização do imaginário de mulher guerreira. Nesta o Estado tende a atuar mais na função punitiva e fiscalizadora das famílias que não conseguem suprir suas necessidades do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada.

Tal constatação confirma a necessidade de haver uma corresponsabilização entre Estado, Mercado, Famílias e Território que rompa com a concepção maternalista e atue numa proposta equitativa de desfamiliarização e desmercantilização, no qual o Estado seja protagonista na provisão e regulação dos serviços de cuidados. A corresponsabilização tende a resultar na redução da necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada. Segundo Bango e Patricia Cossani (2021) o investimento na construção de um sistema integrado de cuidados tende a gerar aumento percentual no Produto Interno Bruto.

Outro resultado que destaco na pesquisa consiste no aquilombamento como prática de cuidado refletido em vivências de parcerias, colaboração e

fortalecimento entre as mulheres cis negras anônimas entrevistadas, nesta experiência uma abre caminho para a outra em sua encruzilhada.

O estudo evidencia que a agenda pública de cuidado consiste num espaço de disputa de diferentes projetos societários, reconhecer a necessidade de enegrecer o cuidado consiste num tensionamento e provocação desta tese. Nessa direção as mulheres cis negras anônimas entrevistadas mostram a importância de haver a intersecção da oferta de políticas de tempo, dinheiro e serviços que assegurem seu acesso como prioritário a fim de garantir que haja qualidade de vida. Utilizo a expressão “cuidar de quem cuida” com o intuito de chamar atenção para que as sujeitas provedoras de cuidados também sejam consideradas sujeitas de cuidados a fim de garantir seu acesso e condições que possibilite o autocuidado.

Esta temática é embrionária no campo do Serviço Social, por isso que a pesquisa é exploratória, entretanto compreendo que a discussão pautada nesta tese é intrínseca ao processo de formação e intervenção do Serviço Social. As categorias analíticas desta tese como racismo estrutural, cisheteropatriarcado, colonialidade articulado aos marcadores sociais de raça, gênero e classe são importantes para a dimensão formativa da profissão. Também é fundamental para a categoria profissional que haja a compreensão de como o cuidado é organizado e a centralidade do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada nas políticas públicas e sociais. Considero que este debate é indissociável da dimensão interventiva tanto no âmbito do trabalho com famílias quanto na gestão na esfera de proposição, implementação e monitoramento das políticas. Além disso a presença de profissionais atuando na agenda pública de cuidado qualifica ainda mais o debate pela conquista do direito ao cuidado. Outro elemento que coloca esta discussão no cerne da profissão diz respeito a discussão da política nacional do cuidado que está sendo coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome por meio da Secretaria Nacional de Cuidados e Família. Esses argumentos consolidam a importância da participação do Serviço Social neste debate.

A originalidade deste trabalho corresponde à identificação do hiato racial nos estudos do cuidado e o debate dos cuidados no Serviço Social. A relevância acadêmica consiste em fazer esta busca exploratória num exercício de pensar e sistematizar o cuidado a partir da leitura de autoras e pesquisadoras negras numa perspectiva interseccional, antirracista e decolonial. A relevância social e política

se referem em conferir visibilidade as mulheres negras anônimas, retirando o véu de sua aparente submissão. Estas utilizam do silêncio como uma ferramenta de ação, promovendo ciclos geracionais de libertações através de uma resistência passiva. Intenciono contribuir para mostrar mulheres negras na sustentação da organização social e política de cuidados e sua importância para o funcionamento da sociedade, de modo a trazer elementos constitutivos para reflexão acerca de uma agenda pública de cuidados.

Nessa direção esta tese apresenta algumas recomendações para a discussão do direito ao cuidado no Brasil correlacionado a políticas de tempo, dinheiro, serviços, regulação e transformação cultural no intuito de reconhecer, reduzir e redistribuir os cuidados. Considero importante a inserção das dimensões de raça, etnia, gênero, classe em todas as proposições realizadas sendo executadas com foco na discriminação positiva.

Nas políticas de tempo proponho: (i) ampliação das licenças maternidade e paternidade para licença parental na perspectiva interseccional que reconheça os cuidados como trabalho, incluindo a dimensão não contributiva das mulheres, principalmente àquelas que não possuem vínculo formal empregatício. Aumento do tempo da licença que respeite no mínimo o período exclusivo de aleitamento materno; (ii) aposentadoria incorporar o tempo de trabalho de cuidados e domésticos de remuneração desviada, com mudanças em seu caráter contributivo; (iii) para quem possui contribuição previdenciária a gestação possibilitar o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (iv) ampliação do programa maior cuidado¹⁰⁶ com diversificação dos sujeitos beneficiários;

Em relação as políticas de serviços sugiro: (i) flexibilização e ampliação dos horários de funcionamento dos serviços públicos, sobretudo saúde (atenção primária, secundária e terciária), educação, assistência social e previdência social. Estes não podem ser ofertados somente no horário dito comercial, estendendo para além deste horário. (ii) pensar o sistema de proteção social a fim de integrar transversalidade dos cuidados na perspectiva de raça e gênero; (iii) inserir o cuidado como 4º pilar da seguridade social; (iv) garantir orçamento fixo para a política nacional de cuidados com a perspectiva de raça e gênero; (v) ampliar o programa de transporte escolar para transporte comunitário a fim de garantir o deslocamento dentro do próprio território e sua circulação condizente aos horários

¹⁰⁶ Programa Maior Cuidado é implementado pela prefeitura de Belo Horizonte com objetivo de apoiar as famílias no cuidado com os idosos e aumentar a qualidade de vida de todos. <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/programa-maior-cuidado>.

escolares e demais serviços e projetos desenvolvido no território; (vi) construção de lavanderias, restaurante, farmácia e internet popular; (vii) espaços tecnológicos comunitários, ampliação do programa nave do conhecimento¹⁰⁷; (viii) ampliação de vagas e horários do sistema educacional com foco na ampliação de vagas na creche; (ix) garantia de atendimento e acompanhamento psicológico gratuito; (x) oferta de serviços de cultura e lazer (xi) fortalecimento dos serviços oferecidos por moradores do território como cuidadoras de crianças e adolescentes.

No campo de políticas de dinheiro indico ampliação do benefício de prestação continuada e do programa bolsa família. Na esfera da política de regulamentação da profissão de cuidador e babás. Na área de política de transformação cultural recomendo: (i) a instituição do “Dia Nacional de Cuidados” a fim de contribuir para o reconhecimento da importância do trabalho de cuidado e doméstico, sobretudo o de remuneração desviada; (ii) campanhas de conscientização sobre o trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada e a divisão racial, sexual e social do trabalho.

Seguindo com as propostas sugiro a inserção dos marcadores sociais de raça, gênero, geração, classe e territorialidade na produção de conhecimento sobre cuidados, com maior ênfase e em conjunto. E também a obrigatoriedade de conter em todas as bases de dados estatísticas de raça, etnia, gênero. Produção de indicadores que mapeiem o acesso aos cuidados. A aprovação do PL 638/2019 que propõe a realização dos estudos do uso do tempo de forma sistemática, com a inclusão dos dados incorporarem de raça, etnia, gênero. Produção de indicadores sobre o acesso de mulheres negras ao cuidado. Políticas de cuidado que atenda as provedoras de cuidado. Elaboração de um sistema integrado interseccional de cuidados tenha desdobramento a nível estadual e municipal, isto é favorável diante da experiência nacional na criação de sistemas, haja vista a saúde e assistência social.

O caráter exploratório desta pesquisa, a caracteriza como *Njila*, na abertura de diversas possibilidades de caminhar na produção do conhecimento sobre o enegrecimento do cuidado e de sua agenda pública. Desse modo, o valor heurístico deste estudo resulta em diversos questionamentos que podem suscitar novas explorações, com destaque para: (i) replicar este estudo ampliando para a população LGBTQI+; (ii) sobre os cuidados: o que está no âmbito do mercado que

¹⁰⁷ Nave do Conhecimento programa executado pela prefeitura do Rio de Janeiro, são espaços de tecnologia voltados para a democratização do acesso ao universo digital em ambientes colaborativos e criativos.

deveria ser um direito, saindo do circuito estritamente mercantil mediado pela economia, se tornando objeto de provisão do Estado? (iii) o que é provisionado pelas famílias em termos de ações e recursos de cuidados que deveria estar na responsabilidade do Estado? (iv) o que deveria ser provisionado e regulado pelo Estado a fim de atender o direito ao cuidado de forma equitativa avançando para a construção de uma sociedade do cuidado? (v) o que na discussão dos cuidados deveria ser familiarizado e o que desfamiliarizar? (vi) quais relações entre cuidado, desigualdades e pobreza no Brasil; (vii) quais são os sentidos e significados atribuídos aos cuidados por diferentes faixas etárias (criança, adolescência, juventude, pessoa idosa)?

Os resultados desta pesquisa podem agregar a demanda da Secretaria Nacional de Cuidados e Família do governo vigente (2023 - 2026) que se encontra no momento de elaboração da Política Nacional de Cuidados. Isto também confere relevância social e política à tese.

Considero este estudo um ponto de partida sobre enegrecimento dos cuidados na produção do conhecimento, e espero que tenha fornecido elementos que instiguem e incentivem a novos estudos referente o trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada e as outras múltiplas dimensões do cuidado na perspectiva interseccional, decolonial e antirracista, sobretudo no campo do Serviço Social brasileiro, onde tal temática possui um espaço restrito.

As mulheres cis negras entrevistadas verbalizaram satisfação e valorização com a nossa conversa (entrevista), expressaram alegria em poder se sentirem escutadas. “Eu gostei, é bom às vezes a gente ter alguém pra poder conversar, falar” (MNA5). A entrevista também foi um espaço de acolhimento. “Achei ótimo, gostei muito, se quiser me chamar mais vezes. É uma forma também de desabafar um pouco, juro eu me senti assim, parece que você é uma psicóloga [...] porque tem coisas da vida que a gente não pode estar falando com a pessoa entendeu? Então hoje eu pareço que eu fiz uma terapia estou me sentindo bem” (MNA3). Isso sinaliza para a potência da entrevista como espaço acolhimento e afeto, além de reforçar a necessidade de escutar mulheres negras, sobretudo as que se encontram em situação de vulnerabilidade social, de modo a acolhê-las e visibilizar suas vozes para que sejam reconhecidas e valorizadas.

A pesquisa não teve pretensão de apresentar respostas conclusivas, mas motivada a provocar indagações para futuros estudos e mostrar a lacuna racial nos estudos de cuidados chamando a atenção para a necessidade de incluir a

questão racial como uma categoria analítica estruturante na produção de conhecimento e proposição de políticas públicas de cuidados.

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; Lombradi, M. R. (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

AFRIKA, L. O. **Nutricide**: the nutritional destruction of the Black race. A & B Publishers Group, 2000.

AGÊNCIA IBGE Notícias. **“Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas”**. 04/06/2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em: dez. 2020.

AGÊNCIA IBGE Notícias. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,3% e taxa de subutilização é de 29,1% no trimestre encerrado em junho de 2020.** 06/08/2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28478-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-1-no-trimestre-encerrado-em-junho-de-2020>>. Acesso em: dez. 2020.

AGUIRRE, R.; BATTHYÁNY, K.; GENTA, N.; PERROTTA, V. **Los cuidados en la agenda de investigación y en las políticas públicas en Uruguay**. 2014. Disponível em <<https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/1427>>. Acesso em outubro de 2019.

AGUIRRE, R. **La política de cuidados en Uruguay ¿un avance para la igualdad de género?** Universidad de la República. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/Q7s6tVMTKc3KR6crHCbsFQR/?lang=es>>. Acesso em novembro de 2019.

AGUIRRE, R. A necessária redefinição da noção de trabalho. Problemas conceituais e metodológicos. **Contribuições para a Administração Estatal e Governamental**, v. 25, p. 35-51, 2008.

AGUIRRE, R. El futuro del cuidado. In: **Futuro de las familias y desafíos para las políticas** - LC/L.2888-P - 2008 - p. 23-34. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6915/S0800234_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: nov. 2022.

AKOTIRENE, C. **Ferramenta anticolonial poderosa**: os 30 anos de interseccionalidade. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaoferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-anos-de-interseccionalidade/>>. Acesso em: nov. 2020.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG): Letramento justificando, 2018.

ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2009. p. 61-80.

ALMEIDA S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento; 2019.

ALMEIDA S. L. **Capitalismo e crise**: o que o racismo tem a ver com isso? Blog Boitempo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>>. Acesso em: ago. 2022.

ALVES, P. Caso Miguel: Sari Corte Real é indiciada por abandono de incapaz que resultou em morte. **Portal Geledés**, 04/07/2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/caso-miguel-sari-corte-real-e-indiciada-por-abandono-de-incapaz-que-resultou-em-morte/>>. Acesso em: dezembro de 2020.

ANGOTTI, L.; VIEIRA, R. S. C. O podcast Cuidar, Verbo Coletivo: Uma forma de falar sobre cuidado na pandemia. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., Reflexões na Pandemia (seção excepcional)**, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/images/2021/Cuidar_verbo_coletivo.pdf>. Acesso em: Janeiro 2022.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>>. Acesso em: nov. 2022.

ARAUJO, A. B. Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. **Mediações**, v. 23, n. 3, p. 43-69. 2018. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34245>>. Acesso em: jun. 2022.

ARAÚJO, C. GAMA, A. **Entre casa e o trabalho**: gênero e família no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.

ARAÚJO, L. F. S. et al. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa e Saúde**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 53-61, jul./set., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/6326>>. Acesso em: nov. 2020.

ARAUJO, M. B. Na linha de frente da covid-19 nas favelas cariocas: A resistência decolonial das mulheres de Rio das Pedras no enfrentamento da pandemia. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21578-c21578, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21578>>. Acesso em: maio 2021.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSIS, J. P. **Testes de hipóteses estatísticas**. Mossoró: EdUFERSA, 2020.

BALBUENA, A. et al. **Los cuidados del centro de la vida al centro de la política**. Ed. Ailynn Torres Santana. Friedrich-Ebert-Stiftung. 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/50808229/Los_Cuidados_del_centro_de_la_vida_al_centro_de_la_pol%C3%ADtica>. Acesso em: 17 set. 2022.

BANGO, J. **Cuidados na américa latina e no caribe em tempos de covid-19. em direção a sistemas integrais para fortalecer a resposta e a recuperação**. ONU Mulheres. CEPAL. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45923/190821_pt.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

BANGO, J.; COSSANI, P. **Rumo à construção de sistemas integrais de cuidados na américa latina e no caribe: elementos para sua implementação**. ONU MULHERES. CEPAL. 2021. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/rumo_construcao_sistemas_integrais_cuidados.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BARBOSA, R. J.; PRATES, I. **Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia**. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10187>>. Acesso em: ago. 2022.

BATTHYÁNY, K. (coord.) **Miradas Latinoamericanas a los cuidados**. Irma Arriagada Acuña...[et al.]; coordinación general de Karina Batthyany. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1EbR7PPwhdTDPmZk7V2IAKyRGXCwMWpm4/view>>. Acesso em: nov. 2020.

BATTHYÁNY, K. Desafios para a organização da política de cuidados no Uruguai. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Orgs.). **Entre casa e trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017.

BATTHYÁNY, K.; GENTA, N. **Sociología de género y cuidados en Uruguay el camino recorrido**. Políticas Públicas. 2018. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7689555>>. Acesso em: nov. 2021.

BATTHYÁNY, K. **Las políticas y el cuidado en América Latina**: Una mirada a las experiencias regionales. Serie Asuntos de Género Nro. 124. CEPAL. Santiago, 2015. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/37726-politicas-cuidado-america-latina-mirada-experiencias-regionales>>. Acesso em: maio 2021.

BATTHYANY, K.; CEPEDA, Z.; ESPINEL VALLEJO, M. **Coronavírus e desigualdades pré-existentes**: gênero e cuidado. Friedrich Ebert Stiftung. 2020. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20201009044704/coronavirus-y-desigualdades-preexistentes.pdf>>. Acesso em: set. 2022.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967 (primeira publicação em 1949).

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BENERIA, L. **Gender, Development and Globalization**: economics as if all people mattered. London-New York: Routledge, 2003.

BENGOA, C. C. Care as the backbone of a new economy*/Care as the backbone of a new economy. **Cadernos de Relações do Trabalho**, v. 31, n. 1, p. 39. 2013.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial. 2018.

BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 18, p. 81-117, 2015. DOI: 10.1590/0103-335220151804.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 71-87.

BRASIL. **Resolução nº 466/2012**. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.460/2023**. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/decreto-no-11-460-de-30-de-marco-de-2023/>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6583/2013**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284/2021**. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=30/12/2021>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.288/2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.212**, de 21 julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 23/06/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 638/2019**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191678>>. Acesso em 25 abr. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 7.815/2017**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2140432>>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 1**, de 12 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-1-de-12-de-marco-de-2021-309565966>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Portaria Ministerial. **Diário Oficial da União 22/03/2021**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-1-de-12-de-marco-de-2021-309565966>>. Acesso em: maio. 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 188**, de 3 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 1974/2021**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2284867>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei 2.757/2021**. Altera a Lei nº 8.213/1991, de 24 de julho de 1991 para dispor sobre a aposentadoria por cuidados maternos. Deputada Talíria Petrone. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293477>>. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei 2029/2015**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1514225>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 5791/2019**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2227782>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 638/2019**. Economia do cuidado no sistema de contas nacionais. Deputada Luizianne Lins. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191678#:~:text=PL%20638%2F2019%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20inclus%C3%A3o%20da,e%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas>>. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei 7.815/2017**. Economia do cuidado no sistema de contas nacionais. Deputada Ana Perugini. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2140432>>. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2797**, de 2022. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155126>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4364**, de 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2307641#:~:text=Autor%3A%20Francisco%20Jr.,e%20aos%20familiares%20e%20cuidadores>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 3206/2019**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2205433>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 2647/2021**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2291969>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Resoluções 510/16**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2291969>>. Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. **SLD 16/2022 CIDOSO**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2329392>>. Acesso em: 30 out. 2022.

BENTO, C. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras,

2022.

BUDLENDER, D. Expectativas versus realidade nas iniciativas de orçamentos sensíveis a gênero. In: JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. (2012). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-experiencias.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARLOTO, C. M.; BUENO, N. O impacto da pandemia de covid-19 no cotidiano das mulheres: cuidados domésticos familiares e dificuldades. In: **XIV Jornadas de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. 2021. Disponível em <<https://cdsa.aacademica.org/000-074/184>>. Acesso em: nov. 2022.

CARLOTO, C. M. Programa Bolsa Família, Cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

CARNEIRO, S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo, 2005. 336p. Tese (Doutorado em Educação) - Feusp, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: jan. 2020.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. Sueli Carneiro; Prefácio Conceição Evaristo, apresentação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2020.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: selo negro, 2011.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

CARRASCO, C. O paradoxo do cuidado: necessário, porém invisível. In: JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2012. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-experiencias.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

CARTA Capital. **No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-63-das-casas-chefiadas-por-mulheres-negras-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/>>. Acesso em: fev. 2020.

CASTRO, F. L. **Negras, jovens, feministas: sexualidade, imagens e vivências**. Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em estudos interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo) - Faculdade de Filosofia e ciências humanas. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7782>> Acesso em: nov. 2021.

CEPAL. Compromisso de Santiago: Um instrumento regional para responder à crise da COVID-19 com igualdade de gênero. **XIV Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe**. CEPAL. Santiago, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46721>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CÉSARIE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: jun. 2020.

COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Órfãos da Covid-19: mais de 113 mil menores de idade perderam os pais na pandemia, denuncia relatório do CNS e CNDH. **Ministério da Saúde**. 07/12/2021. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2235-orfaos-da-covid-19-mais-de-113-mil-menores-de-idade-perderam-os-pais-na-pandemia-denuncia-relatorio-do-cns-e-cndh#:~:text=Segundo%20estimativas%2C%20mais%20de%20113,para%20130%20mil%20no%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CONSENSO DE QUITO. Décima Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. **CEPAL**. Ecuador, 2007. <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40449/Consenso_Quito_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio. 2020.

COMPROMISSO DE SANTIAGO. Décima Quarta Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. **CEPAL**. Chile, 2020. <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46468>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

CRELIER, C. “**PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,3% e taxa de subutilização é de 29,1% no trimestre encerrado em junho de 2020**”. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28478-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-1-no-trimestre-encerrado-em-junho-de-2020>>. Acesso em: 10 out. 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: jun. 2022.

DALY, M.; LEWIS, J. El concepto de “Social Care” y el análisis de los estados de bienestar contemporáneos. In: **El trabajo de cuidados**. História, teoría y políticas. Ed. Catarata, 2011.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE MARTINO, M. Políticas sociales y familia. **Fronteras, revista del Departamento de Trabajo Social**, FCS/Udelar, n. 4, p. 103-114, sept., 2001.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos realizada pelo DIEESE**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: mar. 2022.

DUFFY, M. Fazendo o trabalho sujo: gênero, raça e trabalho reprodutivo em perspectiva histórica. **Gênero e sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-336, 2007.

DURAN, M. Angeles. **A riqueza invisível do cuidado** (Edição Espanhola) Valência: Universitat de València, Edição Kindle, 2018. p. 142.

ECLAC. 11º Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe. **CEPAL**. Brasília, 2010. <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/11a-conferencia-regional-sobre-a-mulher-da-america-latina-e-caribe>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

ELSON, D. The three R's of unpaid work: Recognition, reduction and redistribution. In: **Expert Group Meeting on Unpaid Work, Economic Development and Human Well-being**. New York: UNDP, 2008.

ENRIQUEZ, C.; PAUTASSI, L. **La organización social del cuidado de niñas y niños**. Elementos para la construcción de una agenda de cuidados en Argentina. Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género-ELA, 2014.

ENRÍQUEZ. C. R. Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista. In: JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. **Orçamentos sensíveis a gênero**: conceitos. Brasília: ONU Mulheres. 2012. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-experiencias.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

ENRÍQUEZ. C. R. **Economía del cuidado y política económica**: una aproximación a sus interrelaciones. Comisión Económica para América Latina Y El Caribe - CEPAL. 2005.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

ESQUIVEL, V. et al. **La economía feminista desde América Latina. Una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región**. ONU - México. Disponível em: <<https://mexico.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2012/6/la-economia-feminista-desde-america-latina>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ESQUIVEL. V. **El cuidado en los hogares y en las comunidades**. Documento Conceitual. Informe de investigação de OXFAM. 2013.

FANON, F. **Pele negra mascarar brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, v. 50, p. 959-979, 2016.

FAUR, E. **El cuidado infantil en el siglo XXI mujeres malabaristas en una sociedad desigual**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

FAUR, E. **Organización social del cuidado infantil en la Ciudad de Buenos Aires**. El rol de las instituciones públicas y privadas. 2005-2008. Buenos Aires, 2009. 301p. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales), FLACSO-Argentina. Disponível em: <<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/7827>>. Acesso em: nov. 2021.

FENATRAD. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Disponível em: <<https://fenatrad.org.br/>>. Acesso em: abr. 2021.

FEDERICI, S. **El patriarcado del salario**. Editorial Traficantes de Sueños. Madrid. 2018. Disponível em: <[https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS_map49_federici_web_0 .pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS_map49_federici_web_0.pdf)>. Acesso em: nov. 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEIJÓ, J. A mulher negra no mercado de trabalho. **FGV IBRE**. 26/07/2021. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/mulher-negra-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: nov. 2021.

FOLBRE, N. "The invisible heart. Economics and Family values". New York: **The News Press**, 2001.

FONTANELLA, B. J. B., RICAS, J., & TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, 24, 17-27. 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVByhrN/?lang=pt>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FRASER, N. **Contradictions of capital and care**. 2016. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/ii100/articles/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>>. Acesso em: fev. 2021.

FREIRE, S. M; CORTES, T. L. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FREITAS, R. C. S. **Famílias, violência contra as mulheres, gênero e Proteção Social**. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social, 2013.

GALVANI, G. Desigualdade bate recorde no Brasil, mostra estudo da FGV. **Carta Capital**, 16/08/2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desigualdade-bate-recorde-no-brasil-mostra-estudo-da-fgv/>>. Acesso em: 01 set. 2020.

GALVANI, G. Trabalho doméstico vale 10 trilhões de dólares não pagos a mulheres anualmente. **Carta Capital**, 20/01/2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalho-domestico-vale-10-trilhoes-de-dolares-nao-pagos-a-mulheres-anualmente/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GELINSKI, C. R. O. G.; PEREIRA, R. S. Mulher e trabalho não remunerado. **Revista Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, v. 5, p. 79-87, 2005. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo5.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Creative Commons CC BY NC 4.0 BR, 2020. Disponível em: <<https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

GEORGES, I. O 'cuidado' como 'quase-conceito': por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente. In: DEBERT, G. G.; PULHEZ, M. M. (Orgs.). **Desafios do cuidado**: gênero, velocidade e deficiência. Campinas: Unicamp/IFCH, p.123-151. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2019.

GLENN, E. N. **Forced to Care**: Coercion and Caregiving in America. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2010.

GLENN, E. N. Da servidão ao serviço: continuidades históricas na divisão racial do trabalho reprodutivo pago. Signs: **Journal of Women in Culture and Society**, v. 18, n. 1, p. 1-43, 1992.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 23. Maio/Jun/Jul/Agosto de 2003. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: mar. 2022.

GOMES, N. L. Questão racial e o novo coronavírus no Brasil. **Friedrich Ebert Stiftung**, São Paulo, 3 jul. 2020. Análise. Disponível em: <<https://brasil.fes.de/detalhe/a-questao-racial-e-o-novo-coronavirus-no-brasil>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. et al. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagens de programas sociais, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005

GOMES, R. et al. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014.

GOMES, R. et al. Sentidos atribuídos à política voltada para a Saúde do Homem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2589-2596, 2012.

GÓMEZ, K. R.; CABALLERO, J. C. Desenvolvimento histórico do conceito de Qualidade de Vida: uma revisão da literatura. **Revista Ciencia y Cuidado**, v. 18, n. 3, p. 86-99, 2021.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, v. 21, p. 514-522, 2018.

GONZALEZ, L. E a trabalhadora negra, cumé que fica. 1982. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. Mulher negra, essa quilombola. 1981. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. A categoria política-cultural da Amefricanidade. 1988. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. 1988. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. 1981. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. A questão negra no Brasil. 1980. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho. Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. 1979. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. Mulher negra 1980. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. 1988. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. 1980. In:_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GRONDIN, M.; VIEZZER, M. **O maior genocídio da história da humanidade**: mais de setenta milhões de vítimas entre os povos originários das Américas-resistência e sobrevivência. Toledo: GFM Gráfica & Editora. 2018.

GROSFÓGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

GUERRA, M. F. L.; WAJNMAN, S. Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: a escolaridade é mesmo determinante?. **Anais**, p. 1-21, 2017.

GUIMARÃES, J. Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao mapa da fome. **Carta Capital**, 15/07/2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaofrente-ampla/com-bolsonaro-o-brasil-voltou-ao-mapa-da-fome/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GUIMARÃES, N. A. **Os circuitos do cuidado**. Reflexões a partir do caso brasileiro. 2019.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. **El cuidado en América Latina**: mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay. Fundación Medifé Edita. 2020. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20200810034952/El-Cuidado-en-Am-Latina.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 59-77, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/pNktSF8L6RzvQ5gCjWgvXsS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

HOFBAUER, H.; VINAY, C. Orçamentos sensíveis a gênero: ferramentas metodológicas Experiências internacionais e do México. In: JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres. 2012. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-experiencias.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

HIRATA, H. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos avançados**, v. 34, p. 25-40. 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ea/a/k7whX7jfKFHbX4TpQV5TWSz/?lang=pt>>. Acesso em: 16 out. 2021.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, v. 21, p. 24-41, jun. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/TFYst3YmzhMvgZxJpXC983R/?lang=pt>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 13, p. 595-609, set./dez., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, b. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 193-210, jan./abr., 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**: Brasília, a. 2, n. 3, p. 33-40, p. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificações de uso do tempo. **Comissão Nacional de Classificação**. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/uso-do-tempo/classificacoes-de-uso-do-tempo.html#:~:text=As%20pesquisas%20de%20Uso%20do,econ%C3%B4micas%20das%20mulheres%20nas%20pesquisas>>. Acesso em: dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID 19, maio-novembro 2020, resultado mensal. **IBGE**: Rio de Janeiro, 2020. Disponível: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101778>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA. **Diferenciais Salariais por Raça e Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas**. <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Policy-Paper-45.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. ODS – **Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. IPEA, 2018. Acesso em Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. 39p.: il. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: set. 2020.

ITAÚ Social. **Seminário A Escrivência de Conceição Evaristo**. 23 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/divulgacao/seminario-a-escrevivencia-de-conceicao-evaristo/>>. Acesso em: dezembro de 2020.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Editora Ática, 8. ed., 2001.

JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2012. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcam-entos-experiencias.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

KETZER, P. **Como pensar uma Epistemologia Feminista?** Surgimento, repercussões e problematizações. 2017.

KILOMBA, G. **“Descolonizando o Conhecimento”** Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. Disponível em: <<https://joaocamilloopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>>. Acesso em: maio. 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOGA, N. et al. **Instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da Covid-19**: uma análise dos normativos produzidos pelo executivo federal. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9838/1/NT_31_Diest_Instrumentos%20de%20Pol%c3%adticas%20P%c3%bablicas%20para%20o%20Enfrentamento%20do%20V%c3%adrus%20da%20Covid_19.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2020.

LEWIS, J. Gender and the development of welfare regimes. **Journal of European Social Policy**, v. 2, n. 3, 159-173, 1992.

LOPES, I. S. et al. **Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48134>>. Acesso em: ago. 2022.

LORDE, A. **Irmã outsider**: ensaios e conferências, Belo Horizonte: Autêntica ed., 2020.

LOURO, G. L. **“Uma epistemologia feminista”, Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, 6. ed., Petrópolis: ed. Vozes, 1997.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Feminist Studies Magazine**, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: mar. 2020.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: jun. 2020.

MARINS, M. T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 669-692, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDthGYM3m/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2022.

MARTÍNEZ FRANZONI, J. **Regímenes de bienestar en América Latina: consideraciones generales e itinerarios regionales**. 2005. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/regimenes-de-bienestar-en-america-latina-consideraciones-generales-e-itinerarios-regionales.pdf>>. Acesso em: set. 2022.

MATOS, M. **Pandemia Covid-19 e as mulheres**. Boletim Nº 11 – Cientistas Sociais e o coronavírus - ABCP. Rio de Janeiro, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, dez., 2016. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/download/1562/1433/>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MELO, H. A vida das mulheres em tempos de pandemia. **Friedrich Ebert Stiftung**, 13. 2020. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16797.pdf>>. Acesso em: maio. 2022.

MELO, H. P. D.; MORANDI, L. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, v. 30, 187-210. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/mgKPK77mpq64FJXx7mBrDXQ/>>. Acesso em: jun. 2022.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/p3KY9zcrNNfNmzTKrRR9z7M/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: maio 2019.

MELO, H. P.; MORANDI, L. **Cuidados no Brasil: conquistas, legislação e políticas públicas**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17083.pdf>>. Acesso em: set. 2021.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun., 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVv/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: set. 2021.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf>. Acesso em: set. 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.) **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MIOTO, R.; PRÁ, K. R. D. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MORANDI, L.; DE MELO, H. P. Indicador social do trabalho não remunerado no Brasil: uma proposta metodológica. **Atlantic Review of Economics**, v. 3, n. 1, 2020.

MORENO, T. Politizar o cuidado e transformar a economia. **Sempre Viva Organização Feminista**. 15/03/2022. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/politizar-o-cuidado-e-transformar-a-economia/#:~:text=Isso%20significa%20uma%20mudan%C3%A7a%20na,sustentabilidade%20da%20vida%20no%20centro>>. Acesso em: maio 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Nota técnica conjunta 04/2020 pgt/coordigualdade/CODEMAT/CONAETE/CONAFRET/CONAP. Disponível em: <<https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-4-coronavirus-vale-essa.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual sobre as noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ**. Niterói - RJ, 2003. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: nov. 2020.

NARAYAN, U. Colonialism and Its Others: Considerations on Rights and Care Discourses. **Hypatia**, v. 10, n. 2, 1995, p. 133-140.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. 1976. In: **Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, B. **Quilombola e Intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 1ª edição, 2018.

NASCIMENTO, W. F. **Em torno de um pensamento oxunista**: òyá descolonizando lógicas de conhecimento. 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8157603>>. Acesso em: nov. 2021.

NICOLI, P.A.G. Cuidado em surto: da crise à ética. **O podcast Cuidar, Verbo Coletivo: Uma forma de falar sobre cuidado na pandemia**. Entrevistadoras: Bruna Angotti e Regina Vieira. Junho, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/42971374/Cuidado_em_surto_da_crise_%C3%A0_%C3%A9tica>. Acesso em: Jan. 2022.

NETTO, J. P. Capitalismo e Barbárie Contemporânea. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>>. Acesso em: set. 2021.

NOGUEIRA, R. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 3, n. 6, p. 147-150, 2012. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358>>. Acesso em: maio 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Resumo executivo **“El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente”**. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633168.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Relatório **“A quantum leap for gender equality- for a Better Future of Work for all”** (1) [“Um salto quântico para a igualdade de gênero - para um Futuro de Trabalho Melhor para todos”] 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_674831.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Trabalho e família**: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social. Brasília: OIT; PNUD; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Conferencia internacional del trabajo, 99ª Reunión (2010). Informe IV (1) – **Trabajo decente para los trabajadores domésticos**. Ginebra: OIT, 2009.

OLIVERA, M. Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista. **Revista Praia Vermelha**, v. 32, n. 1. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/download/50110/28840>>. Acesso em: ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Mulheres do Brasil. **Publicações - Gênero e Raça**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticia/publicacoes/genero-e-raca/>>. Acesso em: nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **CEPAL e ONU Mulheres**: Sistemas integrais de cuidado são fundamentais para a recuperação socioeconômica na América Latina e no Caribe. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-onu-mulheres-sistemas-integrais-cuidado-sao-fundamentais-recuperacao>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU Mulheres firma parceria em Belém para criar sistema de apoio a cuidadoras**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/184151-onu-mulheres-firma-parceria-em-bel%C3%A9m-para-criar-sistema-de-apoio-cuidadoras#:~:text=O%20objetivo%20principal%20do%20projeto,assumem%20esse%20papel%20de%20cuidadoras.https://brasil.un.org/pt-br/184151-onu-mulheres-firma-parceria-em-belem-para-criar-sistema-de-apoio-cuidadoras#:~:text=O%20objetivo%20principal%20do%20projeto,assumem%20esse%20papel%20de%20cuidadoras>>. Acesso em: jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU alerta para impacto desproporcional da COVID-19 sobre minorias raciais e étnicas**. Brasília, DF, 2 jun. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/85928-onu-alerta-para-impacto-desproporcional-da-covid-19-sobre-minorias-raciais-e-etnicas>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Unesco. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

OROZCO, A. P. **Cadenas globales de cuidado**. Documento de trabajo 5, Serie Genero, Migración y Desarrollo. UN-INSTRAW, Santo Domingo. 2007. Disponível em: <<https://trainingcentre.unwomen.org/instraw-library/2009-R-MIG-GLO-GLO-SP.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

OROZCO, A. P. Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico. **Revista de Economía Crítica**, v. 1, n. 5, p. 7-37, 2006. Disponível em: <http://observatoridesc.org/sites/default/files/1_amenaza_tormenta.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OROZCO, A. P. El conflicto capital-vida: aportes desde los feminismos. **Revista Trabalho Necessário**, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45907>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEFE. Dicionário de cuidados, México. Disponível em: <https://oxfammexico.org/wp-content/uploads/2022/06/DICCIONARIO-DE-CUIDADOS_OXFAM_20junio.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEFE. A desigualdade mata. **OXFAM**. Disponível em: <oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEFE. A epidemia de desigualdade no Brasil. **OXFAM**, 16/01/2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2022/?gclid=Cj0KCQjwlmhBhCIARIsABO6p-xeR2JHkmE9jdCiYsOmJkK5XUhqMoGnlCmNaul939qrFQxCr_KdY7gaAg84EALw_wcB>. Acesso em: 15 nov. 2021.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEFE. Tempos de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. **Oxfam Brasil**. Relatório, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/trabalho-de-cuidado-uma-questao-tambem-economica/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

OYĚWÙMÍ, O. **What Gender is Motherhood?** Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity. Nova Iorque: Palgrave, 2016.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, O. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: COSTA, B.; TORRES, M. T.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

OYĚWÙMÍ, O. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. In: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (Eds.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de wanderson flor do nascimento. Disponível em:

<https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

PASSOS, R. G. **Teorias e filosofias do cuidado**: subsídios para o Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2018.

PASSOS, U. O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago, diz Silvia Federici. **Portal Geledés**, 14/10/2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

PAUTASSI, L. C. **El cuidado como cuestión social desde o enfoque de derechos**. Santiago: CEPAL, 2007. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/5809-cuidado-como-cuestion-social-un-enfoque-derechos>>. Acesso em: set. 2022.

PAUTASSI, L. C. A urgência dos direitos: exigibilidade no marco da desigualdade de gênero. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, v. 11, p. 19-39, 2013.

PAUTASSI, L. El cuidado: de cuestión problematizada a derecho. Un recorrido estratégico, una agenda en construcción. In: **El trabajo de cuidados: una cuestión de derechos humanos y políticas públicas**. ONU Mujeres México. Ciudad de México, Mayo 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8257048>>. Acesso em: nov. 2020.

PEREIRA, B. C. J. **Economia dos cuidados**: marco teórico-conceitual. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7412/1/RP_Economia_2016.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PICCHIO, A. A macroeconomic approach to an extended standard of living. In: _____. (Ed.). *Unpaid work and the economy: standards of living in a gender perspective*. London: Routledge, 2003.

PINHEIRO, L. et al. Texto para discussão 2528: **Os desafios do passado no trabalho doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Rio de Janeiro: IPEA: 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/2/td_2528_sumex.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

PINHEIRO, L. S. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA N. et al. (Org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

PINHEIRO, L. S.; LIRA, F.; REZENDE, M. T.; FONTOURA, N. D. O. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>>. Acesso em: jun. 2022.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C; POSTHUMA, A. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: IPEA; OIT, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11044/1/Entre_relacoes_de_cuidado.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

PLATAFORMA DA ODS Brasil. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. IBGE. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador541>>. Acesso em: nov. 2020.

PROFISSÃO REPÓRTER. “Mãe divide rotina entre cuidar das filhas, da casa e trabalhar”. Temporada 15, episódio 20, transmitido em 13/07/2021 denominado. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9685099/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RAZAVI, S. **The political and social economy of care in a development context**. Conceptual issues, research questions and policy options. Gender and Development Programme. Geneva: UNRISD, 2007.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, T. S.; PEREIRA, G. S. Mulher Negra no Trabalho de Cuidado e Doméstico no Brasil. **Perspectivas Sociais**, v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/22609>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RIBEIRO, T. S. **Cuidar em família**: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto/Rio de Janeiro. 164p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27557/27557.PDF>>. Acesso em: maio 2019.

RIBEIRO, T. S. **Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado**: organização social e política de cuidado no Brasil. Projeto de Qualificação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social, 2021.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular 1969.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **Violência estrutural e de gênero**: Mulher gosta de apanhar? Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: A Secretaria, 2003.

SANTOS, C. A. Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaoferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-anos-de-interseccionalidade/>>. Acesso em: jan. 2022.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCURO, L.; VACA-TRIGO L. **La distribución del tiempo en el análisis de las desigualdades en las ciudades de América Latina**. 2017.

SCURO, L. A divisão sexual do trabalho e cuidado na América Latina. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Orgs.). **Entre casa e trabalho**: gênero e família no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/N4CfkgXHT8Gtgsr4RvDNhtP/?lang=pt>>. Acesso em: jun. 2019.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, jun., 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/x3QD6kvmf3thbpsPBCBrh8C/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em junho 2020.

SORJ, B.; FONTES, A. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, H; GUIMARÃES, N. A. (Orgs.). **Cuidados e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

SORJ, B.; FONTES, A; MACHADO, D.C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/Tncsync85TCBVCJWm7KHhT7J/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: jun. 2020.

SOUSA, N. **Visualização de dados e testes de hipóteses com R**: uma breve abordagem prática. 2018. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5952>>. Acesso em: nov. 2022.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Geral, 1983.

SZYMANSKI, H. **A Prática de pesquisa participante junto a famílias de baixa renda**: o jogo cotidiano do vivido e do pensado. Acervo Anpepp, 1988. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Colets/v01n03a05.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

TEIXEIRA, J. C. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TEIXEIRA, M. **A pandemia do coronavírus e os seus efeitos sobre as mulheres trabalhadoras**. Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, 2020. Disponível em: <<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/efeitos-pandemiamulherestrabalhadoras/>>. Acesso em: 21 maio 2021.

THEODORO, M. et al. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: ipea, p. 69-99, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdades raciais.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

TOKARSKI, C. et al. **Subsídios para a transição**. Grupos técnicos Mulheres, Centro de Governo, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Trabalho. Disponível em: <<https://afipeasindical.org.br/noticias/afipea-lanca-subsidios-para-a-transicao-de-governo/>>. Acesso em: ago. 2022.

TORRALBA, F. R. **Antropologia do Cuidar**. Organização literária e apresentação de Vera Regina Waldow. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRONTO, J. C. **Caring democracy**: Markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.

TRONTO, J. C.; FISHER, B. Toward a Feminist Theory of Caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. K. (Eds.). **Circles of Care**: Work and Identity in Women's Lives. New York: State University of New York Press, 1990.

TRONTO, J. Democratic caring and global responsibilities for care. In: **Annual Meeting of the Western Political Science Association** (pp. 1-10). 2013.

UNIVERSO Online. Fragmento do discurso de vitória presidente luis inácio lula da silva. **UOL Notícias**, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/31/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-na-avenida-paulista.htm>>. Acesso em: dez. 2022.

VAZ, L. S'A. **Cotas Raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WERNECK, J; MENDONÇA, M.; WHITE, E. (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006. p. 42-61. Disponível em: <https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf>. Acesso em: set. 2020.

YAZBEK, M. C. **Sistema de proteção social brasileiro**: modelo, dilemas e desafios. Brasília: MDS, 2010.

ZIBECCHI, C.; PAUTASSI, L. Cuidado y políticas públicas: debates y estado de situación a nivel regional. In: PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. (Coords.). **Las fronteras del cuidado**. Agenda, derechos e infraestructura. Buenos Aires: Editorial Biblos. ISBN: 978-987-691-148-1. Capítulo 1, p. 27-58.

7 Anexos

7.1.

Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 89-2021 – Protocolo 104-2021

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado: organização social e política do cuidado no Brasil" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Thamires da Silva Ribeiro (Doutoranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientador: Antonio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa de natureza exploratória de abordagem quali-quantitativa, do tipo descritiva que visa compreender a organização social e política do cuidado na sociedade brasileira por meio da centralidade de mulheres negras na execução do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, a fim de analisar como tal organização gera e fortalece assimetrias de raça, gênero e classe num sistema interligado de opressão que institui acessos diferenciados ao cuidado. Prevê usar entrevista narrativa junto a mulheres negras anônimas na faixa de idade entre 20 a 65 anos, residentes do município e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A seleção das participações será por Saturação Teórica e utilizará a técnica Snowball Sampling "Bola de Neve". Aplicará Teste Estatístico de Hipótese, análise de conteúdo de dados na modalidade temática. A organização das informações será realizada no sistema de encruzilhada (CASTRO, F. 2010).

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado

Prof. José Ricardo Bergmann

Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva

Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2021

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEP/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Glória - 22453-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: cec@puc-rio.br

8 Apêndices

8.1.

Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada, você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado: organização social e política do cuidado no Brasil.”, de responsabilidade da pesquisadora Thamires da Silva Ribeiro, doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), orientada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira.

A pesquisa tem como objetivo principal compreender como funciona a oferta, distribuição e acesso dos serviços de cuidado no Brasil a partir de consequências que as atividades de cuidado e os afazeres domésticos que não são pagos realizados em casa possuem na vida de mulheres negras.

Sua contribuição é de extrema importância para o desenvolvimento desse estudo e, caso concorde em participar da pesquisa, desde já reforço que todas as informações serão utilizadas somente para os fins da pesquisa acadêmica e os resultados divulgados em eventos e revistas científicas.

Através da pesquisa de campo, propõe-se a realização de entrevistas semiestruturadas a fim de escutar sua trajetória nas atividades cotidianas de cuidados e afazeres domésticos. As entrevistas acontecerão na modalidade presencial ou virtual, presencial será realizado em horários e espaços variados, em todos serão considerados como fundamentais as condições de privacidade e sigilo, abordando-as conforme as preferências e possibilidades. Sendo virtual pela plataforma de sua preferência (tais quais a plataforma Zoom, WhatsApp, Meeting). As entrevistas serão previamente agendadas, com tempo médio de 60 minutos e ocorrerão na modalidade condicionada ao contexto de pandemia da Covid-19 no país. Sendo virtual, a pesquisadora estará atenta em identificar possíveis riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, em função das limitações das tecnologias utilizadas a fim de assegurar confidencialidade e identificar os potenciais riscos de sua violação. Para amenizar esses riscos a pesquisadora se compromete em ter conhecimento da política de privacidade da plataforma utilizada, a fim de assegurar os aspectos éticos.

Suas falas na entrevista serão tratadas de forma anônima, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome ou qualquer informação que possa levar à sua identificação, garantindo absoluto sigilo quanto à sua identidade. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar quem participou da pesquisa. As pessoas de quem, por acaso, você falar durante a pesquisa também terão suas identidades mantidas em sigilo.

A sua participação é voluntária, você pode se recusar a participar, assim como deixar de responder alguma questão ou desistir da participação em qualquer momento da entrevista. Sua recusa ou desistência não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora.

Rubrica Pesquisadora

Rubrica Participante da Pesquisa

Caso autorize, as entrevistas serão gravadas e, posteriormente, realizada a transcrição das mesmas. O conteúdo das gravações ficará guardado em arquivo sob responsabilidade da pesquisadora e será destruído após 5 anos do término da pesquisa.

Sua participação não lhe trará nenhum ganho direto, mas poderá contribuir para a reflexão sobre inserção e trajetória de mulheres negras na prática do cuidado. Quanto aos possíveis riscos, a participação na pesquisa pode provocar algo como desconforto emocional, incômodos ou sensação de privacidade invadida. Assim, e caso você prefira, eu me comprometo a interromper a entrevista, caso perceba algum tipo de desconforto neste sentido. Como também permitir que você fale dos eventuais incômodos com o objetivo de esclarecer e auxiliá-la a se sentir melhor. Caso haja necessidade, haverá o encaminhamento para o atendimento especializado na rede pública de saúde da região de moradia ou trabalho.

Quando a pesquisa estiver concluída, você poderá ter acesso aos seus resultados, bastando para isso fazer contato comigo através dos meios informados ao final desse documento.

Você receberá uma via deste termo onde constam os contatos da pesquisadora e do orientador da pesquisa, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento. Também poderá fazer contato com a Câmara de Ética em Pesquisa – órgão da PUC-Rio responsável por avaliar aspectos éticos de projetos de pesquisa e dar autorização para que sejam realizados, cujos dados estão aqui registrados – para qualquer outro esclarecimento. Uma via deste documento, devidamente assinada por nós duas e rubricada ao final da 1.^a página, ficará com você e outra comigo.

Eu _____, abaixo assinada, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Informo que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela pesquisadora. Além disso, () autorizo o uso da gravação ou () não autorizo o uso da gravação de áudio da entrevista. Reforçando que este material será utilizado para a produção científica, sendo garantida a manutenção do sigilo e de sua privacidade durante todas as fases da pesquisa.

Rio de Janeiro, de de 2022.

Nome da Entrevistada

Assinatura da Entrevistada

Pesquisadora

Assinatura da Pesquisadora

Telefone da pesquisadora doutoranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Thamires da Silva Ribeiro: (21) 964295037. E-mail: tsr.gira@gmail.com. Telefone do orientador Prof. Dr. da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Antonio Carlos de Oliveira: 21 - 991062867. E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br. Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea – Rio de Janeiro – Prédio Kennedy – 2.º andar – (21) 3527-1618.

8.2.

Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada**Identificação**

1. Nome:
 2. Idade:
 3. Raça/cor (autodeclarada):
 4. Escolaridade:
 5. Naturalidade:
 6. Cidade: RJ () () Região Metropolitana Bairro e Município:
 7. Religião:
 8. Estado Civil:
 9. Composição familiar:
 10. Pessoas na família que necessitam de cuidados?
 11. Quem é a pessoa responsável pela renda da família em sua casa?
Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
 12. Qual renda mensal familiar?
 13. Situação de moradia? () própria () alugada () cedida
 14. Você tem alguma deficiência? () Não () Sim (qual?)
 15. Em que você trabalha?
 16. Forma de vínculo? () CTPS () MEI () RPA () Outros
-
17. Em tempo integral? () sim () não. Carga horária e dias da semana de trabalho?
 18. Contribui para o INSS? () sim () não.
 19. Quanto tempo gasta no deslocamento casa x trabalho diariamente?
 20. Quanto tempo gasta diariamente no trabalho de cuidados e doméstico não remunerado?
 21. Com quantos anos você começou a trabalhar?

Experiência e estratégias no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

22. Me conte como é sua rotina durante a semana?
23. Você consegue descansar? () sim () não Caso não, por quê? Caso sim, quanto tempo tem de descanso diário (ou semanal)?
24. Como é a composição de sua família de origem?
25. Na infância e adolescência precisou fazer atividades de cuidado e doméstico? () sim ou () não. Caso sim, isso tomava quanto tempo do seu dia? Cuidava de quem?
26. Na vida adulta já precisou reduzir a sua jornada de trabalho para cuidar de alguém?
27. Em sua casa quem é responsável por fazer as tarefas de cuidados e domésticas?
28. Quem você considera que deve cuidar na família? Por quê?
29. Qual desses trabalhos lhe deixa mais cansada? () fora de casa ou () trabalhos de cuidados e domésticos diários dentro de casa. Por quê?
30. Quais são as estratégias que você utiliza para dar conta das tarefas cotidianas de cuidado e domésticas? Conta com alguma rede de apoio?
31. Você ajuda ou já ajudou alguém que não more em sua casa com esses tipos de trabalho?

Reconhecimento – Redistribuição - Redução do Cuidado e sua Dimensão Emocional

32. Como você gostaria de ter sido cuidada?
33. Quem cuidou de você na sua infância? E por quem gostaria de ter sido cuidada?
34. Como você se sente na função do cuidado? Quais benefícios e malefícios?
35. Você se sente responsável por cuidar de quem?
36. Você acha que quem cuida é valorizada? () sim () não
37. Você se sente valorizada em cuidar? () sim () não
38. Alguém cuida de você? () sim () não
39. Você se sente cuidada? () sim () não. Por quem?
40. Quando você percebe que está recebendo cuidados?
41. Quais cuidados você gostaria de receber?
42. Você se sente em dívida de cuidado com alguém? () sim () não Caso sim, de quem?
43. Você se sente cuidando dos seus filhos? () sim () não. Caso não, como você se sente em relação a isso?
44. Você já deixou de fazer alguma coisa em sua vida porque tinha que cuidar de alguém ou por ter que fazer as tarefas domésticas? () sim () não Caso sim, o quê? _____
45. Como é a distribuição das tarefas de cuidado e domésticas em sua casa?
46. Na sua casa quem recebe cuidados?
47. Na sua casa quem prover os cuidados?
48. Se você precisar quem cuida de você?
49. O que acontece se você não tiver mais condições de fazer as tarefas de cuidados e domésticas?
50. Você se sente sobrecarregada? () sim () não. Caso sim. Na sua opinião esta sobrecarga contribui para algum adoecimento? () físico () emocional () mental
51. Como você considera que poderiam ser reduzidas as tarefas cotidianas de cuidado e doméstica?

Tempo – Dinheiro - Serviços e Qualidade de Vida

52. Quais as principais despesas de sua casa?
53. Você considera que a renda mensal da sua família é suficiente para as necessidades dela?
54. O que não consegue cobrir?
55. O que você faria se tivesse mais dinheiro? (para se cuidar e cuidar de sua família)
56. Seu dia e suas atividades iniciam que horas e terminam que horas?
57. Você tem tempo suficiente para cuidar de sua família? () sim () não
58. E para se cuidar? () sim () não
59. O que você faria se tivesse mais tempo? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
60. Você tem tempo para se: Profissionalizar () Estudar () Descansar () auto cuidado () estar com amigas () fazer algo que goste ()
61. O que precisaria acontecer para você ter tempo para se cuidar?

Você tem acesso a:

62. Atendimento psicológico e/ou terapêutico? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
63. Atividades físicas? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
64. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
65. Cultura/equipamentos culturais? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago

66. Lazer? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
67. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
68. Assistência médica? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
69. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
70. Medicamentos? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
71. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
72. Assistência odontológica ? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
73. Educação? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
74. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
75. Alimentação Saudável? () sim () não
76. Aposentadoria? () sim () não
77. Licença maternidade? () sim () não
78. Coleta regular de lixo? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
79. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
80. Abastecimento de água regular? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
81. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
82. Esgotamento sanitário? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
83. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
84. Fornecimento regular de luz elétrica? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
85. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
86. Fornecimento regular de gás? () sim () não Caso sim, () Gratuito () Pago
87. Você considera? () bom () suficiente () insuficiente
88. Condições de moradia, você considera? () bom () suficiente () insuficiente
89. Tem algum outro serviço que considere que precisa ter para se sentir cuidada?
90. Como você se diverte?
91. O que é qualidade de vida para você?
92. Como você avalia sua qualidade de vida?
93. O que precisaria acontecer para ter (mais) qualidade de vida?
94. Você contrata alguém para fazer ou auxiliar com trabalho doméstico e/ou de cuidados?
95. Na sua opinião de quem deve ser a responsabilidade de cuidar das crianças, adolescentes, idosos e pessoas em estado de adoecimento?
96. O que mudou em sua vida com a pandemia do Covid-19?
97. Você me disse que é negra. Você acha que isso muda alguma coisa na sua vida? Por quê?
98. Qual seu maior medo?

8.3.

Apêndice 3 – Teste Estatístico de Hipótese

Premissa 1

Mulheres negras que trabalham com cuidados tem menos qualidade de vida

Hipóteses a serem testadas:

1) Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado têm menos tempo de estudo

<div>Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div>	=	<div> <div>Proporção de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div> </div> <div>Considera apenas as mulheres de raça branca</div>
<div>Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div>	=	<div> <div>Proporção de outras pessoas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado com ensino médio ou inferior</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div> </div> <div>Considera todas as demais pessoas</div>

2) Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado são mais beneficiárias de programas de transferência de renda.

<div>Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div>	=	<div> <div>Proporção de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div> </div> <div>Considera todas as raças</div>
<div>Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que recebem algum programa de transferência de renda</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div>	=	<div> <div>Proporção de pessoas que recebem algum programa de transferência de renda</div> <div>Fonte: PNAD contínua</div> </div> <div>Considera todas as pessoas</div>

3) Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado tem menos acesso ao trabalho

Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas	=	Proporção de mulheres no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas	Considera todas as raças
Fonte: PNAD contínua		Fonte: PNAD contínua	
Proporção de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que estão desempregadas	=	Proporção de pessoas que estão desempregadas	Considera todas as pessoas
Fonte: PNAD contínua		Fonte: PNAD contínua	

4) Mulheres negras que trabalham com cuidados possuem renda média familiar menor

Rendimento (efetivo) domiciliar (inclusive rendimentos em cartão/tíquete transporte ou alimentação) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico)

Renda média familiar de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado	=	Renda média familiar de mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado	Considera todas as raças
Fonte: PNAD contínua		Fonte: PNAD contínua	
Renda média familiar de mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado	=	Renda média familiar das demais pessoas	Considera todas as pessoas
Fonte: PNAD contínua		Fonte: PNAD contínua	

5) Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em trabalho remunerado

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

=

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

Considera todas as raças

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

=

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho remunerado das demais pessoas

Fonte: PNAD contínua

Considera todas as pessoas

6) Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado dedicam mais tempo em atuação doméstica não remunerada

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por mulheres negras que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

=

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por mulheres brancas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

Considera todas as raças

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado por mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

=

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado pelas demais pessoas

Fonte: PNAD contínua

Considera todas as pessoas

7) Mulheres negras no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado que possuem maior carga de trabalho voluntário e sem remuneração

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário por mulheres negras que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

=

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário por mulheres brancas que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

Considera todas as raças

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário por mulheres negras que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

=

Tempo médio de horas dedicadas ao trabalho voluntário pelas demais pessoas que atuaram no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado

Fonte: PNAD contínua

Considera todas as raças